

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BAIXO-AMAZONAS: da concepção da
Política às mudanças nas condições de vida dos idosos impactados pelo
Programa “Luz para Todos”

VALMIENE FLORINDO FARIAS SOUSA

São Luís - MA
2017

VALMIENE FLORINDO FARIAS SOUSA

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BAIXO-AMAZONAS: da concepção da
Política às mudanças nas condições de vida dos idosos impactados pelo
Programa “Luz para Todos”

Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Maranhão - UFMA como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Benjamin Alvino de Mesquita.

São Luís

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

SOUSA, VALMIENE FLORINDO FARIAS.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BAIXO-AMAZONAS : da concepção da Política às mudanças nas condições de vida dos idosos impactados pelo Programa Luz para Todos / VALMIENE FLORINDO FARIAS SOUSA. - 2017.

254 p.

Orientador(a): BENJAMIN ALVINO DE MESQUITA.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, UFMA, 2017.

1. DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA. 2. ELETRIFICAÇÃO RURAL. 3. IMPACTO SOCIAL. I. MESQUITA, BENJAMIN ALVINO DE. II. Título.

VALMIENE FLORINDO FARIAS SOUSA

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BAIXO-AMAZONAS: da concepção da Política às mudanças nas condições de vida dos idosos impactados pelo Programa “Luz para Todos”

Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita (orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins (membro)
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Cristiane Bomfim Fernandez (membro)
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo (membro)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva (membro)
Universidade Federal do Maranhão

A Silvano, meu companheiro na caminhada de vida.
À Joana Flor, a mais linda surpresa durante o doutorado.

AGRADECIMENTOS

Essa conquista merece ser compartilhada, pois é fruto de intensas reflexões e relações construídas ou fortalecidas durante esta trajetória. Nesse sentido agradeço profundamente:

A Deus, por Sua graça imerecida.

A meus pais, Denilson e Francisca, a quem devo minha formação.

A meu esposo, Silvano, pelo amor, incentivo, escuta ativa e por seu companheirismo.

A minha filha, Joana Flor, que embora bebê, sempre me incentiva a seguir em frente com seu amor e sorriso. Desculpe pela falta de colo nos meus momentos de clausura necessária.

A minha “mana”, Vallidia, pelo incentivo e apoio.

As amigas Thamyres Lavra e Karol Silva pela disponibilidade nas transcrições de entrevistas e organização de listas, tabelas e etc.

Aos meus amigos que mesmo longe sempre se interessaram pelo andamento dessa pesquisa: Milena, Lucas, Kátia, Marcelo, Luciete, Celi, Daniele e Joseneide.

Ao meu estimado orientador, Professor Doutor Benjamin Alvino de Mesquita, pelo apoio, e qualidade inquestionável de orientações. Agradeço a confiança mesmo tendo que lidar com minhas ausências e retornos sempre muito aflitos. Durante esse percurso mostrou ter muita empatia e solidariedade.

Aos idosos das comunidades: Santa Tereza do Matupiri (Barreirinha), São Benedito (Boa Vista do Ramos) e Comunidade do Maranhão (Parintins), que me acolheram com atenção singular me possibilitando escutá-los, para revelar suas reflexões.

Ao engenheiro Robson que nos atendeu na Eletrobras-Amazonas e disponibilizou dados sobre o PLpT no Estado.

As Professoras: Socorro de Araújo e Cynthia Carvalho Martins, pela valiosa contribuição apresentada no exame de qualificação do projeto de pesquisa e pelas críticas levantadas sobre o trabalho.

A Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia que me oportunizou a liberação integral das minhas atividades como docente para cursar o doutorado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas que fomentou a execução da pesquisa.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Isabel e Edson, por serem sempre solícitos às dúvidas e necessidades documentais durante todo o doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pela contribuição no meu processo de formação e amadurecimento acadêmico.

A incidência de várias óticas, coincidentes ou dissonantes, sobre o mesmo fato ou ainda acerca dos mesmos atores, cujas características algumas vezes não se repetem em personagens que atuam em cenários e momentos distintos, permite pelo entrelaçamento das diferenças, a percepção mais abrangente da irracionalidade do movimento do capital, que incompatibiliza os ingênuos, modifica os destinos, profana sacralidades, dissolve convicções, altera o pulsar da familiaridade, introduz quimeras, separa e mata física e espiritualmente os indivíduos, emparedando-os, igualando-os e apossando-os de seus corpos e almas.

Neide Gondin - A invenção da Amazônia, 2007.

A questão aqui posta é a viabilidade de um estado social, de direitos sociais, em uma economia capitalista, que preconiza o mercado, a competição e o lucro. Essa problematização torna-se mais aguda em referência à pessoa idosa, que é considerada no contexto da competitividade e na ótica dos estereótipos como improdutiva e sem função econômica. Assim, ela não faria parte do mercado, pois seu lugar tem sido construído como o de pessoa inativa, fora da população economicamente ativa.

Vicente de Paula Faleiros - Políticas Públicas para um país que envelhece, 2012.

RESUMO

O PLpT foi criado com o objetivo de ser vetor de desenvolvimento e articular políticas públicas para esse fim. Nesse sentido, este trabalho buscou identificar os condicionantes e determinantes dos impactos sociais a partir da implementação do Programa Luz para Todos nas condições de vida dos idosos da Região do Baixo-Amazonas. O propósito da avaliação foi analisar a construção da política de eletrificação no Brasil e Amazonas e verificar dimensões que constituem a integralidade das condições de vida dos idosos que poderiam ser impactadas pelas ações da eletrificação rural. A pesquisa foi orientada pela metodologia da avaliação de impacto. Produto de revisão bibliográfica e pesquisa de campo teve como *locus* de estudo três comunidades rurais: Santa Tereza do Matupiri, São Benedito e Comunidade do Maranhão, localizadas nos municípios de Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Parintins, no estado do Amazonas. A pesquisa apontou que a matriz energética construída no país assenta-se na concepção da ideologia desenvolvimentista e que na Amazônia, a expansão do setor energético identifica-se com o processo de modernização das cidades e, posteriormente, para o uso produtivo e industrial. Quanto as mudanças nas comunidades pesquisadas, à educação foi um ponto de unanimidade para os idosos, visto que a energia elétrica oportunizou a oferta de cursos tecnológicos. No que tange a produção, não houve mudanças drásticas para o incremento desta. Quanto à convivência familiar e comunitária, a eletrificação rural, contribuiu para o aumento da frequência em atividades noturnas. Referente ao nível de consumo, o acesso à energia elétrica possibilitou a aquisição de eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Quanto aos impactos da eletrificação rural para o envelhecimento, apreendemos que a energia elétrica: facilita a acessibilidade nos espaços; dá acesso à água encanada; traz bem-estar e conforto; auxilia na conservação de alimentos; a iluminação residencial favorece a diminuição de quedas e a aquisição de eletrodomésticos facilita as atividades cotidianas. Nesse sentido, a eletrificação rural apesar dos paradoxos, trouxe benefícios para os idosos e as mudanças em suas condições de vida foram alteradas de maneira significativa. Constatou-se na pesquisa que após a eletrificação rural nas comunidades pesquisadas, houve somente o crescimento da demanda por energia elétrica e o abastecimento energético por si, só não resultou em desenvolvimento local, pois disso depende uma articulação objetiva com outras políticas.

Palavras chave: desenvolvimento na Amazônia; eletrificação rural; impacto social

ABSTRACT

The Plpt has been created to be a vector of development and articulating public policies for this purpose. In this sense, this work sought to identify the conditions and determinants of social impacts from the implementation of the Luz para Todos Program in the living conditions of the elderly in the Baixo-Amazonas Region. The purpose of the evaluation was to analyze the construction of the electrification policy in Brazil and Amazonas and verify dimensions that constitute the integrality of the living conditions of the elderly that could be impacted by the actions of rural electrification. The research followed the impact assessment methodology. A bibliographical, documentary and field research product had as its locus of study three rural communities: Santa Tereza do Matupiri, São Benedito and Maranhão Community, located in the municipalities of Barreirinha, Boa Vista do Ramos and Parintins, in the Amazonas State. The research pointed out that the Brazilian energy matrix is based on the conception of developmentalist ideology and that in the Amazon State, the expansion of the energy sector was identified with the process of modernization of cities and, later on, for productive and industrial use. As for the changes in the communities surveyed, education was a point of unanimity for the elderly, since electricity offered the opportunity of technological courses. Regarding production, there were no drastic changes to the increase. As for family and community coexistence, the rural electrification contributed to increase the nocturnal frequency activities. Regarding the level of consumption, access to electric power made it possible to purchase electrical and electronic appliances. Regarding the impacts of rural electrification on aging, we learn about that electricity: facilitates accessibility in spaces; Gives access to piped water; Brings well-being and comfort; Assists in food storage; The residential lighting favors the reduction of elderly falls (domestic accidents) and the acquisition of household appliances facilitates the daily activities. In this sense, rural electrification despite paradoxes has brought benefits to the elderly and changes in their living conditions have changed significantly. It was verified in the research that after the rural electrification in the communities surveyed, there was only the growth of the demand for electric energy and the energy supply per se, it did not only result in local development, because this depends an objective articulation with other policies.

Keywords: development in the Amazon; Rural electrification; Social impact

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Trajeto do Paraná do Ramos	37
Figura 2	Mapa do município de Parintins e localização da comunidade do Maranhão	41
Figura 3	Vista aérea da Comunidade do Maranhão	42
Figura 4	Mapa do município de Barreirinha e localização da Comunidade Santa Tereza do Matupiri	46
Figura 5	Rua principal da Comunidade Santa Tereza do Matupiri	47
Figura 6	Vista aérea da Comunidade Santa Tereza do Matupiri	48
Figura 7	Tanque de quelônios de um comunitário	49
Figura 8	Localização da comunidade Santa Tereza	51
Figura 9	Município de Boa Vista do Ramos e localização da comunidade São Benedito	53
Figura 10	Casinha na frente a comunidade	54
Figura 11	Igreja São Benedito (fachada)	55
Figura 12	Vista aérea da Comunidade São Benedito	56
Figura 13	Mapa do Sistema Elétrico Brasileiro	137
Figura 14	Mapa do Brasil, Amazonas	138
Figura 15	Unidade Básica de Saúde da Comunidade do Maranhão – Posto “Cassiano Carmo”	159
Figura 16	Placa de identificação da obra de construção de UBS na comunidade Santa Tereza	161
Figura 17	Escola da rede pública na comunidade do Maranhão, Escola Municipal Nossa Sra. das Graças	164
Figura 18	Escola da rede pública na comunidade de São Benedito, Escola Municipal Presidente Tancredo Neves	165
Figura 19	Centro comunitário José Rodrigues (área interna)	166
Figura 20	Escola da rede pública na comunidade Santa Tereza (antigo e novo prédio)	168
Figura 21	Produção de hortaliças na comunidade São Benedito	172

Figura 22	Idosa na produção de farinha na comunidade Santa Tereza	174
Figura 23	Residência (cozinha na parte interna) de um idoso na comunidade Santa Tereza	186
Figura 24	Rua da comunidade Santa Tereza	194
Figura 25	Escada de acesso ao rio na Comunidade de São Benedito, (época da vazante)	199
Figura 26	Entre o rural e o urbano na Comunidade Santa Tereza.	200
Figura 27	Comunidade do Maranhão/ Cheia (fevereiro, 2015) / Vazante (setembro, 2015)	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Quadro de aspectos avaliados	39
Quadro 02	Histórico da Comunidade do Maranhão	44
Quadro 03	Histórico da Comunidade Santa Tereza do Matupiri	50
Quadro 04	Nota sobre o paradoxo do progresso: a história dos bondes e a energia elétrica em Manaus	99
Quadro 05	Participação dos fundos públicos (BNDES e fundos de pensão estaduais) na privatização das empresas de distribuição de energia elétrica.	120
Quadro 06	Dados gerais do histórico de investimentos e população atendida pelo PLpT no Amazonas	138
Quadro 07	Ligações por município atendido pelo PLpT- Amazonas [municípios que compõe a área pesquisada]	139
Quadro 08	Realização 2004-2015 – Atendimento Convencional – Obras de expansão rural de Média Tensão e Baixa Tensão nos 62 municípios do Amazonas.	140
Quadro 09	Dados gerais de investimentos e população beneficiada pelo PLT/AM no ano de 2015	141
Quadro 10	Percepção dos entrevistados sobre o cotidiano na comunidade antes do Programa Luz para Todos - Comunidade do Maranhão	149
Quadro 11	Percepção dos entrevistados sobre o cotidiano antes do Programa Luz para Todos - Comunidade de São Benedito	149
Quadro 12	Percepção dos entrevistados sobre o cotidiano na comunidade antes do Programa Luz para Todos - Comunidade Santa Tereza	150
Quadro 13	Aspectos relativos ao tipo de envolvimento da comunidade na implementação do PLpT de acordo com os entrevistados	152
Quadro 14	Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade e acesso aos serviços de saúde na comunidade - Comunidade Maranhão	159
Quadro 15	Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade e o acesso aos serviços de saúde na comunidade - Comunidade de São Benedito	160
Quadro 16	Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade e o acesso aos serviços de saúde na comunidade - Comunidade de Santa Tereza	161

Quadro 17	Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade da educação na comunidade - Comunidade Maranhão	163
Quadro 18	Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade da educação na comunidade - Comunidade de São Benedito	164
Quadro 19	Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade da educação na comunidade - Comunidade Santa Tereza	167
Quadro 20	Tipo de atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, segundo os entrevistados – Comunidade do Maranhão	170
Quadro 21	Tipo de atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, segundo os entrevistados – Comunidade de São Benedito	171
Quadro 22	Tipo de atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, segundo os entrevistados – Comunidade Santa Tereza	173
Quadro 23	Meios de informação mais utilizados e programação de maior preferência dos entrevistados – Comunidade do Maranhão	175
Quadro 24	Meios de informação mais utilizados e programação de maior preferência dos entrevistados – Comunidade de São Benedito	175
Quadro 25	Meios de informação mais utilizados e programação de maior preferência dos entrevistados – Comunidade Santa Tereza	176
Quadro 26	Atividades sociais e comunitárias mais frequentadas pelos entrevistados – Comunidade do Maranhão	178
Quadro 27	Atividades sociais e comunitárias mais frequentadas pelos entrevistados – Comunidade de São Benedito	178
Quadro 28	Atividades sociais e comunitárias mais frequentadas pelos entrevistados – Comunidade Santa Tereza	179
Quadro 29	Percepção dos entrevistados sobre o seu convívio familiar – Comunidade do Maranhão	180
Quadro 30	Percepção dos entrevistados sobre o seu convívio familiar – Comunidade de São Benedito	181
Quadro 31	Percepção dos entrevistados sobre o seu convívio familiar – Comunidade Santa Tereza	181
Quadro 32	Principais produtos adquiridos pós-eletrificação rural e “necessidades” de consumo elencados pelos entrevistados – Comunidade do Maranhão	183
Quadro 33	Principais produtos adquiridos pós-eletrificação rural e “necessidades” de consumo elencados pelos entrevistados – Comunidade São Benedito	184

Quadro 34	Principais produtos adquiridos pós-eletrificação rural e “necessidades” de consumo elencados pelos entrevistados – Comunidade Santa Tereza	185
Quadro 35	Expectativas dos entrevistados em torno da chegada da energia através do Programa Luz para Todos – comunidade do Maranhão	189
Quadro 36	Expectativas dos entrevistados em torno da chegada da energia através do Programa Luz para Todos – comunidade de São Benedito	189
Quadro 37	Expectativas dos entrevistados em torno da chegada da energia através do Programa Luz para Todos – comunidade Santa Tereza	190
Quadro 38	Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade Maranhão	191
Quadro 39	Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade de São Benedito	192
Quadro 40	Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade Santa Tereza	193
Quadro 41	Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade Maranhão	196
Quadro 42	Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade - Comunidade São Benedito	197
Quadro 43	Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade - Comunidade Santa Tereza	198
Quadro 44	Problemas vivenciados na comunidade na visão dos entrevistados, comunidade Maranhão	199
Quadro 45	Problemas vivenciados na comunidade na visão dos entrevistados, comunidade de São Benedito	201
Quadro 46	Problemas vivenciados na comunidade na visão dos entrevistados, comunidade de Santa Tereza	203
Quadro 47	Diferentes visões sobre o processo de envelhecimento	207

Quadro 48	Contribuições da energia elétrica para o dia a dia dos idosos na comunidade na visão dos entrevistados – Comunidade do Maranhão	210
Quadro 49	Contribuições da energia elétrica para o dia a dia dos idosos na comunidade na visão dos entrevistados – Comunidade São Benedito	211
Quadro 50	Contribuições da energia elétrica para o dia a dia dos idosos na comunidade na visão dos entrevistados – Comunidade Santa Tereza	212
Quadro 51	Síntese dos impactos da eletrificação rural nas comunidades pesquisadas, visão dos idosos	214

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Gênero dos entrevistados	57
Tabela 2	Idade dos entrevistados	57
Tabela 3	Grau de instrução dos entrevistados	58
Tabela 4	Religião dos entrevistados	58
Tabela 5	Estado civil dos entrevistados	58
Tabela 6	Existência de filhos dos entrevistados	59
Tabela 7	Quantidades de filhos dos entrevistados	59
Tabela 8	Profissão dos entrevistados	60
Tabela 9	Renda dos entrevistados	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAS	Amostra Aleatória Simples
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APMC	Associação de Pais Mestres e Comunitários
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBEE	Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial
CCC	Conta de Consumo de Combustível
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCIs	Centros Comunitários de Informação
CCPE	Planejamento da Expansão do Sistema Elétrico
CCPs	Centros Comunitários de Produção
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEBS	Comunidade Eclesiais de Bases
CF	Constituição Federal
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CRC	Contas de Resultado a Compensar
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ELETRORAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ENERAM	Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESF	Estratégia Saúde da Família
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FUER	Fundo de Eletrificação Rural

GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
GCOI	Grupo Coordenador para Operação Interligada
GCPS	Coordenador do Planejamento do Sistema Elétrico
GEER	Grupo Executivo de Eletrificação Rural
IBEE	Indústria de Energia Elétrica no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUEE	Imposto Único sobre a Energia Elétrica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
MIGDI	Microsistemas Isolados de Geração e Distribuição de Energia Elétrica
MME	Ministério de Minas e Energia
ONG	Organização Não Governamental
ONS	Operador Nacional do Sistema
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDDE	Programa Dinheiro Direto Na Escola
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PLpT	Programa Luz para Todos
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria-Público-Privadas
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PRODEEM	Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
PT	Partido dos Trabalhadores
RGR	Reserva Global de Reversão
SAAI	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SALTE	Saúde- Alimentação-Transportes-Energia
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

	Econômico
SIGFI	Sistemas Individuais de Geração de Energia Elétrica com Fontes Intermitentes
SPE	Sociedades de Propósito Específico
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – TRAJETO METODOLÓGICO: CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS	30
1.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	30
1.2 O retrato das comunidades do Baixo-Amazonas (Parintins, Boa Vista do Ramos, Barreirinha): condições históricas e sociais do <i>locus</i> da pesquisa	39
1.3 População rural idosa: atores e labores dos participantes da pesquisa	57
CAPÍTULO 2 - LUZ E PROGRESSO NO BRASIL E AMAZÔNIA: AS CARACTERÍSTICAS DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ASSOCIADAS À CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE 1930.....	63
2.1 Breves destaques sobre o significado do desenvolvimento	64
2.2 Energia no Brasil e a questão do desenvolvimento: destaques históricos	67
2.3 A Amazônia e sua relação com a expansão da energia e o desenvolvimento brasileiro	94
CAPÍTULO 3 - ELETRIFICAÇÃO RURAL DO BRASIL: O TRAJETO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA PELA POPULAÇÃO NO CAMPO	106
3.1. Iniciativas de expansão da energia elétricas às populações rurais: a universalização em sua fase embrionária	106
3.2 A Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica: notas analíticas	113
3.3 O Programa Luz para Todos: um panorama no Brasil e Amazonas	128
CAPÍTULO 4 - ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BAIXO-AMAZONAS: ANÁLISE DA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO IDOSA SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NA REGIÃO	143
4.1 Cenário das comunidades pesquisadas antes da implementação do PLpT	146
4.2 Percepções dos idosos quanto às mudanças geradas em torno da eletrificação rural	156
4.3 Eletrificação Rural e Envelhecimento no campo.....	187

CONCLUSÃO.....	218
REFERÊNCIAS	228
APÊNDICES	245

INTRODUÇÃO

Conhecer a Amazônia é desafiante, descortinar seu cenário exuberante, que não se traduz somente pela floresta, mas por homens e mulheres que habitam seu espaço, exige um envolvimento com sua realidade regional que permita superar o espaço para além do folclórico para assim, apresentar os cenários de comunidades¹rurais. Isso também implica considerar não somente a peculiaridade do ambiente majestoso mas as relações sociais que são construídas e reconstruídas ao compasso das mudanças decorrentes da conjuntura política e econômica internacional, nacional e regional.

Nesse sentido, as condições sociais das populações amazônicas estão sujeitas às consequências desiguais do desenvolvimento das formas de exploração econômica determinadas pelo capitalismo. Consequências agravadas tanto pela expropriação quanto pelas experiências de integração regional ao desenvolvimento nacional urbano e industrial e revelam-se em índices que demonstram a situação de exclusão social, em variáveis como renda, educação, carências habitacionais, acesso à saúde, condições da população infantil e de idosos.

Pode-se dizer que a inserção recente da energia elétrica na vida cotidiana das pessoas que vivem na Amazônia, sobretudo na área rural, foi responsável por mudanças sociais que se expressaram nos hábitos, na cultura, no consumo e na percepção de ver o mundo. Essas mudanças foram possíveis com a implementação de vários programas dentre os quais, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos” (PLpT) instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 e alterado pelo decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008. Os dados de atendimento do Ministério de Minas e Energia revelam que o programa até 2015 já beneficiou, no país, mais de 15,6 milhões de pessoas. Na região norte, os números de beneficiários de 2003 a 2015 são de 20,8% do total de beneficiários, em números absolutos, 3.227.874 pessoas (BRASIL, 2016).

O Luz para Todos é um programa governamental que tem como objetivo prover a energia elétrica aos domicílios localizados na zona rural. Essa política pública² é coordenada

¹ Para Wagley (1988), o conceito de comunidade refere-se ao lugar de produção e reprodução social material. Um todo conjugado e expresso através da relação de um conjunto de crenças, valores e costumes retraduzidos e compartilhados entre as gerações.

² O conceito de política pública adotado nesse estudo compreende que a mesma possui caráter restrito e amplo: Restrito no sentido de que “é campo de conhecimento que busca ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. (SOUZA, 2006, p.26). Da mesma forma é um conceito com

pelo Ministério de Minas e Energia (MME), operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras) e executado pelas empresas concessionárias e permissionárias de energia elétrica (BRASIL, 2009).

Durante a trajetória da pesquisa de campo no mestrado³ se pôde observar e conversar com idosos agricultores de comunidades rurais em Parintins⁴, em que os relatos eram recorrentes sobre as mudanças trazidas em apenas 2 anos (2008-2010) com a instalação de energia elétrica nas localidades. As relações com o trabalho, o consumo, o entretenimento e a convivência eram apontadas como mudanças significativas, mas, no discurso prevalecia a noção que isso era necessário para que o “desenvolvimento” os alcançasse.

O tema “desenvolvimento na Amazônia” inquietou-nos nesse momento, mas a proximidade com a temática do envelhecimento impedia-nos de aprofundá-lo. Entretanto, ao recorrer aos textos de disciplinas do mestrado e o adensamento das discussões sobre o envelhecimento na Amazônia com militantes e pesquisadores da área revelou um cenário no Amazonas, comum a toda a Região Amazônica no que se refere a sua inserção no desenvolvimento nacional.

Segundo Batista (2007), o enquadramento da Amazônia na vida econômica e política do Brasil foi uma reação em vários governos que se propuseram a enfrentar o desafio amazônico desde a época dos governos de Vargas, dos governos militares, até os governos da era do período democrático.

Conforme Silva (2009), transmutadas pela preocupação com a integração da região a um processo de nacionalização, muitos programas se revelaram como mecanismos de tutela nacional, que cria a tradição da dependência a uma intervenção estatal nos espaços e populações amazônicas, o imobilismo político das representações e recria os estereótipos etnocêntricos que preconizam que há pessoas não afeitas ao “progresso”.

As condições de vida das populações amazônicas contemporâneas contribuem para a diversidade de opiniões sobre as estratégias de desenvolvimento regional e/ou crescimento

caráter amplo pois sua formulação e desenvolvimento expressam a construção das necessidades humanas em direitos (PEREIRA, 2006)

³ Pesquisa “Cidadania e Envelhecimento em Parintins: análise do Programa de Atenção Integral ao Idoso”, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas.

⁴ Cidade típica do interior amazonense, com pouco mais de 100 mil habitantes, se transforma com a chegada do mês de junho. Nessa época, quando a cidade apresenta-se dividida pelas cores azul e vermelha dos Bois Bumbás Caprichoso e Garantido, Parintins é palco de umas das maiores manifestações culturais do norte brasileiro: o Festival Folclórico de Parintins. O município localiza-se à margem direita do rio Amazonas, numa área de 5.978 quilômetros quadrados e fica a 369 quilômetros da capital, Manaus, em linha reta e a 420 quilômetros por via fluvial. Isso equivale a 17 horas descendo e 22 horas subindo o rio Amazonas, se a viagem for feita em barcos regionais. Por via aérea, o tempo estimado é de uma hora, partindo de Manaus.

econômico. Segundo Mesquita: “[...] a concentração de renda e da terra continua alarmante, uma das maiores do país, assim como todos os demais indicadores sociais, tais como os índices de analfabetismo, esgotamento sanitário, acesso à energia e à coleta de lixo, esperança de vida ao nascer etc.” (MESQUITA, 2012, p. 76).

Nesse estudo, os idosos⁵ amazônidas (ribeirinhos⁶) que vivem em comunidades rurais, muitos ainda trabalham como agricultores nas comunidades rurais dos municípios de Parintins⁷, Boa Vista do Ramos⁸ e Barreirinha⁹, são os principais participantes da pesquisa, pois são atingidos pelos experimentos de desenvolvimento regional, vivenciaram as principais transformações no local, possuem um conhecimento particular da historicidade dos modos de vida e experimentaram o processo de implantação do abastecimento de energia elétrica.

Ademais é importante questionar e repensar se o cenário de mudanças no espaço rural muda a figura social do idoso e idosa, uma vez que este não é tão somente o guardião da memória e da tradição e que seu papel não está restrito a transmitir o passado, posto que viva o tempo presente num cotidiano marcado pelo confronto entre o novo e o velho. E mesmo que seja residente de um espaço reconhecido como rural, sua vida liga-se por diferentes razões a um espaço urbano próximo ou não.

Atualmente, os estudos na gerontologia indicam a existência de diversas faces da velhice. A face do envelhecimento na perspectiva da miséria, fruto dos processos de modernização e industrialização e aquela que vislumbra o idoso como fonte de recursos, composta por indivíduos ativos, cujo cotidiano remete a uma resposta criativa aos desafios do envelhecimento. Debert (2004) assinala que essas duas faces acabam sendo traduzidas no discurso do autocuidado e automotivação, escamoteando a realidade de extrema pobreza e abandono que vivem a maioria da população idosa.

⁵ A nomenclatura (idoso), utilizada no estudo, surge no contexto francês do século XIX, momento em que a questão da velhice era caracterizada por pessoas que não podiam assegurar seu futuro financeiramente (despossuídos e indigentes), pois as pessoas que tinham certa posição social e eram administradoras de seus bens desfrutavam de respeito. Algumas locuções diferenciadas usadas no tratamento de cada grupo de pessoas da mesma idade acompanhavam o recorte social da população de mais de 60 anos. Comumente designava-se velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) os que não possuíam estatuto social, enquanto os que eram ricos e detinham esse estatuto social eram chamados de idosas ou idosos (*personne âgée*) (PEIXOTO, 1998). No entanto, apesar da representação social francesa do termo, adotou-se essa designação “idoso” no trabalho em questão, em consideração às políticas sociais para a velhice as quais classificam as pessoas acima de 60 anos de idosos, bem como o entendimento que a velhice é categoria que se aproxima da experiência obtida pelo indivíduo que envelhece, sendo “impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito, ou mesmo numa noção” (BEAUVOIR, 1991, p. 345).

⁶ Compreende-se por ribeirinhos, “homens [e mulheres] que vivem às margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia tendo sua forma de produção e reprodução enquadradas no conceito de campesinato” (FRAXE, 2000, p. 32).

⁷ Comunidade do Maranhão.

⁸ Comunidade São Benedito.

⁹ Comunidade Santa Tereza do Matupiri.

Nesse sentido, é certo que muitos idosos, seja no meio rural ou urbano, são ativos, possuem autonomia para gerir suas finanças, são expostos e têm suas preferências por programas televisivos, participam de grupo de convivência, e convivem com outras gerações. No entanto, a dimensão da diferenciação de classe é fator determinante para a definição de suas condições de vida e respostas aos desafios do envelhecimento. O que cabe perguntar é se todas as mudanças sociais, históricas, e sua relação com o lugar demarcado para esse idoso, implica mudanças de valores e atitudes que revelam estarem os mais velhos presos ou não ao mundo do “antigamente”, se são eles flexíveis à modernização ou ainda se são sujeitos passivos dos reflexos perversos da modernização.

A priori, é possível afirmar que os indicadores estudados revelam uma situação de precariedade nas condições de saúde, educação, trabalho, relações sociais e nos modos de vida dos idosos ribeirinhos mesmo após o acesso a eletrificação rural. Esta última, objeto do Programa Luz para Todos em que preconiza como um dos seus principais objetivos que a eletricidade seja um vetor de desenvolvimento econômico e social das comunidades atendidas, estimulando a integração dos programas sociais do governo para facilitar o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Dentro dessa perspectiva, a Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica, cujo programa principal é o Programa Luz para Todos, ocupa papel fundamental, tendo em vista que se propõe desenvolver tanto economicamente quanto socialmente ao inserir o abastecimento energético de forma contínua e permanente em zonas rurais ou no campo.

Este estudo insere-se em uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós Graduação de Políticas Públicas em que trata da Avaliação de Políticas e Programas Sociais sob a ótica dos impactos na população idosa do Baixo Amazonas, especificamente na zona rural, não descolando essa análise de um processo macro estrutural e histórico do processo de desenvolvimento capitalista que engendra complexas mudanças nas relações sociais.

Entende-se que o papel dessa investigação foi além de mensuração de dados e avaliação técnica pura e simples de um programa governamental federal. Mas, significou a construção teórica sobre o argumento da lógica do desenvolvimento capitalista nos espaços: amazônico, brasileiro e global sob formas e manifestações da política de Estado implementada no século XXI que impulsionadas pela “necessidade” de alteração do quadro de exclusão social também promovem megaempreendimentos na Região Amazônica, que pouco absorvem a demanda local dos pequenos agricultores e pouco alteram as condições de vida, já precarizadas nos cenários rurais.

A investigação parte dos paradigmas teóricos sobre a intersecção com o modelo de desenvolvimento que vem se instalando na Amazônia, especificamente em relação ao processo de universalização da distribuição de energia elétrica em forma de política pública e se congrega com resultados de outras pesquisas sobre os impactos do Programa Luz para Todos, sendo que esta tese se centra no deslindamento da realidade das condições de vida e trabalho de pessoas idosas de áreas rurais da Amazônia a partir da inserção da energia elétrica no seu cotidiano.

A tese levanta como pressuposto inicial que o abastecimento energético, como condutor de desenvolvimento para áreas rurais, preconizado na Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica, por si só não garante integralmente à dignidade humana da população idosa na região amazônica e não contribui para o desenvolvimento local. O principal instrumento de operacionalização dessa Política, o Programa “Luz para Todos”, possui limitações estruturais e sistêmicas que condicionam êxitos e fracassos na promoção de um impacto social¹⁰ positivo para o desenvolvimento social e humano, em razão de sua lógica centrar-se na primazia do consumo, um dos pressupostos do neodesenvolvimentismo¹¹.

Para cumprir a tarefa de sustentar esse pressuposto, a tentativa desse estudo foi de responder a indagação central: Identificar os condicionantes e determinantes dos impactos sociais a partir da implementação do Programa Luz para Todos nas condições de vida dos idosos nas comunidades do Baixo-Amazonas¹² (Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha), no período de 2010 a 2015.

¹⁰ Muñiz (1997) esclarece que o conceito de impacto social atribui o valor do humano diante da crise e do ajuste estrutural. A autora considera que se trata de uma perspectiva diferente para interpretar as possibilidades e as limitações do desenvolvimento, que permita avançar na tarefa de construir o futuro.

¹¹ Segundo Boito (2012): “*O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo. Por ora, destacaríamos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC, c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local, d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veledade de agir como força social nacionalista e antiimperialista. Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal” (BOITO, 2012, p. 06).*

¹² O Território Baixo Amazonas - AM abrange uma área de 107.507,60 Km² e é composto por 7 municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará. A população total do território é de 242.180 habitantes, dos quais 103.711 vivem na área rural, o que corresponde a 42,82% do total. Possui 9.130 agricultores familiares, 3.450 famílias assentadas e 4 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2016.

Para responder a esse objetivo central, propõe-se: I) Analisar o modelo de desenvolvimento adotado no processo de universalização da distribuição de energia elétrica, em forma de política pública; II) Analisar o contexto histórico e político do papel do Estado no que se refere ao abastecimento energético das áreas rurais da Amazônia; III) Compreender a gênese e do desenvolvimento da Política de Universalização do Acesso à Energia Elétrica com as determinações da política econômica do Governo Federal, a partir de 2010 e como esta Política foi implementada na Região do Baixo-Amazonas; IV) Apreender as mudanças objetivas das condições e modos de vida dos idosos em comunidades pós-eletrificação rural no Baixo-Amazonas através da verificação de impactos sociais gerados a partir da inserção do abastecimento energético via implementação do Programa Luz para Todos na Região do Baixo-Amazonas.

Este estudo se justifica por duas razões: 1) Para as comunidades rurais atendidas pelo Programa é importante compreender que o desenvolvimento socioeconômico é necessário, mas não isso não significa que se resume somente em levar energia elétrica às sociedades longínquas e mais desfavorecidas, é preciso manter um conjunto de bens e serviços sociais, que de alguma forma lhes garantam um tratamento digno e igualitário, tal qual o ofertado a certos grupos privilegiados da sociedade. 2) É importante que o olhar sobre o relativo “progresso” seja problematizado a fim de que os impactos que a eletrificação rural prega proporcionar, sejam vislumbrados através do prisma de quem já vivenciou o antes e o depois da eletrificação rural na comunidade, afinal, como afirma Beauvoir (1990, p. 108) “[...] quando uma sociedade é relativamente próspera, certas opções lhe são permitidas: é diferente para o homem de idade ser considerado um fardo incômodo, ou ser integrado a uma comunidade cujos membros decidiram sacrificar até certo ponto suas riquezas para garantir sua velhice”.

Com o intuito de expor esse conjunto de preocupações, o texto do trabalho está estruturado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo é composto pela discussão sobre a questão metodológica da pesquisa (campo, sujeitos, aspectos técnicos e opções metodológicas). Nesse capítulo é realizada a caracterização das comunidades pesquisadas, bem como os critérios de escolha das mesmas. Também são detalhados os aspectos técnicos das dimensões da pesquisa de avaliação de impacto e as opções metodológicas que fundamentaram a análise do objeto de pesquisa. Por fim, nesse capítulo, traçamos o perfil socioeconômico dos entrevistados.

Nos segundo e o terceiro capítulos foram lançados os fundamentos teóricos que nortearam as análises do objeto de pesquisa, considerando neste processo os condicionantes

histórico-estruturais que interagem direta e/ou indiretamente na dinâmica tanto na criação e implementação do PLpT, quanto da realidade local das comunidades pesquisadas.

Deste modo, as reflexões estão assim definidas no segundo capítulo: A discussão sobre a Política de Energia Elétrica e sua situada relação com a questão do desenvolvimento nacional a partir de 1930. E, no terceiro capítulo, recorre-se a análise do trajeto para a universalização do acesso à energia elétrica no campo, dando destaque para os programas anteriores ao PLpT, analisando o desenho da Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica, bem como avaliando os objetivos do PLpT e sua implementação do Brasil e no Amazonas.

Por fim, no quarto capítulo, tem-se a análise de impactos nas condições de vida pós-eletrificação rural no Baixo-Amazonas, as percepções dos sujeitos e as repercussões no seu processo de envelhecimento. O capítulo centra-se nas características anteriores ao PLpT nas comunidades pesquisadas e as mudanças após a eletrificação rural, a partir das percepções dos sujeitos entrevistados, sendo este o fio condutor da abordagem dessa pesquisa.

A pesquisa volta-se para a tentativa de evidenciar elementos empíricos que produzam sucessivas aproximações e explicações consistentes do que ocorre na realidade. Pauta-se no materialismo histórico e dialético, método das ciências humanas que permite a leitura da realidade de modo crítico, desvela suas contradições e reconhece o movimento do fenômeno, visando o conhecimento da essência da realidade estudada.

A avaliação, aqui, empreendida elucida o objetivo e o alcance de políticas públicas no setor elétrico. Entre os elementos facilitadores da pesquisa situa-se a contribuição dos participantes da pesquisa pela disponibilidade em prestar informações significativas que subsidiaram a produção do trabalho. E quanto aos aspectos que dificultaram temos a condição peculiar de fazer pesquisa em comunidades amazônicas, seja pelo fato de suas características geoespaciais e culturais, seja pela carência de informações e dados oficiais registrados.

CAPÍTULO 1 – TRAJETO METODOLÓGICO: CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS

Estudar sobre o processo de Eletrificação Rural no Brasil e Amazônia e seus rebatimentos no cotidiano das populações amazônicas, principalmente para a população idosa, exigiu não somente uma incursão no debate teórico travado no campo da historicização da constituição e implementação das políticas de energia elétrica no país, mas também uma imersão no campo objetivo da vida dos sujeitos que são alvos dessas políticas.

Portanto, para que houvesse alcance da análise dos impactos vivenciados pelos usuários, cumpriu ser necessária a ida aos espaços comunitários, caminhando com o esforço de construir a mediação entre a compreensão das categorias fundamentais que norteiam o objeto da pesquisa, a saber: Estado, desenvolvimento e política pública e a compreensão do entendimento dos sujeitos sobre as mudanças relativas a implementação de políticas públicas de desenvolvimento.

Nesse sentido, esse capítulo constitui-se da explanação dos momentos da consecução da pesquisa implementada, das opções metodológicas, bem como de uma caracterização das comunidades pesquisadas e do perfil dos sujeitos que protagonizaram através do seu “olhar e perspectiva” a dimensão dos impactos esperados ou não da política pública de eletrificação rural.

1.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa

A avaliação de impacto busca verificar, segundo Silva (2001, p. 78), as mudanças nas condições sociais (efeitos esperados ou não; positivos e negativos; diretos e indiretos), evidenciando não somente “que ocorreu a mudança, mas que o programa foi empiricamente relevante para produzir a mudança observada”, no campo econômico, ideológico e cultural de modo sustentável.

Trata assim, segundo Kayano e Caldas (2002), de *impactos objetivos*, explícitos por mudanças quantitativas na condição de vida da população-alvo, de *impactos subjetivos* (mudanças no estado de espírito, comportamento, valores) e *impactos substantivos*

correspondendo a mudanças qualitativas, ou seja, se a mesma atendeu os princípios de justiça e equidade social.

O presente estudo se propôs a realizar uma avaliação dos impactos sociais sobre o envelhecimento da população rural do Baixo Amazonas, especificamente nos municípios de Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha no Estado do Amazonas. Investigou-se em que medida as ações preconizadas na proposta da Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica, se traduzem nas mudanças ocorridas nas comunidades estudadas. Essa avaliação não pretendeu se descolar do entendimento das múltiplas determinações sociais e históricas que condicionaram a criação da Política para o enfrentamento da problemática da exclusão elétrica na região Norte e as formas que o Estado assume no contexto neodesenvolvimentista.

Os pressupostos metodológicos adotados partiram do entendimento que a realidade social é complexa e dinâmica e que o processo investigativo deve pautar-se em movimentos conscientes e sistemáticos nos quais são consideradas suas determinações e contradições. Nesse sentido, a pesquisa considera:

a realidade como um todo dinâmico, em permanente desenvolvimento, em unidades de contrários, cujo conhecimento é um processo de conquistas de verdades relativas, como parte de uma verdade única e absoluta. Metodologicamente, ela se traduziria numa forma de abordagem: desvendar as relações múltiplas e diversificadas entre si; explicar o desenvolvimento do fenômeno dentro de sua própria lógica; evidenciar a contradição interna no interior do fenômeno; compreender o movimento de unidades de contrários; trabalhar com a unidade da análise e da síntese numa totalização das partes; co-relacionar as atividades e as relações. (MINAYO, 2006, p.34)

A avaliação de políticas e programas sociais é entendida como uma modalidade de pesquisa social aplicada, tornando-se um julgamento de valor, no caso sobre um programa social, acrescentando a função da necessidade do julgamento do mérito à importância da explicação dos fracassos e êxitos do mesmo (LIMA *apud* NEMIS, 2013, p. 257). Portanto, o ato de avaliar não é neutro nem exterior às relações de poder. É um ato técnico, mas também político. Não é desinteressado, mas exige objetividade e independência, se fundamentando em valores e no conhecimento da realidade bem como considerando os sujeitos sociais envolvidos no programa (SILVA, 2001).

O modelo de pesquisa adotada no estudo foi do tipo *avaliação de impactos*. Segundo Silva (2013), esta é vista pelos autores como um tipo de avaliação que tem “como foco central as mudanças quantitativas e qualitativas decorrentes de determinadas ações governamentais (política, programa) sobre as condições de vida de uma população, tendo, portanto, a efetividade como critério” (SILVA, 2013, p. 84).

Roche (2002) destaca que várias são as abordagens para a avaliação de impacto (ambiental, social, custo-benefício e custo-benefício social). Para este estudo, optou-se pelo impacto social. Discutida amplamente por Muñiz (1997), a abordagem da avaliação de impacto social é definida como: as mudanças ou variações desejadas aos destinatários das políticas (sociais ou não), programas e projetos sociais relativas a:

- a) Satisfação das necessidades básicas ou não básicas;
- b) Promoção da melhoria das condições de vida e de trabalho;
- c) Geração, fortalecimento ou consolidação de níveis e instâncias organizativas, formas de expressão, associação e participação organizada;
- d) Promoção de mudanças de atitudes condicionantes, aptidões, comportamentos e mentalidades que modifiquem as concepções e atuações dos sujeitos sociais, dos quais os indivíduos e grupos fazem parte (MUÑIZ, 1997, p. 73).

No que tange ao nível de impacto social a ser observado, consideramos o impacto nos destinatários e o contexto no qual se inscrevem as ações avaliadas (MUÑIZ, 1997). Para a autora destacada, o impacto social não é exclusivamente um critério de avaliação, mas sim um enfoque metodológico para tal fim. Assim, considera-se que verificação do impacto social remete o significado operativo em que números e/ou indicadores não podem por si só, concluir a efetividade de um programa mas, sim que devem estar correlatos com a leitura abrangente das influências de diversas variáveis estruturais como: variáveis políticas, econômicas, culturais, ideológicas entre outras.

O aspecto social apareceu como uma perspectiva de interpretação da realidade, compreendendo o político e o econômico, numa tentativa de situar a avaliação como um movimento no processo dinâmico das políticas públicas. Esse processo de investigação e explicação desenvolveu-se a partir de aproximações sucessivas com a realidade das comunidades que foram beneficiadas pelo abastecimento energético do Programa “Luz para Todos”, a saber: Comunidade do Maranhão (Parintins); Comunidade de São Benedito (Boa Vista do Ramos); Comunidade do Matupiri (Barreirinha). Estas comunidades destacam-se por serem as primeiras, em cada um de seus municípios, a receberem a instalação elétrica, serem antigas organizações comunitárias (50 a 60 anos de existência), terem como principais atividades produtivas a agricultura, o extrativismo e a pesca como um das principais fontes de renda dos moradores e por possuírem o mesmo porte, tendo aproximadamente 500 a 600 moradores (IBGE, 2011).

No que diz respeito à sua temporalidade, a presente proposta considerou o período entre 2010 a 2015, por ser um período que compreende a etapa de finalização da

implementação do Programa Luz para Todos na Região do Baixo-Amazonas e o uso contínuo dos beneficiários o que caracteriza o alcance pleno do desenvolvimento do programa.

Foram considerados para a pesquisa idosos (homens e mulheres) com mais de 60 anos, independentes, que ainda trabalham, moradores das comunidades rurais, selecionadas, há mais de 30 anos. Esses critérios foram tomados a partir da necessidade de serem ouvidas pessoas que vivenciaram o antes e o depois da implementação do Programa Luz para Todos em suas comunidades, com um tempo relativamente superior a 10 anos, bem como, ainda permanecem trabalhando e, assim, estão como pessoas ativas e que contribuem para a manutenção das suas famílias ou de si próprio.

Esta pesquisa também se caracterizou por um levantamento documental e bibliográfico, de fontes primárias e secundárias, como: leis, normas operacionais, decretos, relatórios de operacionalização de ações do Programa e estudos regionais sobre abastecimento energético. Cumpre destacar os estudos (teses) na área de engenharia elétrica que serviram de apoio para a construção do percurso histórico das políticas no setor elétrico e na escassez de material sobre a comparação de estudos governamentais sobre os impactos da eletrificação rural em comunidades amazônicas.

Na pesquisa de campo, foram considerados a observação direta, entrevistas semi-estruturadas e diário de campo. Assim, a pesquisa qualitativa favoreceu a investigação aprofundada do fenômeno, aqui, proposto, de modo a apreendê-lo e compreendê-lo em sua complexidade e particularidade.

Na concepção de Demo (2001), *a dimensão de pesquisa qualitativa* difere do conceito de qualidade e se amplia para a ideia de “intensidade”, em contraposição dialética com a ideia de *extensão*. O autor discute a noção de intensidade que se volta para as dimensões do fenômeno marcadas pela profundidade, envolvimento e participação, sendo que, fenômenos que se distinguem pela intensidade indicam que não se esgotam na extensão.

Nesse sentido, está estruturada, basicamente, em momentos distintos e interligados, a saber: fase de pré-implementação, implementação e pós-implementação, conforme discriminação a seguir:

1ª fase - Pré-implementação: Configurou-se como o momento da qualificação do projeto de pesquisa, da execução da pesquisa exploratória com abordagem bibliográfica e documental. Este momento foi caracterizado, sobretudo, pela compreensão teórica sobre a temática e o objeto da pesquisa. Foram levadas em consideração fontes primárias: leis, regulamentos, decretos, documentos oficiais produzidos pelo governo; e fontes secundárias,

como artigos, livros, pesquisas e estudos sobre o tema (dissertações e teses), fotos, artigos, jornais entre outros.

Como campo empírico, foram selecionadas três comunidades rurais, uma de cada município, a saber: Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha, com as seguintes comunidades **Maranhão, São Benedito e Santa Tereza**, respectivamente, cujas histórias estarão detalhadas no próximo item. Estas tinham maior tempo de eletrificação rural e experiências com agricultura, extrativismo ou pesca, como um (a) do (as) principais fontes de renda dos moradores.

Anterior ao momento da implementação da pesquisa, foi realizada 01 (uma) visita às comunidades selecionadas para reconhecimento do campo através de observações diretas preliminares e sequenciais. Esta viagem também objetivou estabelecer contatos com os idosos [homens e mulheres acima de 60 anos] e identificar de lideranças. Pôde-se conhecer a história das comunidades, através das conversas com os moradores, descobrir seus vários aspectos espaciais (lugares de convivência e espaços comunitários) e suas principais demandas sociais e econômicas. Também foi possível conversar com alguns idosos para explicar sobre a pesquisa e realizar alguns convites para a participação direta na entrevista. A identificação dos idosos e a visita às suas casas foi facilitada pelos líderes das três comunidades. Os mesmos nos acompanharam em cada visita, e nos ajudaram a mapear a localização das casas em que residiam os moradores mais antigos. Cumpre destacar a solicitude e a disposição das lideranças para esse trabalho, bem como a viabilização de informações sobre os aspectos peculiares de cada lugar.

As visitas às residências dos idosos foram momentos de extrema receptividade. Em todas as visitas a recepção fora calorosa e tomada por vezes de emoção, visto que o interesse em dar voz aos idosos sobre as mudanças vivenciadas em sua comunidade foi tida pelos mesmos como inédita e tomada com tal importância. Embora não se tenha registrado em áudio as conversas e acordos, pois se tratava do primeiro contato, o conteúdo dos diálogos e a segurança na relação entre pesquisadora e idosos foi fundamental para subsidiar a elaboração dos instrumentais de pesquisa.

Após esse momento prévio, deu-se sequência a apreensão preliminar dos procedimentos efetivados para a compreensão das categorias: desenvolvimento, condições e modos de vida, e mudanças pós-eletrificação rural proporcionado pelo referencial teórico construído. Assim foi possível proceder à elaboração do instrumental da pesquisa: Roteiro de entrevista semi-estruturada para ser aplicado junto aos idosos das comunidades.

Em que pese este estudo ser uma avaliação de impacto das mudanças ocorridas nas comunidades pós-eletrificação rural, adotamos como princípio norteador alguns indicadores iniciais: configuração e abrangência dos direitos e benefícios, produção, informação, empoderamento econômico e social, aspectos sociais do bem-estar, nível de consumo e repercussões da eletrificação rural no processo de envelhecimento dos idosos participantes da pesquisa.

2ª fase - Implementação: Foi o momento da pesquisa de campo, propriamente dita. Trata-se da consecução da pesquisa qualitativa.

Lócus da pesquisa: A pesquisa foi realizada em três comunidades, conforme descrição anterior.

Universo e amostra: Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, buscou-se entender a realidade de forma profunda e relacional. O universo de idosos residentes nas comunidades é um dado baseado nas informações dos Agentes Comunitários de Saúde das respectivas comunidades. Na comunidade do Maranhão, o quantitativo total é de 45 idosos. Na comunidade São Benedito, o total é de 27 idosos e na comunidade Santa Tereza é de 38 idosos.

A pesquisa se propõe a analisar aspectos qualitativos de maneira profunda, deste modo definiu-se a quantidade de 10 idosos por comunidade pesquisada, visto considerarmos o formato de análise e a representatividade adequada para o estudo. Assim, partiu-se para a adoção do critério da técnica de amostra aleatória simples – AAS, a qual requer o mapeamento de todos os elementos da população para garantir que todos tenham a chance de ser escolhidos.

Os critérios para a definição desse grupo de sujeitos foram:

- i) idade, considerando aqueles maiores de 60 anos;
- ii) gênero, homem ou mulher;
- iii) moradores fixos, com residência no local há no mínimo trinta anos, visando facilitar a apreensão do processo de mudanças ocorridas na comunidade e;
- iv) concordar em ser entrevistado com a gravação da entrevista.

Reiteramos que numa metodologia qualitativa o número de sujeitos que virão compor o quadro de entrevistas dificilmente pode ser definido *a priori* – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas.

O instrumento escolhido para a coleta dos dados e informações foi o roteiro de entrevista semi-estruturada. O roteiro foi composto por 42 questões abertas, as quais se fizeram necessárias para que os sujeitos se sentissem livres para expressar seus conhecimentos, suas práticas diferenciadas, a leitura e o modo de apreensão da realidade. O roteiro tratou de itens como a composição da renda, profissão, composição familiar, a comunidade e a demanda por energia elétrica, o entendimento sobre o PLpT, as mudanças nas condições de vida e a relação da eletrificação rural com o processo de envelhecimento (Apêndice 2).

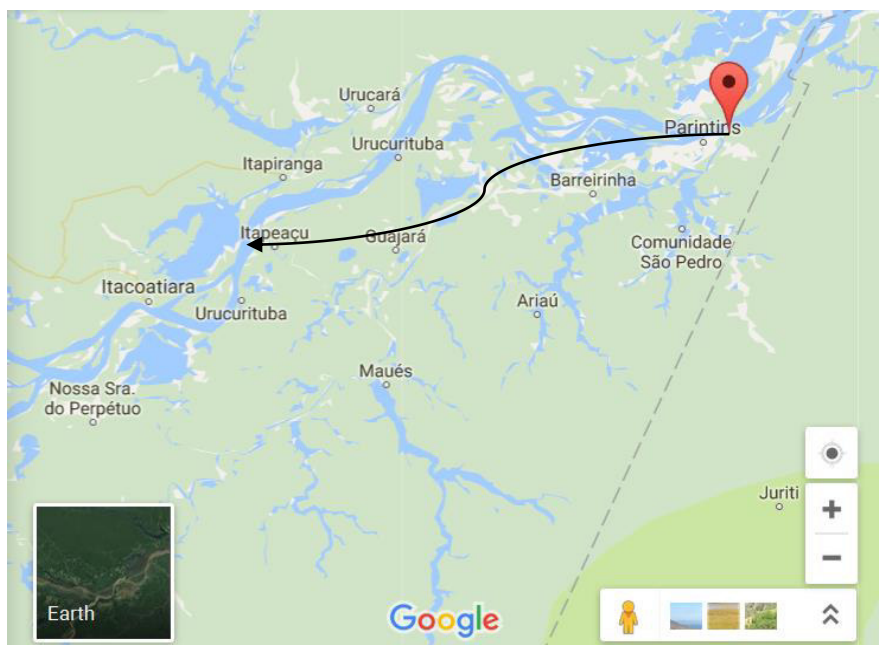
Cumprir destacar que foram realizadas três visitas às comunidades pesquisadas. O acesso às comunidades fez-se pelo sistema hidroviário (exceto a comunidade São Benedito, que possui estrada até a sede do município de Boa Vista do Ramos), atendidos por pequenos barcos na forma de recreio. A primeira viagem foi feita por meio de embarcações da região que fazem “linha” periódica às comunidades. A primeira visita (descrita anteriormente) objetivou conversar com a liderança das comunidades, a fim de obter apoio e anuência para a pesquisa, registrar os lugares (fotos) e estabelecer contatos com futuros sujeitos da pesquisa.

A permanência nessas comunidades foi de uma semana em cada uma delas. Para a hospedagem contou-se com a hospitalidade de alguns comunitários que nos receberam em suas residências. No caso da comunidade São Benedito (Boa Vista do Ramos), optou-se por ficar na sede do município durante à noite, visto que na comunidade não havia disponibilidade de hospedagem e a distância entre a comunidade e a sede era relativamente curta (cerca de 30 minutos de carro). Para chegar até o município fomos de barcos regionais que fazem “linha” periódica para o município.

Nas duas últimas visitas (após a aprovação do projeto de tese), já em pesquisa de campo, propriamente dita, as viagens foram feitas por meio da contratação de embarcações que foram fretadas. Nesse caso, a pesquisadora hospedou-se nas próprias embarcações e pôde vivenciar um período maior em cada comunidade, cerca de duas semanas. Essas viagens tiveram o objetivo da coleta de dados e também para observação direta do cotidiano e das diversas atividades econômicas e sociais presentes nas comunidades.

Vale destacar que em todas as comunidades o acesso é por um dos afluentes mais importantes da região: o Paraná do Ramos. O trajeto desse afluente parte do Rio Amazonas e percorre desde a Vila Amazônia (Parintins) até à Ilha Panumã (Itapeçu), conforme Figura a seguir.

Figura 1: Trajeto do Paraná do Ramos



Fonte: [https://www.google.com.br/maps/place/Paraná do Ramos, Parintins-AM](https://www.google.com.br/maps/place/Paraná+do+Ramos,+Parintins-AM)

As entrevistas com os idosos foram realizadas em seu ambiente doméstico, geralmente com duração de parte do dia, visto que a direção das conversas, por vezes, se movia para temas para além do foco estrito da pesquisa, mas seus conteúdos integravam e interagiam para a compreensão da singularidade da vida dos sujeitos. Nesse sentido, vale destacar a análise de Minayo (2006) acerca de um dos princípios do método dialético o qual, segundo a autora, trabalha com a concepção de que “cada coisa é um processo. Cada ser [...] está submetido à lei interna do movimento, contém em si o passado mas está em plena realização” (MINAYO, 2006, p.341). O momento do diálogo com idosos expressou uma possibilidade de demarcar tempos, sujeitos e contextos, os quais a longevidade dos indivíduos tem de forma privilegiada, capacidade em responder e significar.

ii) Registro fonográfico: mediante o consentimento pré-estabelecido entre os sujeitos da pesquisa e pesquisador, o uso deste instrumento objetivou o registro de informações impossíveis de serem anotadas em caderno de campo pela dinâmica que se processaram. Esta técnica propiciou o registro e análise dos depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa;

iii) Registro fotográfico: recurso utilizado mediante prévio consentimento dos sujeitos da pesquisa, com a finalidade do registro do *locus* da pesquisa, bem como da dinâmica das comunidades;

iv) Caderno de campo: instrumento usado para anotações significativas ao estudo, possibilitando o registro de informações que reunidas subsidiaram a construção do arcabouço analítico e interpretativo da realidade.

A fim de elucidar os dados e de informações qualitativas obtidas, a análise situa algumas etapas: seleção, classificação, codificação e representação. A seleção consistiu na eleição dos dados coletados, excluindo informações confusas, distorcidas e incompletas. Na classificação, ordenou-se os dados a partir do estabelecimento de critérios que orientaram sua divisão em categorias.

Em seguida, procedeu-se a codificação das respostas abertas, agrupando-se em categorias que as que apresentavam semelhança. As falas foram mantidas em sua versão conceitual, sendo trabalhadas em forma de textos e quadros para favorecer a análise, interpretação e a elaboração e exposição das conclusões. Nesse caso, foram codificadas em categorias conceituais relacionadas à pesquisa e exploradas as relações entre as variáveis estudadas e, ainda, consideradas na análise as convergências e divergências entre as informações (DIEHL e TATIM, 2004).

3ª fase - Pós-implementação: Neste momento foram desenvolvidas as seguintes atividades: 1) Tratamento e análise dos dados; 2) Elaboração do Relatório Parcial; 3) Elaboração da Tese; 4) Defesa pública da tese.

A análise dos dados formal ou discursiva buscou nos relatos verbais dos participantes da pesquisa, sobretudo, uma análise argumentativa com vistas a compreender a forma de argumentação dos entrevistados. Essa análise discursiva argumentativa compreende o sujeito e suas condições sociohistóricas e possibilita identificar expressões recorrentes e significativas. Assim, pretendeu-se “desvendar as regras próprias do processo discursivo e atingir as estruturas profundas na raiz de qualquer comunicação” (MINAYO, 2006, p.352)

A fim de delimitar os indicadores e variáveis a serem avaliados, lançou-se mão de métodos e procedimentos que integram uma análise qualitativa. Desse modo, para o estudo do impacto social do Programa Luz para Todos e análise da Política de Universalização e Acesso a Energia Elétrica, no bojo das políticas de estabilização de ajuste estrutural, típicas do período neodesenvolvimentista, tivemos como balizadores os indicadores, variáveis e fontes de informação citados a seguir:

Quadro 01 - Quadro de aspectos avaliados.

Dimensão	Indicadores	Fontes de Informação
Abrangência de direitos e benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde (qualidade e acesso a serviços) • Educação (programas de alfabetização específicos) • Lazer (quais as opções) • Trabalho (características) 	Entrevistas Semi-estruturadas
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades produtivas desenvolvidas • Principais produtos • Organização da produção • Condições de trabalho • Equipamentos/Ferramentas • Bens produzidos • Tempo de produção 	
Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Meios de informação • Tipos de informação 	
Aspectos sociais do bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de participação nas atividades comunitárias (Associação de Moradores, Igrejas e outros) • Nível de participação de atividades coletivas de empreendimentos comunitários 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Convívio familiar e comunitário 	
Nível de consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Principais produtos adquiridos • Necessidades de consumo • Satisfação das necessidades do consumo 	

Fonte: Elaboração própria.

1.2 O retrato das comunidades do Baixo-Amazonas (Parintins, Boa Vista do Ramos, Barreirinha): condições históricas e sociais do *locus* da pesquisa

Para a escolha do *locus* da pesquisa alguns aspectos relevantes para o estudo foram considerados:

- i) *Localização da comunidade*: distância da comunidade em relação à cidade de Parintins (cidade residência da pesquisadora) e a forma de acesso;
- ii) *Tempo de implantação do PLpT*: tempo adequado para perceber as incoerências com a universalização do acesso à energia elétrica na Amazônia, quando consideradas as suas peculiaridades ambientais e socioculturais.

A partir do estabelecimento desses critérios percebeu-se que muitas comunidades do interior do estado do Amazonas se enquadravam nesse perfil. Optou-se por três municípios do Baixo-Amazonas (Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha) (Figura 3), pois em visita à Representação da Região, as comunidades destes municípios, mostraram-se receptivos com a proposta da pesquisa viabilizando as informações necessárias para a escolha do *locus*.

A fim de destacar a localização, história e aspectos locais das comunidades pesquisadas, retrataremos de forma descritiva cada uma delas no contexto dos municípios.

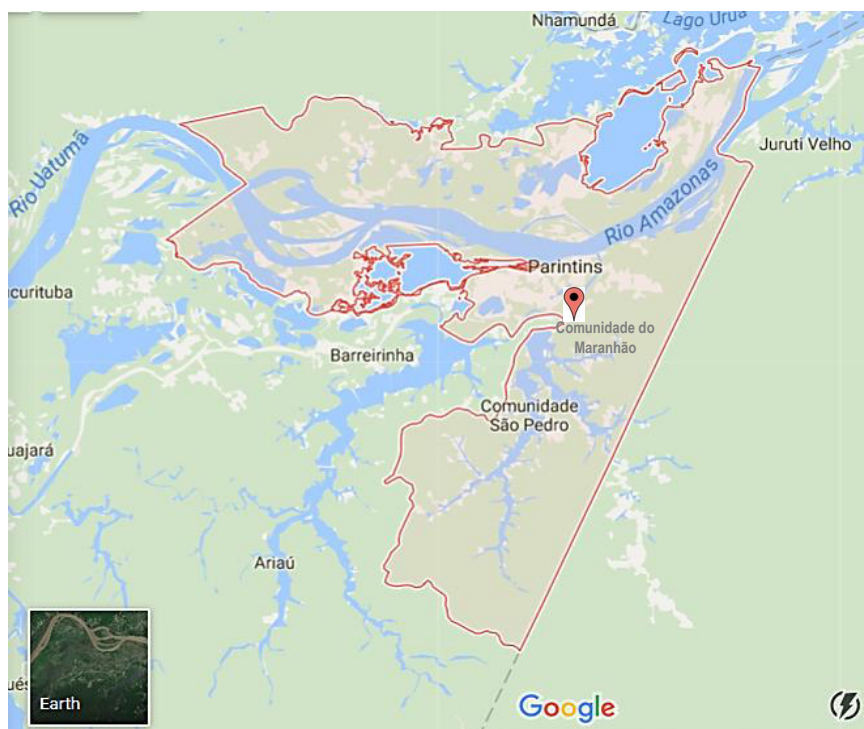
1.2.1 Município de Parintins e a Comunidade do Maranhão

Município na fronteira com o estado do Pará. Está situado na região do Baixo-Amazonas e localiza-se a leste da capital do estado, distando desta cerca de 369 quilômetros. O município é conhecido, principalmente, por sediar o Festival Folclórico de Parintins, uma das maiores manifestações culturais preservadas da América Latina. Localiza-se à margem direita do rio Amazonas. A vegetação, típica da Região Amazônica, é formada por florestas de várzea e de terra firme, tendo, ao seu redor, um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra. A principal forma de transporte entre Parintins e os demais municípios é o fluvial, além do aéreo. A temperatura média registrada é de 26 °C.

Segundo o Censo de 2010, o PIB per capita a preços concorrentes do município corresponde a R\$9.254,78, apresentando nível médio de desenvolvimento, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de 0,658. A população estimada do município é de 102.033 habitantes (IBGE, 2014), sendo o segundo mais populoso do estado do Amazonas.

A densidade demográfica é de 17,14 habitantes/Km², distribuídos entre a sede do município e em 186 comunidades ribeirinhas. Dentre as várias comunidades que compõem o município de Parintins, se destacam os seguintes distritos: Vila Amazônia, Mocambo, Caburi, Zé-Açu e **Maranhão**. Apesar de Vila Amazônia ser o principal distrito e ser mais próximo da sede do município, optamos pela comunidade do Maranhão por considerarmos ter características (quantidade de famílias e geografia espacial) semelhantes às outras comunidades.

Figura 2: Mapa do município de Parintins e localização da comunidade do Maranhão



Fonte: Google maps, domínio público, 2016.

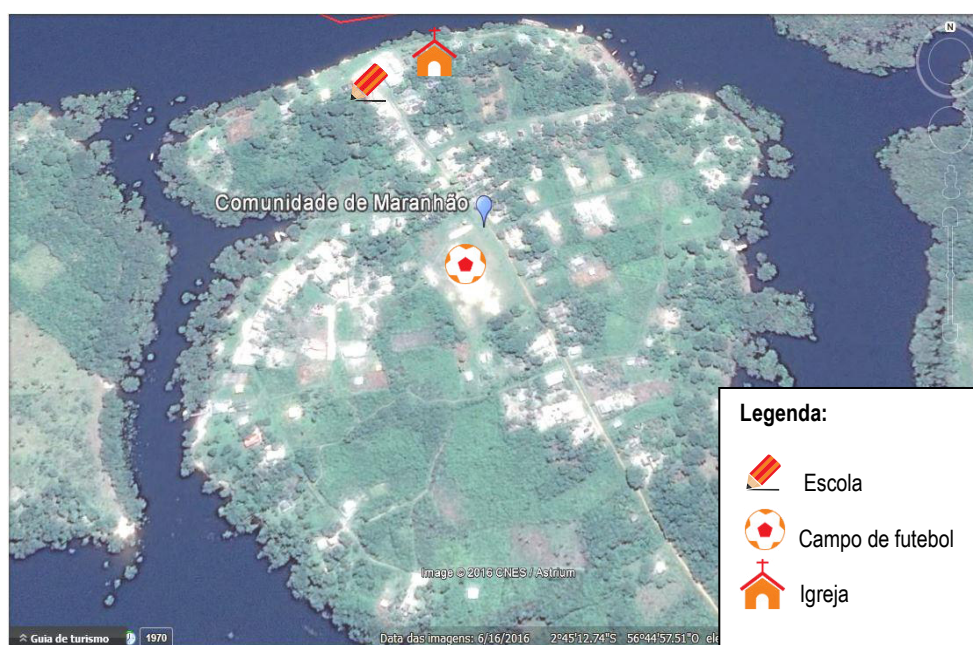
Comunidade do Maranhão

A comunidade do Maranhão localiza-se na região do Uaicurapá, que possui um rio de águas escuras as quais se contrastam com a cor barrenta do Paraná do Ramos. Nesse encontro de águas que não se misturam, está localizada a entrada (boca de rio), que dá acesso à comunidade do Maranhão. Ela se situa em um trecho da margem esquerda do Rio Uaicurapá, no alto de um barranco e lá vivem, aproximadamente, 130 famílias.

A origem da comunidade remonta um período histórico do Estado do Amazonas (o *boom* da exploração e comercialização da borracha) na década de 1940, pois o fundador da comunidade era Diogo, um maranhense advindo das comitivas de trabalhadores em busca de alocação nos seringais amazonenses. Benchimol (1977) aponta dois casos importantes sobre a fixação nordestina na Amazônia, que nos fazem refletir, por um lado, sobre as condições sociais de recepção social do “Soldado da Borracha”. Para o autor, há duas identidades pertinentes na migração nordestina para a Amazônia, o aventureiro e o sozinho, mas, por força do pertencimento familiar com sua terra de origem, logo essas duas identidades retornariam para o nordeste (principalmente Ceará), despontando, assim, um risco iminente para a mão de obra necessária na exploração da borracha na Amazônia.

No que se refere ao ordenamento espacial, a comunidade possui uma rua central e três ruas perpendiculares. A maioria das casas se concentra próxima a Igreja Católica e a Escola Municipal, ambas localizadas lado a lado. Cerca de 2 km da Igreja está um amplo campo de futebol, local bem movimentado durante a semana e nos finais de semana, sediando vários campeonatos locais.

Figura 3: Vista aérea da Comunidade do Maranhão



Fonte: *Google earth*, domínio público, 2016.

Destaca-se a disposição das residências mais afastadas da igreja, as quais possuem terrenos mais amplos, com a criação de pequenos animais (galináceos e patos) e o cultivo de hortaliças nos quintais, em canteiros suspensos, bem como plantas ornamentais e as ervas medicinais.

A comunidade é servida por água encanada (benefício pós-eletrificação rural), entretanto, assim como a maioria das comunidades no Amazonas, não possui saneamento básico, fazendo-se uso de fossa séptica.

De acordo com informações do líder da comunidade, os moradores da comunidade, em sua maioria, são produtores familiares que subsistem da lavoura de culturas anuais e da pesca. A comunidade do Maranhão, em 2011, abriu uma frente de roças e extração de recursos naturais de, aproximadamente, 100 hectares. A partir desse modelo, cada família tem direito a trabalhar num lote. Essa iniciativa partiu dos próprios moradores e a ideia objetivava fazer um reflorestamento com mudas de andiroba e a aprovação de regra de não derrubar uma

única árvore nativa de grande porte. Esta medida, tomada em assembleia, causou revolta de madeireiros da região, mas, os moradores ainda conseguem manter o acordo e realizar esse manejo.

A maioria dos moradores da comunidade do Maranhão vive do plantio da mandioca, de venda de verduras na feira do fim de semana em Parintins, da coleta de açaís da floresta, dos doces e vinhos de uixi, uixi coroa e uixi liso, frutas no formato de um ovo de galinha, de sabor adocicado. O cheiro da fruta é tão forte que atrai animais como: pacas, tatus e antas. Alguns moradores fazem armadilhas perto de árvores de uixi para capturar os animais nos meses de abril e maio, época da colheita.

É uma comunidade movimentada; pela sua localização (próximo à sede do município) tem atraído novos moradores que, em alguns momentos, têm causado conflitos com os antigos moradores. Há queixas e denúncias que apontam que, desde 2014, há apropriação indevida de terrenos pertencentes à comunidade. Com o crescimento populacional da comunidade e a instalação de comércios e bares, a comunidade vivencia constantemente conflitos (brigas) ocasionados, principalmente, pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas, problema destacado durante a pesquisa de campo em conversa com os moradores.

No Quadro 02, a seguir, consta o relato da origem da comunidade. É um documento que registra os dados referentes à origem do nome e os principais acontecimentos que permeiam a constituição do lugar. Um histórico construído pelas lideranças da comunidade juntamente com os professores da Escola Municipal.

Quadro 02- Histórico da Comunidade do Maranhão

Histórico da Comunidade do Maranhão

Após a decadência da missão dos jesuítas, que se estendeu por 50 anos, e por várias mudanças políticas na região do Grão-Pará, e do Brasil, por ordem do Marquês de Pombal. O Amazonas após muitos anos desses acontecimentos históricos, e já emancipado como Província, se destaca com a expansão comercial da borracha. Este fato trouxe um número expressivo de nordestinos para trabalhar nos Seringais Amazonenses.

Foi então que em uma das comitivas de trabalhadores, veio “Diogo” um maranhense forte, alto, de cabelos encaracolados, que se agraciou das belezas da região, e resolveu fixar-se as margens direita do Rio Uaicurapá em uma cabeceira, onde posteriormente habitou o senhor Claudomiro Tavares (o Tio Codó). Para sobreviver, começou na agricultura plantando arroz e cana-de-açúcar, sua produção era vendida para um português de agrado “VIVI” que possuía uma usina de açúcar e cachaça no lugar “Varrento”. Mas, descontente com o preço e sua produção ser muito baixo, e constantes ataques de macacos em seu canavial, abandonou o lugar e foi para o outro lugar na Beira do Amazonas.

Deixando para trás saudades, recordações, e lembranças, o lugar onde agricultou ficou conhecido como “do Maranhão”, mas tarde se fixaram os moradores como: Oscar de Oliveira, Tereza Lopes e Laurenro Rodrigues. A comunidade foi se povoando a partir daí, porém, os mais antigos do lugar foram: Abílio Rodrigues, Antonio Rodrigues, Cassiano Carmo, Jose Melo, Manoel Martins (Maneco), Ambrózio Mamede Marinho, Taumaturgo Bulcão, Irio pereira Machado, e Luiza Rodrigues.

Na região do Maranhão, o povo sempre fazia promessa aos santos, e rezavam ladainhas para São José, Santa Terezinha, São Sebastião, São Domingos para agradecer as graças recebidas e faziam com fé, e devoção uma vez ao ano. Após a reza sempre serviam um almoço ou jantar, derrubada de mastro e em alguns casos festa dançante.

Nesse período, o lugar ainda não tinha igreja, e as ladainhas eram rezadas nas casas dos “promesseiros”. Em 1948, com a evangelização crescendo no município de Parintins “Nossa Senhora das Graças” deu o nome à congregação Mariana do Maranhão, e anos depois à comunidade.

Em 13 de janeiro de 1948, o senhor Alberto Resende, um antigo morador do lugar, sofreu um terrível acidente, colocando seu pé na luva de uma máquina “Sérflés” em movimento de forma acidental. Nesse instante, com uma insuportável dor no pé e um ferimento, invocou o nome de Maria Santíssima dizendo: “Oh! Gloriosa Nossa Senhora das Graças. Se vós retirares essa imensa dor e fazer sarar meu pé, sem ter que amputar, prometo que vou construir uma capela lá no Maranhão, e vou convidar o povo para rezar junto comigo o terço em vossa homenagem”.

O milagre aconteceu, a insuportável dor passou, o ferimento foi cicatrizando, para surpresa do médico japonês, Dr. Toda que lhe atendeu em Vila Amazônia só restou dizer-lhe: “rapaz não vai ser preciso amputar seu pé, já está sarando, só vai ficar um pouco enjilhado”.

Em 21.01. De 1952, Alberto Resende retornou ao Maranhão, pediu de sua sogra Tereza Lopes um pedaço de terra, e mandou fazer uma capela. Através de seus amigos, solicitou de Belém do Pará, a 1ª imagem de Nossa Senhora das Graças, para ser colocada na capela. O povo comovido pela fé e devoção, passou a rezar o terço aos domingos na capela em louvor a “Nossa Senhora das Graças” e tornando o lugar sede da congregação Mariana da Prelazia de Parintins, foi assim que o Maranhão entrou na vida de fé e religiosidade.

Em 24.11.1984, embaixo de uma mangueira, o procurador e advogado da Prefeitura Municipal de Parintins, Dr. Algenor Maria Teixeira (Satuca) redigiu a ata manuscrita que assinada pelas autoridades, dando ciência ao ato do Executivo e protocolando Maranhão como de fato e de direitos “Agrovila Maranhão”. Durante a cerimônia, o Sr. Presidente Osmar Barroso disse estar feliz e agradeceu pelo avanço conquistado e, na oportunidade o Vereador Paulo Marques se pronunciou: “Minha gente do Maranhão vai se desenvolver e crescer além do que já é.”

Fonte: Elaboração dos moradores da Comunidade do Maranhão, s/d, 10fls.

1.2.2 Município de Barreirinha e Comunidade Santa Tereza do Matupiri

O município de Barreirinha está localizado na 9ª Sub-Região do Baixo Amazonas, distante de Manaus 372 Km, em linha reta e por via fluvial 420 Km, ocupando área territorial de 5.750,558 Km², com altitude de 16m acima do nível do mar, com clima tropical chuvoso e úmido e temperatura média de 27°C. Apresenta áreas limítrofes com alguns municípios e um estado, sendo eles: municípios de Parintins, Maués, Boa Vista do Ramos e Uricurituba e o estado do Pará.

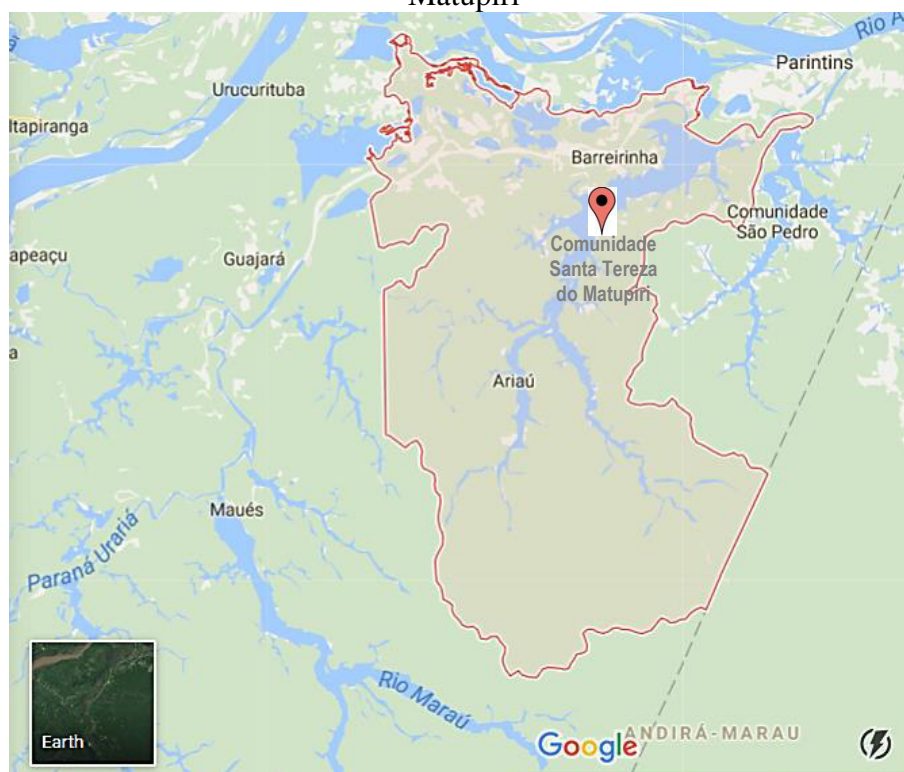
Embora tenha ganho notoriedade com as poesias de Thiago de Melo, ilustre filho da terra, o município de Barreirinha tem sua origem em meados de 1830 e o seu primeiro morador, o Sr. Manuel da Silva Lisboa, abandonou a área devido aos ataques e crimes praticados pelos índios. Para catequizar essa povoação, o capuchinho Pedro de Ceriana veio ao local e instalou a Missão Andirá, criada pela Resolução nº 76, de 02 de outubro de 1848, da Província do Pará. Em 31 de março de 1938 foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Barreirinha, pela Lei Estadual nº 68 (BARREINHA [S.D.]).

Segundo o Censo de 2010, o PIB do município corresponde a R\$ 118,9 milhões, apresentando nível médio de desenvolvimento, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de 0,57. A população estimada do município é de 30.202 habitantes (IBGE, 2014), estando a maior parte de sua população localizada na área rural, ou seja, 54,6%, para 45,4% na zona urbana. A densidade demográfica é de 4,76 habitantes/Km², distribuídos entre a sede do município e em 153 comunidades ribeirinhas, sendo 53 indígenas, 11 distritos¹³ e quatro quilombolas¹⁴.

¹³ Distritos localizados no Paraná do Ramos: Vila Cândida; Cameté do Ramos; Pedras; Terra Preta do Limão; Brasília do Estácio; Distritos localizados no Andirá: Barreira do Andirá; Freguesia do Andirá; Ariaú; Piraí.

¹⁴ Santa Tereza do Matupiri; São Pedro da Trindade, Boa Fé e Ituquara.

Figura 4: Mapa do município de Barreirinha e localização da Comunidade Santa Tereza do Matupiri



Fonte: Google maps, domínio público, 2016.

Comunidade Santa Tereza do Matupiri

A Comunidade Santa Tereza do Matupiri localiza-se no lago Matupiri, um dos braços do rio Andirá, rio importante e imponente na região do município de Barreirinha. É uma comunidade polo para comunidades do lago e que se autodenomina “Remanescentes de Quilombo¹⁵”, título reconhecido e registrado pela Fundação Cultural Palmares (Apêndice).

Vale destacar que a comunidade guarda em depósito, o memorial (Quadro 03) sobre o surgimento da comunidade. Nesse documento consta sua origem ligada à história de escravos que, após o cativeiro, chegam ao Médio Amazonas e formam famílias. Dos seus descendentes originam-se as comunidades quilombolas do lago do Matupiri (Santa Tereza do Matupiri, São Pedro da Trindade, Boa Fé e Ituquara).

O processo de reconhecimento das comunidades quilombolas do lago do Matupiri é extensamente analisado pelo Projeto Nova Cartografia Social (desenvolvido pela

¹⁵ Sobre a questão quilombola, Almeida (2011) destaca que se assiste, no final do século XX e nesta primeira década do século XXI, à construção do campo conceitual de quilombo, compreendendo inúmeras noções operacionais correlatas, que tem como ponto de partida situações sociais específicas e coetâneas, caracterizadas, sobretudo por instrumentos político - organizativos, cuja finalidade precípua é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria.

Universidade do Estado do Amazonas em conjunto com outras Universidades). Esses estudos apontam que o processo de reconhecimento se deu através de uma luta e mobilização intensa de moradores e lideranças comunitárias, os quais partiram da recuperação das memórias de antigos moradores para a afirmação da identidade quilombola.

Para o acesso a comunidade conta-se com o sistema hidroviário e, ao aportar na mesma, utiliza-se uma pequena ponte que serve como porto para atracar (estacionar) as embarcações. A área da comunidade é predominantemente de terra firme e, em épocas de estiagem, somente embarcações de pequeno porte conseguem chegar até o local.

As residências dos moradores da comunidade concentram-se na rua principal, mas, há residências nas proximidades da Igreja Católica. Nesta rua, existem dois comércios (um bar e uma mercearia), uma pequena movelaria e uma casa de farinha. Esta última é um espaço de uso coletivo, em que as famílias podem utilizar os fornos para a produção de farinha.

Figura 5: Rua principal da Comunidade Santa Tereza do Matupiri



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Há uma Igreja Católica localizada no meio da comunidade. No mesmo local, em frente à Igreja, há um campo de futebol, espaço muito utilizado pelos jovens para atividades esportivas, de entretenimento e também para as festividades religiosas.

Ao fundo da Igreja Católica, no caminho para a Escola Municipal Santa Tereza, está localizado o cemitério da comunidade (desativado), abrigando alguns túmulos mal conservados.

Figura 6: Vista aérea da Comunidade Santa Tereza do Matupiri



Fonte: *Google earth*, domínio público, 2016.

A comunidade foi uma das comunidades selecionadas pelo Projeto Pé de Pincha¹⁶ (um projeto ambiental) e algumas famílias ainda realizam o manejo de quelônios. Em alguns quintais, podem ser vistos caixas d'água que armazenam os animais para a futura soltura no lago do Matupiri.

¹⁶ Criado em 1999, por comunitários da cidade de Terra Santa no Pará e pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas e Pará, este projeto atua em municípios do Amazonas e Pará. O nome do projeto refere-se às pegadas do Tracajá, que na areia ficam no formato de pinchas (tampinhas de refrigerantes de garrafas de vidro). Atualmente, é patrocinado pela Petrobras, através do projeto Petrobras Ambiental, tem como missão preservar e conservar as populações de quelônios da Amazônia e junto realizar trabalhos sociais com as comunidades.

Figura 7: Tanque de quelônios de um comunitário



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Atualmente, existe uma escola na comunidade (Escola Municipal de Santa Tereza), a qual oferta o ensino fundamental e médio, além do ensino tecnológico. O antigo prédio da Escola fica em frente à Comunidade e está abandonado. Ao lado do antigo prédio escolar, está situado o Centro Comunitário que serve às reuniões comunitárias e pequenas festividades religiosas.

O rendimento das famílias na comunidade é proveniente, principalmente, dos benefícios sociais do Governo Federal (Bolsa Família) e da comercialização de artesanatos, farinha e pescaria.

A comunidade não possui Unidade Básica de Saúde, apesar de ser uma comunidade polo e seus moradores, quando necessitam, precisam se deslocar até a sede do município de Barreirinha para atendimentos médicos.

O trecho a seguir (Quadro 03) é um texto produzido pela comunidade cujo objetivo foi, principalmente, descrever e documentar a afirmação de sua identidade quilombola. Cumpre destacar que a Comunidade Santa Tereza do Matupiri é uma das comunidades quilombolas do município de Barreirinha, localidade mapeada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. A sua composição está ilustrada na figura 8. Segue o documento histórico:

Quadro 03 - Histórico da Comunidade Santa Tereza do Matupiri

Histórico da Comunidade Santa Tereza do Matupiri

Por volta do ano de 1878 um grupo de negros, escravos fugidos de um navio negreiro, que seriam vendidos no estado do Pará, chegaram refugiados à Vila Amazônia, na época Sede de Parintins. Os irmãos Manuel Benedito Rodrigues da Costa e Duluvico Rodrigues da Casta, juntamente com seus primos Manuel Trindade Rodrigues e Tereza Albina de Castro, amedrontados e traumatizados com medo de serem recapturados por seus donos. Seguiram viagem rio acima com um comerciante que regateava no Município de Barreirinha e se esconderam nas cabeceiras do Rio Andirá.

Vivendo de cabeceira em cabeceira chegaram, por fim, a uma cabeceira denominada Matupiri, onde fundaram um pequeno povoado e lhe deram o nome de SANTA TEREZA DO MATUPIRI. As pessoas que moravam nas redondezas juntaram-se no povoado e constituíram família, inclusive Manoel Benedito casou-se com Dona Júlia e assim outros foram casando e o povoado foi aumentando gradativamente. Dona Tereza Albina que era praticante do catolicismo, observando o aumento da população, comprou uma imagem de Santa Teresinha do menino Jesus e com ajuda de todos do povoado foi construída uma capela para praticarem suas devoções, e desde então a Comunidade recebeu o nome oficial de Santa Tereza do Matupiri.

Por ser um povo alegre e festivo, alguns costumes foram introduzidos no povoado (tanto por parte dos negros como pelos caboclos e índios que constituíram a população) assim como crenças e credences populares.

No aspecto religioso, as festas de São Sebastião comemoradas de 1ª a 20 de janeiro, festa da Santíssima Trindade de 05 a 08 de maio e festa de Santa Tereza do Menino Jesus, a mais importante até hoje por ser a Padroeira oficial da Comunidade, comemorada de 05 a 15 de outubro. Todas as festas seguiam e ainda seguem as tradições negras e indígenas, como levante o mastro no início das festividades e sua derrubada no encerramento, com músicas de bambá, leilão, novena, procissão, arraial e festa dançante ao povo em geral.

No aspecto cultural, as quadrilhas, pastorinhas, garcinha, boi-bumbá, lundum, maxixe, jaçanã, valsa, bolero, marchinha e etc. como também flauta, cavaquinho, violino, banjo, bombo, violão, maracá, pandeiro e etc. No aspecto artesanal, a fabricação de paneiros, vassouras, cestas tipiti, colares, anéis de caroços principalmente de tucumã, topés, abonos, chapéus, balaios e outros, feitos com palhas da região assim com as panelas, potes, alguidares, torradores, pratos, xicaras, fogareiros, vasos e assadeiras, produtos feitos de barros.

No aspecto produtivo, a caça era muito praticada pelos comunitários principalmente pela carne saborosa e o couro que era curtido manualmente e trabalhado para fabricação de instrumentos e objetos de uso pessoal. A pesca e agricultura e o extrativismo vegetal eram praticados como meio de sobrevivência que eram comercializados pelo sistema de escambo, ou seja, troca por produtos que não tinham, conforme sua necessidade.

No ano de 1950, foi formada a primeira diretoria comunitária, objetivando a sua organização e seu desenvolvimento sendo nomeado presidente o senhor Raimundo Santarém de Souza, tendo como vice-presidente o senhor Augustinho Lima da Silva, que contribuíram muito para o desenvolvimento do povoado. Em 1980, Santa Tereza foi reconhecida legalmente como Comunidade, tornando-se pólo das outras circunvizinhas. A partir desse ano as atividades religiosas foram intensificadas com a construção da igreja de Santa Tereza do Menino Jesus pelo então presidente de base Edson Carlos Viana.

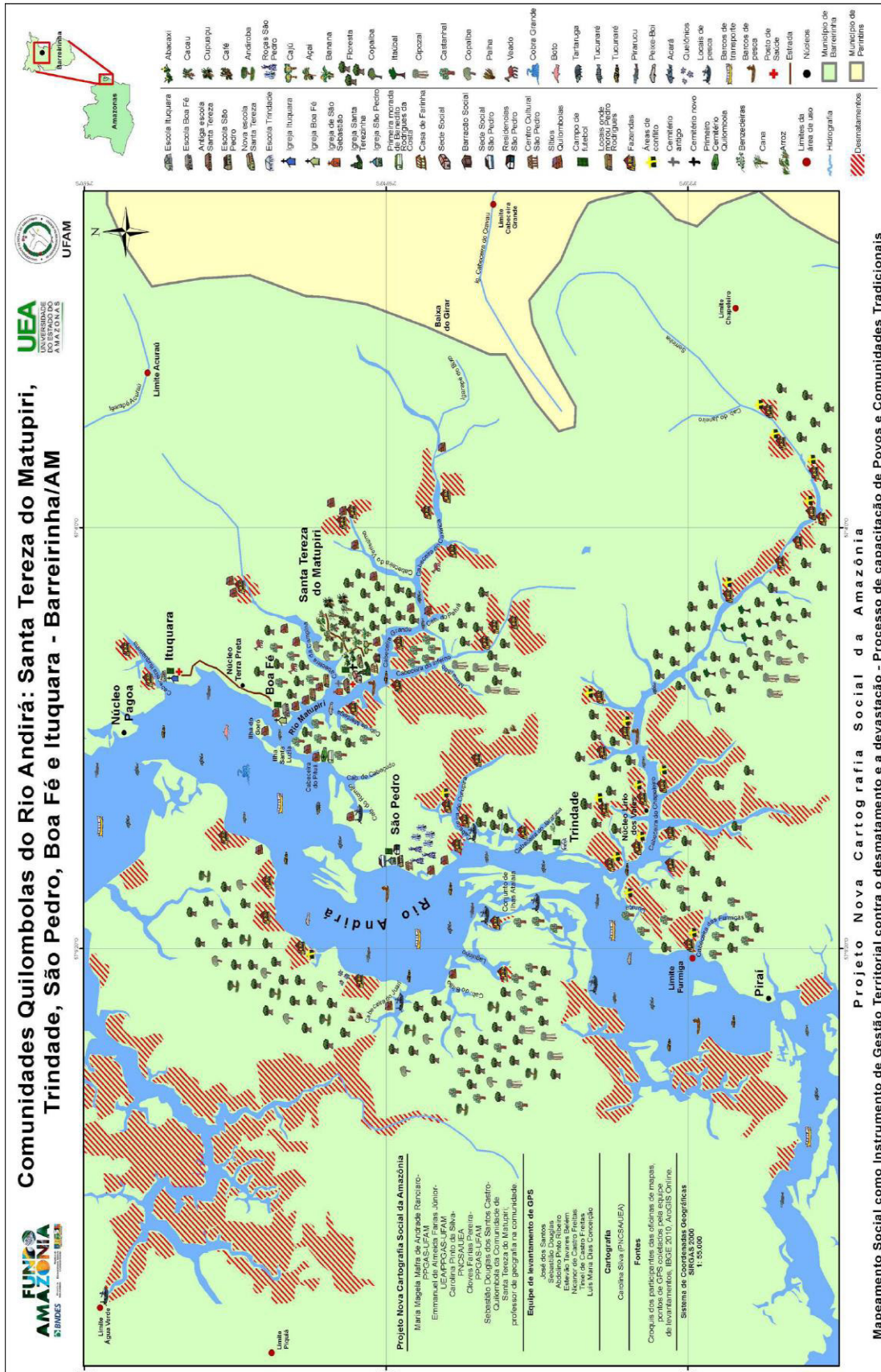
Somente em 2008, a Comunidade consegue representatividade na Câmara Municipal, com a eleição do Vereador Gracenildo Cruz Baraúna (Branco Baraúna). Por iniciativa do mesmo, no dia 30 de abril de 2010, Santa Tereza do Matupiri é elevada a categoria de Distrito pela Lei Municipal nº 096.

Mantendo as tradições culturais e os costumes recebidos dos negros, hoje o Distrito de Santa Tereza do Matupiri é um dos mais importantes pólos do rio Andirá, sendo um dos primeiros a receber energia 24 horas, água potável, escola de qualidade (em construção) e outros benefícios essenciais ao seu desenvolvimento. Sua agricultura o Distrito dedica-se ao cultivo de guaraná, cana de açúcar, feijão, milho abacaxi e principalmente a mandioca, principal produto de exportação para outras comunidades e Sede Municipal, recebendo com frequência, cursos de especialização.

Reconhecimento como remanescente de quilombolas a cultura e influência negra predomina no Distrito, afinal foi este povo que fez a história de SANTA TEREZA DO MATUPIRI (grifo dos autores).

Fonte: Elaboração dos moradores da Comunidade do Maranhão, s/d, 10fls.

Figura 8: Localização da comunidade Santa Tereza



Fonte: Cartografia Social da Amazônia, 2014.

1.2.3 Boa Vista do Ramos

Boa Vista do Ramos é um município brasileiro localizado no interior do estado do Amazonas, pertencente à Região do Baixo-Amazonas. O município localiza-se à margem direita do Paraná do Ramos, a uma distância de Manaus de 270 km em linha reta e 367 km por via fluvial. Limita-se com os municípios de Maués, Urucurituba, Barreirinha e Itacoatiara. Possui  rea de 2.586,846 km² e, aproximadamente, uma popula o estimada, em 2016, de 18.080 habitantes.

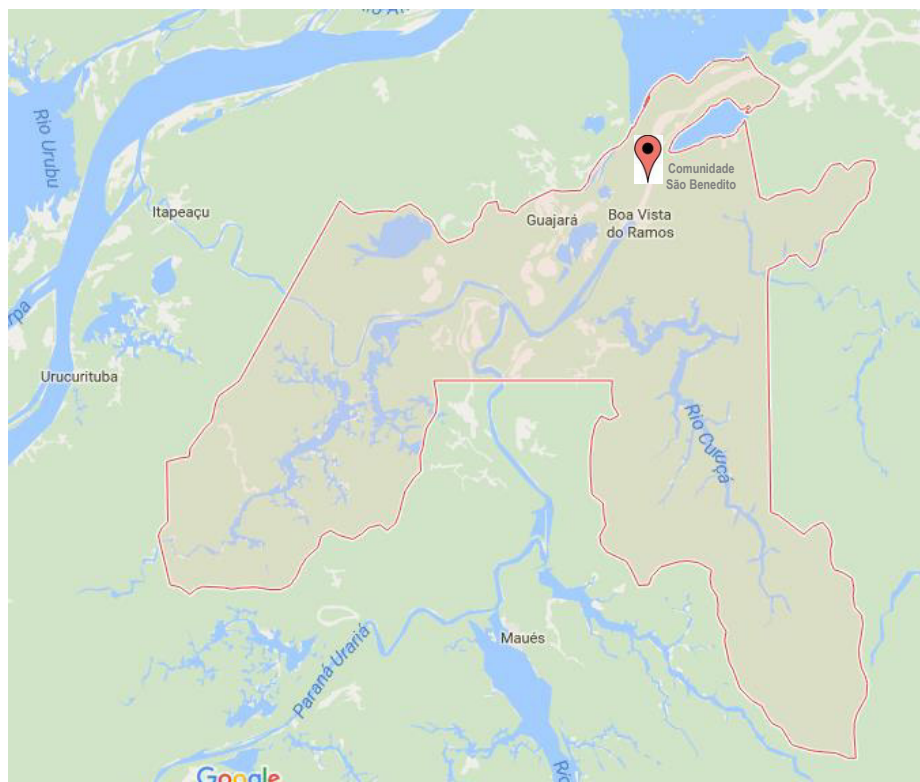
Segundo o Censo de 2010, o PIB per capita a preços concorrentes do município corresponde a R\$ 5.950,97, apresentando nível médio de desenvolvimento, com um  ndice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de 0,565. “Boa Vista do Ramos é subdividida em cinco regiões: Região do Ramos de Cima (13 comunidades); Região do Ramos de Baixo e Lagos (11 comunidades, dentre elas a Comunidade São Benedito); Região do Rio Urubu (06 comunidades); Região do Lago Preto (04 comunidades); Região do Massauari (11 comunidades)” (Dados da Secretaria Municipal de Educa o e Cultura do Município Boa Vista do Ramos).

A denomina o de Boa Vista do Ramos adv m do fato de que no povoado havia uma casa comercial chamada ‘Boa Vista’, de propriedade do Sr. Antero Roberto Pimentel e ‘Ramos’ por estar localizada no Paraná do Ramos.

A história de Boa Vista do Ramos encontra-se ligada à história do município de Maués. Em 1798, foi fundada a Aldeia de Lusea. Em meados do Século XIX, vários conflitos ocorreram na região, entre brancos e povos indígenas, sendo efetiva também a participa o de cabanos, oriundos da Cabanagem.

Quando a Província do Amazonas é criada, em 1850, Lusea torna-se um dos quatorze municípios existentes na província. Seu nome é alterado, em 1892, para Maués, tornando-se sede da Comarca em 1895. Em 10 de dezembro de 1981, através da Emenda Constitucional n  12, o povoado de Boa Vista do Ramos, além de outros territórios pertencentes a Maués e áreas adjacentes dos municípios de Barreirinha e Urucurituba, passam a constituir o novo município de Boa Vista do Ramos.

Figura 9: Município de Boa Vista do Ramos e localização da comunidade São Benedito



Fonte: *Google maps*, domínio público, 2016.

Comunidade São Benedito

A comunidade de São Benedito não possui documento formal relatando o seu histórico. Portanto, o relato descritivo a seguir deriva do cruzamento de nossas observações durante as visitas na comunidade, com as conversas com os idosos participantes da pesquisa e do relato etnográfico de uma pesquisa dissertativa de Dinelly (2012) da área da educação que teve como lócus a comunidade São Benedito.

Segundo relatos dos idosos, a comunidade foi fundada em 1960 e possuía o nome de Irmandade. Seus primeiros moradores foram: José Durval Tavares, Antonio Tavares, João Rodrigues Caldas Magalhães, Bárbara Pereira, Venâncio da Silva Grana.

Ao chegar de canoa ou qualquer outra embarcação, pode avistar uma extensa ponte de madeira, construída na área de várzea. Ao término dessa, já na área de terra firme, há uma longa e íngreme escadaria com 47 degraus. É por esses muitos degraus que se caminha para chegar até a “ribanceira”, onde fica um pequeno espaço de alvenaria (casinha) coberto com telhas, onde se costuma recompor fôlego depois da cansativa subida. Desse ponto alto pode-se contemplar ter bela visão do Paraná do Ramos.

Figura 10: Casinha na frente da comunidade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A comunidade é predominantemente católica, porém há mais duas igrejas evangélicas, que realizam seus cultos e outras atividades como retiros e encontros semanais nas casas de seus membros, encontros esses que eles denominam de células.

Como atividade de lazer e entretenimento, a comunidade realiza, anualmente, em dezembro a festa do Bodó (peixe abundante naquela região).

De acordo com Dinelly (2002), a produção da farinha ocorre na chamada casa da farinha, um espaço coletivo, muito valorizado. Outra atividade muito explorada é a pesca durante todo o ano nos lagos, que recebem pescadores da cidade de Boa Vista do Ramos e das comunidades mais próximas. Em São Benedito, os mais conhecidos são os lagos: 1º Campo, 2º Campo, Machadinho, Machadão, Poção, Quati, Quatizinho, Camaleão, das Garças, das Onças, do Gavião, do Miuá, Cana Verde, Burradinho, Burradão, Lago Grande, do Chato, do Sumaúma.

A comunidade é relativamente grande, pois, segundo informações do líder comunitário, é constituída de 105 famílias. É uma das maiores e a mais próxima do município de Boa Vista do Ramos. A organização espacial do centro da comunidade logo lembra a forma de um magro “U” com a abertura para o rio. No meio do “U”, sozinha, fica a igreja de

São Benedito, em construção de alvenaria pintada nas cores amarelo com as bordas vermelho-escuro. Logo no início da lateral direita, há o prédio da escola Tancredo Neves.

Figura 11: Igreja São Benedito (fachada)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dinelly (2002) em seu registro etnográfico destaca a visão da parte arquitetônica das moradias, o que coaduna com as impressões registradas durante a visita à comunidade em pesquisa de campo. Seguindo à direita, vemos as instalações das antenas de uma telefonia celular, seguida de várias casas, a maioria de madeira coberta de telhas de zinco ou amianto, outras de madeira com cobertura de palha, outras ainda, com a estrutura de alvenaria, as paredes de madeira e cobertura de telhas. No fundo do “U” fica a sede, espaço usado para as festas e outras atividades sociais.

Na lateral esquerda, além das casas, localiza-se o centro social. As ruas são distribuídas na forma horizontal, são de barro ou de capim. Não há asfalto na vila, também não observamos divisões nos quintais, cercas ou muros, a delimitação se faz por árvores ou um jardim.

Ultrapassando a linha do fundo do “U”, já bem próximo do início da estrada de barro, há um imenso campo de futebol, sendo suas laterais rodeadas por casas.

O transporte para a comunidade era realizado somente pelo Paraná do Ramos, hoje há uma estrada, que facilita o transporte tanto para a cidade como para as comunidades vizinhas,

Santo Antonio do Mucum, São Raimundo do Taracuí, Santo Antonio do Bacabal e Vila Manaus. A estrada é de barro e quando é período de chuva, transitar nela é arriscado, então a maioria prefere utilizar a rabeta. Durante a visita a comunidade, ouvimos vários relatos de acidentes envolvendo motociclistas na estrada, dada as suas precárias condições.

Os recursos financeiros das famílias da comunidade provêm, uma boa parte, dos benefícios do Governo Federal, como: Bolsa Família e aposentadorias pelo Sindicato dos pescadores e dos trabalhadores rurais. Há também os funcionários da Prefeitura, como os professores do ensino fundamental, auxiliar de serviços gerais, a merendeira, a agente comunitária de saúde, o agente de abastecimento d'água e o líder da comunidade. Há muitas famílias que não têm outra fonte de renda, a não ser a produção de farinha e seus derivados e a pesca.

Figura 12: Vista aérea da Comunidade São Benedito



Fonte: *Google earth*, domínio público, 2016.

A comunidade de São Benedito, também é conhecida pelo nome de Cachimbo. Segundo o Sr Ismael, historiador popular de Maués, o povo da comunidade era chamado de cachimbeiro devido aos primeiros moradores, provavelmente descendentes de escravos que serviam aos primeiros missionários da região, cultivarem bastante tabaco e fumarem em cachimbos. Tais informações são apenas relatos de seu Ismael e moradores mais antigos, pois

não conseguimos nenhum documento formal que pudesse fundamentar essa história, apenas relatos de seu Ismael e moradores mais antigos.

Na sua história atual, apesar das grandes melhorias na estrutura física da comunidade, da maior facilidade de acesso à escola, ainda há graves problemas sociais, como o uso de drogas: cocaína, maconha, bebida alcoólica e a consequência disso: a violência familiar e entre os comunitários. Há muitas famílias que vivem em situação de extrema pobreza, sustentando-se financeiramente com os benefícios sociais do Governo Federal e com a venda dos recursos naturais que excedem do seu uso.

1.3 População rural idosa: atores e labores dos participantes da pesquisa

Embora não fosse nosso objetivo traçar o perfil dos idosos entrevistados, apontamos a importância dos dados do levantamento das entrevistas realizadas com 30 idosos participantes da pesquisa e algumas informações das observações diretas. Segue o perfil geral dos entrevistados:

Tabela 1- Gênero dos entrevistados

Gênero	Frequência	%
Masculino	21	70
Feminino	9	30
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A amostra configurou-se de 70% homens e 30% de mulheres, houve certa dificuldade em encontrar mulheres idosas disponíveis para as entrevistas, não significando que elas são em minoria nas comunidades pesquisadas.

Tabela 2- Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Frequência	%
60 a 70	14	46,6
71 a 80	11	36,6
81 ou mais	5	16,8
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dos 30 idosos entrevistados, 14 estavam na faixa entre 60 a 70 anos. Já as faixas de 71 a 78 anos, 11 idosos e com 81 ou mais foram 05 idosos. Se somarmos as duas primeiras faixas pode-se constatar que a maior frequência é 84%, o que leva a considerar o envelhecimento ativo destes idosos (ainda trabalham), conforme será tratado durante a pesquisa.

Tabela 3- Grau de instrução dos entrevistados

Grau de instrução	Frequência	%
Analfabeto(a)	3	10
Ens.Fund.Incom.	26	87
Ens.Fund.com.	1	3
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nota-se na tabela 03, que apesar do percentual de idosos analfabetos ser de 10%, é relevante considerar não foram encontrados idosos que possuíssem o ensino médio (completo ou incompleto), ou seja, o nível de escolaridade dos entrevistados revela que os idosos, majoritariamente, não tiveram acesso ou oportunidade de completarem os seus estudos, tendo uma baixa escolaridade. Em conversa com os idosos entrevistados, percebemos que muitos estudaram na infância somente os quatro primeiros anos do, hoje conhecido, ensino fundamental, que correspondia, à época, até a 4ª série primária e a justificativa é a falta de continuidade dos anos posteriores no sistema educacional fornecido às zonas rurais.

Tabela 4- Religião dos entrevistados

Religião	Frequência	%
Católico (a)	29	97
Evangélico(a)	1	3
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto à religião, a maioria dos entrevistados se diz Católica, 97%, indicando que as comunidades tem uma forte relação com o catolicismo, religião predominante no início do povoamento no Baixo Amazonas, resultante da colonização.

Tabela 5- Estado civil dos entrevistados

Estado Civil	Frequência	%
Casado(a)	20	67
Solteiro(a)	4	13

Viúvo(a)	4	13
Separado(a)	2	7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

No tocante ao estado civil dos entrevistados (Tabela 05), a maior frequência é de idosos casados e/ou casadas, correspondendo a 67%. Idosos solteiros e viúvos correspondem juntos a 26% dos entrevistados.

Tabela 6- Existência de filhos dos entrevistados

Filhos	Frequência	%
Sim	26	87
Não	4	13
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No que se refere à composição familiar dos entrevistados, 87% revelaram terem filhos, conforme tabela 6. Dos 26 idosos que possuem filhos, 23% dizem ter de 1 a 5 filhos, 50% de 6 a 10 filhos e acima de 10 filhos são 13% (tabela 7). Embora não se tenha quantificado a existência e a quantidade de filhos morando com os idosos entrevistados, em nossas visitas para a pesquisa de campo, bem como durante as entrevistas feitas em sua integralidade nas próprias residências dos participantes, foi possível constatar que os idosos residem com outros familiares e, em sua maioria, chefia sua família, arcando com as principais despesas.

Tabela 7- Quantidades de filhos dos entrevistados

Quantidades de filhos	Frequência	%
Nenhum	4	13,25
1 a 5	7	23,5
6 a 10	15	50
Mais de 10	4	13,25
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No que se refere à profissão/ocupação dos idosos, a tabela 8 demonstra que 70% se identificam como agricultor e aposentado. Os dados do IBGE (2000) revelam a aposentadoria

como principal fonte de renda dos idosos responsáveis por domicílio no Brasil. Muitos idosos que vivem na zona rural e os que entrevistamos são aposentados como trabalhadores rurais¹⁷.

Observa-se que mais da metade dos entrevistados e, por conseguinte, dos beneficiários, exibe perfis diretamente vinculados à atividade rural, seja como produtor ou trabalhador rural. Nesse sentido, é importante destacar que do dado referente a 20% dos idosos entrevistados se apontarem como aposentados, na verdade trata-se de aposentadoria de trabalhador rural.

Tabela 8- Profissão dos entrevistados

Profissão	Frequência	%
Agricultor/Aposentado	21	70
Pecuarista/ Aposentado	1	3
Pescador Aposentado	2	7
	6	20
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como reforçam Camarano et al. (2004), nos últimos 50 anos o processo migratório refletiu sobremaneira no mundo rural, especialmente no aspecto econômico, em face do aumento da pobreza e exclusão social no contexto da “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Contudo, ainda que muito demoradamente, a previdência rural contemplada na Constituição de 1988 inverte esse quadro não só no que diz respeito à subsistência, mas também no estímulo à produção agrária, possibilitando uma nova imagem dos idosos.

¹⁷ Conforme informações do *site* do Ministério da Previdência Social, os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: a partir dos 60 anos, homens e a partir dos 55 anos, mulheres. Os mesmos têm de provar, com documentos, 180 meses de atividade rural. Para os trabalhadores rurais, filiados até 24 de julho de 1991, será exigida a comprovação de atividade rural. Além disso, o segurado deverá estar exercendo a atividade rural na data de entrada do requerimento ou na data em que implementou todas as condições exigidas para o benefício, ou seja, idade mínima e carência. Observação: O trabalhador rural (empregado e contribuinte individual), enquadrado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário-mínimo, desde que comprove o efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, em número de meses igual à carência exigida.

Tabela 9 – Renda dos entrevistados

Renda	Frequência	%
1 S/M	14	47
1 a 2 S/M	16	53
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A análise do rendimento dos idosos entrevistados, segundo a tabela 9, mostra um quadro de baixo rendimento médio nominal, tendo a maioria de idosos uma renda mensal de um salário mínimo. Considerando que a renda de um indivíduo é responsável pela determinação de sua capacidade de aquisição de bens e serviços, esta pode ser interpretada com um indicador de bem-estar individual e de pobreza. Em particular, uma vez que as áreas rurais, em relação às urbanas, possuem menor cobertura de serviços, recebem menor atenção das políticas sociais e apresentam historicamente menores índices de desenvolvimento econômico, o incremento de renda nestas áreas assume importante papel na redução das desigualdades sociais e regionais e na melhoria das condições de vida da população.

No que diz respeito ao rendimento familiar, a pesquisa revelou que 100% dos entrevistados recebem até 2 salários mínimos. Esta constatação que o universo quase total deste programa abrangia uma população de baixo nível de rendimento prova que a decisão de levar o acesso gratuito de energia elétrica à população rural foi acertada. Se o Programa Luz para Todos obrigasse a que uma parte do investimento fosse suportado pelo beneficiário (assim como aconteceu no programa Luz no Campo), uma boa parcela da população rural abrangida não teria condições econômicas de obter esse acesso, invalidando os objetivos previamente traçados.

A caracterização socioeconômica apresentada: gênero – escolaridade – renda, confirma a situação de vulnerabilidade dos idosos: são homens e mulheres, com níveis baixos de escolaridade e rendimentos. E ratifica as reflexões elaboradas pelas pesquisas nacionais (IBGE, IPEA, dentre outros) que sinalizam que o Brasil envelhece num cenário socioeconômico desfavorável e esse fato coloca os idosos em uma situação de precariedade.

Essa precariedade de serviços e equipamentos sociais e as condições socioeconômicas da população, que configura os espaços amazônicos, principalmente na zona rural, reafirma a necessidade da interrogação sobre que estratégias de desenvolvimento que são implementadas em suas comunidades e cidades.

A peculiaridade ambiental, social e econômica, exige do Estado e da sociedade, imperativos éticos e políticos, sejam para sua manutenção, sejam para sua mudança. O grande

paradoxo dessas ações estratégicas para desenvolvimento para a Amazônia e que impactam em sua população é o que se tenta responder a partir dos próximos capítulos, na discussão, particularizada sobre o lugar da energia elétrica para o “alcance” do progresso e o processo contraditório dos limites que se seguem nessa trajetória.

CAPÍTULO 2 - LUZ E PROGRESSO NO BRASIL E AMAZÔNIA: AS CARACTERÍSTICAS DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ASSOCIADAS À CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE 1930

Ironicamente, pois, o desenvolvimento do sistema produtivo de longe o mais dinâmico da história culmina com a geração de um número cada vez maior de seres humanos supérfluos a seu maquinário de produção, muito embora – verdadeiro para o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – nada supérfluos como consumidores (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

Nesse capítulo, é abordado como a história da energia elétrica no Brasil e Amazônia se imbricam com os períodos de expansão urbana e industrial. A alteração desse modelo acompanhou embates políticos e econômicos em torno do papel do Estado quanto a operacionalização e expansão do setor elétrico, na mesma medida em que o parte da população é seduzida pelo “canto da sereia” do desenvolvimento capitalista.

Considera-se que a mudança no modelo de produção brasileiro (de agrário-exportador para o industrial), no período que se inicia em 1930, dá bases e impulsiona o setor elétrico brasileiro, tanto em sua regulamentação quanto no seu fortalecimento estrutural.

No que tange a ideologia do desenvolvimento, esta vai permear toda a construção da matriz energética no país e a concepção de que tem o poder de alavancar o crescimento econômico “auto-sustentado” a fim de que o país atingisse maturidade industrial e que fosse invadido pelo consumismo, ideia difundida pelos blocos de países desenvolvidos para o crescimento desenfreado e sem limites (CASTORIADIS, 1987).

Visto que a produção, transformação, distribuição e consumo de energia são tidos, nessa ideologia, como fim para a satisfação das necessidades, manifestadas em suas principais categorias de requerimento, a saber: necessidades térmicas; necessidades de força motriz; necessidades de iluminação; necessidades eletrônicas; e necessidade de matéria prima (COOPE¹⁸, 2008), a representação de um sistema energético em franca expansão significaria a construção de base para que o desenvolvimento capitalista nacional pudesse ser acelerado.

Em uma publicação sobre as mudanças climáticas, profissionais ligados à energia elétrica apontam que:

Uma condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer sociedade moderna é a existência de um sistema energético que possa garantir o abastecimento regular de energia requerida. Além disso, é importante haver uma expansão de sua oferta com base em recursos abundantes obtidos a custos racionais, que incluam características relacionadas a um fácil transporte e que possuam suficiente qualidade, uma vez que os consumos dos diferentes produtos energéticos

¹⁸ Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia

encontram-se estreitamente vinculados aos setores chaves da economia, a exemplo do setor industrial, de serviços, transporte e residencial (COOPE, 2008, p. 25).

Parte-se da premissa de que a energia elétrica tem caráter singular para a expansão urbana e industrial, nesse sentido os itens a seguir, destacam breves apontamentos, sobre o desenvolvimento e a centralidade do crescimento econômico no sistema capitalista e uma historicidade da regulamentação da política para a expansão do setor de energia elétrica a partir de 1930¹⁹, bem como o lugar da Amazônia nessa expansão.

2.1 Breves destaques sobre o significado do desenvolvimento

O desenvolvimento é um conceito recorrente na contemporaneidade e é, por vezes, aclamado pelas plataformas políticas de candidatos de diferentes correntes ideológicas possuindo vários significados. De acordo com Castoriadis:

[...] o termo desenvolvimento começou a ser empregado quando se tornou evidente que o “progresso”, a expansão, o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas – dotadas de um “valor positivo” – das sociedades ocidentais (CASTORIADIS, 1987, p. 144).

Concordamos com o autor e entendemos que há um significado hegemônico atrelado ao “desenvolvimento” e à maneira como passa a ser encarado dentro da sociedade capitalista de produção. Segundo Castoriadis (1987), no mundo pós-guerra, havia uma preocupação dos poderes com uma reconstrução econômica e por soluções dos problemas decorrentes daquele período histórico. Difundia-se a ideia da necessidade que, a partir da maturidade industrial e do aumento do consumismo, os países fossem levados a seguir algum grau de “liberalização” interna e que os países ditos de “terceiro mundo”, que não apresentavam crescimento econômico, tivessem asseguradas condições para o seu crescimento, mesmo sendo este conquistado às custas de consequências humanas, ambientais e sociais para as gerações futuras.

Essa ideologia do “crescimento” fora criticada logo após sua introdução não pelo fato de que se assumia a preocupação e a promoção de *apenas fazer crescer*, mas pelos ônus sem

¹⁹ A delimitação do tempo (a partir de 1930) se justifica em função do método adotado como instrumento de análise. A divisão periódica serve para apreender as particularidades conjunturais de cada governo que cumpriu o papel de intermediação dos interesses envolvidos ao longo do processo de mudanças no setor elétrico e consequentemente no modelo de desenvolvimento no país.

precedentes à coletividade e a humanidade dos efeitos cumulativos e destrutivos da industrialização.

A esse respeito, Goldenstein e Seabra afirmam:

Sob o capitalismo, o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre seus diversos ramos e seus setores. Esse desenvolvimento desigual não é meramente fruto da reprodução de uma situação histórica presente nos primórdios da definição do modo de produção capitalista. Resulta de determinações que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos. E ainda, de todas as formas de desigualdades que opõem exploradores e explorados, dominantes e dominados, e em particular, a burguesia e o proletariado (GOLDENSTEIN E SEABRA 1982, p. 21).

Para entender o significado do desenvolvimento, é necessário ter ciência das diferentes correntes que o interpretam. Para tal, reportaremos-nos a Singer (1968), que aponta duas correntes de análise mais usuais: 1. as que identificam desenvolvimento como crescimento econômico e 2. as que distinguem desenvolvimento de crescimento. Para a corrente de pensadores que interpretam desenvolvimento como crescimento econômico, segundo o autor, ele é tido apenas como sinônimo de crescimento, fator que, por si só, caracterizaria o subdesenvolvimento. Dentro de tais premissas, os países subdesenvolvidos seriam aqueles que não utilizam integralmente os fatores de produção de que dispõem. No entanto, essa abordagem desconsidera que o capitalismo, como sistema produtivo hegemônico, gera não somente riqueza, mas também a pobreza, de forma antagônica.

No que se refere à diferenciação entre desenvolvimento e crescimento, nos apoiamos em Singer:

O primeiro corolário da distinção entre desenvolvimento e crescimento é que o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, mais comumente observável nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos prevalentes nos países subdesenvolvidos. Segue-se o reconhecimento da diferença de natureza (e não de grau) entre os sistemas econômicos destes dois tipos de países. O desenvolvimento é o processo de passagem de um sistema a outro (SINGER, 1968, p. 17).

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento. Os economistas veem surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é,

incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p. 115-116).

O desenvolvimento sob a lógica de produção capitalista menospreza as mais diversas formas de organização da vida dos que não têm como prioridade o lucro e a riqueza. Na contemporaneidade, essa assertiva mostra-se cada vez mais evidente. Maranhão (2012) destaca que o desenrolar da história no século XXI desmorona conceitos e reverte a clássica equação de Schumpeter (1961), a qual explicava que o desenvolvimento capitalista mundial era baseado em uma “Destruição criadora”, pois ao passo que destruía velhas formas de produção e organização social as substituía por mais novas e eficientes, num processo virtuoso e com crescente prosperidade e bem-estar. Segundo o autor, o grande paradoxo indisfarçável do capitalismo no presente século é o modo pelo qual o atual avanço produtivo antagoniza com a sobrevivência de uma parcela cada vez maior da humanidade.

Torna-se cada vez mais visível no sistema capitalista a incompatibilidade existente entre crescimento econômico e desenvolvimento social e humano, como destaca Mészáros:

[...] não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, [...] nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. [...] e quem mais sofre todas as consequências é a totalidade da força de trabalho da sociedade (MÉSZÁROS, 2003, p. 30).

Ianni (2004) argumenta que a política econômica governamental concentra-se sobre o processo de *acumulação de capital*, que é selecionado como fulcro do desenvolvimento [grifo nosso]. E estabelecendo uma hierarquia de atuação do Estado, Ianni comenta ainda que em segundo plano fica a *política de mão-de-obra* e em um lugar mais inferior ficam outras esferas da realidade, que incluem processos sociais, políticos e culturais.

Para Mota (2012), o Estado, muitas vezes, não se preocupa em dar condições para a realização de políticas que garantam o desenvolvimento econômico e social. Pelo contrário, apesar de no discurso a maioria das políticas estarem relacionadas às melhorias sociais, acaba existindo a predominância da vontade de classes hegemônicas sobre outras. Nesse sentido, o argumento de Farias (1999) propõe a superação da argumentação fragmentada que pressupõe Estado e capital em lados opostos, mas, sim formando um todo orgânico cujas relações são contraditórias e são mediadas pela luta de classes que, no século XXI, assume novas modalidades e características. Ambos, Estado e capital, são “uma forma específica do ser

social cujas determinações são sincrônicas e diacrônicas, estruturais e dinâmicas” (FARIAS, 1999, p. 21).

No caso brasileiro, o padrão de desenvolvimento nacional que fora adotado, entre as décadas de 1940 e o início dos anos 1980, recebeu a denominação de *nacional-desenvolvimentismo*²⁰, na tentativa de compreender uma trajetória comum de diversas experiências nacionais das sociedades latino-americanas.

A crise internacional, que abalou as estruturas intervencionistas do capitalismo europeu e norte-americano durante a década de 1970, pôs também em xeque o receituário latino-americano de industrialização, exceção feita ao México e ao Brasil. Este último logrou manter, de certa forma, a concepção básica do projeto até meados dos anos 1980, ainda que mergulhado em uma profunda crise (FIORI, 1992; HIRSCHMAN, 1987).

No Brasil, os resultados obtidos, sob esses diferentes ângulos, foram objetos de críticas²¹, sobretudo quanto à incapacidade do modelo mencionado desembocar em alternativas compatíveis com as transformações internacionais operadas a partir da década de 1970 e quanto à possibilidade de endogeneizar o processo de desenvolvimento nacional *vis-à-vis* os compromissos, demandas e interesses de segmentos nacionais e internacionais que pontuaram a trajetória local.

Nesse sentido, o item a seguir trata a questão do desenvolvimento econômico (urbano-industrial), a estruturação e a expansão da energia elétrica, e como esta última, constituiu-se historicamente em um pilar para o desenvolvimento.

2.2 Energia no Brasil e a questão do desenvolvimento: destaques históricos

O capitalismo representa uma ruptura com todos os sistemas energéticos que a humanidade tinha conhecido até então. Com ele, cessa a primazia da energia biológica e instaura-se a das energias fósseis. Esta ruptura não foi somente o produto do espírito Prometeico da Europa, mas também a resposta aos desafios prementes da repetida escassez de energia, de terras e de recursos. Desde o fim da idade média uma saída é procurada, em três dimensões: intensificação das linhas existentes, criação de novas linhas, exploração dos recursos disponíveis. A primeira destas direções situa-se na continuidade das inovações medievais: fazer render mais a terra e as máquinas antigas. Ora, as rupturas decisivas são outras, situam-se em uma fuga

²⁰ É certo que o termo encerra contradições, sobretudo se confrontados sua matriz teórica, de cunho cepalino, com o projeto militar-nacionalista, dominante em boa parte dessas sociedades num razoável hiato temporal. Sobre esse “hiato temporal”, Furtado (1995, p. 103) refere-se, ao comparar o regime militar à proposta de industrialização cepalina pré-64, à “profunda antinomia entre o desenvolvimento e projeto social” no Brasil.

²¹ Fiori (1992) e Martins (1991), por exemplo, apesar de ressaltarem a eficiência econômica da ação estatal e o desempenho macroeconômico positivo, respaldado por altas taxas de crescimento, apontam uma série de questões “problemáticas”, do Estado autoritário à desigualdade social. Portella (1994), por sua vez, responsabiliza o modelo de substituição de importações pela pouca adequabilidade da estrutura desenvolvimentista aos ares dos anos 1980.

para a frente, na inovação tecnológica que levará ao desenvolvimento de novos conversores-máquinas, o primeiro dos quais foi a máquina a vapor (HÉMERY et al, 1993, p. 140).

As mudanças geradas na base produtiva brasileira após a crise de 1929 (Grande Depressão) e seus efeitos na capacidade agroexportadora do país impulsionaram o processo de industrialização. Este fato, aliado ao desenvolvimento do capitalismo realizado pelo movimento político-militar de 1930, o qual implicou na perda de poder dos cafeicultores paulistas, acelerou algumas alterações no cenário político, econômico e social do Brasil. No entanto, essa virada, não pressupôs uma alteração na estrutura econômica da sociedade e o controle do Poder político não mudou de classe. Gorender (2004) assinala que “tal controle passou da fração cafeicultora dos latifundiários para uma composição diferente da mesma classe de latifundiários, na qual predominavam os segmentos ligados ao mercado interno (GORENDER, 2004, p. 63).

Segundo Silva (2011), a história da energia elétrica no Brasil se confunde com a história da urbanização e industrialização. Essas referências socioeconômicas conduziram a orientação da política energética. Villela (1996) aponta três momentos distintos nessa orientação: 1) *configuração do setor energético como instrumento do modelo de desenvolvimento*, marcado pela transformação da economia brasileira, de agrária à industrializada; 2) caracterizada pela crise da dívida externa e mudança no papel do Estado, onde *o setor elétrico é utilizado como instrumento para minorar os problemas de ordem econômica*; 3) *necessidade de adequar o sistema energético nos parâmetros da economia de mercado*, medida corroborada por ideologias neoliberais [grifos nossos].

- Setor energético como instrumento do modelo de desenvolvimento (1930-1970)

Quando a Grande Depressão foi enfrentada nos EUA, no Brasil iniciou-se um período de regulação da economia, no início de um novo processo de desenvolvimento, calcado fortemente sobre a indústria de transformação (HEIDEMANN, 2009).

A partir da Revolução de 1930, os elementos de ideologia nacionalista e de visão intervencionista estatal, que então ocuparam o centro do poder, passaram a tomar medidas que significavam uma reação às políticas liberais anteriores. Paralelamente à constituição de diretrizes para o suprimento público de energia, começou o desenvolvimento de uma indústria nacional de material elétrico, diretamente associada ao domínio das tecnologias para a consecução das metas relativas à infraestrutura (energia e transportes) necessárias para alcançar os objetivos desenvolvimentistas (SILVA, 2011).

No período de 1930-43, o ritmo de crescimento do consumo de energia elétrica acelerou, refletindo a nova dinâmica de crescimento da economia brasileira, baseada no desenvolvimento das atividades e estruturas urbano-industriais (LEITE, 1997). Nesse contexto, a energia elétrica, até então tratada por uma regulação dispersa e carente de regulamentação, dá espaço a uma regulamentação rigorosa. Em uma tendência estatizante foi criado o Serviço das Águas cujo objetivo era tratar de assuntos relativos à exploração de energia hidrelétrica, irrigação, concessões e legislação de águas.

Em 1934, foi instituído o *Código de Águas*²², marco principal, à época, dos princípios reguladores dos serviços e da indústria de energia elétrica no país (SILVA, 2011). Empresas multinacionais que detinham as concessões, antes do período getulista, interviram ferrenhamente para que a regulamentação do Código das Águas não fosse implementado. Somente em 1939, o impasse político-econômico foi superado e a regulamentação do Código das Águas ficou sob a orientação do Conselho Nacional de Águas e Energia (CNAEE²³).

Segundo o Decreto Presidencial (Decreto-Lei nº 1.285 de 18 de maio de 1939), cabia ao CNAEE, dentre outras prerrogativas: examinar as questões relativas à utilização racional da energia hidráulica e dos recursos hidráulicos do país e propor às autoridades competentes as respectivas soluções.

Torna-se evidente, a partir do Decreto, que o CNAEE não estava incumbido apenas de fiscalizar as empresas concessionárias no setor elétrico, mas de promover o seu planejamento. Segundo Silva (2011), o novo órgão surgiu no momento exato em que o crescimento industrial se anunciava e a disponibilidade de energia elétrica tendia a declinar devido a não ampliação da capacidade instalada.

Silva (2011) assinala que durante todo o período que se estendeu de 1934 até o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o Código de Águas, efetivamente, nunca foi colocado em prática. Os motivos para isso, segundo ele, foram desde a interpelação judicial, que questionava sua validade, até o atraso na regulamentação. O autor sinaliza que a crise do setor de energia elétrica já se fazia sentir desde o fim da década de 1930 e ganhou força no início

²² O Código de Águas, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, estabelecia: 1) A nacionalização dos serviços; 2) A separação da propriedade de quedas d'água das terras onde estas se encontravam e a incorporação ao patrimônio da União de tais quedas d'água e outras fontes de energia, de forma inalienável e imprescritível; 3) A atribuição à União da outorga e concessão de aproveitamento (por no mínimo trinta, no máximo cinquenta anos) da energia hidráulica para uso privativo em serviço público, bem como a reversão das instalações ao final do prazo de concessão; d) A instituição do princípio do custo histórico ou serviço pelo custo para o estabelecimento de tarifas de consumo e para a avaliação do capital das empresas (SILVA, 2011, p. 89).

²³ O CNAEE surgiu para substituir a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e, definitivamente, subordinar à Presidência da República a política de energia elétrica do país, o que se mantém até sua extinção em 1960, data em que é substituído pelo Ministério das Minas e Energia (SILVA, 2011, p. 91).

do segundo governo de Vargas, levando ao desabastecimento e, com efeito, ao racionamento de energia elétrica.

Durante esse período, tem-se a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) que representou a entrada do Governo Federal na produção de energia elétrica, com isso visava-se o aproveitamento do potencial da Cachoeira de Paulo Afonso. Fixa-se, desse modo, o modelo de concentração de grandes usinas para suprir as demandas por meio de sistemas distribuidores regionais.

Resumidamente, o governo Vargas pretendia ser a administração da expansão industrial, a fim de promover o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Portanto, medidas para potencializar a economia iam em direção contrária ao fortalecimento da agricultura. No entanto, para essa intenção de modernização houve barreiras, entre as quais se destacava a escassez de energia. Silva (2011) destaca que ações diretas do Estado demonstraram seu papel no financiamento de empreitadas de geração e transmissão de energia elétrica, embora sem, contudo, alterar as concessões já garantidas às empresas estrangeiras.

O capital privado exercia amplo domínio, com os monopólios de capital estrangeiro. A ação do Estado, verificada no período 1951-1954 resultou, mesmo que timidamente, na elevação da capacidade instalada pelo setor público, lançando as bases para que tal setor alcançasse, em 1962, a proporção de 31,3% da capacidade instalada de produção de energia elétrica do país, em contraste aos 6,8% que detinha em 1952. Ao contrário, o setor privado viu diminuir sua participação de 82,4% em 1952 para 55,2% em 1962, embora as concessionárias estrangeiras (Ligth, por exemplo) continuassem, nos anos quase seguiram, obtendo lucros com a distribuição de energia (SILVA, 2011, p. 82).

Durante o período de 1946 a 1963, o processo de industrialização foi acelerado contribuindo para a formação do setor energético. Esse momento foi iniciado com o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o qual tornou o Estado menos centralizador e intervencionista. Suas propostas assinalavam um desenvolvimento econômico a partir da expansão da infraestrutura do país. Nesta perspectiva, lançou o Plano SALTE (Saúde-Alimentação-Transportes-Energia), direcionando um maior volume de recursos aos serviços de energia elétrica, por considerá-la fator limitante da expansão industrial (LEITE, 1997).

Esse modelo liberal de desenvolvimento foi vetado com o retorno de Vargas (1951) à cena política, o qual privilegiou a intervenção do estado na economia, passando a investir maciçamente na ampliação da infraestrutura do setor elétrico como estratégia de modernização e industrialização. Vale destacar que, em 1954, foi enviado ao Congresso Nacional o projeto que propunha a criação da Eletrobrás. Todavia, em virtude da falta de recursos internos, teve de ser receptivo ao capital estrangeiro (DIAS, 1988).

Do final da II Guerra Mundial até o final da década de 70, o Brasil apresentou acentuado crescimento econômico, resultando na construção de um parque industrial complexo e maduro (LEITE, 1997). No entanto, esse crescimento não foi equilibrado, pois ao privilegiar as necessidades do capital, deixou a mercê o restante da população, permitindo que se agravassem as desigualdades sociais entre os estados da federação e dentro destes. Além do mais, fez uso intensivo de um conjunto de recursos naturais considerados estratégicos como, água, gás natural e petróleo, gerando uma série de externalidades negativas no processo de construção e produção dos setores industriais.

O período percorrido entre o desaparecimento de Getúlio Vargas (1954) à posse de Juscelino Kubitschek (1956) caracterizou-se por um quadro político conturbado no plano interno e pela reacomodação das grandes potências ao plano internacional. Com as bases lançadas no segundo governo Vargas, Kubitschek imprimiu seu projeto de desenvolvimento do setor elétrico sob o comando da empresa pública. Durante o seu governo, o capital externo foi bastante usado, passando a constituir a base de financiamento da industrialização brasileira, diminuindo a participação da empresa pública na sustentação da indústria de base do país (LEITE, 1997).

O governo de Juscelino Kubitschek abre caminho para um novo padrão de acumulação centrado agora, numa expansão sem precedentes do chamado Departamento III da economia (Bens de consumo duráveis) o qual deveria ser atacado pelo Plano de Metas (proposta de agilizar cinquenta anos de atraso no país em cinco anos). A rapidez com que o setor de bens de consumo duráveis, incentivou em grande e igual medida, a ampliação dos investimentos estatais em infraestrutura, dentre eles, a ampliação da capacidade instalada no setor elétrico.

A dependência estrutural que marcava a economia brasileira nesse período, pontuada com maestria por Marini (2000), se caracterizava pela sujeição própria da forma como o capital e os interesses de seus proprietários se internacionalizam de maneira cada vez mais associada e intensificada.

Benevides (1979) destaca que, no plano interno, recorreu-se ao financiamento inflacionário para suprir as necessidades de infraestrutura. Da relação entre estatização e privatização, Silva (2011) ressalta que o governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pela dubiedade em que conviviam manifestações defensoras de uma política energética promovida a partir do Estado e os defensores de uma maior intervenção privada no processo de expansão do setor.

Na programação de investimentos a área de energia absorveu 43,3% dos recursos previstos para a ampliação da infraestrutura do país. Nota-se que, os investimentos destinados ao setor de energia superavam em muito os recursos direcionados à educação e à alimentação, demonstrando a importância dada pelo Estado ao desenvolvimento do capital. Entretanto, o momento de maior afirmação desse governo concentrou-se na construção da Fundação da Central Elétrica de Furnas (FURNAS) em 1957, representando a segunda intervenção direta do Estado brasileiro na produção de energia elétrica (LEITE, 1997).

Finalmente, depois de longo tempo de espera e discussão, o *Código de Águas* foi regulamentado em 1957 com pequenas alterações, assegurando, em certa medida, um razoável equilíbrio financeiro para as empresas. Para Lima (1995), a importância atribuída ao campo da energia elétrica pela gestão Kubitschek contribuiu para a criação do Ministério de Minas e Energia (MME) em 1960, instituído com o fito de encaminhar os estudos e despachar os assuntos relacionados com o setor energético. Nessa época, a estrutura produtiva se modernizou de forma notável, refletindo-se sobre a economia que deixou de ser agrária, mas a política de expansão monetária e a entrada de capital internacional conduziram a inflação, evidenciando as desigualdades regionais e sociais.

Cabe registrar que, em meados da década de 60, a empresa pública já liderava a expansão do setor de energia elétrica. Essa liderança foi reforçada pela criação e posterior expansão da empresa, *holding* federal, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), em 1962, com a função de imprimir no sistema elétrico maior articulação técnica e econômica (LEITE, 1997).

Silva (2011) aponta que ao constituir empresas de capital misto no setor de energia elétrica, o Estado Brasileiro, embora controlador das organizações que estavam surgindo, “possibilitava uma oportunidade de negócios para este empresariado privado na qualidade de sócio. Constituídas, as empresas mistas do setor elétrico viriam a gerar lucros a serem distribuídos entre os associados, saneando-se, dessa forma, a debilidade do investimento privado” (SILVA, 2011, p. 147).

O governo JK era um adepto da presença do capital estrangeiro no país para colaborar com o desenvolvimento. O setor de energia elétrica não era visto como exceção. No entanto, havia, no governo, nacionalistas (embora marginalizados do centro das decisões) que combatiam a participação das concessionárias estrangeiras de energia elétrica no Brasil.

Alguns representantes dos altos escalões do governo Kubitschek manifestavam abertamente seu desamor em relação à proposta de organização da Eletrobrás, que recuperava a proposta feita no segundo governo de Vargas. Porém, diante da emergência de se produzir

energia elétrica para suprir as necessidades de crescimento dentro do novo padrão de acumulação, não conseguiram apresentar alternativas concretas no âmbito da iniciativa privada.

De um lado, as concessionárias estrangeiras de energia elétrica não se interessavam em fazer novos investimentos remunerados nos parâmetros definidos pelo Código de Águas – lucratividade de 10% do capital investido. De outro, a iniciativa privada nacional – verdadeira expressão do que *capital atrofico* [grifo do autor] não manifestava a menor disposição em fazer inversões no setor de energia elétrica, até porque, em sua fragilidade, não dispunha de capital financeiro para tanto. (SILVA, 2011, p. 191).

A solução encontrada para as carências de energia elétrica foi a continuação da prática de inversões estatais que, essencialmente, não se diferenciava do que acabara vigendo no governo Vargas, após a obstrução da Eletrobrás. Sob o governo de Kubitschek, os grandes exemplos foram: Furnas, Três Marias, dentre outras. Assim, o Estado encarregava-se do oneroso trabalho de geração e transmissão de energia elétrica, enquanto a distribuição de energia elétrica ficava a cargo de concessionárias estrangeiras de forma cativa, ou seja, monopolizada e praticamente livre dos custos mais vultosos requeridos pelo setor elétrico (SILVA, 2011).

A proposta de criação da Eletrobrás continua na década de 1950 e em 1961, sendo implantada em 1962. Esse foi um período conturbado em nossa história tanto na ampliação das manifestações sociais quanto do acirramento das contradições da dinâmica do país.

A necessidade de expansão do setor de energia elétrica tornava-se cada vez mais premente, dada a urbanização e industrialização nos principais centros econômicos do país. A pressão social para que fossem tomadas as decisões que garantissem a energia para todos os segmentos que dela precisavam, fazia-se sentir no Parlamento (SILVA, 2011, p. 195).

Nesse período, se articula a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Essa Frente defendia, no Congresso Nacional, políticas e expedientes nacionalistas para o desenvolvimento do país. Foi um dos grupos que mais se manifestou sobre os problemas do setor elétrico brasileiro, até o governo de Jango, quando foi sancionada a lei de constituição da Eletrobrás.

A atuação da FPN no Congresso Nacional entre 1956-1961 fundamentava-se em denunciar os abusos e omissões das concessionárias estrangeiras de energia elétrica, assim como a incapacidade do Estado no controle de suas atividades no país.

Em seu programa inicial, apresentado em 1956, a FPN propunha o estímulo ao desenvolvimento da eletrificação e no mesmo ano, apresentou novo programa, defendendo a

intervenção do Estado sempre que for necessário para acelerar o desenvolvimento do país. Essas manifestações incidiram na mesma época do debate, no Congresso Nacional, a respeito da criação da Eletrobrás.

É no governo de Jânio Quadros que se promulga a lei de criação da Eletrobrás (Lei nº3.890-1961). No entanto, o governo não tomou nenhuma medida para dar início à sua efetiva operação. Tais medidas só viriam a ser tomadas após a sua renúncia, em outubro de 1961, quando João Goulart já ocupava o governo.

Silva destaca que o país encontrava-se, naquele momento, diante de uma equação de difícil solução, posta pela realidade: “a urgente necessidade de expansão da produção elétrica e a falta de recursos próprios para fazer face a essas necessidades” (SILVA, 2011, p. 220).

Com a posse de João Goulart, em meio a uma tensa crise política com os setores militares e uma aguda crise econômica e financeira, deu-se início a efetiva constituição da Eletrobrás. Marini aponta que tal crise refletia a peculiaridade de um país marcado pela dependência, cuja industrialização se fundamentava na substituição de importações e na superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000, p. 105-165).

Após a instalação efetiva da Eletrobrás, a empresa passa a programar o setor elétrico nacional e se responsabiliza pela fixação dos planos de expansão do setor. No entanto, era dotada de atribuições mais restritivas. Silva (2011) explica que as concessionárias estrangeiras de energia elétrica contavam com a garantia do poder público para fazer os investimentos que viriam a propiciar lucros aos seus acionistas e os fundos internos eram oriundos da arrecadação das tarifas cobradas nas contas de energia elétrica dos consumidores.

Sobre a questão do financiamento do setor elétrico, indica-se, agora, que os recursos públicos (Fundo Federal de Eletrificação), constituído por verbas federais e taxas estaduais, deveriam atender às áreas de menor desenvolvimento do país.

Em 31 de março de 1964, cai, vítima de um golpe de estado, o governo de João Goulart. A partir de então, instalou-se no Brasil uma ditadura que durou 21 anos. Vários autores já se dedicaram a examinar as razões do golpe de 1964, mas nos aproximamos das afirmações de Netto (2004).

Nunca escapou aos analistas da ditadura brasileira que sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes do Estado (relativamente incruentos uns, como no Brasil, sanguinolentos outros, como no caso da Indonésia) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma *contra-revolução preventiva* em escala planetária (com

rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social.

A finalidade da contra-revolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados; adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro de inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2004, p. 16).

No poder, os militares adotaram medidas concretas para conter uma possível instalação de uma república popular no Brasil. A edição do Ato Institucional nº1, suspendeu as garantias constitucionais e cassou mandatos e interrompeu direitos políticos durante sessenta dias.

Nestas circunstâncias, os grupos privatistas assumiam os rumos do setor elétrico, o qual se aglutinava a outras medidas para avançar aceleradamente para o capitalismo desenvolvido a fim de conter a ameaça comunista.

No primeiro governo da Ditadura Militar (1964-1967), tendo à frente o general Castelo Branco, o objetivo era estabilizar a economia e estabelecer os alicerces para o restabelecimento do crescimento econômico através do Plano de Ação Econômica do Governo. Para que este objetivo fosse alcançado foram adotadas algumas medidas: política salarial fundamentada no arrocho, a regularização do crédito e o combate ao *déficit* público, este último, procurou extinguir gastos exagerados de empresas estatais, tornando-as lucrativas, o que repercutiu na motivação de aumento nos preços dos produtos e serviços ofertados pelas empresas concessionárias de energia elétrica (SILVA, 2011).

Contraditoriamente, no governo Castelo Branco, a Eletrobrás é consolidada e se afirma como agência planejadora e financiadora, além de *holding* de empresas federais. Silva (2011) postulava que os militares não tinham um projeto próprio e acabam por implantar o formulado no último período Vargas: estatização do setor para a geração e transmissão, reservando para o setor privado a distribuição.

A segunda fase do governo militar iniciou em 1974 e prolongou-se até 1985. Nessa época, foi delineado o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Nesse plano foram abarcados os objetivos globais da política regional para o período de 1975 a 1979. Para Mahar (1978) o documento expressa a filosofia da integração nacional e “recorda as complementaridades socioeconômicas do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste e recomenda a expansão dos fluxos de fatores e mercadorias entre essas regiões”. (MAHAR, 1978, p.43).

Assim como ocorreu com o conjunto da economia mundial, o ano de 1973 pode ser considerado o início de uma nova fase para a economia brasileira. Froelich (2007) destaca que a recessão internacional que se seguiu ao choque do petróleo naquele ano teve reflexos diretos no Brasil, com o fim do “milagre econômico” iniciado em 1968. Ao mesmo tempo, a posse do governo Geisel, em março de 1974, inaugurou uma nova fase da política nacional, com maior questionamento por parte da opinião pública, fortalecimento da oposição civil ao regime militar e maior dificuldade na aplicação das políticas econômicas vistas como ideais pelo governo brasileiro.

No que tange ao desenvolvimento regional, o II PND seguiu as diretrizes do seu antecessor quanto à integração nacional, mas acrescentou a ideia da “Vocação Nacional do Brasil” como provedor de produtos agrícolas dirigidos à exportação. O Plano adotou como estratégia a ação concentrada do Governo Federal em Áreas Integradas, a fim de obter economia de escala, externa e de aglomeração, para os investimentos públicos. O II PND também lançou a ideia dos “eixos naturais de penetração” para as regiões da Amazônia e do Centro-Oeste, objetivando a ocupação de áreas selecionadas, com o apoio da aplicação de ciência e tecnologia para regiões tropicais. Para a Amazônia, o II PND defendeu o fortalecimento do Programa de Polos Agropecuários e Agro-minerais, o Complexo Mínero-metalúrgico da Amazônia Oriental, a Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e a conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus (BRASIL, 1974).

Para Cano (1985), a ideia lançada pelo II PND de pretensamente ocupar os vazios territoriais, não escondia uma das questões mais graves no país: a reforma agrária. Nesse sentido, o autor aponta que o suposto vazio demográfico, na verdade mostrava-se ocupado pelo capital especulativo, no qual grandes áreas agrícolas eram dominadas pelo capital privado, gerando conseqüentemente conflitos de toda a ordem no espaço amazônico. Cano aponta que em razão de lançarem mão de argumentos equivocados sobre a fronteira agrícola e o excedente populacional “[...] esquecem que a raiz desses problemas reside exatamente na periferia – mas não apenas nela -; que o fulcro da questão reside exatamente na *perversa estrutura fundiária do país*” (CANO, 1985, p.32, grifo do autor)

Em resumo, no que tange ao modelo energético, BENICÁ (2011) ressalta que durante o regime de ditadura militar, optou-se por embasá-lo no desenvolvimento industrial a partir da megaeletricidade, aproveitando o potencial da grande quantidade de rios existentes para construção de barragens. O autor pontua que:

Nesta conjuntura, o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas ao interesse do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta dos territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou graves agressões culturais e físicas contra as populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente marginalização social nas

periferias das cidades. Tudo em nome do *progresso da nação!* (BENICÁ, 2011, p. 30).

- O setor elétrico é utilizado como instrumento para minorar os problemas de ordem econômica (Década de 1980)

Muito embora a economia brasileira tenha apresentado um nível satisfatório em 1980, a crise financeira internacional e a persistência do processo inflacionário conduziram a política econômica pelo caminho da recessão a partir de 1981. Esse momento ficou conhecido na história como a *década perdida*, evidenciando o esgotamento do modelo baseado na figura empresarial pública e na estrutura de planejamento centralizado. Como resultado houve cortes nos investimentos públicos, deterioração real de tarifas, transferência da dívida do setor privado para o Estado ampliando, conseqüentemente, a dívida externa brasileira.

Todos esses acontecimentos desestimularam os investimentos no setor elétrico, implicando na precarização dos serviços. Além do mais, não havia grandes possibilidades de melhorias de eficiência já que, nesse momento, os maiores mercados já estavam interconectados. A partir de 1982, com um rápido aumento das taxas de juros no mercado externo, o Brasil interrompeu o “crescimento com endividamento”, passando a oferecer uma série de incentivos fiscais e não-fiscais às empresas exportadoras, o que resultou num decréscimo de suas receitas e no aumento do déficit público. A conjunção desses fatores impediu a obtenção de divisas no mercado internacional e, também, pressionou a inflação interna gerando um processo de crise (VILLELA, 1996).

Os autores Goldenberg, Prado ao tratarem sobre a reforma e crise do setor elétrico no período do governo FHC, apontam que “nos anos de 1980, no plano interno de funcionamento do setor elétrico, a política tarifária constituiu-se no mais grave dos problemas, visto que os preços da eletricidade eram sistematicamente contidos em nome do combate à inflação” (2003, p.221). Os mesmos explicam que disso decorre a diminuição da remuneração do setor e a essa situação soma-se a utilização das empresas elétricas estatais como “instrumento de cobertura de déficits da balança de pagamentos, obrigando-as a captar recursos no exterior para a cobertura das altas faturas da “conta petróleo” provocados pela crise de 1979”. (IDEM, p.221)

Explicam os autores que a promulgação da Constituição Federal de 1988, “retirou fontes de recursos utilizados pelo setor, como o Imposto Único sobre a Energia Elétrica (IUEE) e os empréstimos compulsórios” (GOLDENBERG, PRADO, 2003, p.222). Nesse sentido, destacam que essa conjuntura não permitiu que o setor se autofinanciasse, necessitando para isso o uso de recursos de terceiros, “gerando um elevado serviço da dívida e

o levou à inadimplência tanto entre as empresas como em relação a fornecedores e empreiteiros” (IDEM).

Cavalcante (2008) destaca que a direção política e econômica adotada pelo governo voltou-se para o fortalecimento das relações internacionais, passando a utilizar as empresas de energia elétrica para aquisição de recursos financeiros no mercado externo. Além disso, houve um aumento expressivo do valor das tarifas, com o intuito de conter a inflação. Como era de se esperar, o caos se instalou, refletindo no endividamento externo dessas empresas e também na utilização de energia nos processos produtivos de forma intensiva e/ou ineficiente.

Todo esse cenário provocou uma série de questionamentos sobre a sustentabilidade do modelo institucional em vigor, já que o governo reservava mais recursos para o pagamento de juros da dívida, do que mesmo para a ampliação da capacidade instalada do setor elétrico brasileiro. Mesmo diante dessa situação crítica, a demanda por energia elétrica não parava de crescer, acarretando um descompasso entre a produção e o consumo. Essa desarmonia provocou um déficit elétrico, tornando o setor vulnerável e não confiável.

Como solução, o governo optou pela abertura de mercado, representando uma apunhalada para o restabelecimento do setor elétrico. Segundo Villela (1996), em decorrência do processo de abertura política e da adoção do Plano Cruzado (1986), o setor de energia elétrica sofreu grandes impactos negativos com o congelamento das tarifas, não conseguindo tomar fôlego para se recuperar e reordenar o setor. A crise do Estado constituiu-se em espaço propício para a disseminação da ideologia neoliberal suplantada na orientação política de Thatcher e Reagan. Nesta perspectiva, a ideia da privatização começou a ganhar campo, sendo reforçada pela opinião pública que descrevia o Estado como sinônimo de incompetência.

Analisando o cenário de crise do Estado no final da década de 1980, principalmente no campo dos direitos sociais e da política social, Behring, Boschetti (2008) destacam que apesar dos incontestáveis avanços inscritos na Constituição Federal, o conservadorismo expresso no neoliberalismo ganha força no início da década de 1990 e dificulta a implementação dos princípios democráticos inaugurados na Carta Magna, assim, toma centralidade o discurso da necessidade de reformas orientadas para o mercado, visto que os problemas no âmbito do Estado eram tidos como causas da crise econômica e social vivenciada pelo país. Tratava-se, segundo as autoras de uma reforma de Estado:

[...] com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 [...] – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de

modernidade”. O principal documento orientador do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/MARE,1995), amplamente afinado com as formulações de Bresser Pereira. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 148)

Ao longo da década de 1980 até o início da década 1990, o Estado brasileiro foi perdendo capacidade de planejamento e investimento, resultando no desmonte do aparato planejador. A chamada “crise do Estado” fez com que seu papel como mediador nas relações com o mercado fosse fortemente questionado, enquanto o desenvolvimento, substituído pelo termo crescimento econômico, passou a ser visto cada vez mais sob a perspectiva da internacionalização da economia.

Neste contexto, surgiu um novo modelo de planejamento, importado das empresas privadas, fundamentado na competição e na inserção no mercado internacional: “o *management* (gestão) territorial e/ou ambiental, o planejamento estratégico (competitivo), o *marketing* de lugares” (VAINER, 2006). Este tipo de gestão territorial, centrada na produtividade do território e na inserção regional competitiva, serviu como inspiração para a retomada do planejamento. A partir de meados dos anos de 1990, a pretexto de enfrentar a crise do Estado e promover o crescimento econômico, o Governo Federal desenvolveu novos instrumentos – os Planos Plurianuais e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, reiniciando uma nova fase de planejamento governamental.

- Necessidade de adequar o sistema energético dentro dos parâmetros da economia de mercado (Década de 1990 e se prolonga até nossos dias)

Na década de 90, uma série de reformas pautadas na ideologia neoliberal buscou dar continuidade ao que já vinha sendo realizado desde meados da década de 80. Nesse momento, quase todas as concessionárias de energia elétrica estavam sob o controle da União ou dos estados, com certa descentralização na parte operacional. A situação econômico-financeira do setor se agravava, cedendo lugar à várias discussões e desacertos, o que provocou maior deterioração do sistema como um todo (LEITE, 1997).

No bojo do Plano Nacional de Desestatização (PND), criado com o governo Collor em 1992, que previa a privatização, as empresas do setor elétrico, principalmente as concessionárias de distribuição, são negociadas junto com outras empresas estatais. CASTRO (2013) ressalta que a constituição do setor elétrico brasileiro primava pela integração dos serviços ligados a geração e distribuição de energia, estes sendo responsabilidade do Governo Federal e no que tange a distribuição caberia aos Estados o fornecimento. Nesse sentido, há uma desresponsabilização estatal para a distribuição de

energia, o que favoreceu uma gama de espaços para o capital privado em todo o país. De acordo com Albuquerque (2008):

O processo de privatização, inicialmente do sistema Eletrobrás, veio a acelerar-se com uma mudança legislativa no Governo Itamar Franco. A lei nº 8361 de 1993 criou um novo regime tarifário para as empresas do setor elétrico e o decreto nº1024 de julho de 1994 deu poderes ao congresso para vender as estatais. (ALBUQUERQUE, 2008, p.17)

Esse período inicia-se com a consubstanciação do Plano Nacional de Energia Elétrica baseado na implantação de grandes hidrelétricas e se aprofunda o modelo neoliberal associado ao processo de privatização do setor elétrico. Acresce dizer que “até 1993, as empresas distribuidoras de energia eram todas nacionais e o preço da eletricidade único em todo o território”²⁴. Com a privatização do setor, a energia ficou sob o controle de um pequeno número de empresas transnacionais. Disso derivou a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios (e de seu potencial hidrelétrico), a cobrança de altas tarifas pela utilização da luz, bem como a geração de desemprego (BENICÁ, 2011).

O sistema de privatização se consolidou a partir do Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990 pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Em 1995, com as Leis Federais nº. 8.987 e 9.074 regulamentava-se o regime de concessão de obras e serviços públicos a empresas privadas. Em 1996, ocorreu a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), uma autarquia ligada ao Ministério das Minas e Energia com a função de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica (BENICÁ, 2011, p. 31).

O Estado passou a operar como um agente financiador na construção de hidrelétricas, apoiando e subsidiando grandes empresas por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). De acordo com as análises de BENICÁ (2011) acerca das maiores empresas privadas que atuam no setor elétrico²⁵ brasileiro, são listadas:

Tractebel-Suez (Belga/Francesa), Alcoa (EUA), Alcan Alumínios (Canadá), BHP Billiton (Inglaterra), Citigroaup (EUA), AES (EUA), American Electrical Power (EUA), Eletricidade de Portugal (Portugal), Southern Company (EUA), Electricité de France (França), DukeEnergy (EUA), Endesa (Espanha), El Paso (EUA), Banco Santander (Espanha), Banco Bradesco S.A, Companhia Brasileira de Alumínio e Cimentos Votorantim S.A (Brasil). (BENICÁ,2011, p.31)

²⁴ Dorival Gonçalves Junior, professor da Universidade Federal de Mato Grosso. In: Jornal do MAB, jun. 2008, n.5, p. 6.

²⁵ Os principais agentes do setor elétrico são: As geradoras – produzem a energia; as transmissoras – responsáveis pelo transporte de energia até a casa do consumidor; as comercializadoras – autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres, ou seja, aqueles que gastam mais de 3 mil KW.

Sobre a dimensão privatista desse período histórico, vale pontuar as reflexões de Harvey (2008) sobre as práticas do Estado neoliberal e do Estado desenvolvimentista²⁶, as quais, para o autor, são convergentes. O autor afirma que o Estado “produz tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como **energia**, produtos farmacêuticos, agronegócios etc.” (HARVEY, 2008, p.87, grifo nosso).

Como exemplo prático dessa produção regulatória e legislativa, a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND) em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso demonstra de forma prática como a privatização chega a um estágio mais avançado nesse governo. Como decisão mais pontual, o governo decidiu criar a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em substituição ao antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

Esta nova agência foi criada com o objetivo de analisar novas concessões, licitações e fiscalizar serviços prestados à população pelas empresas recém-privatizadas (CASTRO, 2013). Ficou encarregada de realizar a interface entre o governo, as concessionárias e os consumidores. A ANEEL, juntamente com as agências reguladoras estaduais, complementa o perfil da gestão atual do sistema elétrico brasileiro (OLIVEIRA et al., 1998).

Goldemberg, Prado (2003) situam a criação do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão do Sistema Elétrico (CCPE) em 1999. Segundo os autores este teve como objetivo, “regular e estruturar a atividade de planejamento da expansão elétrica. Em meados do ano 2000, foi regulamentado o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), criado em 1997, como órgão de assessoramento do presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes ligadas à energia” (IDEM, 2003, p.224). Os objetivos pretendidos pela reforma do governo eram:

- Desverticalização, visando à separação entre as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização.
- Privatização, transferindo para o setor privado a responsabilidade pela realização dos investimentos, além de fornecer recursos para o erário público.
- Competição na geração e na comercialização, propiciando um grande estímulo para o aumento da eficiência e a redução dos preços.
- Livre acesso às redes de transmissão e distribuição, permitindo efetivamente a competição na produção e na comercialização. (GOLDEMBERG; PRADO, 2003, p. 223, grifos dos autores).

²⁶ Harvey (2013) utiliza o termo Estado desenvolvimentista para definir países que “se apoiam no setor público e no planejamento, em estreita associação com o capital doméstico e corporativo (em geral estrangeiro e multinacional) para promover a acumulação do capital e o crescimento econômico. Esses Estados costumam dar considerável atenção a infraestruturas sociais e físicas” (HARVEY, 2013, p.82)

Conforme análise dos autores citados, os objetivos contidos nessa reforma expressavam o conteúdo ideológico da transição de um crescimento orientado não mais pelo Estado, mas pela lógica do mercado. Para acentuar esse posicionamento os autores destacam a fala de Ferreira (2000):

A privatização em andamento do setor elétrico no Brasil e a implementação de um novo modelo para este setor são parte da transição econômica do Brasil do modelo de crescimento impulsionado pelo Estado para o crescimento impulsionado pelo mercado. Também é consistente com a necessidade do setor de serviços públicos de aumentar a produtividade e reduzir custos através do aumento da eficiência, um objetivo a ser alcançado pela economia como um todo, para uma integração bem-sucedida no mercado global. A privatização do setor elétrico também ajuda a reduzir a dívida do setor público, contribuindo para a sustentação do crescimento a longo prazo do Brasil (FERREIRA, 2000 *apud* GOLDEMBERG, PRADO, 2003, p.225).

A discussão sobre o pano de fundo (globalização) sobrepunha-se ao debate meramente técnico sobre o setor elétrico nos anos de 1990. Nesse sentido, para os autores a “[...] questão da internacionalização dos mercados de serviços, mercadorias e capitais, que vinha rompendo com o conceito clássico de fronteiras geográficas e limitando cada vez mais a execução das políticas cambial, monetária e tributária dos Estados nacionais” (IDEM, 2003, p.223), repercutia sem precedentes as decisões e ações ligadas ao setor elétrico. Ressaltam os autores:

A fragmentação das atividades produtivas nos diferentes territórios e continentes permitiu aos conglomerados multinacionais praticar o comércio interempresa, escolhendo seletivamente entre as distintas legislações nacionais e concentrando seus investimentos nos países onde elas lhes são mais favoráveis. Paralelamente, observa-se a internacionalização do Estado, mediante o advento dos processos de integração, formalizados pelos blocos regionais e pelos tratados de livre comércio e a subsequente revogação dos protecionismos tarifários, das reservas de mercado e dos mecanismos de incentivo e subsídio fiscais. Um outro lado desse fenômeno foi a disseminação do liberalismo, promovida especialmente por agências multilaterais (BIRD, BID, FMI), cuja síntese ficou conhecida como Consenso de Washington. Essa visão pregava, por exemplo, a liberalização dos preços, do comércio e do investimento estrangeiro, a desregulamentação e a privatização em grande escala, como medidas a serem adotadas em países como o Brasil. (GOLDEMBERG, PRADO, 2003, p.223)

A respeito da organização do sistema após a privatização e a nova coordenação do setor elétrico, Albuquerque (2008) destaca:

Na questão da geração, as empresas estatais, que foram privatizadas e puderam se reorganizar, realizaram: cisões, fusões, incorporações, construção de filiais, redução de capital etc. No que concerne à transmissão, o procedimento de coordenação de distribuição entre as geradoras passou a ser feito pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), substituindo a Eletrobrás nesta função (CASTRO *apud* ALBUQUERQUE, 2008, p.18).

O Operador Nacional do Sistema, em seu relatório de abril de 2000, já previa que o racionamento era muito provável. Em seu relatório, Planejamento Anual da Operação Energética Ano 2000, pág. 21, consta:

Deve-se ressaltar que a tendência de deterioração das condições de atendimento nos próximos anos, já registradas anteriormente em Planos de operação do GCOI, reflete os constantes adiamentos nos programas de obra de geração previstos [...] Desta forma, a demanda é atendida não somente com energia garantida, mas também com energia secundária (interruptível) e com deplecionamentos acentuados do estoque de água dos reservatórios.

Nesse sentido, a crise de falta de energia era tida por empresas do setor energético como previsível e anunciada já a partir de 1997. Goldemberg, Prado (2003) destacam que o governo FHC não criou mecanismos que pudessem intervir na crise anunciada “o apagão”. Essa desarticulação, na visão dos autores, advinha das entidades, cujas “opiniões e propósitos diferentes não convergiam e não havia mais a coordenação central da Eletrobrás” (GOLDEMBERG; PRADO, 2003, p.229).

Os autores denominam o sistema de energia elétrico como um sistema com atividades paralisadas, “acéfalo”, visto que não havia um ambiente regulatório adequado nem um mercado livre confiável de energia no Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), mas conseguiu paralisar as atividades de coordenação da Eletrobrás.

Com a ida das funções do Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI) para o Operador Nacional do Sistema (NOS), o término do planejamento determinativo e da coordenação dos contratos de suprimentos exercidos pelo GCPS, a criação de novos escalões de decisão como a Aneel e a Agência Nacional de Águas (ANA) e, ainda, com a multiplicação de regras e legislações incompletas, insuficientes e conflitantes, deixou de existir um interlocutor único e experiente no governo. (GOLDEMBERG; PRADO, 2003, p.229).

No que tange a esfera do controle social²⁷ ligado ao setor de energia, os autores sinalizam que o trabalho do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) se deu somente no final de 2000, e com muitas fragilidades no que se refere a quantidade diminuta de reuniões e limitada estrutura para cumprir a função de formuladores e fiscalizadores das políticas de energia elétrica no país (GOLDEMBERG; PRADO, 2003).

²⁷ A esfera do controle social das políticas públicas se constitui como espaços de regulação. Segundo DAGNINO (2002), os conselhos são espaços legais e instituídos com poder de deliberação, fiscalização, supervisão e consultivo das políticas públicas setoriais.

Os autores apontam que no âmbito das privatizações²⁸, “as vendas das empresas elétricas brasileiras foram feitas quando as bolsas de valores mundiais estavam em seu auge de crescimento, puxado pela chamada “bolha especulativa” de Wall Street e com o Real sobrevalorizado em relação ao dólar” (GOLDEMBERG; PRADO, 2003, p.229). Os mesmos sinalizam que em razão da tomada de empréstimos de curto prazo à bancos internacionais pelas empresas compradoras, os recursos que chegavam ao país já ficavam comprometidos tanto com atendimento da remessa de lucros da empresa privatizada quanto com o pagamento de juros e amortizações do dinheiro que foi tomado para a privatização.

O cenário das empresas privadas no setor elétrico, a partir de 1999, mostrava-se inoportuno para novos investimentos tendo em vista alguns fatores como: resistência política para a reforma do setor, inexistência de recursos para privatização de geradoras da Eletrobrás (consequência direta da crise cambial brasileira e crises russa e asiática) (GOLDEMBERG; PRADO, 2003).

Esses fatores favoreceram “uma deterioração das reservas do sistema, anteriores à reforma” (IDEM, 2003, p.230). A razão apontada situava-se “[...] nos impedimentos da política de austeridade fiscal do governo. Como os investimentos das empresas elétricas eram tratados como gastos do setor público, os mesmos comprometiam as metas pretendidas pelo governo de superávits primários para abater a dívida pública” (IDEM, 2003, p.230).

De forma retrospectiva, Goldemberg; Prado (2003) destacam que à crise anunciada no setor de energia elétrica (acionamento), se deu em razão da inexistência de um interlocutor confiável e de uma coordenação no setor, a qual não conseguia gerenciar o sistema, gerando assim a perda de confiança no mesmo.

Para os autores, os argumentos traziam a marca da inoperância quanto às informações sobre a necessidade de novas obras e conclusão de obras em andamento (usinas), sendo essas, metas estabelecidas no Plano Decenal do Governo Federal para o setor elétrico. Os autores pontuam que “o cumprimento das diretrizes do Plano Decenal permitiria o armazenamento em maio de 2001 de 73% no sistema Sudeste-Nordeste, suficiente para evitar o racionamento” (IDEM, 2003, p.231).

Para evitar esta perspectiva de uma crise elétrica ainda pior, foi implementado, entre 1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002, o racionamento de energia, com a meta de economizar 20% de energia elétrica. Esse fato obrigou o governo FHC a dar explicações à sociedade sobre o que estava acontecendo e justificar as perdas e os danos causados a todos.

²⁸ A cultura política privatista e liberal é reforçada pelo neoliberalismo. (SPOSATI, 2002)

Em maio de 2001, o governo criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas de seu suprimento. (Goldemberg; Prado, 2003, p.231)

Paradoxalmente, com o fim do racionamento e o cumprimento das metas da sociedade concernentes a economia de eletricidade, uma medida provisória que propunha um custo elevado é lançada pelo Governo Federal (dezembro de 2001) objetivando o gerenciamento da crise e sua superação instituindo medidas com objetivo de gerenciar a crise e promover sua superação, incluindo uma “recomposição tarifária (devido ao período do racionamento) com adiantamentos de recursos do BNDES e, para evitar novos racionamentos, a compra de energia elétrica emergencial pela empresa estatal criada especialmente para esse fim, a CBEE (Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial)” (GOLDEMBERG; PRADO, 2003, p.232). Essas medidas acenderam, de acordo com os autores, polêmicas em torno da necessidade de se obter energia para utilização emergencial, visto que a população adotou de maneira compulsória novos padrões de consumo.

Durante esse período o modelo energético no País é construído a partir de um perfil de desenvolvimento que acompanhou a lógica geral do sistema capitalista, ou seja, socialmente excludente, marcado pelo alto consumo e desperdício das classes dominantes da sociedade. Priorizando os interesses do capital, o Estado construiu um parque industrial complexo e diversificado, com pouca preocupação com as desigualdades sociais e regionais e os problemas ecológicos gerados. A priorização de tal demanda provocou o inchaço dos grandes centros urbanos, aumentando o consumo de energia e, conseqüentemente, a necessidade de investimentos no sistema.

Por outro lado, a expansão do setor também correspondeu ao processo de construção (de parte) da base material do Estado no processo de configuração do espaço nacional. Houve, portanto, um imbricamento entre a política setorial, o desenvolvimento tecnológico e o processo de intervenção estatal no território, como parte do processo geral de acumulação (LEMOS, 2007).

A fim de analisar as políticas públicas de infraestrutura no setor elétrico, Pase; Rocha (2010) debatem, em um artigo inscrito no Dossiê “Os anos Lula”, acerca da configuração do setor elétrico conduzido por um governo fortemente marcado pela aliança e compromisso com movimentos sociais e sindicais. Os autores travam sua discussão a partir de uma retomada histórica das políticas no setor elétrico e levantam os argumentos de que embora as

políticas no governo Lula tenham tido o cariz da “universalização e distribuição de renda”, guardavam a perspectiva reformista do Estado iniciada com FHC.

Ao iniciar suas análises sobre as políticas do setor elétrico no governo Lula, Pase e Rocha (2010) resumem o final da década de 1990 e início do século XXI, com uma série de enfrentamentos as quais o país foi exposto:

o processo de endividamento externo e aumento exponencial da inflação que aliada à redemocratização, possibilita a participação política e a disputa de bens e recursos para um conjunto de grupos de interesse aliados da sociedade política na ditadura militar, produziu o desequilíbrio fiscal e financeiro. Testado durante a ditadura Chilena e apresentada como única solução possível nos EUA e na Inglaterra, o neoliberalismo imporá a concepção da reforma do Estado para sanear as finanças públicas e estimular o crescimento econômico. Esta concepção parte do diagnóstico de que a crise fiscal e financeira do Estado se deve a sua atuação inadequada quando intervém diretamente na economia ou quando investe em políticas sociais. Neste sentido, a possibilidade apresentada indica a necessidade que o Estado afaste-se da economia e desenvolva políticas públicas eficientes, mantendo o equilíbrio orçamentário entre receita e despesa. (PASE; ROCHA, 2010, p.50)

Nesse sentido, fica evidenciado, que a crise enfrentada o setor elétrico, deixada pelo governo anterior, carecia de imediato planejamento que reestruturasse e fortalecesse os serviços energéticos. Houve ausência de segurança no abastecimento, falta de incentivos para a modicidade tarifária no repasse do preço livre na compra de energia pelas distribuidoras para as tarifas dos consumidores finais, tornando-se oneroso para estes. O “primeiro modelo” também não havia incentivado eficazmente a competição. Estava, pois, evidente a falta de planejamento de médio e longo prazo, sendo, portanto, necessária a criação de um novo modelo, que entraria em vigor no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Para os autores, é fato inconteste que as políticas públicas de infraestrutura, permanecem seguindo a concepção de Reforma do Estado, iniciada em Collor e implementada, com mais vigor, por FHC. Como o campo analítico dos autores é o de “análise de políticas públicas”, os mesmos optam por dar destaque à análise que se centra nas características do novo gerencialismo público. De acordo com os autores “para esta concepção a solução para os problemas de déficit fiscal, endividamento e estagnação econômica é a liberação da economia das amarras do Estado e a busca do equilíbrio financeiro através de políticas de contenção de gastos sociais e eficientes” (PASE; ROCHA, 2010, p.50-51).

A explicação para Pase; Rocha (2010) para a continuidade das políticas de Reforma do Estado e da articulação econômica com o mercado internacional no Governo Lula, parte de

duas ações específicas: 1) o compromisso documental (Carta aos brasileiros²⁹ de 2002) elaborada pelo candidato e partido, afirmando a responsabilidade com o cumprimento dos contratos do país e com o pagamento da dívida externa; 2) e as mudanças no programa político do Partido dos Trabalhadores, o qual segundo os autores, na tentativa de se responder à várias outras classes, que não somente a classe trabalhadora, se fixam em propostas que atendam tanto a programas de cunho social quanto a programas de manutenção e/ou expansão dos interesses privados e de classe média. Nesse sentido, a carta e as mudanças no interior do PT, expressam:

[...] a concepção do governo Lula de que não empreenderá nenhuma ruptura em relação à concepção das políticas públicas de infraestrutura e, particularmente, aquelas relacionadas ao setor elétrico, majoritariamente disputado por grupos financeiros e empresariais multinacionais. [...] o PT se aproximou de setores conservadores da sociedade como empresários, banqueiros e, inclusive, alguns representantes das oligarquias tradicionais desconsiderando as alianças programáticas em prol de alianças pragmáticas e eleitorais. Essa mutação contribuiu decisivamente para a vitória em 2002 e 2006, além de garantir a governabilidade dentro da perspectiva do presidencialismo de coalizão (PASE, ROCHA, 2010, p.51).

Boito (2012) ao fazer a análise sobre as frações dominantes no governo Lula e a frente política neodesenvolvimentista, que se forma em 1990, afirma que, nesse governo, o programa de política econômica e social busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Para isso, lança mão de alguns elementos de política econômica ausentes nas gestões de FHC. Argumenta Boito:

Sem a pretensão de sermos exaustivos, enumeraríamos a título inicial alguns elementos que têm sido destacados por parte da bibliografia: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012); d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) **incremento do investimento estatal em infraestrutura** (BOITO, 2012, p. 05[grifo nosso]).

²⁹ A Carta foi publicada em 22 de junho de 2002 em uma conjuntura eleitoral conturbada, na qual havia uma crise econômica. Essa crise, marcada pela forte desvalorização do real, foi resultado da grande instabilidade proveniente da implementação do modelo neoliberal praticado pelo governo FHC (DIAS, Rodolfo Palazzo. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. **VII Colóquio Internacional Marx Engels**, p. 1).

A partir dos elementos de política econômica no Governo Lula, que são tidos por Boito (2012) como “novos elementos”, destacamos o “incremento do investimento estatal em infraestrutura”. Esse elemento é analisado por PASE;Rocha (2010) como modelo que converge nas decisões políticas da gestão federal no período de 2003-2010 Para os autores:

Em completa sintonia com o modelo incrementalista as decisões do passado constroem e determinam as decisões e políticas públicas futuras. O processo de reforma do Estado nos governos Collor e FHC retiraram várias prerrogativas e fontes de recursos do Estado com os quais o governo Lula não pôde contar. Não obstante, os compromissos eleitorais buscando a credibilidade internacional e o apoio eleitoral e legislativo interno, assumidos por Lula, determinam limites para a ação das políticas públicas. Ora, não era possível romper com as políticas de privatização e desmembramento do setor elétrico em unidades de negócios (geração, transmissão e distribuição), com o marco regulatório que definia a outorga e prorrogação das concessões e permissões para que instituições independentes e neutras em relação ao jogo político tais produzissem e distribuisse a energia elétrica elevada à categoria de mercadoria, superada sua condição de serviço público (PASE e ROCHA, 2010, p. 21).

No que diz respeito à infraestrutura energética, os autores se apoiam nas ações do governo, as quais são elaboradas políticas públicas que regulamentaram as relações entre poder público e empresas privadas, principalmente no campo da expansão de projetos de energia advinda de hidrelétricas. Os mesmos destacam que “projetos de hidrelétricas passam a ser conduzidos por Sociedades de Propósito Específico (SPE), criadas em virtude de cada Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) a ser instalada e operada.” (PASE;ROCHA, 2010, p.52)

Nesse sentido, a concepção de política pública adotada pelo Estado, através desta regulamentação, é paradoxal, pois se traduz pela desresponsabilização do Estado frente a instituições independentes no sentido de sua operacionalização direta, no entanto logra o compromisso direto do Estado com o financiamento dos empreendimentos. Para o setor elétrico esse paradoxo se revela:

[...] ao mesmo tempo em que o processo de desregulamentação possibilita o acesso da iniciativa privada na produção e distribuição de energia elétrica, o Estado mantém uma participação decisiva como financiador dos empreendimentos intensivos em capital e tecnologia. Na prática, o que ocorre é que a gestão dos negócios e a administração dos lucros são transferidas para a esfera privada, no entanto, o Estado permanece viabilizando os empreendimentos intensivos em capital e tecnologia via liberação ambiental e financiamento das obras. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o papel da infraestrutura é de proporcionar benefícios em termos de crescimento econômico, mitigação da pobreza e sustentabilidade ambiental, no entanto, isso ocorre somente quando presta serviços que atendem à demanda efetiva com eficiência (PASE e ROCHA, 2010, p.53).

Harvey (2008) ao apresentar as características principais da acumulação por espoliação, destaca no que se refere as redistribuições via Estado que o mesmo, “[...] uma vez neoliberalizado, passa a ser o principal agente de políticas redistributivas, revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas [...] Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social.” (HARVEY, 2008, p.176)

Pase; Rocha (2010) ao tratarem sobre a concepção do BNDES acerca do papel que a infraestrutura no novo tipo de gerencialismo estatal, discorrem que nessa perspectiva, os adotados padrões da prestação eficiente e adequada de serviços de infraestrutura são adotados a partir da implementação de três instrumentos ligados à modificação dos incentivos, são eles: administração comercial, concorrência e envolvimento da parte interessada. Os autores citam o que diz o documento do BNDES sobre como deve ser estabelecida essa adoção:

Gerir a infraestrutura como negócio e não como uma atividade burocrática. [...] A participação do setor privado na administração, no financiamento e nos direitos de propriedade é muitas vezes necessária para que a infraestrutura tenha orientação comercial. Introduzir a concorrência... A concorrência dá chances ao consumidor de atender melhor suas demandas e obriga os fornecedores a serem eficientes e responsáveis para com seus usuários
A concorrência pode ser introduzida diretamente, permitindo-se o ingresso que não apresentam barreiras tecnológicas, e indiretamente, através de licitação pública pelo direito de prestar serviço exclusivo, no caso de existirem condições de monopólio natural, e da liberalização do fornecimento de serviços similares [...]. Cabe também aos governos a responsabilidade de criar contextos legais e reguladores que amparem a participação do setor privado na provisão dos serviços de infraestrutura (BNDES *apud* PASE;ROCHA, 2010, p. 53).

A partir da afirmação do BNDES sobre as políticas públicas de infraestrutura, Pase; Rocha (2010) traduzem essa configuração a partir do modelo do ciclo da política³⁰, cuja abordagem conceitual refere-se a uma das múltiplas abordagens dos estudos sobre formulação de políticas públicas. Para os autores as políticas públicas, nesse contexto, são formuladas a partir da *agenda setting*, momento no qual um governo decide que é necessário fazer algo, ou momento em que se decide se um tema fará ou não parte na pauta política.

Para essa decisão, é considerada a avaliação dos custos e benefícios das opções disponíveis, ou seja, uma avaliação para ver se a ideia tem chances de se impor na arena política. De acordo com Gelinski;Seibel (2008), é um momento em que passam a ter um papel

³⁰ Tendo em vista o caráter dinâmico das políticas públicas, que podem sofrer modificações no processo de elaboração e implementação, Frey (2000,p.226) sugere a análise do ciclo político em cinco fases: 1) percepção e definição de problemas, 2) agenda setting, 3) elaboração de programas e decisão, 4) implementação de políticas e, finalmente, 5) a avaliação de políticas e as correções que se fizeram necessárias. Com essa classificação, o autor avança, em termos conceituais, em relação às classificações (de três fases) tradicionalmente propostas para o ciclo: formulação, implementação e controle. (GELINSKI;SEIBEL, 2008, p.230)

preponderante, os funcionários ou técnicos da organização administrativa do Estado. Sobre os diferentes momentos e atores na definição da *agenda setting* no que se refere às políticas de infraestrutura, Pase; Rocha sinalizam alguns deles:

A definição da agenda ocorre em vários momentos desde o processo eleitoral, na disputa nos legislativo, até a mobilização dos grupos de interesse e/ou a formação da opinião pública através da mídia. É também o momento onde atuam vários atores ocultos, tais como os burocratas e acadêmicos. Neste sentido, é perfeitamente congruente a participação da burocracia, como ator oculto, na definição da concepção das políticas de infraestrutura do país. Estão presentes na citação acima os vários elementos da concepção reformista do Estado: necessidade de políticas eficientes, credibilidade e o papel do Estado criar molduras legais que *amparam o setor privado na provisão dos serviços*. Ou seja, o setor elétrico reassume suas feições da origem do final do século XIX, gerido pelo setor privado, regulamentado pelo Estado e financiado por recursos públicos. (PASE;ROCHA, 2010, p. 54)

No bojo da criação de um novo modelo, na gestão de Lula, Costa (2013) destaca que o serviço de energia deveria objetivar três aspectos: garantir a segurança de abastecimento, modicidade tarifária e universalização dos serviços de energia elétrica, sugestões apontadas por Tolmasquim (2011). O autor citado é referência para as análises de Costa (2013), visto que é um dos idealizadores do desenvolvimento do novo modelo, que fora iniciado com o documento: “Projeto Energia Elétrica: Diretrizes e Linhas de Ação para o Setor Elétrico Brasileiro”, publicado em meados de 2002 e apresentado à equipe do governo Lula para nortear o seu planejamento energético.

O documento traçava as necessárias linhas de mudança para o marco regulatório do setor elétrico, uma vez que este não conseguira atingir os objetivos básicos para o fornecimento do serviço público nos últimos anos. Com a eleição de Lula para o Governo Federal, como Presidente, assume a pasta do Ministério de Minas e Energia, Dilma Rousseff, com a tarefa de realinhar o sistema elétrico nacional. Em seu discurso inicial, contempla a intenção de alteração e fortalecimento das funções de planejamento do Estado e da formulação da política de energia para o país. De início, o modelo buscou reorientar e organizar o modelo de comercialização de energia elétrica e definiu-se que o método a ser usado seria o Modelo de Contratação Multilateral (COSTA, 2013, p.58)

De acordo com Costa (2013) a deliberação sobre o método de contratação multilateral, baseado num *pool* de empresas, objetivava compartilhar os riscos financeiros com as empresas envolvidas, nesse caso específico não cabia somente à Eletrobrás as demandas para compras de energia.

Costa (2013) faz um detalhamento sobre a nova configuração do setor elétrico nacional, a qual é subdividida em quatro partes, apresentadas de maneira desverticalizada, ou

seja, baseada na separação das atividades ligadas à geração, transmissão e comercialização de energia, conforme abaixo:

- i) Os agentes geradores, responsáveis pela produção energética através de concessão e autorização para agirem com finalidade comercial, podendo atuar nos dois ambientes: ACR e ACL. Torna-se importante destacar dois produtores: os PIE (produtores independentes), que são pessoas jurídicas que produzem energia elétrica para vender através de leilões para concessionárias de distribuição e/ou através de livres contratos com clientes livres; e os autoprodutores, que são empresas produtoras de energia elétrica para uso próprio, podendo comercializar o excedente, como, por exemplo: Vale S.A, Companhia Siderúrgica Nacional S.A e Votorantim Energia Ltda. (EPE, 2007);
- ii) Os agentes transmissores, responsáveis pela disseminação de energia, ligando as geradoras às distribuidoras;
- iii) Os agentes de distribuição, responsáveis pelo repasse de energia aos clientes cativos. Atualmente, possuem a maioria do segmento privatizado, e
- iv) Os agentes de comercialização, que são empresas que possuem estrutura de geração e distribuição e respeitam as regras específicas de comercialização. (COSTA, 2013, p.59-60)

O autor afirma que o novo modelo levantava algumas exigências no campo institucional, contratual e de financiamento, principalmente na superação da morosidade dos processos ligados ao campo da alteração dos trâmites jurídicos, a fim de contemplar as reais mudanças necessárias ao setor elétrico, que precisavam ser corrigidas no modelo anterior (FHC) (Costa, 2013).

Os ganhos que o novo modelo trazia para o setor elétrico podem ser assim pontuados: 1) o estabelecimento de regras de comercialização e de outorga de concessões e autorizações 2) a modicidade tarifária³¹ 3) a segurança de suprimento, conseguida pelo monitoramento permanente e 4) a universalização dos serviços que permitiu a inclusão social (Costa, 2013).

Este modelo significa a apresentação pelo governo Lula da continuidade da política de privatização. Para Boito (2012), esse elemento atende diretamente aos interesses dos grandes grupos econômicos, isto é, do conjunto do grande capital – nacional, estrangeiro, industrial e financeiro. A média burguesia permaneceu, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de privatização, excluída do grande negócio que foram os leilões de empresas estatais.

Menos de cem grandes grupos econômicos apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão, contando com favorecimentos de todo tipo – subestimação do valor das empresas, possibilidade de utilização das chamadas “moedas podres”, financiamento subsidiado pelo BNDES, informações privilegiadas, preferência e ajuda das autoridades governamentais etc. Grandes empresas industriais, como o Grupo Votorantin, Gerdau e Vicunha; grandes bancos,

³¹ Tarifas que sejam do alcance da população de baixa renda, por exemplo. Trata-se de um modelo que exige controle de preços a fim de que as tarifas de energia elétrica funcionem com equilíbrio econômico-financeiro entre os agentes (ANEEL, 2007)

como o Itaú, Bradesco, Unibanco; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas telefônicas, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. Essas empresas estão hoje entre as mais lucrativas do capitalismo brasileiro. O governo Lula herdou e manteve essa privatização, inclusive os contratos leoninos que asseguram alta lucratividade aos novos monopólios privados, e nem sequer cogitou de investigar os casos de corrupção mais rumorosos que envolveram a política de privatização (BOITO, 2012, p. 57).

Boito (2012) destaca que o governo Lula lograra ampliar o impacto popular do modelo neoliberal, praticando, melhor que FHC, a política do “novo populismo conservador” – um tipo de populismo que explora eleitoralmente a população pobre desorganizada lançando mão, para tanto, das políticas compensatórias e do discurso ideológico neoliberal que estigmatiza os direitos sociais como privilégios. Segundo o autor:

As mudanças introduzidas no interior do bloco no poder pelo governo Lula também reforçam a hegemonia do capitalismo neoliberal no Brasil. O resultado econômico dessas mudanças tem sido o de propiciar um novo lastro ao modelo capitalista neoliberal e o seu resultado político, o de ampliar o apoio da burguesia brasileira a esse modelo (BOITO, 2012, p. 59).

O governo Dilma (pós dois mandatos do governo Lula) teve por objetivo dar continuidade às propostas do segundo novo modelo do setor elétrico, iniciado no governo Lula, ao expandir a geração de energia limpa e renovável e ampliar a rede de interligação do SIN, além de controlar as instituições criadas e balizar a economia frente aos problemas atuais. A matriz de eletricidade configura-se com 74% sendo de origem hidráulica. O Governo Federal exerceu ações fundamentais nas áreas de geração e transmissão.

Dilma herdou um crescimento da produção e do consumo de energia elétrica do governo anterior, porém não existia facilidade de controle e gestão nesse setor, o que já era de conhecimento da presidenta devido ao cargo que assumia naquele governo, o de ministra do MME, durante o período de 2003 a 2005.

O governo Dilma desenvolveu esforços a fim de configurar uma nova matriz de política econômica capaz de garantir um novo ciclo de crescimento sustentado (CASTRO et al., 2013). O setor elétrico, nesse sentido, apresentou-se como um importante instrumento da política desenvolvimentista nacional, por ser capaz de gerar infraestrutura condizente com as necessidades setoriais nacionais.

Como é sabido, o setor industrial é o maior consumidor de energia elétrica no país, no entanto, existe a preocupação com a desindustrialização, uma realidade confirmada pelos números cujo apontamento é de que, nos últimos 30 anos, houve uma redução na participação

do setor na economia nacional, caindo de 31,3% em 1980, 17,2% em 2000 e chegando a 14,6% em 2011 (NASSIF et al., 2012). E tal preocupação é condizente com os reflexos que a desindustrialização pode acarretar, tais como:

[...] em primeiro lugar, a própria ampliação das escalas de produção industrial tende a elevar os ganhos de eficiência, produtividade e a geração de externalidades positivas para além do setor industrial. Em segundo lugar, porque os movimentos de introdução e de difusão de inovações tecnológicas no processo produtivo, responsáveis pelos aumentos sistemáticos (e sistêmicos) da produtividade na economia, encontram-se fortemente ligados à atividade empresarial na indústria. Em terceiro lugar, porque a produção de novos bens pelo setor industrial estimula a geração de novas atividades no setor terciário da economia, com reflexos positivos sobre a produtividade global como, por exemplo, a comercialização de novos bens ou o surgimento de serviços de apoio à escala crescente da produção industrial. Além disso, deve-se destacar, ainda, que a atividade industrial e, em particular, os ganhos de escala e de produtividade gerados reforçam-se mutuamente, na medida em que constituem fatores decisivos de aumento da competitividade externa na disputa (ou criação) de mercados no cenário internacional (CASTRO et al., 2013, p. 7).

Sumariamente apresentou-se até aqui aspectos do setor elétrico que pontuam as características do modelo adotado desde 1930, que em sua aparência apresentou-se, a princípio, bem sucedido, no entanto, no limiar da década de 1980 deu sinais paulatinos de seu enfraquecimento, haja vista a crise de financiamento no setor, a qual impulsionou o Estado a abrir participação de capitais privados no que se refere a garantia do suprimento de energia.

A partir de 1995, deu-se início a reforma conduzida pelo Governo FHC o qual redefiniu o papel do Estado no setor elétrico, sob o argumento de introduzir maior competitividade ao setor. No segundo governo do mesmo presidente citado, em 2001, a crise enfrentada pelo setor, foi determinante para o racionamento de energia, evidenciando a necessidade de uma nova reforma, sendo esta implementada a partir de 2004 com o Governo Lula, cujas ações foram condicionadas pela ainda presença do capital privado aliadas a expansão do provimento e acesso de serviços elétricos (distribuição) com caráter socializador e universalizante.

Tratar-se-á a partir do próximo item, qual lugar a Amazônia ocupou nessa historicização da expansão da energia no país.

2.3 A Amazônia e sua relação com a expansão da energia e o desenvolvimento brasileiro

Ao tomarmos como ponto de partida analítico que a eletrificação é um processo histórico e cultural, é possível estabelecer que, na Amazônia, a inserção sistemática dos serviços de iluminação pública nas principais capitais amazônicas coincidiu com a ascensão da economia da borracha formando um novo tipo de serviço urbano (a iluminação pública) e, posteriormente, as transformações nacionais e internacionais, no âmbito do papel do Estado na economia, repercutiram em uma reestruturação radical do setor elétrico o que motivou sua complexidade.

Lemos (2007) ao tratar sobre o a história da eletrificação na Amazônia, identifica quatro fases: da relação entre a disponibilidade de recursos públicos – advindos da economia da borracha na segunda metade do século XI; o crescimento das cidades; e o processo de urbanização propiciou o contexto no qual o capital privado e o setor público interagiram para constituir a iluminação pública como um tipo específico de serviço urbano. Das interações e conflitos entre os agentes sociais envolvidos nos diferentes sistemas de iluminação e os arranjos políticos, emergiram novas relações contratuais, formas de gestão dos serviços, estruturas administrativas e aperfeiçoamentos técnicos nos sistemas, que culminaram na adoção de uma nova tecnologia: a energia elétrica.

A periodização analítica desenvolvida por Lemos (2007), a partir de análise documental sobre o processo de eletrificação na Amazônia, será o eixo norteador da construção teórica desse item.

- Do final do século XIX aos primeiros anos do século XX: constituição dos serviços de iluminação pública e o processo de implantação dos sistemas elétricos

A compreensão do início do processo de expansão de eletrificação na Amazônia pode ser caracterizado, principalmente, pela constituição de serviços de iluminação pública nas suas principais capitais (Manaus e Belém).

O *boom* da borracha na Amazônia, no final do século XIX e início do século XX, não propiciou uma via de desenvolvimento que pudesse sustentar, a longo prazo, um processo de industrialização consistente, como ocorreu com o café no sul do país. Alguns autores como Furtado (1986) e Cano (1981), atribuem o declínio da economia amazônica da borracha basicamente a dois fatores: i) a incapacidade do capital mercantil de transformar a produção baseada no aviamento, numa estrutura produtiva fundada em relações propriamente capitalistas de produção; e ii) o desvio dos excedentes da exploração e exportação da

borracha, que poderiam ser investidos em atividades produtivas, para atividades tipicamente urbanas como serviços de água, esgoto, energia elétrica, telégrafos e viação urbana.

Por outro lado, Santos (1980) advoga que embora as poupanças cambiais geradas pela economia da borracha não tenham sido aplicadas de forma produtiva na região, tiveram um papel importante na formação dos capitais que viabilizaram o primeiro surto industrial no sul do Brasil, no período 1903-1913, visto que “os saldos do comércio amazônico [...] representam parcela substancial do superávit brasileiro no período” (SANTOS, 1980, p. 291). De qualquer forma, foi justamente o investimento dos excedentes da borracha nas atividades não produtivas que viabilizou um significativo desenvolvimento urbano, com o crescimento dos serviços públicos e a instalação, de maneira irreversível, dos mais modernos serviços urbanos nas capitais amazônicas. Assim, tanto Manaus e Belém, quanto outras cidades que floresceram com a economia da borracha, se beneficiaram com os sistemas de iluminação a gás e elétricos, sistema de comunicação via telégrafos, telefone, entre outros.

Lemos (2007) aponta que para a iluminação nas capitais amazônicas, o azeite (óleo de andiroba) e o petróleo (querosene) eram os principais elementos utilizados como combustível, substituídos posteriormente pelo gás líquido de carvão, gás globo (óleo de nafta) e o gás carbônico (ou hidrogênio carbonado), os dois últimos experimentados também na cidade do Rio de Janeiro. A autora aponta que no que tange a iluminação do interior, “predominava a utilização de querosene e outros iluminantes, como óleo de andiroba, manteiga de tartaruga e de peixe-boi. Em alguns casos, o benzeno e o acetileno também foram utilizados como iluminantes em serviços públicos e instalações privadas” (LEMOS, 2007, p.111).

De acordo com a autora, a substituição paulatina da iluminação rudimentar através de óleos e outros iluminantes pela instalação dos serviços de iluminação a gás e, posteriormente, os de eletricidade, acarretou mudanças no cenário urbano, principalmente no aspecto da infraestrutura (posteamto, encanamentos de gás, redes aéreas elétricas, calçamento e assentamento de trilhos para os bondes). Toda essa repercussão da expansão da infraestrutura nas cidades amazônicas propiciou o aumento dos investimentos. Segundo a autora:

As empresas concessionárias, atraídas pelas perspectivas de lucro, procuravam garantir, em seus contratos, a compra dos serviços pelos governos municipais ou estaduais para a instalação em logradouros e prédios públicos, o que assegurava um consumo fixo e, ao mesmo tempo, servia como chamariz para atrair consumidores privados. Mesmo em se tratando de novas tecnologias, as empresas concessionárias não tiveram dificuldades em convencer seu principal consumidor/comprador, já que as vantagens econômicas e sociais da introdução de melhorias materiais, como a iluminação a gás ou a eletricidade, foram logo percebidas pelos governantes que buscavam adotar sempre os mais modernos sistemas disponíveis no mercado. A procura pelos serviços de iluminação partiu do setor público e, em alguns

momentos, não houve empresas interessas em ofertar os serviços demandados. (LEMOS, 2007, p.111)

Lemos (2007) aponta as análise de NYE (1990), que em seu livro “Electrifying America”, aborda que, na Amazônia, o setor empresarial e os investidores perceberam a questão da exploração da eletrificação rural como oportunidade de geração de lucros. A eletricidade é tida como uma *commodity* pelos capitalistas, se constituindo como uma potencialidade para a expansão da indústria e do comércio, ou seja, extrapolava a sua utilidade de aplicabilidade na vida cotidiana.

Nasce assim um ramo industrial que se constituiu através da organização da indústria elétrica em forma de companhias, que integravam as indústrias de manufatura e componentes elétricos:

O desenvolvimento das companhias deu-se, concomitantemente, com a própria evolução da tecnologia e dos usos da eletricidade, especialmente dos meios de comunicação elétricos (telégrafos e telefones) que permitiram o controle de empreendimentos nacionais e a formação das corporações que deram origem às *holdings companies*. O melhor exemplo desse processo de transformação foi a constituição das duas gigantes americanas General Electric e Westinghouse, que “exemplificam o triunfo do capitalismo gerencial sobre as velhas formas de parcerias e capitalismo familiar” (NYE apud LEMOS, 1991, p. 163).

Souza (2009) pontua que, enquanto o sul amadurecia promovendo a instalação de uma economia competitiva, inicialmente de maneira tímida e, depois, com rápidas mudanças, num processo que se completaria em 1930, “os empresários extrativistas viviam mergulhados no delírio da monocultura, como uma estrutura tão antiga que só por um milagre de mau gosto pôde se manter durante trinta anos” (SOUZA, 2009, p. 312).

Para Souza (2009), a elite Amazônia não possuía alcance ideológico para preencher as novas exigências para o extrativismo nem o país possuía recursos para conduzir a autossustentação da região.

Os barões do látex não podiam prever que a economia extrativa drenaria capital e trabalho dos outros setores, impedindo o florescimento da agricultura e da indústria na região. Além do mais, a falta de poder político nacional das elites amazônicas não atraiu apoio para programas que combatessem a devastação causada pela quebra do monopólio e a queda dos preços da borracha. A Amazônia transitava entre a solidão dos abandonados e as raras manifestações da caridade nacional. Durante esses anos, a região sofreu uma assustadora redução populacional e o índice de liquidez caiu praticamente a zero. A massa rural regredia para o sistema do trabalho de subsistência e para o regime de troca. A desolação era completa (SOUZA, 2009, p. 313).

- Dos primeiros anos do século XX até o fim dos anos 1940: evolução dos sistemas elétricos nas capitais e penetração e disseminação dos pequenos sistemas elétricos no interior dos estados amazônicos

Em 1940, Getúlio Vargas visita a região e anuncia o fim da indulgência com medidas que integrariam a região no campo econômico, porém nos anos subsequentes o único ato concreto de Vargas foi o desmembramento, em 1943, dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, para a criação dos territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a questão das tarifas dos serviços elétricos se tornou central em todo o país e a revisão dos preços um ponto de disputa entre as empresas concessionárias e os governos. A situação não foi diferente no caso da *Manaós Tramways e Light Company* que, algumas vezes, teve negado pelo Estado seus pedidos de aumento das tarifas (ESTADO DO AMAZONAS apud LEMOS, 2007, p.139).

No intervalo entre 1942 e 1946, houve um retorno à movimentação financeira e econômica motivado pelos esforços de guerra que demandavam o estoque de borracha pelos aliados o que originou na Campanha da Borracha. No entanto, ao final da guerra, novamente a região enfrenta novo abandono, acrescido da perda de vidas humanas nos seringais, pois a Campanha da Borracha não se caracterizava por um plano de desenvolvimento e valorização regional, mas sim um esforço de manter uma demanda satisfatória de borracha e matérias-primas às exigências do mercado internacional dominado pelos Estados Unidos.

Ao recuperar a trajetória das primeiras empresas elétricas na região Amazônia, Lemos (2007) considera que, apesar da energia elétrica ter sido inserida de forma precoce na região, sua finalidade “estava relacionada quase exclusivamente às atividades de embelezamento urbano – especificamente iluminação pública e privada – e tração para o transporte público. A eletricidade era, antes de tudo, uma fonte de energia para o conforto urbano e não um insumo para impulsionar atividades produtivas” (LEMOS, 2007, p.303).

A característica do processo de eletrificação das capitais amazônicas se afirmava como uma resposta a demanda pública vinda do investimento privado de empresas estrangeiras. O papel do Estado, nesse contexto, se voltou a propiciar ambiente favorável para o lucro das empresas elétricas instaladas e também a definição dos usos da energia elétrica (água, transporte urbano, iluminação pública e de prédios públicos e segurança) (LEMOS, 2007).

A questão dos usos da energia até o início do século XX se mantiveram com as mesmas características de quando a eletrificação fora iniciada, o foco ainda estava ligado ao conforto urbano, especialmente para as áreas mais ricas da cidade. Ao tratar sobre essa forma limitada e restrita do uso da energia, Lemos (2007) pontua que disso derivou o desinteresse

das empresas em buscarem outros investimentos em energia e suas tecnologias a fim de expandir o mercado consumidor, além dos consumidores novas fontes de energia, tecnologias e/ou arranjos produtivos que reduzissem os custos da geração e distribuição em direção a uma ampliação do mercado consumidor.

A explicação para essa realidade passava por duas questões: 1) as finanças governamentais direcionavam o crescimento ou não do mercado pela demanda pública de energia e; 2) não havia incentivo para as empresas de energia expandirem seus mercados. De modo que, o desenvolvimento industrial da região (capitais como cidades do interior) não oportunizava o desenvolvimento da indústria da energia e as empresas já instaladas não respondiam satisfatoriamente as necessidade de indústrias de grande porte. A autora pontua:

Tanto a iniciativa privada, quanto o poder público municipal e estadual foram responsáveis pela disseminação dos sistemas elétricos no interior dos estados amazônicos. No caso das instalações privadas, algumas iniciativas estavam relacionadas a empreendimento específicos, como a eletrificação de Porto Velho (RO) que, desde 1908, possuía instalações elétricas ligadas ao estabelecimento da Madeira-Mamoré Railway Co., para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Outros exemplos seriam as instalações de Fordlândia, em 1928, e Belterra, em 1934, no Pará, ligadas à exploração da borracha por Henry Ford; e, ainda, a instalação em Santana, no Amapá (1940), feita por funcionários da empresa ICOMI, que iria explorar o manganês na Serra do Navio. Todas as unidades instaladas no interior, no início do século XX, pela iniciativa privada passaram para a gestão governamental, seja municipal ou estadual, até a década de 1950, exceto a de Mazagão que só foi municipalizada em 1958 (LEMOS, 2007, p. 13).

Quadro 04 – Nota sobre o paradoxo do progresso: a história dos bondes e a energia elétrica em Manaus

Em 1946, começou a discussão sobre a nacionalização dos bondes, já sob intervenção federal. Em junho, o jornal “A Crítica” noticiou que havia um plano continental de nacionalização das empresas estrangeiras na América Latina, com vantagens para os “capitalistas adventícios” (MELLO, 1983, p. 91). A decadência dos serviços fez com que o Presidente da República decretasse uma intervenção federal na empresa em setembro de 1946, a fim de assegurar sua normalidade. A intervenção durou até junho de 1947, mas as condições de funcionamento da empresa continuaram críticas, o que levou o Estado do Amazonas a encampá-la, incorporando-a aos Serviços Elétricos do Estado, em 11 de fevereiro de 1950. A gravidade da situação da empresa era de tal ordem que a produção de energia foi paralisada. A cidade ficou totalmente às escuras por vários meses (STIEL, 1984, p. 198). A falta de energia fez com que os serviços de trens elétricos urbanos fossem suspensos. A Companhia de Eletricidade de Manaus tentou reorganizar os serviços de bondes que foram restabelecidos por curto período em 1956, enquanto a antiga concessionária inglesa lutava pela manutenção da posse de sua concessão. Finalmente, em 28 de fevereiro de 1957, o serviço de passageiros foi encerrado em definitivo.

A Companhia de Eletricidade de Manaus encampou todas as instalações em 1962 e desativou o serviço de bondes elétricos em Manaus (MORRISON, 1989, parte 6). Apesar do ônus que representou para os cofres públicos, a implantação do serviço de eletricidade para a iluminação, tração e força, na cidade de Manaus, teve amplas repercussões no cotidiano da cidade. De acordo com NERY (1901-1902), a Avenida Eduardo Ribeiro se tornara a principal artéria de Manaus, onde se localizavam os principais estabelecimentos da capital, como ateliês de modistas, hotéis e restaurantes. O Teatro Amazonas, de frente para a praça São Sebastião, com sua abundante iluminação à luz elétrica privativa do edifício, causava um grande efeito arquitetônico e cenográfico no palco. Os novos aparelhos elétricos e os ventiladores que foram introduzidos nas casas e estabelecimentos, elevavam o conforto dos cidadãos a um novo patamar:

Anos mais tarde, Lloyd iria corroborar esta visão ao afirmar que a vida na cidade não estava “sujeita ao clima”, devido às comodidades modernas como os ventiladores elétricos nas repartições públicas e casas particulares e a produção ilimitada de gelo (LLOYD, 1913, p. 980). Manaus seria um exemplo do admirável e rápido progresso do Estado do Amazonas:

As ruas são largas e bem calçadas, as principais asfaltadas e as outras a paralelepípedos. É iluminada a electricidade, havendo também centenas de casas particulares com instalações electricas. [...] As ruas mais importantes são servidas por tracção electrica com um percurso de 16 milhas, havendo uma linha circular que passa pelos pitorescos suburbios da Cachoeirinha, Flores e outros pontos frequentados que apresentam aos passageiros lindas paisagens formadas por densas capoeiras da mais rica vegetação tropical e esplendidas avenidas de palmeiras (LLOYD, 1913, p. 979).

Fonte: LEMOS, 2007, p.140

Referente às ações públicas para a eletrificação nas cidades do interior, as mesmas se configuravam pontualmente com prevalência para as atividades que ocorreram nos seguintes

municípios: Itacoatiara, Parintins, Coari em 1926 e Borba, São Félix e Tefé em 1928; e no Pará entre 1937 e 1939. A característica dessas unidades instaladas nos municípios apresentavam-se “essencialmente térmicas (unidades locomóveis estacionárias, diesel-elétricas ou pequenos motores a vapor), impulsionadas a lenha, carvão ou derivados de petróleo [...] tornaram-se a base dos sistemas isolados, uma forma típica da organização espacial dos sistemas elétricos na Região Amazônica. (LEMOS, 2007, p.304)

- Dos anos 1950 ao início dos anos 1970: ação planejada do Estado no processo de eletrificação e a definição do papel da eletricidade na constituição da infraestrutura regional para o desenvolvimento

Em 1953, foi criada a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com o objetivo de se aplicar, em projetos de desenvolvimento, três por cento do total de impostos recolhidos em todo o Brasil. Souza (2009) pontua que a SPVEA falhou em sua tarefa de desenvolver a região porque considerou o atraso da Amazônia e sua pequena integração ao país menos como resultado global da expansão do capitalismo no Brasil que do resultado da falta de infraestruturas sociais e de estradas e vias de acesso. “A SPVEA insistia no extrativismo, bem como em linhas de crédito bancário quase apenas para a borracha, excluindo outras atividades” (SOUZA, 2009, p. 323).

Com a queda de Getúlio há o restabelecimento da democracia representativa e, assim, a economia extrativista se reorganiza e se dota, através da nova política fiscal, de poder operacional. No entanto, o projeto desenvolvimentista manteve a região em posição de reserva, visto que a economia internacional mostrou uma tendência para fazer a economia brasileira um espaço para grupos multinacionais e a Amazônia nesse cenário, torna-se local privilegiado para implantação de projetos econômicos (SOUZA, 2009).

Após o golpe militar de 1964, a Amazônia foi ocupada pelo capital nacional e internacional, com o incentivo do Governo Federal. A partir daí, a Amazônia foi aberta à expansão do capitalismo, de acordo com as diretrizes de uma economia política elaborada por uma série de governos militares, seguida fielmente pelos governos civis da Nova República e posteriores, que pretendiam promover na Região um modelo de desenvolvimento modernizante.

Em 1966, os militares e tecnocratas, seguindo a lógica de argumentos geopolíticos, decidiram ocupar e integrar a Região Amazônica por meio de uma estratégia de desenvolvimento regional, denominada “Operação Amazônia”. “Para os militares, a Amazônia era um vazio demográfico, perigoso de ser controlado e alvo da cobiça

internacional, a Amazônia era um cenário ideal para movimentos subversivos” (SOUZA, 2009, p. 328). Além da criação de um conjunto de instituições governamentais que ficariam encarregadas de planejar, gerenciar e coordenar as novas ações federais.

Foram criados os órgãos como a SUDAM, BASA, SUFRAMA e INCRA, por meio dos quais seus técnicos movimentavam vultosos recursos e a ditadura militar misturava numa só política o projeto de desenvolvimento com as suas ideias de ocupação e integração.

Nos primeiros anos da “Operação Amazônia”, o governo de Brasília tentou atrair investidores para projetos agropecuários [...]. Com o presidente Médici, o governo passou a investir em megaprojetos [...]. No início da década de 70, a Amazônia era uma área de agropecuária, mineração, metalurgia e siderurgia (SOUZA, 2009, p. 329).

Em pesquisa documental nos jornais da época, Lemos (2007) sinaliza que por medida legal, a partir de 1926, o Estado do Amazonas passa a estabelecer os serviços elétricos em alguns municípios que apresentavam a necessidade de energia por terem recente instalação de indústrias e crescimento demográfico. Foram realizados “estudos para a instalação da luz em algumas cidades que, por suas indústrias novas e população crescente, mais estavam a clamar por esse fator moderno de desenvolvimento” (ESTADO DO AMAZONAS, 1928 *apud* LEMOS, 2007, 108).

Sobre os trabalhos de instalação da rede elétrica nos municípios a autora ressalta a cronologia e alguns aspectos peculiares quanto as suas características:

Os trabalhos de instalação iniciaram em Itacoatiara e Parintins, sob a coordenação do engenheiro Deodoro Freire. Prosseguiram em Coari – já que o material necessário havia sido adquirido – e Vila de São Felipe, sendo que os custos de instalação da eletricidade nesta última seria bastante elevado devido ao alto preço do frete. A instalação da luz elétrica em Parintins foi feita a partir da instalação de um grupo motor gerador de 30 KW em corrente contínua de 110 volts, com transmissão direta, alimentada por uma caldeira de 60 cavalos-vapor. Em Itacoatiara, foi instalado um motor-gerador de 30 KW diretamente a uma caldeira água-tubular Babcock e Wilcox de 60 cavalos-vapor (LEMOS, 2007, p.108).

O caráter da demanda dos municípios em apontar que a energia elétrica se constituiria em possibilidade real de desenvolvimento é um traço importante a ser ressaltado, visto que havia expectativa de que a infraestrutura decorrente da instalação dos serviços elétricos pudesse propiciar movimentação de capitais no interior. Lemos (2007) também defende que para o Estado, o esforço em responder aos municípios (beneficiando com os serviços de energia elétrica) significaria “incrementar as indústrias, auxiliar o progresso e abrir novas possibilidades de trabalho e desenvolvimento, visto que industriais e capitalistas aguardavam

este melhoramento para empregarem seus capitais a fim de aproveitar produtos naturais para a manufatura de óleos e conservas, além da instalação de máquinas para o beneficiamento de madeiras, cereais etc.” (LEMOS, 2007, p.108)

- Dos anos 1970 aos anos 1990: mudança nos padrões de exploração energética, com a consolidação da hidreletricidade e a construção da representação da Amazônia como região exportadora de energia

A conjuntura nacional e internacional da década de 1970 influenciou para a mudança nos padrões de exploração energética, bem como no lugar que a Amazônia ocuparia no desenvolvimento nacional. Alguns fatores, principalmente relacionados a política de energia elétrico nessa conjuntura são elencados a seguir:

crise mundial do petróleo; política de integração nacional do governo, com sua alta capacidade de mobilização do território e seus recursos; divulgação da disponibilidade dos recursos hidroenergéticos na região, a partir dos estudos do ENERAM; comprometimento do Governo Federal e das empresas estatais com determinados interesses econômicos (indústria eletrointensiva de capital internacional); mudanças na estrutura organizacional do Setor Elétrico e seu plano de expansão territorial, com a criação da Eletronorte como subsidiária regional; disponibilidade de recursos públicos e privados e fontes de financiamento para o investimento em grandes projetos, etc. A estes fatores, somava-se o contexto de um regime político autoritário, que se refletia na baixa capacidade de organização da sociedade e de crítica às intervenções governamentais no espaço. (LEMOS, 2007, p.307)

Nesse sentido, a política nacional de desenvolvimento, a energia elétrica passa a ser considerada estratégica, pois representava a possibilidade de investimentos de grande porte para a exploração de energia, principalmente oriunda da exploração hidroenergética. Dada as condições geográficas da Amazônia e os estudos que a apontavam como região privilegiada para a produção de energia, o mercado passa a considerá-la como alvo para investimento “*na construção e consolidação do mercado consumidor para a energia e, neste processo, construiu a visão da região como “vacionada” para a exportação de energia, reconfigurando seu lugar no sistema produtivo nacional de energia*”. (LEMOS, 2007, p.308, grifos da autora)

Somados a esses fatores, estão as informações situadas na: divulgação do enorme potencial hidrelétrico, tendo como em contrapartida a baixa demanda regional; ênfase no esgotamento das fontes hídricas para produção de energia elétrica em outras regiões; disponibilidade de tecnologia e capacidade da engenharia nacional para a realização dos grandes empreendimentos hidrelétricos; ênfase nos empreendimentos hidrelétricos como

dinamizadores do desenvolvimento regional; e a propaganda oficial que associava tecnologia e progresso, tendo a energia como base do “milagre econômico”. (LEMOS, 2007)

Para a expansão do setor elétrico na região, criou-se a Eletronorte. De acordo com Lemos (2007), essa criação estava ligada a três fatores: 1) a possibilidade de organizar uma empresa com territorialidade nacional e inserida em conjunto com empresas subsidiária na empresa *holding* (Eletrobrás); 2) Uma resposta aos estudos do ENERAM, que apontavam o enorme potencial hidroenergético amazônico, em contraposição ao mercado consumidor regional; 3) as ações estatais voltadas tanto para exportação de produtos eletrointensivos, quanto no papel de oferecer infraestrutura favorável para os investimentos estrangeiros. (LEMOS, 2007).

Esse último fator colocou para a Eletronorte uma necessidade de atuação de duas visões acerca da utilização do potencial hidroenergético da Amazônia que continha concepções de desenvolvimento diferentes: uma de caráter endógeno (exploração do potencial na escala técnica e economicamente compatível com os mercados e o desenvolvimento regionais) e outra de caráter exógeno (exploração do mesmo potencial na escala de produção adequada à fabricação de produtos eletrointensivos para a exportação e transferência dos excedentes de energia para outras regiões, a fim de atender aos objetivos do projeto de desenvolvimento nacional).

Para Lemos (2007) as características da atuação da Eletronorte demonstram sua participação desde a gestão, a operação quanto a expansão dos sub-sistemas elétricos da região, submetidos a proposta de desenvolvimento energético nacional. Isso contribuiu na expansão da empresa no contexto regional e fez com que se produzisse “uma fragmentação do território amazônico, à medida que introduziu descontinuidades de natureza econômica, técnica e de planejamento que afetariam a relação dos sistemas elétricos com o espaço regional” (LEMOS, 2007, p.309). Essa característica não contribuiu para o fortalecimento do desenvolvimento das empresas regionais.

Além disso, a expansão dos sistemas elétricos deixa de focar a implementação de atividades voltadas para o desenvolvimento regional para se concentrarem na organização da produção voltada à exportação e na alimentação do sistema interligado nacional.

Só no início da década de 1980, a hidreletricidade tornou-se o padrão energético na região:

Com esta mudança, os mega-empreendimentos hidrelétricos como Tucuruí, Balbina e Samuel, foram consagrados como novo modelo de exploração dos recursos hidroenergéticos na Amazônia, tendo como consequência a instauração de uma

forma específica de ordenamento, apropriação e gestão do território e seus recursos. O contexto regional foi totalmente subordinado aos objetivos e interesses nacionais e globais, tornando-se o suprimento regional de energia elétrica um mero apêndice na constituição do sistema centralizado de suprimento nacional. (LEMOS, 2007, p.310)

As mudanças elencadas nesse período histórico estiveram circunscritas no momento em as empresas elétricas (geração, transmissão e distribuição) eram estatais e serviam à constituição de um sistema público de suprimento nacional. Leite (1997) situa que essa configuração se altera a partir da década de 1990, pois entra em cena as mudanças operadas com as privatizações e a exploração voltada ao mercado externo. O lugar da Amazônia, no entanto, mantém-se no privilegiamento da exportação de energia e no uso dos seus recursos hidrográficos para a produção e exploração, sendo que a partir da onda privatizante os megaprojetos hidrelétricos são consolidados.

Ao referir-se acerca da lógica capitalista e o paradoxo envolvido com a construção de usinas hidrelétricas, Sevá Filho (2005), demonstra que os mega-projetos com a marca do “progresso” trazem em seu bojo riscos e calamidades para muitos. Assim, “a cada obra, mais gente empobrece, enlouquece, fica sem alternativas...a não ser que comece, duramente e sem descanso, a construir a sua própria alternativa” (SEVÁ FILHO, 1990, p.18-19)

Analisando as diversas iniciativas governamentais para o “desenvolvimento” da Amazônia e a utilização do seu ecossistema como potencial econômico, Carvalho (2009) afirma que a intervenção humana no ambiente amazônico provocou ações letais contra suas singularidades. A diversidade dos impactos tanto na floresta, no seu bioma quanto das comunidades são tidos pelo autor como grandes equívocos.

Um dos equívocos sobre o ecossistema amazônico está relacionado com o seu sistema hídrico e suas potencialidades energéticas. Os grandes projetos de instalação de usinas hidrelétricas, desde a década de 70, tem sido implementados sem uma profunda análise sobre os impactos das inundações sobre as populações locais, bem como de que modo o ambiente pode ser alterado irreversivelmente, com a ameaça real de destruição de ecossistemas.

Nesse sentido, é incontestável que na alocação da Amazônia na expansão do desenvolvimento hidrelétrico, há prevalência da força dos interesses econômicos e financeiros sobre a racionalidade técnico-científica e sobre os pressupostos éticos da ação humana. No entanto, os grandes projetos também esbarravam nas emergentes contestações dessas formas de organização da política energética. É também no final dos anos 1970 que grupos atingido por barragens começam a se organizar (experiências regionais que deram base para a

construção do Movimento Nacional) e somada as resistências camponesas, tem destacada participação nas lutas sociais que se ampliam na década de 1980.

Embora o cenário de desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia mostre um processo de investimentos em ascensão, com todas as contradições inerentes que desembocam em várias contestações, esse mesmo cenário foi tido historicamente como um lugar onde predominava a escuridão e o isolamento de grandes áreas que encontravam-se com total desabastecimento energético. A fim de pontuar essa afirmação, o capítulo a seguir discorre sobre o processo de eletrificação rural no Brasil e Amazônia e quais as características das políticas governamentais que confluem para as atividades de distribuição elétrica nas zonas rurais.

CAPÍTULO 3 - ELETRIFICAÇÃO RURAL DO BRASIL: O TRAJETO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA PELA POPULAÇÃO NO CAMPO

O acesso à energia elétrica no Brasil deflagra o processo de exclusão social e regional predominante no país. Enquanto 80% das propriedades rurais do sul estão conectadas a rede, na Região Norte apenas pouco mais de 20% dos domicílios foram atendidos (MME, 2004). Apesar da eletrificação no campo constituir-se em uma política já bem antiga do governo brasileiro, o que se pode concluir é que, de fato, não se envidou os necessários esforços e recursos financeiros para a promoção da expansão do atendimento rural.

Assim, pretende-se, neste capítulo, trabalhar a questão da eletrificação rural, fazendo um breve histórico dessa problemática no contexto brasileiro, para, em seguida, caracterizar as políticas públicas desenhadas pelo governo nessa área. Os benefícios positivos advindos do uso de energia elétrica em localidades remotas não são computados pelos investidores privados. Nesta perspectiva, é de competência dos governos a promoção do ingresso da população rural no seio da sociedade moderna, através do uso da energia como um fator econômico e social, reduzindo as assimetrias existentes entre as diferentes classes sociais desse imenso Brasil.

3.1. Iniciativas de expansão da energia elétricas às populações rurais: a universalização em sua fase embrionária

É a partir de 1923 que as primeiras experiências de eletrificação rural são realizadas no Brasil, no entanto as instalações demandavam um alto custo-benefício acarretando descontinuidade nos serviços de expansão. Na década de 40, surgiram as primeiras cooperativas de eletrificação rural no Brasil (especialmente no Rio Grande do Sul), organizadas e constituídas por grupos da população que por iniciativa própria, viabilizaram a eletrificação de suas casas (NOGUEIRA, 1998).

Nogueira (1998) destaca que nesse contexto, o envolvimento estatal é iniciado a partir de 1957, com a criação do Serviço Especial de Eletrificação Rural, no Estado de São Paulo. Em 1961, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo passou também a implementar um programa de eletrificação rural por meio de cooperativas. Aos poucos foram surgindo empresas atuantes como subsidiárias das concessionárias de energia, objetivando executar a Política Estadual de Eletrificação Rural.

Nesse contexto, a eletrificação de áreas remotas ficou sob responsabilidade das políticas agrícolas. Com a criação do *Estatuto da Terra* (1964) é que a eletrificação rural passa a incorporar as diretrizes da política de desenvolvimento rural do país, compondo assim, a agenda de prioridades do governo. É no Estatuto da Terra que é definido “que o órgão responsável pela reforma agrária deveria possibilitar a produção agrícola nos assentamentos rurais, através do provisão de infraestrutura adequada (energia, água e estradas para escoamento da produção), com o intuito de promover a fixação do produtor no campo”. (OLIVEIRA, 2001, p.52)

Oliveira (2001) pontua que até o final da década de 1960 a política de eletrificação rural caminhava sem definição, impedindo assim a expansão do atendimento. As iniciativas de eletrificação rural, nesse momento se restringiam as cooperativas e órgãos estaduais. A regulamentação técnica e jurídica se deu somente em 1968 com a aprovação do (Decreto-Lei nº 62.655/1968), no entanto, é na década de 70, que o setor de eletrificação rural se expande através das ações realizadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), através do desenvolvimento de sistemas de distribuição de energia elétrica realizado.

Em 1970, foi criado o Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER), subordinado ao INCRA. O GEER geria e movimentava os fundos do I Plano Nacional de Eletrificação Rural (I PNER), suprido com recursos provenientes do Fundo de Eletrificação Rural (FUER), instituído nesta ocasião através de um contrato de empréstimo celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos do FUER totalizaram US\$ 61,6 milhões, estruturados da seguinte forma: 50% provenientes de empréstimos do BID, 30% de fundos da União e 20% das cooperativas de eletrificação. O Programa foi executado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através de concessionárias e cooperativas de eletrificação rural. O I PNER enfatizou o atendimento de regiões de maior densidade populacional, com o intuito de demonstrar a capacidade de redução de custos. Foram atendidos 10 estados, através de 94 cooperativas (GEER *apud* OLIVEIRA, 2001, p.31-32).

Oliveira (2001) ressalta que apenas no Nordeste esse modelo não se consolidou, devido alto grau de concentração fundiária que favorecia a manipulação política de suas cooperativas, impossibilitando-as de consolidar os resultados positivos alcançados no sul do país.

Durante o período de 1976 a 1980, a Eletrobrás através do Departamento de Eletrificação Rural, realizou o atendimento à população rural através da distribuição elétrica, priorizando o uso de sistema monofásico para economizar custos. A distribuição dos serviços de energia elétrica foi bastante diferenciada entre as regiões geopolíticas do país, sendo privilegiada a região Sul com, aproximadamente, 56,3% dos atendimentos (Nordeste 25,5%, Sudeste 10,5%, Centro-Oeste 7,7%). No Norte, devido à ausência de um movimento

cooperativista organizado e da carência de energia elétrica, a atuação do GEER foi nula (OLIVEIRA, 2001). A autora menciona que:

Foram investidos US\$ 300 milhões e atendidas 116.000 propriedades rurais, em 16 estados, um território e o Distrito Federal, com recursos da ELETROBRÁS (50% do montante total), das concessionárias e dos usuários. Esse programa enfatizou a minimização dos custos da eletrificação rural através da adoção de padrões técnicos adequados às realidades nacionais. (OLIVEIRA, 2001, p.35)

Nogueira (1998) aponta que a década de 1980, representou uma estagnação para a expansão da eletrificação rural, visto que o contexto econômico (alta inflação e o déficit fiscal) impossibilitou a obtenção de recursos e limitou os investimentos. Em razão dos estudos que indicavam os programas de eletrificação rural desconectados com uma política de desenvolvimento social e econômica para as populações atendidas, os investimentos sofreram maior queda

Na década de 1990, a eletrificação rural ainda foi insipiente dada a insistência nos padrões técnicos utilizados na zona urbana. Uma ação governamental representada pela sanção da *Lei Agrícola* (Lei nº. 8.171/1991) trouxe à tona a eletrificação rural como partícipe da política de desenvolvimento agrícola, no entanto as diretrizes nessa Lei não trouxeram nada de inovador que a diferenciasse do já pretendido, desde 1964, com o estabelecimento do Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2001).

Oliveira (2001) sinaliza que nos primeiros anos da década de 1990, foram tomadas algumas medidas a fim de retomar e incentivar a eletrificação rural, nesse sentido, foram definidos alguns instrumentos no campo da legislação. A lei 8.631 de 1993 definiu que recursos da Reserva Global de Reversão (RGR)³² fossem aplicados para a eletrificação rural. Assim, a Eletrobras, torna-se responsável pela aplicação desses recursos através do Comitê de Prioridades em Eletrificação Rural. No entanto, mesmo com esses incentivos, o setor de investimentos no setor de eletrificação rural não apresentou crescimento, tendo em vista o argumento de que o retorno do investimento não pagaria nem mesmo a manutenção do sistema. Portanto, como forma de se sobrepor a essas dificuldades torna-se imperativo a presença do Estado no sentido de corrigir as falhas do mercado.

Na tentativa de corrigir essa ausência de prestação de serviços elétricos às populações rurais, a ANEEL fica responsabilizada por garantir a “*oferta de energia elétrica às*

³² A RGR é um imposto do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é fornecer recursos para reversão e/ou encampação. Destina-se também, para o financiamento da expansão e melhoria dos serviços elétricos, a uso de fontes alternativas de energia e ainda em projetos ao combate de desperdício e uso racional da energia (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Reserva_Global_de_Revers%C3%A3o>. Acesso em: mai. 2015.)

populações urbanas e rurais de baixa renda e de áreas de pequena densidade populacional ou econômica” (OLIVEIRA, 2001, p. 88) [grifo do autor]. Através da ação da ANEEL, as distribuidoras e permissionários de energia são obrigadas a elaborarem um plano de universalização para atendimento da zona urbana e rural até o ano de 2015.

Nesta perspectiva, “os altos custos decorrentes de padrões sofisticados que as concessionárias e cooperativas de eletrificação rural apresentavam aos interessados, afastavam a possibilidade da maioria dos pretendentes à luz elétrica de conseguirem recursos necessários à construção dos seus ramais (CARMO, 2005, p. 36). Ou seja, o acesso à energia elétrica restringia-se aos consumidores que dispunham de recursos e/ou crédito financeiro para pagar pelos serviços de energia. Assim, milhões de brasileiros continuavam sem energia (CARMO, 2005).

Em todos os estados do país, os investimentos elétricos cresceram paulatinamente. Na perspectiva da eletrificação rural, os programas de governo foram o PRODEEM, o Luz no Campo e, atualmente, o Programa Luz para Todos.

No que se refere ao Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM) este foi instituído por Decreto Presidencial em 27 de dezembro de 1994, sob coordenação do Ministério das Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético. De acordo com seu Documento Básico, seus objetivos iam além do desenvolvimento energético mas também propiciariam um resgate social. Configurou-se para poder distribuir a energia elétrica através da viabilização de sistemas que considerassem “os energéticos da produção local não-convencionais (FEDRIZZI, 2003).

Os objetivos do PRODEEM, descritos e estabelecidos no Art.1º. do Decreto de 27.12.1994, apontavam o seguinte enfoque:

I-viabilizar a instalação de microssistemas energéticos de produção e uso locais, em comunidades carentes isoladas não servidas pela rede elétrica, destinados a apoiar o atendimento das demandas sociais básicas; II-promover o aproveitamento das fontes de energia descentralizadas no suprimento de energéticos aos pequenos produtores, aos núcleos de colonização e às populações isoladas; III-complementar a oferta de energia dos sistemas convencionais com a utilização de fontes de energia renováveis descentralizadas; IV-promover a capacidade de recursos humanos e o desenvolvimento da tecnologia e da indústria nacionais, imprescindíveis à implantação e à continuidade operacional dos sistemas a serem implementados (BRASIL,1994)

Desde seu início, o PRODEEM utilizava a energia solar fotovoltaica para energização de edificações comunitárias (escolas, postos de saúde etc.) e acionamento de bombas de água. Fedrizzi (2003) sinaliza que apesar da expressividade da quantidade de atendimentos e

usuários beneficiados com o Programa, o mesmo apresentou alguns problemas estruturais como: a demora da implantação dos equipamentos; a frágil assistência técnica e a falta de participação dos usuários no processo de implementação do programa.

Já em 1999, é criado o Programa Luz no Campo, considerado a principal iniciativa de eletrificação rural do país. A previsão de atendimento do programa pretendia alcançar 1 milhão de propriedades rurais em 4 anos (2000-2003). O programa Luz no Campo subdividia-se em um programa principal - o Programa Nacional de Eletrificação Rural (PER) - e dois subprogramas - Fontes Alternativas e Eficiência Energética nas Instalações Rurais (Oliveira,2001)

Toda a estrutura do programa apresentava a participação e articulação tanto do MME, Desenvolvimento Agrário, Eletrobrás como das concessionárias. Preocupava-se com ações de eficiência energética nas instalações rurais, através de parceria firmada com o PROCEL para o desenvolvimento dos trabalhos de orientações do uso racional da energia elétrica e a atenção à necessidade de minimizar os custos das instalações. Seguindo esta meta adotou o uso de fontes de energia alternativas.

O acesso a eletrificação rural, no entanto, previa que para o financiamento das obras, o futuro usuário (através da contratação de empréstimos junto a órgãos financiadores) entrar com parte dos custos para a execução das obras; e o Governo Federal, por meio da Eletrobrás, financiava a outra parte, sendo também responsável pela gestão. Os recursos para a execução das obras de eletrificação eram repassados às concessionárias e permissionárias, sendo os mesmos oriundos dos fundos da RGR, com a intervenção do governo estadual e municipal. (CARMO, 2005)

Uma característica do programa Luz no Campo foi a concentração do atendimento em algumas regiões do país (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), deixando alguns estados de fora como: Amazonas, Amapá, Maranhão e Rio Grande do Norte. Segundo Oliveira (2001), isso talvez se deva ao reconhecimento das dificuldades decorrentes, principalmente, da dispersão entre as unidades residenciais e mesmo das comunidades rurais.

Apreendemos em uma conjuntura brasileira sobre o processo de eletrificação rural que se insere na lógica do modo de produção capitalista pós-moderno envolto na era capitalista neoliberal brasileira (da era Collor até os dias de hoje), cuja política econômica serviu e serve de alicerce ao atual estágio do capitalismo com forte domínio da financeirização e transnacionalização da economia. Boito (2012) destaca que, durante esse período, sustentaram-se ações voltadas para reformas orientadas para o mercado, tais como: abertura dos mercados de bens, de serviços financeiros dos países periféricos; proeminência dos

circuitos de circulação de acumulação financeira; privatização de empresas e serviços públicos; supressão de direitos trabalhistas e sociais.

No bojo dessas transformações tornam-se agudos problemas sociais, os quais devem ser tidos como resultantes das questões estruturais ligadas a dominação capitalista, como, por exemplo, o problema da eletrificação rural no Brasil, a qual é marcada por dilemas em sua implementação e que marginaliza uma razoável parcela da população excluída da energia consumida, principalmente, pelos grandes centros urbanos. Trata-se de uma problemática que tem seu enfrentamento ligado a duas frentes de atuação do Estado: políticas setoriais ou políticas públicas implementadas pelos governos de FHC e Lula no sentido de universalizar o acesso a energia elétrica entendido, aqui, como direito social.

Mesmo contendo meandros diferenciados de um governo para o outro, as mudanças político-ideológicas iniciais entre Lula e FHC se esfacelaram após a vitória de Lula e a sua continuidade ao modelo econômico de subordinação ao capital nacional e internacional. No governo de Fernando Henrique Cardoso, a questão da energia elétrica no campo deu-se com a implementação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM, que tinha como uma de suas estratégias o Programa Nacional de Eletrificação Rural - Programa Luz no Campo, a primeira iniciativa para levar energia elétrica às populações que viviam nas áreas rurais. Vejamos as considerações de Viana (2007), quando analisa os resultados do Programa:

Apesar da intensa publicidade feita pelos criadores e gestores do programa, o Luz no Campo não representou uma quebra de paradigma, pois apenas financiou parte da responsabilidade da distribuidora. Entretanto, com base na legislação referente à participação financeira, houve o repasse de parte dos custos ao consumidor. Dessa forma, grande parte dos que poderiam ser beneficiados pelo programa acabou ficando de fora por não ter condições de arcar com os custos do empréstimo. O Luz no Campo mitigou a situação de falta de acesso ao serviço de energia elétrica; contudo a falta de um gestor e um comando legal capaz de definir e estabelecer as responsabilidades de metas de universalização, além da escassez de recursos necessários para a expansão da distribuição, impediram a plena universalização dos serviços de energia (VIANA, 2007, p. 12).

O insucesso do Programa Luz no Campo, segundo esse autor, deu-se devido à baixa quantidade de recursos destinados a financiar as concessionárias, falta de mecanismos que garantissem o não repasse dos custos aos demais consumidores, de um gestor que garantisse eventuais adaptações ao programa e uma meta de universalização a ser alcançada gradativamente. Em outras palavras, aqueles que não podiam pagar o financiamento da

ligação elétrica, como a concessionária achava justo cobrar pelo serviço, ficavam novamente sem energia.

Por outro lado, discordamos nas causas que a autora aponta, em razão dos limites inerentes que o próprio governo estava condicionado, o qual liga-se a própria estrutura do Estado - marcadamente orquestrada pela ofensiva neoliberal - em que a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizado os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre as organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho (MOTA, 2009).

O Programa Luz no Campo obteve como resultado final, em junho de 2002, o atendimento de 419 mil novas famílias beneficiando cerca de 2,08 milhões de habitantes, número esse muito abaixo do número de pessoas que ainda estavam à margem do acesso à energia elétrica na época (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2010).

De acordo com Viana (2007), o Luz no Campo atenuou a falta de acesso ao serviço de energia elétrica na zona rural, no entanto a falta de um gestor e um comando legal capaz de definir e estabelecer as responsabilidades de metas de universalização, além da escassez de recursos necessários para a expansão da distribuição, impediram a plena universalização dos serviços de energia. Em 2003, já com no governo liderado pelo Presidente Lula, um novo ambiente institucional para o pleno acesso à energia é criado. Com a Lei no 10.438/2002, é criado o Programa Luz para Todos (PLpT). Esta legislação é considerada com um grande marco legal da universalização no país e uma quebra paradigmática quando ao acesso irrestrito e sem ônus ao serviço de energia elétrica.

A autora citada destaca que o PLpT, é resultado de um processo de reestruturação do PRODEEM. Nesse sentido é posto em prática atividades como: levantamento, recuperação e regularização da situação patrimonial dos equipamentos já instalados pelo programa anterior. Com essa reestruturação, os antigos equipamento foram realocados ao PLpT, para serem utilizados no atendimento de comunidades isoladas e repassados aos agentes executores ou entidades autorizadas pelo MME. Deste modo, tanto o PRODEEM quanto o Luz no Campo, constituem-se como instrumentos do PLpT, com a finalidade de promover o desenvolvimento social rural, o uso produtivo da energia e a sustentabilidade dos sistemas isolados (VIANA, 2007).

Esse recorte histórico sobre as políticas ligadas ao setor elétrico, demonstram particularmente, que o desenvolvimento do setor urbano-industrial é priorizado, em

detrimento das necessidades das áreas rurais. Essa tendência repercute no aumento da migração rural-urbana, e propicia o agravamento das manifestações da questão social nas cidades. A falta de universalização do acesso à energia elétrica nos programas de eletrificação não somente não permitiu a constituição de infra-estrutura mínima para o desenvolvimento local das áreas rurais como impede a fixação da população no campo.

Pontua-se que os diferentes projetos de eletrificação rural basearam-se em formas tradicionais de distribuição de energia (extensão de rede) que são opções difíceis de estabelecer na região Amazônica. A abrangência dos programas ficou assim limitada, pois a rede elétrica era estendida sem a consideração de alternativas energéticas que respondessem as reais necessidades das comunidades (OLIVEIRA, 2001).

As necessidades das comunidades rurais são múltiplas e ampliadas, suas carências não se limitam a escassez de energia elétrica, portanto mesmo considerando a implementação da eletrificação rural de modo universalizado, o desenvolvimento socioeconômico dessas áreas só poderá ser uma realidade se forem considerados ações articuladas que permitam serem aproveitadas as potencialidades locais, bem como uma estreita relação com uma política de desenvolvimento. Nesse sentido há necessidade de manter interface direta com o que as demandas e expectativas das populações rurais, as quais não são ouvidas de forma plena no processo de implementação das políticas.

Em se tratando de Amazônia, pôde-se perceber nesse percurso histórico que a região enfrenta precariedade no atendimento e acesso aos serviços energéticos e que suas peculiaridades e características geográficas não são consideradas no planejamento de políticas.

3.2 A Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica: notas analíticas

Ao se discutir sobre políticas públicas e suas especificidades, deve se levar em conta os elementos da gestão administrativa que tem seu formato fundamentado pelas raízes da reforma no Estado Brasileiro e também por transformações sócio-históricas que repercutem na formação nacional e, por conseguinte, na forma de administrar a coisa pública.

Dessa forma, este item versa sobre a experiência de reforma do Estado, no Brasil, tomando como referência as transformações na gestão da política de eletrificação rural. Trata de modo mais ampliado, sobre as condições que favoreceram a proposta de reforma do Estado e seus rebatimentos nas reformas estruturais e criação de novos modelos gerenciais, e, de

modo mais específico, quanto ao formato da Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica que personifica o papel do Estado enquanto agente regulatório e jurídico e também responsável por desenhar instituições e programas que reduzam as incertezas e os custos da transação entre os agentes econômicos.

No Brasil e em diversos outros países, o setor energético experimenta grandes transformações com relação à sua estrutura de gerenciamento e decisões de novos investimentos. Estas transformações relacionam-se com as novas condições financeiras, tecnológicas e de custos para a geração de eletricidade que tem como base o fenômeno da globalização. A grande preocupação é garantir que estas transformações introduzam maior competitividade, eficiência econômica e maior investimento da iniciativa privada no setor e a fundação de um “Estado diminuído em sua base social, mas burocraticamente eficaz para servir ao capital” (BORON, 1994, p. 81).

É possível notar que o denominador comum das mudanças nos vários países que sofreram reformas é um enfraquecimento do poder público, seja ele como o principal gestor da indústria da eletricidade, ou como regulador de uma concessão privada para a oferta de serviços de energia. Alguns tipos de reforma inclusive, especialmente aquelas que se preocupam em introduzir maior competição no segmento da geração, têm provocado um completo desinteresse – pelo menos inicialmente – em promover serviços de qualidade ou benefícios públicos.

A fim de conjugar interesses entre o público e o privado, bem como minorar os efeitos das desigualdades sociais, dentre elas a exclusão elétrica, a distribuição desigual da infraestrutura gerada pela expansão capitalista, as políticas energéticas do atual modelo econômico tentam conciliar o atendimento a concentração de consumidores nos aglomerados urbanos com a resposta a necessidade das populações rurais a esse bem público que, em tese, aumentaria a inserção de incrementos produtivos e de subsistência.

As políticas públicas e sociais concebidas no e para o Estado capitalista, muitas vezes, não correspondem às demandas postas pelas necessidades sociais. Tais demandas, de modo geral, requerem a adição das demandas políticas e econômicas, articuladas entre si, preparadas, exclusivamente, para dinamizar a estrutura que corresponde à sociedade capitalista.

A partir do pressuposto que há rebatimentos diretos da liberalização econômica internacional e redução das ações do Estado nas orientações políticas e econômicas nas ações de distribuição de energia elétrica no Brasil é que propomos a discussão deste item em dois pontos distintos, porém interligados, a saber: a reforma do Estado brasileiro na década de 90,

processos, contradição e; as repercussões da reforma para os atuais desenhos das políticas públicas e seus mecanismos institucionais, nesse particular a política de universalização e acesso à energia elétrica.

- A Reforma do Estado Brasileiro: processos, contradições e rebatimentos para o desenho das políticas públicas no século XXI

Ao tratar sobre o tema é preciso situar que a Reforma do Estado brasileiro, iniciada em 1990, teve como principal impulso o fenômeno da globalização da qual derivam importantes transformações nas relações sociais. No que tange às transformações desta no aspecto político e econômico estão: a liberalização econômica e a redução do papel do Estado na condução de políticas específicas e universalizantes, como também a tendência do mesmo constituir blocos comerciais e econômicos sujeito às exigências do capitalismo global. Neste processo:

[...] o capitalismo global e seu braço político, o Consenso de Washington, desestruturaram os espaços nacionais de conflito e negociação, minaram a capacidade financeira e reguladora do Estado, ao mesmo tempo que aumentaram a escala e a frequência dos riscos até uma e outra ultrapassarem os limites de uma gestão nacional viável (SANTOS, 1998, p. 8).

As orientações políticas e econômicas derivadas do Consenso de Washington³³ fundamentaram um processo de predominância do privado em detrimento do serviço público e as críticas ao Estado ineficiente, inoperante, endividado e, desnecessariamente, grande. Um discurso crítico ao poder público planejador e defensor da liberdade para ação privada. A seguir, as conclusões do Consenso.

1). Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2). Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3). Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4). Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5). Taxa de câmbio competitiva; 6). Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7). Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8). Privatização, com a venda de empresas estatais; 9). Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10). Propriedade intelectual (WILLIANSO, 2004).

³³ Em 1989, o governo dos EUA, FMI, BID e o *Institute for International Economics* organizaram o Encontro denominado “*Latin American Adjustment: how much has happened*”, para avaliar as reformas econômicas empreendidas na Região. As conclusões do Encontro são denominadas Consenso de Washington.

A partir do Consenso de Washington são lançados os pilares para a implementação das políticas neoliberais. No caso brasileiro, a abertura ao mercado internacional e as privatizações foram iniciadas durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello. Nesta gestão foi editada a Lei 8.031/90, do Programa Nacional de Desestatização e o processo de privatização foi iniciado. As orientações do Consenso de Washington para a política econômica não caminhavam isoladas, pelo contrário, eram acompanhadas por pessoas e grupos sociais convencidos dos seus benefícios.

Em agosto de 1995, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional nº 173, (atualmente PEC nº 55) que versava sobre a reforma do Estado brasileiro. Deste modo, o governo de Fernando Henrique Cardoso inaugura uma nova ofensiva contra os direitos sociais instituídos com a Constituição Federal de 1988. Amparado pela popularidade e legitimidade adquiridas nas urnas, o novo Presidente inicia o seu governo organizando uma ampla reforma nas políticas e nos aparelhos do Estado pretendendo reduzir o “custo Brasil”, solucionar a crise da economia brasileira e garantir as condições de inserção do país na economia globalizada (CARDOSO, 1998). Segundo Silva (2001), com esse objetivo, enquanto empreende uma luta ideológica, que apresenta os direitos sociais como privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico, promove a desregulação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas.

A reforma do Estado brasileiro, nos anos 90, tem como marco institucional a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado e a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, através dos quais se desencadeou a ofensiva governamental no sentido de impor as mudanças que se seguiram. O Governo passa a assumir neste contexto um discurso que veicula o pressuposto de que o modelo de Estado das últimas décadas, devido a sua forte intervenção na economia e consideráveis gastos sociais, é o agente responsável pela emergência da crise econômica mundial. A alternativa, portanto, para a resolução desta crise, também no Brasil, passa por uma reforma do Estado.

Para Bresser Pereira, o então Ministro da Administração e Reforma do Estado,

a partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo. (...) esta Grande Crise teve como causa fundamental a crise do Estado - uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e

uma crise da forma burocrática de administrar o Estado (...) (BRESSER PEREIRA, 1997, 9).

Para o autor da proposta “a reforma administrativa deveria ser incluída entre as reformas constitucionais, já definidas como prioritárias pelo novo governo – reforma fiscal, reforma da previdência social e eliminação dos monopólios estatais” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 21).

Apesar do diagnóstico anterior da crise do Estado, o Ministro afirmava ser contrário à proposta neoliberal de Estado Mínimo, pois seu “objetivo não é enfraquecer o Estado, mas fortalecê-lo”, permitindo uma combinação e complementaridade entre o mercado e o Estado como pressuposto básico ao bom funcionamento do sistema econômico e do regime democrático. Apontou o modelo de Estado social-liberal como capaz de assumir o papel de “estimular e preparar as empresas e o país para a competição generalizada”. A reforma do Estado passa, necessariamente, pela

recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não estatais para executar os serviços de educação, saúde, e cultura; e reforma administrativa pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17).

Para Cardoso (1998) o primeiro passo para a reforma do Estado foi dado com o Plano Real, ainda no governo do presidente Itamar Franco, através do qual se reorientou a economia e os gastos públicos; logo depois, foi criado o Fundo Social de Emergência que estabeleceu o controle dos gastos públicos e, em seguida, se adotou a racionalização da gestão incluindo “a flexibilização dos monopólios, a concessão de serviços públicos à iniciativa privada e as privatizações” (CARDOSO, 1998, p. 9).

Estas etapas eram consideradas necessárias para que o Estado pudesse enfrentar o desafio de dinamizar a sua economia, podendo, assim, retomar os investimentos em infraestruturas e em projetos sociais (SILVA, 2001, p. 05).

Silva destaca que o “[...] o Governo identificou quatro grandes problemas que o Estado brasileiro devia enfrentar para cumprir a meta da reconstrução do Estado: o tamanho do Estado; a necessidade de redefinição do papel regulador do Estado; a recuperação da governança e da governabilidade” (Ibid.). Com o objetivo de sanar estes problemas e de “quebrar com o clientelismo e o burocratismo”, a intervenção do governo nos programas de

infraestrutura foi realizada em parceria com a iniciativa privada; os programas sociais foram descentralizados administrativamente para as esferas subnacionais e em parceria com o terceiro setor; e o controle das políticas sociais tem ocorrido através das agências reguladoras. Assim, o projeto de reforma do Estado brasileiro está ancorado sob três eixos básicos: a privatização, a publicização e a terceirização. Segundo Pereira, estes eixos são essenciais para que o Estado torne-se "mais barato, mais eficiente na realização de suas tarefas, para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente" (1997, p. 14).

Quanto à privatização, esta foi apresentada como uma grande oportunidade do Governo para promover a arrecadação de recursos a fim de equilibrar a economia. No entanto, a privatização do Estado, via transferência do patrimônio público a grupos privados, continuou como forma de acomodar os interesses heterogêneos em uma estreita relação entre forças conservadoras e oligarquias da base parlamentar do governo" (FIORI, 1992).

No que se refere à publicização, esta consiste em criar organizações sociais, ou seja, em transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal com a função de gerenciar e de executar serviços como a administração de hospitais, universidades, museus, creches, ambulatórios. Essas organizações sociais serão financiadas pelo Estado, mas administradas por grupos privados sem fins lucrativos.

As políticas públicas passam pela tendência importante que estava por trás das mesmas: a financeirização das riquezas. Se não a considerarmos, não conseguiremos entender, por exemplo, a privatização no Brasil.

O cumprimento dessa programática exigiu a "complementaridade entre Estado e mercado", ou seja, a iniciativa privada aparece como o novo conteúdo na execução das funções públicas, invertendo as premissas do pacto keynesiano. Para Simionatto (1999), nessa ótica, o Banco Mundial expressa a sua concepção de políticas públicas, entendidas como forma de assegurar "que o crescimento seja compartilhado por todos e contribua para reduzir a pobreza e a desigualdade", devendo os governos atribuir prioridade aos "setores sociais fundamentais". Segundo a autora:

Tal orientação fortalece o papel compensatório das políticas públicas, retirando o seu caráter universal, assumindo uma perspectiva focalista, na medida em que visa a atender os segmentos populacionais mais vulneráveis. Essa lógica do Banco Mundial decorre das teses relativas à ineficácia das políticas sociais e da sua incidência nos estratos de maior renda, cabendo aos governos corrigir tais desequilíbrios (SIMIONATTO, 1999, p. 02).

As funções do Estado no Brasil, a partir da Reforma, são assim estabelecidas: a) Núcleo Estratégico – compreende os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público; b) Atividades Exclusivas – serviços que só o Estado pode realizar, como regulamentar, fiscalizar e fomentar; c) Serviços não-exclusivos – produção de bens e serviços, como escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais, entidades assistenciais, museus, emissoras de rádio e TV educativas e culturais, deslocadas do núcleo exclusivo do Estado e compreendidas como atividades competitivas que podem ser controladas pelo mercado; d) Produção de bens e serviços para o mercado – compreende o segmento produtivo e o mercado financeiro (BRESSER PEREIRA, 1997).

Considera-se, portanto, que a capacidade do mercado é mais eficiente e efetiva do que o Estado, devendo este centrar em programas de proteção social voltados aos mais pobres, conforme recomendações do Banco Mundial. Esse discurso remonta a uma retórica neoconservadora que busca produzir um consenso sobre o combate à pobreza, patrocinada pelos organismos internacionais e absorvida pelos intelectuais da Reforma no Brasil que defendem que o Estado deva interferir de forma mínima nas questões econômicas.

Hayek (1973) entende que a possibilidade de um *Estado planejador* eficiente esbarra no reconhecimento da existência de *limites da razão*. Nas sociedades contemporâneas, dada a sua complexidade, não há como prever os resultados das infinitas interações entre os indivíduos. Intervenções com um determinado objetivo podem gerar resultados não previstos, na direção contrária à desejada. Assim, não se justificariam, por exemplo, intervenções com fins distributivos. Os governos devem se limitar a aplicar regras gerais, sem fins específicos.

O desenho das políticas públicas no Brasil, pós incursão no mundo globalizado, ainda guarda nuances de patrimonialismo oligárquico e do mandonismo político, ou seja, há nesse formato uma combinação de novos mecanismos de gerencialismo com velhas relações do poder patrimonial, agora em torno do desmonte de direitos em troca do acesso a serviços controlados pela racionalidade do mercado.

Destaca-se também que a relação entre Estado e sociedade não pode ser fixada apenas em termos mercadológicos, pois envolve fatores como equidade e direito de participação ativa nas decisões sobre alocação de recursos. Inviabiliza a cidadania e impossibilita parâmetros de eficiência e efetividade.

- A Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica: o papel do Estado e empresas concessionárias na distribuição de um bem público

Antes de tratarmos especificamente sobre a Política de Universalização e Acesso a Energia Elétrica é importante realçar os impactos das políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1990, que surtiram efeitos também na Indústria de Energia Elétrica no Brasil. Jeronimo (2012) aponta que as recomendações neoliberais se voltavam para a criação de um mercado livre, a expansão e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, investimento em tecnologias, redução do custo da tarifa e condução do modelo à mínima interferência do poder público. A política de desestatização das empresas de energia elétrica foi iniciada em 1995.

O quadro a seguir apresenta as privatizações das empresas distribuidoras de eletricidade.

Quadro 05: Participação dos fundos públicos (BNDES e fundos de pensão estaduais) na privatização das empresas de distribuição de energia elétrica.

Empresa	Data	Comprador %	Participação no mercado nacional		Milhões R\$	Fundo Público	
			MWh/ano	%		BNDES	FP
Escelsa	07.95	Iven (45%) GTD (45%)	6.076.028	2,09	357,92	sd	NI
Light	05.96	EDF/Houston AES/CSN	24.185.451	8,32	2.216,0	370,03	NI
Cerj	11.96	Chilectra (60%) EDP (30%). Endesa (10%)	7.305.522	2,51	605,327	232,3	NI
Coelba	07.97	Iberdrola (39%) Previ (61%)	9.513.943	3,27	1.730,88	487,9	283,7
CEEE/RGE	10.97	CEA/VBC/Previ	5.491.233	1,91	1.635,0	447,65	549,2
CEEE/AES.Sul	10.97	AES	5.757.343	1,98	1.510,0	390,1	NI
CPFL	11.97	VBC (46%) Previ (38%)	19.322.985	6,65	3.014,0	886,0	1.657,4
Enersul	11.97	Iven (52%) GTD (25%)	2.561.458	0,88	625,55	170,2	85,2
Cemat	11.97	Inepar	2.729.174	0,94	391,5	161,65	NI
Energipe	12.97	Cataguazes/ Leopoldina CMS	1.761.234	0,61	577,1	320,2	NI
Cosern	12.97	Coelba (61%) Iberdrola (33%)	2.677.080	0,92	676,4	194,8	146,3
Coelce	04.98	Endesa (37,5%) Enersis (26%) Cerj (36,5%)	5.758.890	1,98	987,0	387,9	NI
Eletropaulo Metropolitana	04.98	EDF Houston/AES /CSN	35.717.871	12,29	2.026,732	1.013,4	NI
Celpa	07.98	Rede CSW (36%) Inepar	3.142.735	1,08	450,264	225,1	NI
Elektro	07.98	Enron	10.596.265	3,65	1.479,248	371,8	NI
Eletropaulo Bandeirante	09.98	EDP (56%) CPFL (44%)	22.868.922	7,95	1.014,0	454,0	NI
CPEE	09.99	CMS Energy	233.561	0,08	153,0	NI	NI
CELB	11.99	CFLC Cataguazes- Leopoldina	491.086	0,17	87,38	43,7	NI
CELPE	02.00	Iberdrola (56%) BB (10,1%) Previ (18,3%)	7.093.687	2,44	1.780,98	890,5	325,9
CEMAR	06.00	Pensylvania Power&light	2.384.396	0,82	552,79	76,4	NI
SAELPA	11.00	CFLC- Leopoldina	2.043.036	0,70	362,98	181,5	NI
TOTAL			177.712.100	61,24	22.234.051	7.505,1	3.047,7

Fonte: Bermann *apud* Jeronymo (2012). NI = Não Informado. FP = Fundo Público.

As privatizações previam que os vencedores das concessões fizessem investimentos na infraestrutura do setor. Porém, não houve investimento ou o investimento feito não foi suficiente. Os vencedores das concessões deixaram de investir na expansão do sistema ao alegarem a presença de riscos que os investimentos poderiam correr e, segundo Vieira (2007, p. 140) e Camargo (2001), entenderam o mais conveniente a aquisição de ativos de outras empresas visando recuperar o investimento.

O desinteresse em oferecer o serviço público de energia elétrica em virtude da recuperação dos investimentos atenta contra a própria legislação. A lei 8.987/1995 determina a prestação de serviço público para quem demonstre capacidade para o desempenho. Além disso, Vieira (2007, p. 182) recorda que, em razão da lei e do contrato de concessão, a prestação do serviço público e as tarifas pagas, incluem a remuneração pela qualidade, continuidade e confiabilidade.

O descompasso entre as privatizações e o desenho e implementações dos órgãos reguladores produziu desequilíbrios entre as obrigações do Estado e das empresas portadoras das concessões, pois o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado* enfatiza que os mercados necessitam regulação, no entanto, isto não significa que a regulação acontecerá.

Embora os propósitos da privatização fossem apresentados como os mais convenientes, os mesmos não podem ser considerados satisfatórios. De modo geral, as reflexões sobre as privatizações das empresas de energia elétrica não são positivas. Sauer et al. (2002, p. 17-18) as avalia como algo ruim para a sociedade. O autor aponta que após dez anos os resultados alcançados pela reestruturação foram medíocres do ponto de vista macroeconômico e acarretaram prejuízos concretos à economia e a população, especialmente a de baixa renda. Além disso, continua o autor, as concessões geraram rendimentos baixos quando comparados aos valores das empresas concedidas, houve prejuízo para a qualidade dos serviços e dispensa de técnicos preparados, aumento da tarifa de energia elétrica, queda dos investimentos para expandir e manter os sistemas de geração e distribuição, tanto pelas considerações de que o investimento era déficit público, como pela falta de interesses e os excessivos riscos da prestação do serviço no país.

Segundo Jeronymo (2012), objetivamente, houve aumento progressivo das tarifas de energia elétrica após a privatização e, obviamente, a evidência dos fatos contradiz os pressupostos de privatização, ou seja, expansão, qualidade e confiabilidade na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

No que se refere especificamente ao déficit da distribuição de energia elétrica no Brasil, os dados do Ministério de Energia Elétrica apontam que “[...] no Norte do país, 62,5% da população rural (cerca de 2,6 milhões de pessoas) não tinham acesso aos serviços de energia elétrica. No nordeste, 39,3% dos moradores da área rural (cerca de 5,8 milhões de pessoas) não tinham luz. No Centro-Oeste, somam 27,6% (cerca de 367 mil pessoas); no Sudeste, 11,9% (cerca de 807 mil); enquanto que no Sul 8,2% (cerca de 484 mil pessoas)” (BRASIL, 2003).

Verifica-se que a exclusão elétrica era predominante no Norte e no Nordeste. Outro indicador importante deduzido dos dados acima é que na região Norte a população rural é bem menor do que no Nordeste, pois uma percentagem maior (62,5%) equivale a uma população menor (2,6 milhões). No Nordeste, a metade do percentual (39,3%) corresponde ao dobro da população do Norte. Isso é devido ao fluxo migratório intenso, consequência da fragilidade das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do interior. Só no Amazonas, segundo dados do IBGE (Censo-2010), aproximadamente, 50% da população total do estado está concentrada em Manaus.

A importância do atendimento social no setor elétrico surgiu com certa predominância na literatura depois que organismos internacionais passaram a valorizar esses aspectos. Ribeiro e Pazzani (2003) apontam que já na Conferência Latinoamericana de Eletrificación Rural de 2011, na Costa Rica, um expositor e consultor do BID manifestava uma forte abordagem no campo social em razão de uma nova orientação para apoiar-se nesses aspectos a fim de abrir novos mercados para os fornecedores. Havia a identificação de um nicho relativo de itens de pequenos sistemas fotovoltaicos domiciliares e minirredes em regiões carentes de serviços públicos e, conseqüentemente, de cidadania. Nesse sentido, valorizar a energia como fonte de cidadania poderia sensibilizar os planejadores de políticas de desenvolvimento social.

Após o governo FHC, entra em cena o histórico e ideologicamente denominado governo “esquerdista”, que prometia um novo modelo de desenvolvimento para o país pautado na *justiça social*. Contudo, no que diz respeito ao setor elétrico, Borges (2007) em tese de doutorado, comenta que o desafio para o novo Governo Federal era de enfrentar as mudanças oriundas das privatizações que se apresentavam cada vez mais carentes de um processo de re-ordenamento do papel do Estado e de um controle mais estratégico das empresas distribuidoras e geradoras de energia elétrica.

Como já destacamos anteriormente, não houve rompimento deste governo com a dominação capitalista e a política econômica nacional. Mandel (1982) caracteriza essa função

econômica do Estado, como sendo de assegurar as condições gerais da produção (infraestrutura básica para o desenvolvimento do capital em seus diferentes ramos de atuação). Ou seja, o Estado garante, mantém e estimula o avanço das forças produtivas. Todavia, o governo Lula não foi tão fiel à ortodoxia neoliberal. Ao se redefinir para melhor a inserção da burguesia interna (POULANTZAS, 2000) no bloco no poder, a política econômica do governo Lula incentivou o desenvolvimento da produção industrial voltada para o mercado interno e abriu o leque de relações econômicas internacionais (ALMEIDA, 2012, p. 700).

Nesse aspecto, o setor elétrico brasileiro, principalmente na distribuição energética para o setor rural, inclui-se nas atividades preponderantes do Estado nacional nesse período, denominado por alguns, como período neodesenvolvimentista, pois este dentre tantas funções de “mediador de contradições”, restringia-se a cobrir o curso de obras de infraestruturas, dentre elas grandes projetos cujo mote é o “desenvolvimento”.

A criação da lei nº 10.438, em 2002 (Política Nacional de Universalização³⁴ e Acesso à Energia Elétrica), é considerada um marco regulatório do setor energético, pois criou uma série de regulamentações, que deixaram bem claros os papéis de cada agente operacional dessa política, suas responsabilidades e metas. A partir dessas definições, foi criado aquele que é considerado a maior intervenção governamental na área energética com fins de desenvolver o campo: Programa Luz para Todos. Esse salto normativo e regulatório no setor da eletrificação rural expressa umas das funções do Estado (no nível da superestrutura) que é a personificação da ordem jurídica, ou seja, se apresenta enquanto árbitro nas relações de produção, por meio de toda uma legislação, destinada a normatizar as relações sociais constituídas no interior do processo de produção de mercadorias.

O Estado é o mediador por excelência das relações entre capital e trabalho assalariado, intervindo como se não fizesse parte das relações de produção (neutro), isto é, age como um

³⁴ Barros (1999) identifica que o termo “universalização” do atendimento surgiu com as discussões havidas durante a fase de formação da Comunidade Europeia. As diferentes economias resolveram que iriam fundir-se a partir de parâmetros comuns a todas. Ao explicitar o trato que elas davam ao atendimento dos serviços públicos, ficou claro que todas atendiam, porém, com procedimentos distintos. Na França, o serviço público era estatal, baseado no Governo Federal. Na Alemanha, estatal, baseado em governos regionais. Na Inglaterra, totalmente privado. Na Itália, misto. Então, a fusão partiria do princípio formalizado do atendimento universal a todos os cidadãos do respectivo país. A autora revela que o serviço que mais demandava as discussões era o da telefonia, que na época vivenciava a revolução da chegada dos celulares. Também, diz ela, foram os celulares que trouxeram este termo ao Brasil no fim do século passado, na mesma onda neoliberal que criou o Mercado Comum Europeu.

O termo universalização do atendimento chegou aos debates do setor elétrico e isso aconteceu por meio dos técnicos da área de concessões da ANEEL.

ente exterior no conflito de classes e, assim, completa o círculo das condições internas para a produção e reprodução do capital.

No mês de junho de 2002, em Brasília, sob o patrocínio do Ministério de Minas e Energia, do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aconteceu o *workshop* “Estratégias para a Eletrificação Rural no Brasil”. O evento discutiu a eletrificação rural pelos mais diversos aspectos (ESMAP, 2002). Como objetivo central do evento estava a apresentação do projeto “Brasil: estratégia de eletrificação rural”, o qual objetivava: formular uma ampla estratégia de eletrificação rural em nível nacional, buscando uma definição do papel do governo e do setor privado, bem como de outros agentes locais e nacionais nesse processo (ESMAP, 2002).

Indicava, também, a existência, de cerca de 14 milhões de pessoas, divididas em 60 mil comunidades sem acesso à eletricidade, sendo este número correspondente a 32% da população rural brasileira.

O temário apresentado das discussões dos temas do *workshop* trazia os seguintes temas: “Qualidade da Luz”, acerca da melhoria resultante da substituição de fonte de luz de velas, querosene, pilhas pela luz elétrica; “Educação e informação”, a respeito da possibilidade de melhoria de educação em casa e escola pela chegada da energia elétrica; “Efeitos na saúde”, tratando tanto da possibilidade de centros de saúde e hospitais na área rural até a melhoria da qualidade da água; “Atividades comunitárias”, tratando de atividades culturais, políticas e sociais; “Aspectos de gênero”, indicando a transformação na vida das mulheres e crianças; “Benefícios para grupos de baixa renda”; “Tecnologias de energia renováveis”; “Incentivo à intervenção governamental”, entre outros (ESMAP, 2002).

Um ano depois, superado o episódio do racionamento de energia elétrica com um histórico de ampla compreensão e solidariedade e de todos os segmentos sociais, era o momento de recompor o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. Discutiam-se, no Congresso Nacional, formas de oferecer vantagens compensatórias, entre as quais, empréstimos privilegiados com recursos do BNDES. Tais vantagens interessavam muitos agentes econômicos, mas, estavam além do ponto de compensação. Estava quase pronto um grande acordo do setor elétrico na forma de um projeto de lei, faltava ajustar essa compensação em excesso. O relator do projeto de lei era um deputado³⁵ do partido mais conservador, professor de engenharia de distribuição e ex-diretor de duas concessionárias estatais. Recebeu sugestões de oferecer a universalização do atendimento como contrapartida das distribuidoras e mandou sua assessoria imediatamente redigir a proposição, a qual foi

³⁵ José Carlos Aleluia (DEM-BA).

aceita pelos agentes econômicos sem muita discussão, pois esses ainda percebiam que lhes era interessante a compensação. O projeto foi aprovado com ampla maioria e foi sancionado pelo Presidente da República dias depois (SANTOS, 2004).

O Programa Luz para Todos surge em um contexto no qual o Brasil fora governado oito anos (1994-2002) por um representante político com concepções de direita. Abreu (2008, p. 120) aponta que a política de investimentos de recursos do governo FHC foi formulada sobre uma série de estudos realizados por uma empresa estrangeira, chamada Consórcio Brasileira, que resultou na criação dos chamados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Para a autora, os estudos formulados pelo Consórcio indicaram oportunidades de investimentos públicos e privados, com a justificativa de viabilizar desenvolvimento econômico e social, a integração nacional e internacional, o aumento da competitividade sistêmica da economia e a redução das disparidades regionais e sociais no Brasil.

A nova engenharia em que as ações do Estado se encontram no início deste século, é segundo Castro (2001, p. 9), pautada em eixos de integração que são direcionados a “[...] grandes projetos de infra-estrutura que priorizam largamente o crescimento econômico”. De certo modo, coaduna-se com o ponto de vista da autora ao falar que, neste contexto “o local está irremediavelmente ligado, nas relações econômicas, ao global, ainda que por processos diferenciados” (IDEM.). Nesse sentido, dentre os problemas estruturais ligados a essa lógica estão: a generalização do desenvolvimento desigual e o planejamento e interações comerciais gerenciados dentro de uma estrutura de globalização liberal.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Programa Luz para Todos traz no discurso oficial que

o Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais. O objetivo do Programa é que o acesso à energia elétrica contribua para a diminuição da pobreza e aumento de renda das famílias atendidas (BRASIL, 2012).

No bojo da implementação do Programa Luz para Todos, cujos objetivos centram-se na perspectiva de melhorias sociais e econômicas para a população beneficiária suas duas dimensões são bem claras quando indicam um incentivo ao desenvolvimento econômico, possibilitando o desenvolvimento de atividades agrícolas, irrigação e indústrias rurais, bem como melhorar a qualidade de vida das pessoas, possibilitando o acesso à energia elétrica e,

assim, suprir as suas necessidades básicas, possibilitando o acesso facilitado à educação e melhorando as condições gerais de saúde.

O papel de mediador do Estado interfere através da implementação de políticas públicas específicas no que se refere às contradições produzidas pelo próprio sistema, como polarização da histórica exclusão elétrica de populações rurais e a convivência com a modernização urbana. A resolução do conflito entre o acesso e o não acesso à energia elétrica se deu por um processo de reestruturação e modificações no quadro institucional, financeiro, regulatório etc., em que existe um processo de privatização das concessionárias estaduais e federais de energia elétrica. Nesse novo contexto, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica passa a concentra-se nas atividades relacionadas a formulação de políticas energéticas para o setor e na regulação de suas atividades, incluindo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O Ministério de Minas e Energia (MME) é responsável pela elaboração de políticas e diretrizes para o setor energético auxiliado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A regulamentação e a fiscalização das referidas atividades, incluindo a operação do sistema interligado (função do Operador Nacional do Sistema Elétrico- ONS), são atribuições da ANEEL. A fonte dos recursos federais é oriunda dos fundos setoriais de energia, no caso, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR). Além destes foi também incorporada a participação financeira dos Governos Estaduais e dos agentes executores (concessionárias e cooperativas de eletrificação rural) (NIEZ, 2010).

A tomada de decisão do Estado brasileiro em assumir os custos com a eletrificação rural no território nacional não estava ligada somente a uma demanda local, latente e que pressionava por essa pauta. O acesso à energia elétrica está no topo das preocupações dos organismos internacionais e está cada vez mais ligada às agendas governamentais, pois é entendida como indispensável para a prosperidade das nações a um nível global. Na *UN Millennium Declaration*, o acesso à energia foi apresentado e definido como uma necessidade de todos os seres humanos.

Nesse ínterim, ao passo em que o discurso se concentra na acessibilidade ao uso da energia, a acesso à serviços e às melhorias de condições de saúde, a dois passos estão as metas de melhorias de produtividade e, por conseguinte de produtividade, promovendo assim o crescimento econômico (CHESNAIS, 1994 *apud* FARIAS, 1999).

Enfim, o desenho das políticas públicas brasileiras pós-reforma do Estado Brasileiro, iniciada nos anos de 1990, são tributárias das experiências das inovações da gestão empresarial, a partir da reestruturação produtiva (pós-fordismo). Essas marcas da reforma que

têm por características a primazia dos valores da livre-iniciativa e do mercado na produção, circulação e distribuição da riqueza, têm consequências práticas, teóricas e ideológicas dessa opção, como: o pressuposto da racionalidade econômica, o espaço de intervenção do Estado reduzido e limitado a funções regulatórias e políticas sociais compensatórias e focalizadas.

Os mecanismos que harmonizam e reproduzem a sociedade capitalista podem reduzir o desencadeamento das assimetrias que conformam as relações contraditórias da própria sociedade e, posteriormente, questionam a legitimidade da organização social que tende para o fortalecimento. Neste momento, segundo Höfling (2001), o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. Esta política de universalização responde pela política do capitalismo coletivo ideal.

No que tange a Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica, esta incorpora a universalização na Agenda de Governo, o qual responde, minimamente, as demandas sociais, políticas e econômicas. A demanda social é representada pelas famílias beneficiadas pela universalização e, inclusive, a demanda reprimida. A demanda política está vinculada aos imperativos políticos do Partido dos Trabalhadores.

A demanda econômica representa maiores dinâmicas produtiva e comercial. Todo o processo de extensão da rede de distribuição de energia elétrica representa dinamização econômica no ato, que é a contratação de empreiteiras e aquisição de material elétrico (fios, cabos, postes, transformadores). A indústria de equipamentos eletroeletrônicos responde pela demanda originada pelas famílias beneficiadas pela eletrificação. Portanto, a política de universalização movimentava diferentes setores econômicos, mediadas pela regulação e fiscalização do Estado.

As informações contidas no *site* do Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, relativas ao mapa da exclusão elétrica no Brasil, revelam que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e famílias de baixa renda. Portanto, cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. A partir dessa constatação, as ações do Governo Federal com o Programa “Luz para Todos” visam utilizar a energia elétrica como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. No discurso oficial, a chegada da energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do Governo Federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Nesse ponto, volta-se para o que foi discutido nos tópicos anteriores, ou seja, quando se pensa em política pública, não se

pode excluir outras esferas da ação governamental que estejam atreladas à área específica que será atingida, caso contrário, a ineficácia da política será praticamente certa.

A energia elétrica inserida em um escopo de uma política pública não difere muito das políticas voltadas para a saúde e educação no país, que estão fadadas a *lobbies* institucionais nas tomadas de decisões e se inserem em contextos de acordos políticos e econômicos globalizados que limitam a ação dos Estados nacionais e as subjugam aos interesses mercadológicos.

3.3 O Programa Luz para Todos: um panorama no Brasil e Amazonas

A promulgação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, garantiu a continuidade do processo de eletrificação rural no Brasil e acesso a energia elétrica à parcela da população mais pobre ao determinar prazos para universalização sem ônus ao consumidor.

A Resolução da ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização, os quais delegaram à responsabilidade as concessionárias e permissionárias de energia elétrica, além de regulamentar os artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438/2002, definindo universalização como “*o atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem ônus para o solicitante [...]*”[grifo nosso].

Foi definido que teriam prioridades no atendimento pelo Programa Luz para Todos (Artigo 5º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003): 1) os projetos em Municípios com índice de atendimento inferior a oitenta e cinco por cento, segundo dados do Censo 2000; 2) os projetos de eletrificação rural que beneficiem populações atingidas por barragens, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento; 3) os projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; 4) os projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água; 5) os projetos de eletrificação rural que visem atender assentamentos rurais; e 6) os projetos de eletrificação para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A forma de provimento do acesso à energia foi estabelecida pelo Artigo 6º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que estabelece que o atendimento será realizado por meio de extensão de redes convencionais e por sistemas de geração descentralizados, com redes isoladas ou sistemas individuais – sistemas fotovoltaicos ou pequenas centrais hidrelétricas.

O Programa Luz para Todos se integra ao Programa Territórios da Cidadania e ao Plano Brasil Sem Miséria implementados pelo Governo Federal, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo *resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada* [grifo nosso].

Em maio de 2009, o Programa Luz para Todos alcançou a meta inicial, baseada no Censo do IBGE do ano 2000, provendo acesso à energia elétrica para 2 milhões de domicílios brasileiros localizados no meio rural³⁶.

De acordo com dados levantados pelo Censo de 2000 do IBGE, existiam, no Brasil, naquela época, aproximadamente, dois milhões de domicílios rurais, onde moravam em torno de 10 milhões de pessoas, sem acesso à energia elétrica. Verificou-se, ainda, que as famílias desassistidas desse serviço público estavam, majoritariamente, situadas nas regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e cerca de 90% delas possuíam renda inferior a três salários mínimos.

Os números do programa impressionam, pois forneceu energia elétrica a 14,4 milhões de brasileiros rurais até março de 2012, os investimentos chegam a R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 14,5 bilhões são do Governo Federal. A estrutura tem como coordenação o MME e sua operacionalização feita Eletrobrás e suas subsidiárias. Além dos objetivos centrais, o programa gerou cerca de 440 mil novos empregos, bem como colaborou para o incentivo tecnológico para que o processo fosse realizado de maneira mais eficiente e sustentável. Soma-se a essa inclusão social o fato de propiciar o consumo de bens duráveis que antes eram impensáveis nessas áreas distantes, favorecendo a melhoria na qualidade de vida, nas condições de moradia e auxiliando as atividades escolares dessas regiões.

Destaca-se na atribuição de universalização dos serviços, o programa “Luz para Todos”, que em seu cerne tinha o intuito de universalizar o acesso e uso de energia elétrica nas áreas mais longínquas do território nacional. Visava atingir a parcela da população rural que não tinha acesso a esse serviço público. Tratava-se de uma medida do governo Lula diferenciada do programa já iniciado por FHC, o “luz no campo”, que agregava uma roupagem mais voltada às medidas sociais e de alcance em áreas longínquas. O programa em suas atividades, por exemplo, forneceu instalação elétrica e o *kit* de instalação interna (com 3 pontos de luz e 2 tomadas) para a população e desprovida de energia elétrica.

Os recursos para efetivar o projeto eram oriundos do Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), do Reserva Global de Reversão (RGR) e pelo governo que participava do

³⁶ Conforme informações disponibilizadas pela Controladoria do Programa Luz para Todos (DPUE/SEE).

rateio do programa com 71,5% dos recursos. Os números do programa impressionam, pois forneceu energia elétrica a 14,4 milhões de brasileiros rurais até março de 2012, os investimentos chegam a R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 14,5 bilhões são do Governo Federal.

Tendo em vista esse contexto, o Programa Luz para Todos – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – surgiu como alternativa e estratégia para combater a pobreza e a desigualdade social nessas localidades, tendo em vista que a energia poderia ser considerada como vetor de desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, Ministério de Minas e Energia, 2010).

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Programa Luz para Todos traz no discurso oficial de seus agentes implementadores traz a marca do fetichismo do Estado apontada por Farias “como gestor dos objetos sociais mediadores das contradições do capitalismo, o governo é o resultado de um longo processo que o constitui, ao mesmo tempo, nos aparelhos e na legitimação do Estado” (FARIAS, 1999, p. 31). O objetivo do programa referido aludido pelo discurso do Governo Federal destaca que “o Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais. O objetivo do Programa é que o acesso à energia elétrica contribua para a diminuição da pobreza e aumento de renda das famílias atendidas” (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2012).

O Programa trabalha ainda com o fato de existir uma diferenciação histórica no que se refere ao acesso de energia elétrica no Brasil³⁷ e de como ela se tornou fundamental para incluir na população rural a ideologia do consumo urbano industrial, inserindo uma ideia de “atraso” à parcela que não têm acesso a produtos industrializados lançados recentemente.

A evidente relação entre geração de energia elétrica e capitalismo é observada nos bastidores, por exemplo, da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pois, como reforça Ribeiro (2010, p. 203), a atuação do Estado com a criação do Programa Grande Carajás, “[...] previa a exploração florestal e agropecuária, mas sobretudo a exportação de matérias-primas não manufaturadas, a exemplo do modelo primário-exportador tradicional na economia brasileira”. E para a viabilização desse Programa, destaca Ribeiro (2010, p. 203), o Estado passa a implantar, a partir de 1978, grandes obras de infraestrutura: – a *Estrada de Ferro*

³⁷ O mapa da exclusão elétrica no país revelava que as famílias sem acesso à energia estavam majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias teriam renda inferior a três salários-mínimos e 80% viviam no meio rural.

Carajás - São Luís - Itaqui; os *portos marítimos* de escoamento da produção de São Luís e Ponta Madeira e o porto fluvial de Barcarena, próximo a Belém; – a *Hidrelétrica de Tucuruí*, no rio Tocantins.

A partir de então, a energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí passou a ser consumida, em sua maior parte, pela metalurgia do alumínio, o que demonstra no período, o menosprezo pelas populações que poderiam ser beneficiadas pelo acesso à energia elétrica via extensão de linhas de transmissão.

Com a privatização do setor elétrico³⁸ a partir da onda neoliberal, cristalizada no Plano Nacional de Energia Elétrica baseada na implantação de grandes hidrelétricas com amplo processo de privatização do setor, a energia fica sob controle de um pequeno número de empresas transnacionais, o que significou a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios e a cobrança de altas tarifas pela utilização da luz.

Movimentos de resistências têm surgido nesse cenário, fazendo frente contra empreiteiras nacionais e estrangeiras principalmente, ligados à construção de barragens. Militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, identificam que há uma concentração de capital nas mãos de um grupo de grandes empresas privadas tornando esse mercado essencialmente oligopólico e que transforma a energia em mercadoria de primeira grandeza impossibilitando a soberania energética e popular.

Quando se põe em questionamento a superação do capitalismo [que se inicia no nível político], a insubmissão da ação estatal pelos movimentos sociais organizados e a solidariedade em torno de um inimigo comum, os fins sistêmicos do Estado são levantados e, nesse sentido, a análise de Farias (1999) sobre a teleologia do Estado Capitalista torna-se vívida, pois “seus fins mediadores de contradição se desenvolvem, em profundidade e extensão, com sua autonomia relativa e sua presença particular” (p. 36).

Evidencia-se no seu objetivo a preocupação de formação de mercado consumidor e produtivo de modo que a dominação da burguesia e sua política macro-econômica estendam seus domínios para a construção de consensos sociais pela difusão de ideias e valor. De maneira que a energia, como bem básico, passa por questões que envolvem a destinação do seu uso. As questões inquiram acerca da lógica consumista e segregadora do capitalismo [novas tecnologias para produção de novas mercadorias em menor tempo e com menor custo com fins de maior acumulação não importando a que custo] (FARIAS, 1999)

³⁸ Quando me refiro ao setor elétrico estou englobando os processos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

No que tange ao papel do Estado, Farias (1999) destaca que o Estado possui funções que são intrincadas e variáveis. Os papéis assumidos não podem ser tidos como estanques, pois são multiformes e movimentam-se em torno das próprias contradições históricas da sociedade burguesa.

No caso do Programa Luz Para Todos enquanto política pública do poder central na Amazônia, a energia elétrica passa por barreiras estaduais, que são configuradas por reuniões “inter-governamentais burocráticas”, onde planos de ações são traçados, mais a lentidão destes na realidade empírica extrapola o ano dos mandatos políticos e a população espera por melhorias em suas vidas.

As circunstâncias históricas existentes atualmente pedem alternativas revolucionárias urgentes, a menos que se queira viver na barbárie contemporânea instaurada pela sede implacável do capital, que se apropria sem medida da água e da energia, bens que precisam estar a serviço da vida. Diante da situação de devastação ambiental que alternativas energéticas impõem, da alteração do modo de vida das populações tradicionais por meio da imposição do modo de vida urbano e industrial, da globalização do padrão de consumo energético de países centrais, do esfacelamento da agricultura familiar e diversificada pela monocultura agrícola e industrial, não bastam soluções localizadas. É fundamental construir alternativas ao modelo de desenvolvimento, cumulativo e predatório a qual tenha como foco a igualdade substantiva e a construção de uma nova racionalidade, o que exigirá a revisão da capacidade de resistência e organização política das classes dominadas.

O governo Dilma teve por objetivo dar continuidade às propostas do segundo novo modelo do setor elétrico, iniciado no governo Lula, ao expandir a geração de energia limpa e renovável e ao ampliar a rede de interligação do SIN, além de controlar as instituições criadas e balizar a economia frente aos problemas atuais. A matriz de eletricidade configura-se com 74% de origem hidráulica, o que sustenta a continuidade da ênfase deste trabalho nesse segmento. O Governo Federal tem exercido ações fundamentais nas áreas de geração e transmissão, como será visto (COSTA, 2013).

O Programa Luz para Todos está incluído nas ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que consiste em medidas de investimento do governo para o aumento do emprego e melhorias da vida da população brasileira, a citar: “incentivar o investimento privado, aumentar os investimentos públicos em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, este que foi verificado com a implantação do segundo novo modelo do setor elétrico nacional” (COSTA, 2013, p. 71).

Realizando uma análise a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado no segundo governo Lula, Costa (2013) sinaliza alguns números investidos no setor elétrico.

O setor energético, o qual inclui petróleo, gás natural, energia elétrica e combustíveis renováveis (etanol e biodiesel) tinha como previsão o recebimento de R\$274,8 bilhões, aproximadamente 55% do total de recursos do PAC, sendo que dessa previsão R\$78,4 bilhões foram investidos em projetos para a energia elétrica, dos quais R\$65,9 bilhões seriam destinados para a geração e R\$12,5 bilhões para a transmissão, o que evidencia o mérito do setor energético para a estrutura econômica nacional e se configura como uma atividade presente na agenda de investimentos desse segundo período do governo Lula. Era, portanto, necessário que se evitasse atrasos nas obras, cumprindo os cronogramas propostos para que a operação não sofresse brusca defasagem e, assim, ameaçasse a oferta proposta pelo programa (COSTA, 2013, p.72).

Os dados de atendimento do Ministério de Minas e Energia revelam que o programa até 2010 já beneficiou na região norte mais de 2 milhões de pessoas³⁹.

Para o atendimento de regiões isoladas⁴⁰ e remotas⁴¹, existentes principalmente na Região Norte, a questão da distância é tida como um fator de obstaculização. Nessas áreas o suprimento da eletricidade acontece via Sistemas Isolados, visto que por extensão da rede de distribuição elétrica, a viabilidade esbarra nas condições técnicas, financeiras e ambientais. Nesse sentido a universalização da eletrificação na Amazônia, para Júnior (2015) é um fator desafiante pois as condições geográficas e as distâncias entre comunidades e moradias destaca que a mesma terminava por inviabilizar o processo de eletrificação pelos meios convencionais.

Esta característica tão marcante, predominante no Estado do Amazonas, demonstrou a necessidade do uso de tecnologias alternativas de geração e distribuição de energia elétrica, especialmente, no atendimento de regiões consideradas isoladas e de difícil acesso.

Para tanto, o Governo Federal promulgou a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, determinando que as despesas operacionais e de manutenção oriundas da instalação de Microsistemas Isolados de Geração e Distribuição de Energia Elétrica – MIGDI's e de Sistemas Individuais de Geração de Energia Elétrica com Fontes Intermitentes – SIGFIs fossem custeadas pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, criando, desta forma, os mecanismos necessários para o atendimento de localidades isoladas e de difícil acesso. (JÚNIOR, 2015, p.23-24)

³⁹ Ministério de Minas e Energia. In: Disponível em: <<http://www.mme.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

⁴⁰ Pequenos grupamentos de consumidores, que mesmo estando localizados em unidades da federação atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, aos quais o suprimento de energia elétrica por meio de extensão de redes de distribuição convencional é inviável dos pontos de vista técnico-econômico e/ou ambiental.

⁴¹ Pequenos grupamentos de consumidores situados em Sistemas Isolados, afastados das sedes municipais e caracterizados pela ausência de economia de escala ou densidade populacional.

Sendo assim, foi editado o Manual dos Projetos Especiais, cujo objetivo foi de estabelecer os procedimentos, critérios técnicos e financeiros para a apresentação, análise, aprovação e financiamento pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustível – CCC dos Projetos Especiais, que são destinados à eletrificação rural de regiões isoladas e remotas de forma sustentável priorizando o uso de fontes renováveis compatíveis a realidade de cada localidade.

No tocante ao Baixo-Amazonas⁴², mais especificamente a região que compreende os municípios de Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha, as condições e modos de vida apresentam diversas peculiaridades as quais estão sinalizadas pelos últimos dados do IBGE (2010). As principais atividades econômicas dessa região do Baixo Amazonas, segundo dados da SEPLAN-AM (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico) são: Agropecuária (14,14%), Indústria (9,85%) e Serviços (72,48%). Representando, respectivamente, 0,13%, 0,09% e 0,67% do Potencial Econômico do Estado. Quebra

No que se refere aos índices sociais os municípios apresentam na média, os seguintes traços, o Índice de Desenvolvimento Humano médio é de 0,696, a Educação alcança 0,855 e o IDH de Renda é 0,527, a intensidade de pobreza passou de 52,83%, em 1991, para 57,26%, em 2000. Mesmo com a melhora nos índices, quando comparado com outros municípios brasileiros, essa região está como umas das mais carentes do país.

A noção de valorização humana e social aplicada às populações amazônicas implica num esforço de compreensão da complexidade das relações homem e meio, Estado e sociedade, natureza e cultura, região e nação, lugar e mundo. As maneiras de apreender as percepções e representações implícitas na noção de valorização em uso pelos agentes sociais são diversas, de origens e interesses diferentes, com alguns pontos de convergência. A melhoria da qualidade de vida, com suas implicações materiais e não materiais é um dos pontos de consenso, independente do juízo acerca das possibilidades de aquisição real das condições de realizá-la. Trata-se de uma escolha que emerge das circunstâncias e contingências históricas e dos desafios atuais postos à Amazônia (FREITAS, 2001, p. 24).

A realidade enfrentada na zona rural descrita anteriormente sofreu recentes transformações com a implantação das ações do Programa Luz para Todos. No entanto, em

⁴² O Baixo-Amazonas é uma das microrregiões do estado do Amazonas pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense. Está dividida em sete municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da microrregião era de 262.719 habitantes em 2013.

recente auditoria⁴³, realizada pelo Tribunal de Contas da União, foram detectadas uma série de irregularidades na execução do Programa em seis municípios do Amazonas, dentre eles Parintins. Entre as irregularidades está “a não comprovação da execução de serviços, fuga à licitação por meio de inclusão de objeto estranho e projeto executivo sem aprovação pela autoridade competente”.

O abastecimento energético (visto como vetor de modernização) dos ambientes interioranos amazonenses via eletrificação rural constitui-se como proposta de desenvolvimento local sob formas de inserção de centros produtivos e de informação às comunidades atendidas pelo Programa Luz para Todos.

Para Monteiro (1999), os conglomerados que se instalaram na Amazônia, com sua pretensa meta de trazer a “modernidade” para a Região, deixaram tudo acontecer no silêncio, esperando que tudo tramitasse como se os sujeitos atingidos fossem meros empecilhos para o desenvolvimento econômico, compreendido como um processo multidimensional que deve ser abordado como envolvendo uma complexa interação entre totalidades lógicas distintas, mas que visem o bem-estar de apenas alguns grupos e, também, da sociedade, já que esta é um todo complexo de relações do homem com seus semelhantes.

Mesquita (2009) pontua que essa maior integração da Amazônia em vez de trazer benefício à maioria da população, e, portanto, a um maior desenvolvimento social, ao contrário, tem contribuído para aumentar as desigualdades sob todos os aspectos e contribuído para acelerar conflitos ambientais e sociais na medida em que atropelam os interesses da sociedade local sob o pretexto de trazer o progresso/desenvolvimento.

A nova política energética do Governo Federal, sem dúvida, aponta para caminhos democráticos induzindo o desenvolvimento de localidades distantes onde há ausência não só de energia, mas também de programas sociais, ambientais e de incentivo à produção. No entanto, O Programa “Luz para Todos” mescla os interesses genuínos de democratizar o uso da energia elétrica, com o interesse imediatista de criar uma imagem de governo popular e democrático. Os dois vetores não têm uma correspondência diretamente proporcional, pois a consecução do primeiro traria o segundo como consequência, mas, não a curto prazo, o que politicamente não é interessante e, ao dar prioridade ao segundo, forçosamente o processo de democratização e universalização da energia será atropelado.

⁴³ Portal do Tribunal de Contas da União. Destaques 2012: Fiscalizações do TCU apontam falhas e atrasos no programa “Luz para todos”. Disponível em: <portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/destaques-2012>. Acesso em: 07 jan. 2013.

Defendido pelo governo como “um grande desafio”, o programa “Luz para Todos” é sem dúvida uma proposta ambiciosa de eletrificação rural. Desde a sua concepção, porém, tem sofrido críticas, principalmente no que diz respeito às metas que representam o seu objetivo maior: a universalização do uso da energia elétrica até o ano de 2018.

O Estado do Amazonas, localizado na região central da Floresta Amazônica, ocupa uma área de 1.577.820 Km², o que representa mais de 18% da superfície do país, sendo, por isso, considerado o maior estado brasileiro. É integrado por 62 municípios, com uma população total estimada em 3.167.668 (IBGE/2007), caracterizando-se por uma baixa densidade populacional, cuja média é em torno de 1,51 habitantes/Km². O Estado também apresenta zonas limítrofes com alguns países (Venezuela, Roraima, Colômbia, Peru) e com outros estados brasileiros (Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre).

Além de abrigar uma generosa e múltipla riqueza natural, também é espaço de homens e mulheres tem seu modo de vida e convivência marcados tanto pela densidade de riqueza e cultura humana quanto pelos agravos do empobrecimento e exclusão, da disparidade e contradição entre meio urbano e rural.

O Amazonas é um estado recortado por rios, lagos, igapós e igarapés. São mais de 20.000 km de vias navegáveis em toda a Região Amazônica e, em virtude dessa extensa rede fluvial, o deslocamento na região ocorre preferencialmente através de transporte hidroviário.

A característica da extensão hidrográfica amazonense representa, muitas vezes, um obstáculo quando se quer transpor as grandes distâncias que separam as cidades nesse território particular. A consequência disso é que, diante das dificuldades de acesso, ficam os municípios amazônicos próximos ou distantes da capital, com dificuldades semelhantes no que diz respeito à produção, desenvolvimento e a serviços como saúde, educação, energia elétrica entre outros.

Em relação aos demais estados da Federação, o Amazonas apresenta aspectos bastante distintos dos demais estados, visto encontrar-se desconectado do Sistema Elétrico Interligado brasileiro. Cabe notar que o Sistema Elétrico Brasileiro caracteriza-se pela presença de dois grandes blocos interligados (Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte e Nordeste) e ainda uma região de sistemas de geração não interligados a estes dois blocos, o Sistema Isolado, conforme mostra a figura 13.

Figura 13: Mapa do Sistema Elétrico Brasileiro



Fonte: ELETROBRÁS, 2007.

Com relação a matriz energética do Estado, a mesma:

[...] é formada por termelétricas com potência efetiva de 1.618,6 MW, composta por 281 unidades geradoras na capital Manaus e 110 sistemas isolados operando no interior com 426 unidades geradoras das quais 80% tem potência inferior a 1 MW (IICA apud JÚNIOR, 2015, p. 31).

Parte da população ribeirinha, em especial as localizadas em áreas consideradas remotas, ainda está sujeita à falta de energia, vivendo, muitas vezes, na mais completa escuridão ou dependentes de geradores a diesel ou, ainda, de lamparinas e velas.

O Programa Luz para Todos foi implantado no Amazonas em 2004 e, até o presente momento, beneficiou 508.920 consumidores por meio da instalação de 18.000 km de rede elétrica nos 62 municípios do Estado (ELETROBRÁS AMAZONAS ENERGIA, 2015). O quadro a seguir demonstra o diagnóstico de atendimento do Programa:

Figura 14: Mapa do Brasil, Amazonas

Fonte: Domínio Público.

Quadro 06 - Dados gerais do histórico de investimentos e população atendida pelo PLpT no Amazonas

Dados Gerais		
Histórico (2004-2015)	Investimento	929,00 (milhões)
	Domicílios Atendidos	106.804
	População Rural Geral (Fonte IBGE 2014)	898.495
	População Rural beneficiada	508.920
	Investimento/Domicílio	8.434
	Rede Elétrica	18.000km
	Postes	220.000
	Transformadores	49.000

Fonte: Eletrobrás- AM, 2015.

Os municípios que tiveram maior número de consumidores atendidos foram Manaus, com 8.630 atendimentos realizados; Itacoatiara, (6.347); Castanho, (5.711); Manacapuru, (5.198); Parintins, (4.938); Iranduba, (4.097); Presidente Figueiredo, (3.753) e Rio Preto da

Eva, com 3.281 consumidores beneficiados (ELETROBRÁS AMAZONAS ENERGIA, 2015).

Os municípios que tiveram menos atendimentos foram: Japurá (Limoeiro), com 22 unidades consumidoras ligadas; Atalaia do Norte, com 45 atendimentos realizados; Pauini, (65); Tapauá (141) e Novo Aripuanã, com 174 ligações efetuadas, conforme informações da concessionária (ELETROBRÁS AMAZONAS ENERGIA, 2015).

Observa-se que, dos atendimentos realizados pelo Programa Luz para Todos, no Estado do Amazonas, 31,74%, concentraram-se, principalmente, na região Metropolitana de Manaus, com exceção dos municípios de Parintins e Castanho. Nota-se também, que os municípios mais longínquos foram os que tiveram a menor quantidade de atendimentos efetuados pelo Programa.

No que se refere ao atendimento no Baixo-Amazonas, dos municípios que abrangem à área da pesquisa, o município de Parintins é o que possui o maior número de consumidores atendidos, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 07 – Ligações por município atendidos pelo PLT- Amazonas [municípios que compõe a área pesquisada]

ITEM	MUNICÍPIO	Custo (R\$)	Consumidores	Kits	Rede AT [km]	Rede BT [km]	Poste	Trafo	Potência instalada	Medidor
1	Barreirinha	15.114.998,57	2.475	2.365	378,03	52,98	4.828	700	4.375	2.475
2	Boa Vista do Ramos	14.027.581,97	1.783	1.671	369,65	20,83	4.442	760	4.455	1.783
3	Parintins	48.493.978,66	5.474	5.394	1.078,29	44,83	12.611	2.582	13.814	5.474

Fonte: Eletrobrás-AM, 2015.

Ao analisarmos o processo de implantação do PLpT no estado do Amazonas, sob ótica do número de atendimento realizados em razão das metas estabelecidas, nota-se que nos cinco primeiros anos de execução do Programa houve dificuldades significativas na execução das metas.

De acordo com o representante legal da Eletrobrás Amazonas Energia essa ineficiência foi decorrente da falta de experiência e dinamismo da empresa, somada, sobretudo, às dificuldades imposta pela própria Região Amazônica.

Para Cartaxo, Valois Coelho e Paixão (2006, p. 4) essas dificuldades estão relacionadas às peculiaridades regionais e climáticas do estado, grandes áreas florestais, lagos,

rios, distância, problemas de transporte e um clima com período de chuvas prolongado, de novembro a abril (2.300 mm).

Essas peculiaridades dificultam o deslocamento de equipamentos e pessoal, obrigam a um calendário especial, atrasando o cumprimento das mesmas metas pretendidas para regiões menos úmidas.

Quadro 08 – Realização 2004-2015 – Atendimento Convencional – Obras de expansão rural de Média Tensão e Baixa Tensão nos 62 municípios do Amazonas.

Ano	Consumidores atendidos	RD MT	RD BT	TRAFO ⁴⁴	POTENCIA INSTALADA	POSTES	Investimento Realizado
2004	709	52,43	4,29	190	1.075,00	845	11.611.130,00
2005	7.178	478,33	39,18	1.761	9.805,00	7.707	38.506.376,00
2006	5.025	618,63	52,74	1.613	10.290,00	8.66	34.773.598,00
2007	5.511	928,01	22,42	2.391	12.335,00	11.043	30.100.280,00
2008	4.735	862,79	23,60	2.424	14.019,50	9.719	23.06.864,00
2009	16.334	1.906,08	43,03	3.355	16.865,00	23.551	93.417.190,00
2010	22.400	2.380,49	162,57	7.650	39.655,00	33.185	168.439.084,26
2011	8.390	2.542,15	160,83	8.878	47.550,00	32.271	138.889.097,44
2012	12.890	2.817,31	102,65	7.128	41.245,00	31.473	114.135.564,00
2013	7.386	1.642,08	52,99	5.515	28.477,00	20.251	98.127.246,00
2014	11.226	2.966,53	84,21	6.132	26.683	30.460	97.517.639,16
2015	5.020	1.165,70	108,11	2.447	13.473	10.851	80.897.000,00
TOTAL (AM)	106.804	18.360,52	856,62	49.484	261.473	220.022	929.451.051,86

Fonte: Eletrobrás-AM, 2015.

Em termos de valores, até 2015, já tinham sido investidos R\$ 80.897 (milhões), sendo que 66,8% foram recursos provenientes do Governo Federal via Eletrobrás. No quadro abaixo, os dados apontam que, no Amazonas, os últimos registros demonstram a priorização de áreas com maior número de domicílios e áreas de várzea, porção que fica parcialmente inundada no período da cheia, particularmente com maior dificuldade para a instalação da rede elétrica.

⁴⁴ TRAFO: Transformador Monofásico.

Quadro 09 – Dados gerais de investimentos e população beneficiada pelo PLT/AM no ano de 2015.

DADOS GERAIS 2015		
Descrição	Realizado	Observações
Orçamento	80.897 (milhões)	✓ Em apenas 2015 tivemos 5 meses de obras; ✓ Priorizamos as áreas com maior número de domicílios e áreas de várzea; ✓ Realizamos reforços de rede e construímos alimentadores expressos para áreas rurais.
Domicílios atendidos	5.020	
Investimento/Domicílio	16.114,00	
Pessoas beneficiadas	25.100	
Rede elétrica	1.274km	
Postes	10.851	
Transformadores	2.447	
Municípios	20	
Comunidades	170	

Fonte: Eletrobrás-AM, 2015.

No Estado do Amazonas, a execução do Programa, nos seis primeiros anos, foi lenta. Após a superação de muitos desafios, o setor atingiu um ritmo acentuado de trabalho que permitiu alcançar, até o momento, 83,31% da meta de 109.810 ligações, assumidas pela concessionária, após assinatura do 1º e 2º Termo de Compromisso.

Contudo, deve ser observado que esse ritmo lento das obras não ocorreu somente no Amazonas, eventualmente ocorreu em todos os estados das regiões Norte e Nordeste, o que reflete na necessidade de rever a metodologia aplicada na implantação do Programa, bem como o uso de tecnologias adequadas, adoção de sistemas isolados de abastecimento e distribuição, a fim de que se possa garantir o suprimento elétrico eficiente, sustentável e economicamente viável para população localizada em regiões remotas.

Em matéria publicada no jornal digital Amazonas Atual, de 13 de setembro de 2016, consta que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) penalizou a Eletrobras Amazonas Distribuidora de Energia, com a redução nos níveis tarifários obtidos na próxima revisão, prevista para 2017. A justificativa foi que a concessionária não conseguiu atingir a meta de 28,8 mil novas ligações no Estado, dentro do programa Luz Para Todos, entre os anos de 2013 e 2014.

Segundo a Aneel, a tarifa visa assegurar aos prestadores dos serviços receita suficiente para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento com qualidade. Os custos e investimentos

repassados às tarifas são calculados pelo órgão regulador, e podem ser maiores ou menores do que os custos praticados pelas empresas.

Conforme o resumo da decisão, publicado pela Aneel, com base no processo nº: 48500.000359/2015-67, a Distribuidora Amazonas deixou de realizar 13,4 mil das 28,8 mil ligações previstas para o período. O valor real da punição será calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária (SGT).

A Distribuidora Amazonas informou que a empresa não receberá multa pelo não cumprimento da meta e ressaltou que ainda não há valores relativos à redução, mas serão informados pela Aneel, através de despacho específico, levando em conta o quantitativo de ligações não atendidas pelo Programa Luz para Todos. A nota informa, ainda, que o plano de universalização, enviado à Aneel através da carta nº 132/2014, previu “número factível de realização anual de domicílios convencionais até o ano de 2018. O Programa Luz Para Todos, da Eletrobras Distribuição Amazonas, considera como meta o número de 31.553 ligações até 2018 e para os anos de 2013 e 2014, um total de 18.612 unidades consumidoras, conforme tratativas realizadas com o Ministério de Minas e Energia”.

A empresa informou que as condições dos portos e estradas dificultam a conclusão de obras previamente projetadas. A Distribuidora informou que o Amazonas representa o maior sistema térmico isolado do mundo, abrangendo uma área de aproximadamente 1,57 milhão de km², incluindo todos os municípios. Mesmo conhecendo a realidade do Estado, a concessionária disse que as dimensões continentais do Amazonas e a ausência de mão de obra local dificultam a logística, comprometendo o cumprimento dos cronogramas iniciais das obras.

Segundo a Distribuidora, não existem portos adequados para descarregamento dos materiais e equipamentos, requerendo a adoção de logística diferenciada. Faltam também malhas viárias para ampliação de rede de distribuição, ou seja, não existe o acesso até as comunidades para a construção da rede elétrica. Além disso, nos últimos anos foram registrados fenômenos naturais extremos como cheias e secas dos rios, dificultando ainda mais esta logística. Esses fatores, somados à necessidade de aquisição de materiais em outros mercados e até no exterior, contribuíram para o atraso e a não conclusão das obras nos prazos contratuais.

O hábito de planejar sem atentar para as características regionais implica, em algumas situações, no fracasso de projetos e programas realizados na Região. Esse insucesso, muitas vezes, é atribuído aos setores responsáveis pela execução das metas, ignorando as esferas

superiores que, em certas ocasiões, definem as condições para cumprimento das metas sem consulta prévia às entidades locais.

Quanto aos impactos do Programa Luz para Todos nas regiões do país, os relatórios contidos no Balanço do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em 2015, apontam que os benefícios da chegada da energia elétrica vão além de prover o acesso à energia elétrica de forma gratuita a famílias residentes em áreas rurais. Segundo o relatório estima-se que:

As obras do Luz para Todos tenham gerado cerca de 483 mil novos postos de trabalho e utilizado 1,2 milhão de transformadores e mais de 8,1 milhões de postes, dos quais 38 mil foram desenvolvidos com nova tecnologia utilizando resina de poliéster reforçada com fibra de vidro, que facilitou seu transporte pelas estradas e rios. Além disso, foram empregados também 1,55 milhão de km de cabos elétricos. Desses, 90 mil metros correspondem a cabos especiais para uso subaquático para a travessia de rios, vencendo distâncias que antes não poderiam ser alcançadas. Só no estado do Amazonas foram utilizados 58 mil metros de cabos elétricos colocados dentro dos rios.

O acesso à energia também contribuiu para a dinamização da economia através da aquisição de eletrodomésticos pelos beneficiados pelo programa que injetaram R\$ 6,8 bilhões na economia (BALANÇO PAC, 2015, p. 79).

Apesar dos números apontados na descrição do relatório (Balanço PAC 2015) e das altas cifras anunciadas no âmbito da dinamização da economia, representados pelo aumento do consumo de produtos ligados ao conforto térmico e atividades domésticas e, da compra e venda de equipamentos para a instalação e distribuição elétrica, pode-se perceber que “em muitas comunidades rurais, a simples chegada da energia não acarretou melhoria de renda e muitas famílias não têm condição de pagar as faturas, mesmo em valores *simbólicos*, pois estão incluídas na categoria *baixa renda*”. (ANDRADE, 2010, p. 59, grifos do autor).

Nesse sentido, atribui-se essa limitação tanto a inexistência de integração do Programa Luz para Todos com outras políticas, principalmente aquelas ligadas ao desenvolvimento local e de geração de renda, quanto as plataformas políticas e decisões do campo econômico e estratégico dos governos, os quais reafirmam sua opção em prover infraestrutura nos espaços favorecendo a lógica do mercado que por sua vez, busca expandir suas fronteiras tanto no âmbito urbano como rural. A consequência imediata na região, considerando esses aspectos, é um desenvolvimento marcadamente excludente e desigual.

No capítulo a seguir, traremos alguns aspectos que representam essa afirmação.

CAPÍTULO 4 - ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BAIXO-AMAZONAS: ANÁLISE DA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO IDOSA SOBRE OS IMPACTOS DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NA REGIÃO

A garantia de direitos sociais relacionados à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, dentre outros, trazidos pela Constituição Federal de 1988 como base para a materialização de uma vida digna, está intrinsecamente relacionada ao acesso a outros bens e serviços públicos. Dentre esses serviços públicos criados pelo Estado, em cumprimento ao seu papel, inclui-se como indispensável ao homem hoje, o acesso à energia elétrica, considerada insumo para o atendimento de necessidades fundamentais do indivíduo.

Segundo Pes e Rosa (2015), embora não haja uma legislação específica que trate a energia elétrica como um serviço público essencial, usa-se de forma análoga a Lei nº. 7.783, de 28 de junho de 1989, a chamada Lei de Greve. Esta Lei, em seu Art. 10 e incisos, elenca um conjunto de serviços ou atividades consideradas essenciais, dentre as quais está o abastecimento de energia elétrica. Rege o texto que: “São considerados serviços ou atividades essenciais: I Tratamento e abastecimento de água; Produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; II Assistência médico e hospitalar; [...]”. No parágrafo único ainda pontua que: “São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” (BRASIL, 1989).

Entendendo-se a energia elétrica como um serviço indispensável a uma vida digna, o direito de acesso a esse serviço não pode ser negado, cabendo ao Estado a prestação com significativa qualidade. O governo brasileiro assumiu este compromisso com a população, ao estabelecer a Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 10.762/2003 que juntamente com a Lei nº. 10.848/2004 regulamentaram a universalização do acesso à energia elétrica conforme já exposto. De iniciativa governamental o Programa PLpT foi criado para oportunizar a geração de renda por meio do fomento da produção agrícola e da inclusão social.

Apesar de grandes discussões sobre a questão do desenvolvimento econômico e social e de sua complexidade prática, frágeis são os esforços sistemáticos engendrados para a sua operacionalização. O setor elétrico brasileiro, através de planos e projetos governamentais, tem atuado na tentativa de implementar iniciativas que adequem as suas práticas às demandas da sociedade por energia e pelo desenvolvimento, como visto nos capítulos anteriores.

Mas, pela complexidade do tema, ainda não se observaram soluções que demonstrem resultados significativos e consistentes no alinhamento de práticas relacionadas ao tema, afinal, o entendimento de desenvolvimento a partir da sociedade capitalista, possui limitações estruturais e sistêmicas, apresentando êxitos muito limitados e fracassos iminentes para a

promoção de um impacto social positivo no que se refere ao desenvolvimento social e humano, pois sua lógica centra-se na primazia do consumo e não na emancipação social e humana.

Não se pode deixar de mencionar que a universalização do discurso particular das classes dominantes foi fundamental para a obtenção do consentimento dos grupos excluídos econômica, social e politicamente, os quais acreditam estar diante de um projeto de desenvolvimento coletivo, de tal modo que as relações se apresentavam de forma fetichizadas (MARX, 2001).

Quando se pensa a universalização da energia elétrica a partir da realidade de idosos ribeirinhos moradores de comunidades do Baixo-Amazonas há impactos nas suas condições de vida resultantes da operacionalização da política de eletrificação rural que merecem ser pontuados. Nessa perspectiva, baseando-se nos dados levantados pela pesquisa de campo, este capítulo discute o processo de implantação do Programa Luz para Todos nas seguintes comunidades: Comunidade do Maranhão (Parintins); Comunidade de São Benedito (Boa Vista do Ramos); Comunidade Santa Tereza do Matupiri (Barreirinha), buscando desvelar os impactos sociais e econômicos dessa política energética nas condições de vida dos idosos dessas comunidades.

As informações derivadas das respostas dos idosos que participaram da pesquisa estão agrupadas por comunidade pesquisada por terem diferentes percepções sobre os assuntos questionados. Foram selecionados trechos das falas de idosos de cada comunidade, as quais são categorizadas pelos assuntos mais emblemáticos. A fim de resguardar o nome dos entrevistados, optou-se por enumerá-los.

A análise leva em consideração os depoimentos dos entrevistados sobre o processo de eletrificação rural em suas comunidades. Resgata a memória dos problemas vivenciados em seu cotidiano quando da ausência da luz elétrica e rememora o processo de implementação da política de energia elétrica na sua base, ou seja, nas particularidades do processo de eletrificação que ocorreram nas expectativas dos sujeitos até as mudanças concretas no dia a dia dos mesmos.

Esse processo remonta a peculiaridade de se emoldurar um retrato dinâmico dessas realidades, a partir das memórias subjetivas desses sujeitos que estão à mercê dos seus processos objetivos de vida, como lembra Bosi (1994):

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída

pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

O capítulo está subdividido em três momentos distintos, porém interligados:

- A primeira seção tratará brevemente de um quadro das comunidades antes da eletrificação rural através do PLpT. Trata-se de uma descrição analítica a partir da percepção dos idosos entrevistados sobre como era a configuração das comunidades antes do abastecimento energético via PLpT e de como foi a participação da comunidade na implantação do mesmo.
- A segunda seção é a análise da percepção dos idosos sobre os impactos do PLpT. Essa análise dos impactos do PLpT se dará a partir das dimensões: 1) Abrangência de direitos e benefícios (saúde e educação); 2) Produção; 3) Acesso à Informação; 4) Convivência familiar e comunitária; 5) Nível de consumo. Essas dimensões estão ligadas a um dos eixos estratégicos do Programa Luz para Todos, o eixo de inclusão social⁴⁵.
- O terceiro item é uma comparação entre o antes e depois da chegada da energia elétrica nas comunidades pesquisadas, indicando as expectativas geradas antes da implementação do PLpT nas comunidades, quais foram supridas ou não e os fatores que impactaram ou não nas condições de vida dos idosos após a eletrificação rural, principalmente no que tange ao seu processo de envelhecimento. Ao final desse item, será identificado os principais impactos objetivos, subjetivos e substantivos decorrentes da eletrificação rural e uma síntese sobre os condicionantes e determinantes que estão relacionados a eles.

4.1 Cenário das comunidades pesquisadas antes da implementação do PLpT

- **Aspectos gerais das comunidades**

Conforme o relato dos idosos entrevistados, as comunidades pesquisadas apresentavam as seguintes características, antes da chegada do PLpT:

⁴⁵ A energia elétrica e as Ações Integradas no Programa compreendem um conjunto de programas sociais voltados a garantir o acesso à saúde, educação, abastecimento de água, saneamento, dentre outras ações públicas visando à inclusão social das famílias beneficiadas (BRASIL/MME, 2009a; BRASIL, 2011).

Agregavam um conjunto de residências nas adjacências das igrejas, além de outras mais distantes e a população não era atendida por energia elétrica. À noite, a maioria das residências era iluminada por lamparinas, construídas de forma artesanal, consistindo em uma lata e/ou vidro pequeno com querosene e um pedaço de fio por um minúsculo orifício, por onde se abrandava a chama que amenizava a situação de escuridão.

Havia nas comunidades, uma espécie de “casinha” que abrigava um motor a diesel que gerava energia elétrica por umas três horas, a contar das 19 horas e que abastecia normalmente poucas residências; esgotado o diesel do motor, a escuridão retornava e as lamparinas e/ou velas entravam em cena nas residências.

No período anterior à chegada da energia elétrica, a vida nesses lugares era tranquila e as opções de lazer se concentravam nas “festas dos padroeiros” a “motor a diesel” que aconteciam em alguns raros momentos.

Até então, os moradores vinham desenvolvendo atividades econômicas fundamentadas no extrativismo e na produção agrícola de subsistência, sendo a farinha o principal produto e fonte básica da alimentação. A atividade comercial, também, se pautava nesse produto onde alguns produtores comercializavam a farinha de mandioca nas localidades próximas ou nas sedes dos municípios de Parintins, Barreirinha e Boa Vista do Ramos, seguindo uma racionalidade própria de produção ou como comentou Weber (1991, p. 13), “as racionalizações dos mais variados aspectos têm existido nos mais diversos setores da vida e em todas as áreas culturais”.

Nas comunidades havia uma diversidade de práticas comerciais que envolviam: a pecuária, a agricultura, a pesca e o comércio. Essas atividades caracterizam e compõem a renda local, bem como possibilitavam a circulação da moeda nas comunidades. Essas diversas atividades caracterizam o modo de vida da população amazônica, configurado a partir da relação que estabelecem com a natureza, ou seja, com a forma de uso dos recursos locais.

A atividade econômica que garante a renda do grupo familiar está relacionada com a identidade social de um grupo ou de uma comunidade. Reconhecidamente, a agricultura é a atividade de maior referência para os idosos entrevistados. Esta prática é um dos ramos mais antigos da área rural, sendo uma atividade de sustentação sócio-produtiva que tem garantido a manutenção e reprodução dos grupos domésticos.

Segundo Diegues (2000), as comunidades ribeirinhas vivenciam a temporalidade em sua vida cotidiana, em que o tempo não é o tempo do relógio, mas o da natureza. Essa lógica está presente nas comunidades pesquisadas, embora suas localizações em área de terra-firme estabeleça ciclos diferenciados na produção. Isto é, a produção da farinha, desde seu plantio,

ocorre nos 12 meses do ano, ao contrário da população que vive na área de várzea, a qual tem esse período diminuído para seis meses obedecendo o ciclo das águas.

O trabalho na roça era uma rotina de quase todos os idosos entrevistados, baseada, principalmente, na mão de obra familiar, homens, mulheres e crianças participavam das atividades produtivas. Quando necessário o representante do grupo doméstico reunia alguns amigos e parentes para ajudar no roçado.

Era comum a ausência de conforto térmico pela ausência da energia e a falta de eletrodomésticos para a conservação de alimentos.

Para a conservação dos alimentos, os moradores dessas comunidades utilizavam o gelo e/ou sal. O gelo era mais difícil, visto que sua compra só podia ser efetuada nas sedes dos municípios. O uso do sal era mais frequente e talvez isso possa explicar a alta incidência de pessoas com problemas de hipertensão devido à enorme quantidade de sal ingerida durante as décadas anteriores.

A Amazônia, detentora do maior reservatório de água doce do planeta, apresenta baixíssimo índice de água tratada e encanada. No Amazonas, a oferta desse serviço não consegue atingir o conjunto da população, em especial a moradora da zona rural, expressando um dos menores índices de atendimento. Nas comunidades estudadas esse contexto não se difere. Antes da chegada da energia elétrica era inexistente o serviço de abastecimento de água encanada, demandando aos moradores o uso exclusivo da água do rio. Para isso, utilizavam baldes para o abastecimento de pequenas caixas-d'água ou potes para todo tipo de consumo (seja para atividades domésticas, criação de pequenos animais ou consumo próprio).

A grande demanda e a consequente necessidade da oferta de energia elétrica na sociedade deve-se à sua versatilidade, sendo empregada para as mais diversas atividades humanas com a soma de benefícios para a promoção do desenvolvimento social e econômico. Tomando como base essa afirmação, os itens a seguir apontam quais dificuldades eram percebidas pelos idosos entrevistados com a ausência da energia elétrica em seu cotidiano.

- **Principais dificuldades no cotidiano antes do PLpT**

Na comunidade do Maranhão, ao questionarmos os idosos sobre o seu cotidiano com a ausência do abastecimento de energia elétrica, os mesmos ressaltam a inquietação com o desgaste pela utilização de alternativas mais rudimentares para a obtenção de iluminação, as dificuldades com a obtenção de água e a impossibilidade de cursos noturnos na escola da comunidade. Os benefícios trazidos pelo uso da energia elétrica são fundamentais para o

desenvolvimento social e econômico do país, embora venham acompanhados de uma série de alterações de cunho social, cultural, político e econômico.

Quadro 10 - Percepção dos entrevistados sobre o cotidiano na comunidade antes do Programa Luz para Todos - Comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Desgaste pela utilização de velas e lâmparas	“Antes de ter motor de luz, até da própria comunidade, aqui era só na lâmparina, querosene. não tinha nada de energia [...]”. (Idoso 10, Comunidade do Maranhão)
Abastecimento de água	“A vida que não era muito boa não, era meio difícil, porque não tinha luz, não tinha água encanada. A gente ia pra beira, carregar água na lata [...]”. (Idoso 6, comunidade Maranhão)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na comunidade de São Benedito (quadro 11), os idosos referem-se a ausência de energia elétrica acentuando as questões ligadas às dificuldades inerentes ao uso de matérias rudimentares para a iluminação, a conservação de alimentos, ao isolamento em razão da falta de iluminação em todas as residências na comunidade e a uma melancolia decorrente da escuridão.

Quadro 11 - Percepção dos entrevistados sobre o cotidiano antes do Programa Luz para Todos - Comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Desgaste pela utilização de velas e lâmparas	“Antes do motor, era lâmparina, e era muito difícil ter. Quando não tinha, era taboca de bambu, partia um pau e botava pra ‘alumiar’ a comunidade”. (Idoso 14)
Dificuldades com a conservação de alimentos	“Era muito difícil, ninguém podia usar nada de material de gelo, de geladeira essas coisas. Era triste” (Idoso 17)
Isolamento	“Eram só duas casas que tinha (motor). Era tudo mato por aqui e na escuridão”. (Idoso 18)
Melancolia e tristeza	“Aqui a vida era meio triste, porque era na lâmparina.” (Idoso 11 e 12) “Era uma vida meio ruim, era triste, difícil” (Idoso 13)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na comunidade Santa Tereza, os idosos mencionam com maior destaque que a utilização de lâmparina era comum à vida. Por ser uma comunidade pequena, as atividades esportivas eram um entretenimento de relevância no período diurno. O gerador de energia

elétrica era comumente utilizado para o abastecimento e sua manutenção era em forma de quotas pelos comunitários.

Quadro 12 - Percepção dos entrevistados sobre o cotidiano na comunidade antes do Programa Luz para Todos - Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Utilização de lamparinas, a pequenez da comunidade e as atividades diurnas	<p>Tinha quatro casas. Quando começou a igreja era uma casinha menor do que essa varanda, coberta com caraná cercada com palha de caraná e era ‘alumiado’ (sic) tudo na lamparina. A minha tia comprava querosene, não tinha vela. (Idoso 18)</p> <p>Antes da energia elétrica era uma vilazinha ali na ponta, me lembro bem que quando vinha lá de casa, a gente vinha passear dia de domingo, [...] tudo isso aqui era uma capoeirona. Tinha aquele campinho lá que jogavam bola [...] Quando era de tardinha nós gostava de ir mesmo pra lá e a noite era só pra dormir (Idoso 19)</p> <p>A vida da comunidade era na lamparina, era vela porque naquele tempo não tinha luz era mesmo no escuro e a comunidade era menor só mesmo daqui pra lá pra ponta [...] Passava a noite inteira com a lamparina acesa porque não podia dormir no escuro às vezes dava carapanã, fazia fumaça pro carapanã ir embora. (Idoso 20)</p>
Gerador de luz para amenizar a necessidade da energia elétrica	<p>“Aqui era, tinha um motorzinho de luz e quando apagava a gente ajudava comprar”. (Idoso 21 e 22)</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Constatou-se pelos relatos que, antes da energia elétrica, a rotina social das pessoas se resumia em algumas atividades durante o dia, já durante as noites ficavam em suas casas à luz de lamparina (aparelho a base de querosene).

Esses argumentos remetem-nos para a discussão levantada por Hobsbawn (1984), ao falar que a tradição pode ser inventada. A “tradição inventada” é entendida como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Nessa concepção, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.

A racionalidade fundada com o nascimento da ciência moderna promoveu grandes mudanças sociais na vida das pessoas, foi responsável por novos modos de pensar, agir e de comportamentos. Novos modos e percepções de vida passaram a vigorar, esferas relativas a vivência das pessoas se modificaram, como a arte, a arquitetura, a moda, a culinária, a cultura, a política e a economia. Seus reflexos não param de influenciar o cotidiano.

Nas comunidades pesquisadas o processo de produção, distribuição e consumo de energia elétrica iniciou em meados da década de 70, com o uso de geradores de energia elétrica a base de diesel, fornecidos pelas Prefeituras. Destaca-se que essa é uma prática recorrente no desenvolvimento das políticas públicas amazonenses em que os direitos são tidos como fruto de ações de benemerência pública.

Segundo as informações coletadas junto aos informantes da pesquisa, do período de implantação do primeiro gerador até a finalização das obras do Programa Luz para Todos, o abastecimento de energia era por geradores de energia.

O horário de fornecimento de energia nos locais se restringia a um período de três horas/dia, funcionando das 18h às 21h. As residências eram interligadas ao sistema elétrico local. Nesse período, apenas os moradores que se encontravam distantes da rede, bem como os que não possuíam recursos para comprar a fiação é que ficavam sem o fornecimento desse serviço.

No início, a compra do diesel era realizada apenas pela comunidade, mas as Prefeituras de Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha passaram, nos anos 90, a doar parte do combustível utilizado na geração da energia local pela necessidade de funcionamento das escolas das comunidades rurais. Pode-se inferir que a ajuda da prefeitura não veio para somar e aumentar o tempo disponível de uso do equipamento, mas, para suprir uma dificuldade dos comunitários no que se refere à aquisição de diesel. Vale observar que mesmo com essa doação, o horário disponível dos serviços elétricos não se alterou muito, ficando entre 18h às 22h.

As comunidades pesquisadas foram uma das primeiras comunidades dos municípios de Parintins, Boa Vista do Ramos e Barreirinha beneficiadas com o PLpT, sendo que as comunidades parintinenses foram as primeiras a receber o abastecimento. As comunidades passaram a receber a energia elétrica pelo Programa no ano de 2005, sendo abastecida pela Usina Termelétrica dos municípios referidos.

A rede elétrica trazida pelo PLpT substituiu o gerador, considerado dispendioso pelos moradores e com fornecimento de energia variante por algumas horas do dia. A manutenção

do sistema elétrico ficou sob a responsabilidade da Eletrobrás Amazonas Energia S/A, com sede em Manaus.

Em termos de eficácia, quando se visualiza o Brasil, o PLpT alcançou as metas de universalização, atingindo em algumas Regiões do país mais de 100% do que fora estipulado. Porém, quando se trata do estado do Amazonas, não obteve grandioso sucesso por não considerar no planejamento a realidade peculiar do território, como foi tratado anteriormente.

- **Forma de participação da comunidade na implantação do PLpT**

Quanto a participação dos comunitários na implantação do PLpT, os idosos afirmaram que seus familiares (filhos, principalmente) participaram da instalação de postes e abertura de ramais. A maioria não destacou ter participado de reuniões anteriores à implementação do Programa, mas estava ciente e envolvida indiretamente no momento de ida a floresta para a retirada dos troncos de árvores para abertura ou ampliação de ramais para receberem postes de luz. As falas, a seguir, apontam como foi a participação para a implantação do abastecimento de energia elétrica.

Quadro 13 - Aspectos relativos ao tipo de envolvimento da comunidade na implementação do PLpT de acordo com os entrevistados.

Comunidade	Trechos das falas dos idosos sobre a participação da comunidade na implementação do Programa Luz para Todos
São Benedito	<p>No começo era poste de madeira, tiraram lá no centro, lá atrás de Boa Vista [...]. O primeiro foi assim. Depois facilitam mais pra esses postes aqui de concreto. (Idoso 11 e 12)</p> <p>Foi uma parceria com o município daqui e Boa Vista dos Ramos. Aqui foi <i>posteada</i> pela própria comunidade. Viemos trazendo os postes ‘no ombro’ pra comunidade. (Idoso 14)</p>
Santa Tereza	<p>Minha família se envolveu na instalação da luz e da água. (Idoso 18)</p> <p>Só um filho que trabalhou do começo da instalação até o final, só saiu quando terminou tudo. Reunião sobre energia, eles fizeram só umas duas vezes [...] Eles falavam que só iam parar quando chegassem no final e que eles queriam ajuda pra fazer o ramal. (Idoso 19)</p> <p>Tinha gente que se envolvia pra botar o poste. A união faz força! Agora sem união não pode fazer a força, porque só um não pode trabalhar. (Idoso 20)</p> <p>Meus filhos ajudaram. Colaboraram bastante com o pessoal da firma, que vieram pra levantar, puxar fio, essas coisas. (Idoso 23)</p>
Maranhão	<p>Todo mundo se envolveu. Quando vieram pra cá, que era preciso abrir ramal, eles ajudaram muito. E foi trabalho pesado. (Idoso 3)</p> <p>A primeira luz que chegou pra cá, nós que puxamos. Compramos os fios, deu trabalho! E depois, que veio a luz grande (Programa Luz para Todos) (Idoso 1)</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Salienta-se que a forma de participação favorecida na implantação do Programa foi a de um trabalho manual e precário para a retirada de troncos de madeira da mata e para a escavação dos buracos na estrada onde seriam colocados os postes. Caso não houvesse a adesão necessária, a comunidade não seria beneficiada com o acesso a energia elétrica pelo PLpT. Postes, instalação e transformadores foram substituídos.

Embora o planejamento contemple a parceria e articulação da política de energia elétrica entre os diversos segmentos sociais, na prática ainda é possível ver a adoção do planejamento tradicional. A fala dos entrevistados (Quadro 13) resume o tipo de participação forjada na comunidade durante a implementação do Programa. O canal de diálogo estabelecido caracteriza-se pela participação inexistente, não permitindo aos diferentes sujeitos a voz ativa no processo de escolha e decisão sobre a matéria tratada, sendo considerados apenas como meros beneficiários.

Há vários modos de interpretar a participação social, perpassando por conceitos que enfatizam o nível de envolvimento dos indivíduos nos processos de tomada de decisão e permitindo analisar a importância das mobilizações sociais para a conquista de canais que aproximassem a sociedade dos processos de construção e fiscalização das políticas públicas.

Desde os anos 70, quando ganharam força no Brasil as mobilizações sociais, a compreensão sobre o conceito de participação social passou por grandes transformações, de modo a acompanhar as mudanças também ocorridas no modelo de gestão pública aplicada do país. A promulgação da Constituição Federal de 88 possibilitou ressignificações quando regulamentou direitos sociais e instituiu mecanismos de participação social. A partir de então têm surgido diferentes canais para que a população possa propor ações e políticas, bem como de forma deliberativa, acompanhar e avaliar a execução das mesmas.

Gohn (2003) defende que existem, historicamente, cinco formas distintas de compreender seu conceito: 1) A participação liberal, cuja caracterização é a abertura dos canais de representação para os cidadãos na estrutura administrativa a fim que os mesmos exercitam o direito de opinar sobre suas demandas e necessidades; 2) A participação autoritária que confere à sociedade a sua participação passiva nos programas voltados ao controle e integração social; 3) A participação revolucionária que é a participação ativa de organizações coletivas em torno da entrada efetiva na divisão do poder político e da ultrapassagem das relações de dominação; 4) A participação democrática que se baseia na soberania popular e da participação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil e

por fim, 5) A participação democrática radical é um *mix* dos modelos de participação democrática e revolucionária.

Essas tipologias classificatórias demonstradas por Gohn (2003) apontam o papel e o lugar da sociedade nos processos de construção das políticas públicas e sociais. Esse lugar e papel são definidos a partir do modelo de participação adotados pelas diferentes plataformas de governo e de suas opções ideológicas.

Seguindo essa reflexão, considera-se que o conceito de participação política implica conforme Teixeira (2001) em considerar que este está impregnado de conteúdo ideológico e utilizado de várias maneiras, “tanto coonestando e legitimando a dominação mediante estratégias de manipulação como negando-lhe qualquer papel de institucionalidade, numa idealização da sociedade” (TEIXEIRA, 2001, p.25).

Teixeira (2001) faz um estudo da participação cidadã a partir do poder local e das iniciativas globais relacionadas com o local, procurando compreender os conceitos de sociedade civil, participação cidadã, esfera pública e poder local, através da investigação da realidade a partir da qual estes se constituem.

O autor mostra como as políticas neoliberais, priorizando o capital, geram ações de consentimento, mas também de rejeição e resistência, traduzidas em práticas coletivas, solidárias e contraditórias, consistindo-se, deste modo, em espaços educativos relevantes para a participação cidadã. Esta definida enquanto “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado”, no qual se redefine os papéis sociais através das ações coletivas gestadas no seu interior e articuladas a outros mecanismos institucionais. Este processo tem como objetivo assumir deveres e responsabilidades e assegurar o controle do Estado e do mercado. Uma sociedade civil autônoma, porém em estreita relação com o Estado e o mercado.

Nogueira (2005) ao tratar sobre a gestão participativa, o papel do Estado e a democracia sinaliza que há generalizações conceituais quanto ao conceito de participação e com isso existe uma produção de problemas que necessitam ser refletidos. O autor parte desse pressuposto para discutir que a ênfase atual da participação não traz consigo uma simultânea desvalorização das instituições representativas; que ao se socializar decisões não se complique o processo decisório; se a gestão participativa reduz a participação à condição de recurso gerencial e rebaixa a dimensão ético-política e cívica.

Sobre participação, Nogueira (2005) aporta sua análise na constatação de que a mesma possui um forte conteúdo ideológico e comporta diferentes conceitos e definições. Coaduna

com Teixeira (2001) ao afirmar que os que participam são partes que desejam ser parte ou tomar parte de algo, ou seja, pressupõe algum tipo de relação de poder.

Nogueira (2005) aborda modalidades de participação, o mesmo trata da *participação assistencialista*, de natureza filantrópica ou solidária, que tende a predominar nos estágios de menos maturidade e organicidade dos grupos sociais ou de menos consciência política coletiva, para retornar aos termos de Gramsci. (NOGUEIRA, 2005, p.131)

Outra forma ou modalidade Nogueira (2005) chama de participação corporativa e está dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou de categorias profissionais, trata-se de uma participação fechada em si, que se objetiva, sobretudo com um propósito particular, em maior ou menos medida excludente.

A terceira modalidade de participação expressada pelo autor é a participação eleitoral, diz o autor: “não visa apenas à defesa de interesses particulares, mas interfere diretamente na governabilidade e tem efeitos que dizem respeito a toda a coletividade”. (p.132). Considera-se, no entanto, que este tipo de participação possui inúmeros limites e não leva necessariamente a uma reorganização sustentada do Estado ou do poder político.

A quarta modalidade que complementa e supera a participação eleitoral e a participação corporativa é a *participação política*. Realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto. O autor destaca que é uma prática ético-política, que tem a ver tanto com a questão do poder e da dominação quanto a questão do consenso e da hegemonia, tanto com a força quanto com o consentimento, tanto com o governo quanto com a convivência.

Nogueira enfatiza que é “por intermédio da participação política, indivíduos e grupos interferem para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado”. (p.133). É essa participação, segundo o autor que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos humanos. Justamente por isso, seus protagonistas centrais são os cidadãos.

Nesse caso particular, as comunidades foram inseridas no processo de participativo do Programa apenas como agentes beneficiários do mesmo, não exercendo poder deliberativo ou consultivo para a sua implementação. Sua participação circunscreveu-se a momentos particulares em que prevaleceu por atitudes coletivas de consentimento e acríicas. A participação de alguns membros da comunidade na abertura de ramais foi o envolvimento mais direto e ativo no que tange ao aspecto da implementação da eletrificação da comunidade, significando para os idosos entrevistados o momento mais emblemático de participação.

Por essa razão, há a necessidade de que o processo de participação dos beneficiários ultrapasse para além a dimensão passiva de sujeito demandante do serviço público. É

necessária a criação de mecanismos que aglutinem formas articuladas e coordenadas das políticas, setores governamentais e usuários.

4.2 Percepções dos idosos quanto às mudanças geradas em torno da eletrificação rural

O acesso à energia é vista como insumo para os usuários do processo produtivo e social de determinada formação socioeconômica, apresenta-se como essencial para o crescimento econômico e como um mecanismo que possibilita o acesso a outros bens e serviços sociais, dentre os quais se situam a educação e a saúde.

Percebe-se, ao refletir sobre a questão, que os problemas relacionados pelos consumidores locais advêm da qualidade do serviço prestado o qual perde a conotação político transformadora, para garantir um assistencialismo pobre e incapaz de emancipar os indivíduos tirando-os da vulnerabilidade social. Dessa forma, o beneficiário do Programa Luz para Todos sofre com essa associação entre o seu estado de pobreza e a pobreza das políticas.

Portanto, os benefícios trazidos pelo uso da energia elétrica são inúmeros e fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país, embora venham acompanhados de uma série de alterações de cunho social, cultural, político e econômico.

Além dessas mudanças, outros problemas de natureza técnico-operativa estão imbricados no processo de fornecimento de energia, principalmente no que se refere à manutenção do sistema. Deste modo, o tópico a seguir trava uma discussão sobre as mudanças socioculturais e econômicas engendradas na comunidade foco do estudo a partir da implantação do PLpT. Todas as questões foram abordadas, tomando como ponto de partida, as mudanças ocorridas pós-eletrificação rural e considerando a visão dos idosos das comunidades pesquisadas.

As questões, a seguir, estão baseadas nas seguintes dimensões: abrangência de direitos e benefícios; produção; informação; convivência familiar e comunitária; nível de consumo e os efeitos no envelhecimento.

No que tange as mudanças sociais no Brasil agrário, os estudos de Fernandes (1974), referem-se às populações rurais despossuídas e pobres que sofrem o desenvolvimento capitalista como uma espécie de hecatombe social. Esse desenvolvimento não possibilita, para essas populações, vias de combate à marginalização, ao desemprego e à miséria, através de técnicas de classificação social, de competição ou de conflito que são inerentes ao regime capitalista e reconhecidamente legítimas dentro da ordem legal e política, que ele institucionaliza.

Assim, o conceito de “mudança social” é utilizado em Fernandes (1974) nas dimensões macro e micro. No primeiro caso, qualquer mudança que objetivasse a coletividade se insere em um contexto político e econômico, onde as forças capitalistas exercem forte pressão para que as peças do jogo fiquem ao seu gosto. Por outro lado, as resistências às mudanças são comuns. Adota-se como pressuposto que a energia elétrica trouxe modificações não somente no espaço territorial das comunidades como também nos serviços, desse modo, questionou-se sobre as alterações e possíveis melhorias nos serviços, acesso à informação, melhorias na produção, convivência familiar e comunitária e nível de consumo.

4.2.1 Abrangência de direitos e benefícios (Saúde e Educação)

- **Aspectos da qualidade e acesso aos serviços de saúde após a eletrificação rural**

Envelhecer é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, ou seja, são direitos adquiridos a partir do nascimento, independentemente e são inalienáveis. Estes são garantidos no Estatuto do Idoso precisamente no art. 8º. A partir disso, pode-se dizer então, que envelhecer é um direito personalíssimo e social, não há como recusá-lo, pois é um procedimento em que todos estão dispostos a passar a não ser que a morte impeça este destino.

O artigo 2º do Estatuto prescreve que:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003, p.1)

Então cabe ao Estado garantir esses direitos, que estão previstos no artigo 9º do Estatuto: “É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

O artigo 15º fala do direito à saúde: “É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos”.

A Constituição Federal de 1988, reconhece em seu art. 6º a saúde como um direito social fundamental, que exige do Estado prestações positivas no sentido de efetivá-la, sob a pena de ineficácia de seu exercício, pois a saúde precisa de implementação por meios de políticas públicas sociais e econômicas.

No entanto, a ‘fragilização’ que o corpo apresenta faz com que o idoso se torne alvo propício para o desenvolvimento de doenças e dentre as diversas doenças pelas quais os idosos podem ser acometidos dá-se destaque às doenças crônicas, como afirma Silva (2011, p. 11) “atualmente, já se observa um predomínio das enfermidades crônicas não transmissíveis (hipertensão arterial, diabetes, artropatia, etc.)” nos idosos.

Na **comunidade do Maranhão**, a Unidade Básica de Saúde (figura 15) foi inaugurada em 24 de novembro de 1984, na época o serviço era chamado “posto de saúde” (a identificação “posto” é mantida) e foi feito em convênio com a Comunidade (HISTÓRICO DA COMUNIDADE DO MARANHÃO, S.D, p. 05).

Atualmente, a UBS é mantida pela Prefeitura Municipal de Parintins, através da Secretaria Municipal de Saúde. Atua no âmbito da Estratégia Saúde da Família – ESF⁴⁶ e tem um quadro de funcionários composto por um médico (que vem de Parintins e atende na comunidade uma vez na semana), uma agente comunitária de saúde, uma técnica de enfermagem e uma enfermeira, essas últimas residentes na própria comunidade. É dado como indicador de melhorias na saúde, a presença da equipe de saúde na comunidade, bem como os serviços oferecidos, conforme quadro 14.

A UBS segue as orientações da Política Nacional de Atenção Básica, oferecendo um equipamento de saúde com infraestrutura adequada ao trabalho profissional e ao atendimento dos usuários. O atendimento não é por livre demanda, mas por agendamento de consultas.

A UBS realiza o acolhimento, recepção, registro e marcação de consultas; o planejamento das ações de saúde; cadastramento e acompanhamento das famílias; ações individuais e/ou coletivas de promoção à saúde e prevenção de doenças. Na estrutura física, a unidade básica possui: 1 recepção com triagem, 1 sala administrativa, 1 sala de vacina, 1 sala de procedimentos, 1 farmácia, 1 consultório de enfermagem/médico, 1 expurgo, 1 cozinha e 1 banheiro.

⁴⁶ Segundo a Política Nacional de Atenção Básica, a equipe da ESF deve ser composta por uma equipe multiprofissional com, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e ACS. Pode ainda acrescentar a esta composição, os profissionais de saúde bucal (ou equipe de Saúde Bucal): cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal (BRASIL/Portal da Saúde).

Antes do acesso à energia elétrica por 24 horas, devido à falta de medicamentos, o combate a doenças na comunidade se dava a partir do conhecimento popular a base de ervas, sementes e raízes.

Figura 15: Unidade Básica de Saúde da Comunidade do Maranhão – Posto “Cassiano Carmo”



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Sabe-se que os problemas de saúde mais frequentes que atingem os idosos são a hipertensão e diabetes, esse dado é comprovado na fala de um dos idosos entrevistados, o que coaduna com os dados sobre as doenças crônicas que mais atingem pessoas nessa faixa etária, conforme destaca Silva (2014). Destaca-se na fala do idoso a crise na saúde representada pela falta de medicamentos necessários para o controle de hipertensão. Crise essa sentida por outros idosos que mencionam a mesma dificuldade.

Quadro 14 - Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade e acesso aos serviços de saúde na comunidade - Comunidade Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
<p>Atendimento médico e de enfermagem</p> <p>Serviços oferecidos</p>	<p>Pelo menos antes não tinha médico. E agora já tem, já vem. Tem enfermeira. Hoje tem vacinação, uma consulta, um encaminhamento pra cidade. Melhorou muita coisa, mas ainda falta mais. (Idoso 1 e 2)</p> <p>A saúde já esteve mais precária, porque não tinha posto, hoje já tem. Não tinha enfermeira, hoje já tem. Hoje já temos a técnica, tem uma auxiliar e tá melhorando cada vez mais. Hoje já moram aqui mesmo [todos os profissionais mencionados].</p>

	(Idoso 6)
Ausência de medicamentos de hipertensão e diabetes	Sou feliz porque eu tenho um posto aqui na comunidade que é o nome do meu pai. Graças a Deus hoje, nós já temos muita serventia. Mas a gente a ainda sente muita carência de remédio, de médico. Nós somos hipertensos, a gente vai lá, não tem o remédio. (Idoso 7 e 8)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade São Benedito**, os entrevistados destacam a ausência de Unidade Básica de Saúde na comunidade e, até mesmo, do profissional agente comunitário de saúde, revelando um quadro de fragilidade e precarização na área da saúde na comunidade, conforme quadro a seguir. Embora a comunidade seja relativamente próxima à sede do município (cerca de 25 km), já poderia contar com esse serviço, visto que tem densidade populacional que justificaria sua implantação. Vale destacar que não há no planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista do Ramos para a construção de UBS na comunidade, com a justificativa de falta de recursos para tal.

Enquanto isso, os idosos queixam-se sobre as suas principais necessidades e problemas com relação a essa questão. Essas reivindicações dos idosos não destoam da maioria dos usuários dos serviços do SUS, os problemas citados estão presentes no cotidiano da população que sofre com a espera por uma consulta de saúde, com a escassez de recursos humanos, materiais e de investimentos em saúde pública.

Quadro 15 - Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade e o acesso aos serviços de saúde na comunidade - Comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Ausência de Unidade Básica de Saúde e profissionais para o atendimento	Nós não temos um posto. Quando a gente adoce aqui, tem que botar na moto e levar na cidade. Não tem agente de saúde. Tinha um, mas ninguém sabe o que aconteceu que apareceu nunca mais. (Idoso 11 e 12)
	Está faltando muita coisa. Agora está faltando mesmo um agente de saúde pra tirar ao menos a pressão da gente. (Idoso 13)
	Da saúde o que está precisando melhorar é a chegada das agentes da saúde aqui que ninguém tem. (Idoso 14)
	Saúde está péssima, não tem médico, remédio não tem. Quando tinha um médico lá só faz a consulta, mas remédio não tem pra nada. Mas eu acho que não é só aqui essa dificuldade porque eu tenho ‘escutado’ no jornal que Rio de Janeiro e São Paulo têm mais dificuldade. (Idoso 15)
	Não tem agente de saúde. Se sente um ‘dorzinha’, tem que procurar a passagem da gente pra ir embora pra lá para o hospital que aqui não tem. (Idoso 17)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade Santa Tereza**, os entrevistados apontam que, mesmo com a presença de uma agente comunitária de saúde, a comunidade sente as privações de não possuir uma Unidade Básica de Saúde (em caso de enfermidade, necessidade de se deslocar para Barreirinha, onde o atendimento também é precário). Cumpre ressaltar que durante as visitas para a pesquisa de campo, o local de instalação e construção da futura UBS, continha apenas sobras de areia para construção e uma placa de identificação da construção, conforme figura 6. Segundo o presidente da comunidade, a Secretaria Municipal de Saúde de Barreirinha não informou a data de início das obras.

Quadro 16 - Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade e o acesso aos serviços de saúde na comunidade - Comunidade de Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Mesmo com a presença de agente de saúde a Unidade Básica de Saúde permanece inacabada	Agente de saúde tem, mas o posto de ainda não saiu. Faz falta ter um posto aqui. (Idoso 18)
	Tem enfermeiro, mas eles não têm onde trabalhar. Eles levam os doentes pra Barreirinha, aqui mesmo tá difícil. Nem remédio tem aqui. (Idoso 19)
	A saúde está ruim. Não tem remédio, aí vão em Barreirinha, é mesmo que nada, porque lá também não tem. Tem o seu Sandro que tem a lancha e que leva a gente doente daqui. (Idoso 20)
	O que que falta é nosso posto que nós não temos. Tão fazendo, mas ainda não tá pronto. Nunca entregam, tá mais da metade pronto. (Idoso 21 e 22)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 16: Placa de identificação da obra de construção de UBS na comunidade Santa Tereza.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

- **Avaliação da Educação nas comunidades após a eletrificação rural**

A educação é uma política pública universal, devendo ser garantida sua acessibilidade a toda população. Mas, a grande maioria das comunidades rurais da Amazônia, há muito tempo, tem sido alijada desse direito ou quando é oferecido, vem marcado pela precariedade tanto em termos de infraestrutura quanto na qualidade do ensino prestado. Além disso, não levam em consideração a realidade local e a necessidade da implantação de um calendário escolar diferenciado da zona urbana. Tal contexto, ao longo da história, impulsionou o deslocamento de grande contingente das áreas rurais para a urbana, os quais se depararam com a dificuldade de concorrer a vagas no mercado de trabalho, em virtude da mão de obra não qualificada.

Na **comunidade do Maranhão**, os idosos apontam tanto melhorias quanto fragilidades na área da educação em sua localidade. Quanto às melhorias, há o enfoque para o ensino tecnológico. Além do ensino fundamental, a energia elétrica possibilitou a inclusão do ensino médio (tecnológico) no rol de oferta das escolas, representando melhoria no processo de ensino/aprendizagem entre professores e alunos. Este método de ensino utiliza-se do sistema audiovisual, facilitado por um professor assistente, o qual se desloca do município sede para a comunidade todos os dias para viabilizar as aulas.

No entanto, no que tange as fragilidades, os entrevistados destacam que há falta de perspectivas para os jovens estudantes após a conclusão do ensino médio, ocasionando a sua ida precoce às cidades. A educação é apontada como ineficiente, se reportando a situação particular de deficiência nas atividades de leitura de uma filha estudante e também com problemas de recursos humanos e infraestrutura; Outro destaque é dada a ausência de alojamento para professor, o qual reside em quarto cedido pelos próprios moradores.

A Constituição Federal de 1988 trouxe o direito ao acesso à educação e, por constituir-se em direito de cidadania, denotou um padrão de qualidade para todos a ser perseguido como parte do direito público. Todavia, o redimensionamento do Estado criou um fosso entre o legal, que representa as conquistas no âmbito do direito e a prática que nega ou precariza o acesso às políticas sociais.

Em 2014, segundo Fattorelli e Ávila (2015), o Governo Federal disponibilizou para a educação apenas 3,73% do PIB, essa postura tem resultado em uma tensão entre a melhoria da qualidade dos sistemas de ensino e a disponibilidade adequada de recursos orçamentários. Cumpre ressaltar que, após a mudança na gestão do executivo federal, por meio do polêmico

processo de impeachment⁴⁷ em 2016, os investimentos em educação (PEC 241 que limita gastos públicos por 20 anos nas áreas da saúde, educação e assistência social) tendem a diminuir em razão do mote de reformas no campo trabalhista, previdenciário e fiscal, o que pode acentuar a precarização no ensino, principalmente nas áreas já vulnerabilizadas.

Os investimentos concentraram-se na priorização do que é visível, ou seja, na construção de escolas para absorver a crescente demanda – embora a quantidade ainda não seja suficiente –, esquecendo-se da necessidade de melhoria no ensino ofertado. As metas para a educação dentre outras políticas são elaboradas em nível de acordos internacionais, como, por exemplo, as Metas do Milênio que ditam as diretrizes a serem seguidas pelos governos. Em atenção ao pacto, o governo se fecha em números trazendo indicadores para quantificar a permanência do estudante na escola e o nível de aprovação dos mesmos, sem considerar ou pelo menos citar a questão da qualidade do serviço ofertado e os impactos na formação acadêmica. Essa realidade tem feito parte do cotidiano de estudantes brasileiros, os quais assistem o Brasil avançar em termos da absorção da demanda sem, no entanto, ver a correção da dívida quando se trata de qualidade de ensino.

Quadro 17 - Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade da educação na comunidade - Comunidade Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Educação tecnológica e falta de perspectivas para os jovens estudantes	Eu acho que a educação tá boa pra os jovens que estão estudando. Tem também o tecnológico, o pessoal aprende. Agora é ruim porque quando os alunos aprendem e formam, vão tudo pra cidade, pois aqui não tem nada. (Idoso 1 e 2)
Qualidade da Educação e problemas de recursos humanos e	Daqui do nosso Maranhão, foi o pior ano, este ano, 2014. Muita falha, muita falta de professor, muita falta de luz. Quando tinha luz, não tinha professor, quando o professor ia embora pra cidade, não deixava ninguém para substituir. Um dia desses, eu estava falando com uma das minhas filhas: "Minha filha, dá uma lida

⁴⁷ Segundo matéria publicada no *site* da Carta Capital em 31 de agosto de 2016, Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, reeleita em outubro de 2014, com 54 milhões de votos, foi removida de forma definitiva do poder nesta quarta-feira 31 pelo Senado, que confirmou seu *impeachment* por 61 votos a 20, sem nenhuma abstenção. Com o resultado, que será questionado pela defesa de Dilma no Supremo Tribunal Federal (STF), Michel Temer, interino desde 12 de maio, assume a presidência. A votação no Senado é o desfecho de um longo processo, cujo resultado estava definido há meses. No julgamento, em tese, os senadores avaliaram que a emissão de três decretos orçamentários sem autorização do Congresso e o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil por conta do pagamento do Plano Safra, a chamada "pedalada fiscal", configuram crimes de responsabilidade.

Na prática, o que se viu foi um processo coberto por um verniz de legalidade, promovido pelo cumprimento das regras procedimentais previstas na Constituição, mas definido por uma batalha política na qual os vencedores buscaram um motivo qualquer para legitimar a destituição da presidenta. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-definitivamente>>

infraestrutura	pra mim aqui, uma folha desse livro". Descobri que ela não sabia ler. (Idoso 4 e 5)
Ausência de alojamento para professor	A educação melhorou muito. Tem professor, mas não tem alojamento pra ele e aí ele fica na casa dos moradores. (Idoso 7 e 8)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 17: Escola da rede pública na comunidade do Maranhão, Escola Municipal Nossa Sra. das Graças



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade São Benedito**, os idosos apontam que a educação, após a eletrificação rural, melhorou em termos da presença de escolas, contratação de professores oriundos da própria comunidade, significando absorção da mão de obra especializada local. No entanto, para um idoso entrevistado, a infraestrutura da escola carece de melhorias. Na figura 18, percebemos como está a parte externa da escola (não foi possível adentrar em suas salas) e constatamos que a fala do idoso coaduna com a situação física do prédio.

Quadro 18 - Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade da educação na comunidade - Comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Aumento da oferta de	A educação tá indo muito bem. Bem porque as crianças não precisam mais “levar de remo” [transportar por meio de canoas], remando pra levar lá, nem pegar uma moto pra levar pra lá. Então hoje como eu tô dizendo: não estuda quem não quer, porque a aula está na porta da gente. Tem muitos professores e são daqui dessa comunidade. (Idoso 11 e 12) A educação até que tá indo meio bem. As crianças têm professor. (Idoso 13)

escolas e professores nativos	Eu acho que a educação está melhor. (Idoso 14)
	Tá bom. Hoje tem professor pra ensinar. (Idoso 15)
	A educação dos professores que estão dando aula, está bem. (Idoso 17)
Melhorias na estrutura das escolas	A educação não tá muito legal, mas vai indo. Falta melhorar as salas de aula. (Idoso 17)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 18: Escola da rede pública na comunidade de São Benedito, Escola Municipal Presidente Tancredo Neves.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A estrutura da escola é toda em alvenaria, com a cobertura de telhas. Possui 04 salas, uma pequena secretaria, uma sala de multimídias, um pátio estreito e dois banheiros, que ficam em um espaço fora da cobertura da escola, os tornando de difícil acesso em dias chuvosos. Não há muros, assim como todas as outras construções da vila. As aulas acontecem sempre dentro das salas.

A escola Tancredo Neves atende a um total de 176 alunos, da pré-escola até o nono ano do ensino fundamental. Funciona nos 03 turnos. No período matutino atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. No vespertino aos alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano. No período noturno a escola é cedida à SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) para atender alunos do ensino médio por mediação tecnológica da rede estadual de ensino.

Como o prédio possui apenas 04 salas de aula, quantidade insuficiente para a demanda de alunos, 02 turmas ocupam o espaço do centro comunitário, uma no turno matutino e outra no vespertino.

Figura 19: Centro comunitário José Rodrigues (área interna).



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade Santa Tereza**, cumpre destacar o histórico da criação da Escola Santa Tereza cuja descrição está registrada no Histórico da comunidade:

A Escola Municipal “Santa Tereza” (Matupiri) foi fundada em 1960, localizada na comunidade de Santa Tereza do Paraná do Matupiri no rio Andirá zona rural no município de Barreirinha. Seu primeiro prédio, construído em 1968 era de madeira, coberto com telhas de fibra-cimento, continha uma sala de aula e uma cantina. O educador foi Luiz Casemiro Trindade, atuava com alunos de 1ª a 4ª série. No mesmo ano, com jurisdição da Secretária de Educação e Desporto, foi reconhecida pelo decreto nº 010/55 GPMB de 22 de fevereiro de 1995. A Escola recebeu esse nome em homenagem a padroeira da Comunidade Santa Tereza.

Em 1986, na gestão do então prefeito Esmeraldo Trindade foi construído um novo prédio com três salas de aula, uma cantina um pátio e banheiro fora do prédio. **Na época o serviço de energia funcionava com baterias solar.** No período de 1987 a 2002, a escola atendia alunos nos cursos Pré-escolar 1ª a 4ª série e educação de jovens e adultos (EJA) 1º e 2º seguimento. A demanda de alunos era de aproximadamente de 80 alunos tendo como primeiro coordenador o professor Edson Carlos.

De 2006 a 2010 houve a necessidade de novas contratações de professores devido a demanda de alunos que crescia a cada ano e o quadro de professores contou com mais contratações. No mesmo período foi reativado a (APMC) Associação de Pais e Mestres e Comunitários tendo como presidente o professor Everton Pedreno Beltrão.

Em 2009, a APMC junto a escola foi contemplada com seu primeiro recurso liberado pelo PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) com o valor de R\$ 6.725,00 onde o recurso foi utilizado na compra de materiais, para melhorias da escola e proporcionando condições para o aprendizado do educando, o educandário, atende atualmente o total de 190 alunos matriculados na instituição. Sendo assim a Escola Municipal Santa Tereza realiza suas atividades escolares e junto aos comunitários, contando com os professores atuais, servidores, alunos, comunitários. Todos contribuem para um bom êxito escolar (HISTÓRICO DA COMUNIDADE SANTA TEREZA, [s/d], p. 1 e 2, grifos nossos).

Os idosos entrevistados na comunidade Santa Tereza, apontam que houve melhorias nas condições da educação, principalmente no que se refere aos professores residentes e oriundos da própria comunidade. É percebido na descrição do histórico da escola Santa Tereza que a mesma já bem antiga (1968), passou por uma série de modificações tanto estruturais quanto do aumento do efetivo de professores e funcionários, mudanças essas derivadas da organização comunitária (APMC) em torno dessa demanda. Destaque também para o uso da energia solar como estratégia para o abastecimento energético da escola.

Podemos observar que o prédio atual, figura 20, é bem equipado com 04 salas de aula, sala de informática, cozinha/refeitório, sala da diretoria e após a chegada da energia elétrica via Programa Luz para Todos pôde oferecer o ensino tecnológico e o EJA em período noturno, o que antes não era possível.

Quadro 19 - Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade da educação na comunidade - Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Melhoria da educação e professores nativos	Dizem que melhorou um pouco. (Idoso 18)
	É, melhorou um pouco mais do que estava, melhorou. (Idoso 19)
	É boa. (Idoso 20)
	Educação está boa aqui. Já tem professor que mora aqui e que é daqui da comunidade. (Idoso 23)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 20: Escola da rede pública na comunidade Santa Tereza (antigo (A) e novo prédio(B)).



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

4.2.2 A produção nas comunidades após a eletrificação rural

Em Marx (2001), a sociedade que surgia com a Revolução Industrial era a burguesa, que vivia sob certas condições materiais, precisava produzir e distribuir os produtos gerados na economia burguesa. Essa sociedade era caracterizada como produtora de mercadorias e a energia elétrica (séc. XIX) foi um produto que acompanhou esse processo de modificação no modo de produção.

Na Inglaterra, como se verifica em Marx (2001, p. 169), as inovações tecnológicas repercutiram em mudanças no mundo do trabalho, como, por exemplo, a partir da introdução do tear a vapor nos meios de produção, era necessário à época, apenas a “[...] metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido”. Assim, o trabalhador desse ramo precisava, para esse processo de transformação, do mesmo tempo de trabalho que antes, contudo, com o diferencial de que “[...] agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior”.

Ao tratar sobre a influência das máquinas na agricultura, Kautsky (1980) destaca que as máquinas eram um dos principais fatores de transformação. A partir dos resultados na indústria, o autor pontua que era esperado os mesmos resultados na agricultura. No entanto, para Kautsky, a exploração por meio das máquinas na agricultura enfrentariam obstáculos de ordem técnica (agricultura sujeita às intempéries da natureza) e obstáculos de ordem econômica (tempo de utilização dos aparelhos considerando a sazonalidade no campo e o

tempo empregado pela força de trabalho). No que se refere à eletricidade, o autor menciona que a mesma era frequentemente empregada na atividade prática do meio rural:

Ao lado de outras vantagens, a força elétrica proporciona a iluminação de toda a superfície do domínio. Isto possibilita nos casos de urgência, por exemplo durante a colheita o trabalho agrícola noturno - o que a rigor constitui uma vantagem não tanto para os assalariados como para o proprietário (KAUTSKY, 1980, p. 34).

Nesse sentido, Kautsky (1980) apresenta a tese de que as atividades agrícolas perderiam sua especificidade, principalmente a camponesa, sendo estas substituídas por processos industriais e pela penetração da industrialização na agricultura, através de métodos de aplicação de tecnologias para garantir o abastecimento do crescente mercado.

A economia camponesa seria superada pelo progresso técnico, processo levado pela burguesia rural, tanto a pequena como a grande, com a particularidade de que a última desempenha para ele, o papel mais importante.

Destarte, os camponeses seriam suprimidos pelas atividades industriais, por não deterem de parâmetros econômicos para concorrerem com as empresas capitalistas. Neste processo de modernização e desenvolvimento não teria espaço para unidades familiares de produção e o camponês seria um agente passivo, que apenas se submetia com passividade a estas determinações impostas pelo sistema.

Ao eleger essa premissa, procurou-se verificar em que medida a energia elétrica no campo produziu mudanças significativas no tipo de produção e nas condições de trabalho, uma vez que a chegada da eletricidade supostamente propicia maior produtividade agrícola com a introdução da irrigação, drenagem de áreas inundadas, conservação de produtos como hortaliças, frutas, leite e pescados. E o processamento inicial da produção pode agregar maior valor ao produto (CRUZ, 2004). Destaca-se que a maioria dos idosos entrevistados ainda exerce atividade laborativa, embora aposentado.

Os idosos da zona rural têm uma rotina de trabalho ainda baseada na agricultura e pesca, mesmo com o passar dos anos, ainda se envolvem no trabalho do cultivo do alimento, seja para sua subsistência como é o caso de mandioca, milho e poucas hortaliças e também para a comercialização de derivados: farinha, tapioca, tucupi. Entretanto, quando não possuem mais energia para a lida na roça, a sua rotina de vida diária se altera sobremodo, permitindo aos seus descendentes a manutenção da criação dos pequenos animais e da roça.

É nesse aspecto que se direciona a análise desse item, ou seja, ao se falar sobre “energia elétrica”, levanta-se sua dimensão relativa à vida social.

Ao questionarmos os idosos residentes na **comunidade do Maranhão** acerca das atividades produtivas e dessas quais ainda realiza obtivemos as seguintes respostas: agricultura familiar e prática do plantio exclusivo da mandioca, essa última recebendo críticas do entrevistado “só querem plantar maniva, só maniva” (mandioca), conforme sinalizado no quadro a seguir.

Quadro 20 - Tipo de atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, segundo os entrevistados – Comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Agricultura familiar	Nossos filhos trabalham pra venda ainda e agora a gente não vai mais lá pra roça. Ninguém pode mais andar mais muito longe. A ajuda que a gente dá pra eles é só incentivo, conversação [...]. (Idoso 4 e 5)
	No nosso terreno nós temos mandioca, nós temos a castanha, tem a manga, cupu, açaí, tem a bacaba, tudo isso nós temos, graças a Deus. É só pro nosso consumo. Com a energia elétrica não melhorou a produção, não. (Idoso 7 e 8)
Crítica ao plantio exclusivo da mandioca	Trabalho que o povo exerce e tá acostumado é o trabalho com mandioca, pé de moleque. Quase nem farinha a gente faz aqui. "olha, infelizmente nós não temos terreno aqui eu já não posso mais trabalhar porque se não, eu ia fazer roçado, plantava maniva, banana, a cana, jerimum, melancia, milho, um ajudava o outro. Mas só querem plantar maniva, só maniva! Quer dizer que quer comer uma melancia vai ter que comprar na cidade, quer comer um jerimum, tem que comprar na cidade, quer comer uma banana, tudo é na cidade. Aqui a senhora pode correr pra comprar um cacho de banana não vai encontrar porque o pessoal não sabe trabalhar, só trabalha em um no produto, depois que tem tanta a terra [...]. (Idoso 6)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No caso da Amazônia brasileira é comum a presença de unidades de base familiar com diferentes cadeias produtivas, cuja dinâmica de produção resguarda uma lógica própria, baseada no atendimento de suas necessidades de subsistência, principalmente alimentar. As culturas praticadas estão de acordo com as características de cada território (terra firme ou de várzea), articuladas a saberes específicos, ditos tradicionais. Ao tratar sobre segurança alimentar, Silva defende que:

A produção de alimentos e as possibilidades de construção da segurança alimentar e nutricional em uma sociedade que se caracteriza por fortes desigualdades, como é a brasileira, requerem a opção efetiva pelo radical redimensionamento da estrutura fundiária, para redemocratizar o acesso à terra, e, ao mesmo tempo, requerem a firme decisão de promover a agricultura familiar enquanto forma socialmente eficaz para produzir riqueza e bem-estar. Mas, essa opção pressupõe uma concepção específica de agricultura, uma percepção coletiva de sociedade civil e uma postura clara do Estado, traduzida em políticas públicas e em ações efetivas que favoreçam e estimulem o desenvolvimento das condições de vida no campo, em seus múltiplos aspectos, econômico, social, espiritual e político (SILVA, 2006, p. 62).

Na **comunidade São Benedito**, as falas dos idosos apresentam os seguintes destaques: a produção voltada para a pequena criação de gado (pecuária); produção de derivados de farinha e pescaria, atividades típicas dessa região que concentra um efetivo de rebanhos de 18.428 cabeças de bovinos e 1.720 cabeças de bubalinos (IBGE, 2010).

Apesar dos idosos não mencionarem, na comunidade há vários lotes de terra, com grande plantação de hortaliças (figura a seguir). O presidente da comunidade nos informou se tratar de iniciativa de alguns moradores [não idosos] esse plantio, o maior destino da produção é a sede do município.

Apenas 1 informante afirmou que a energia contribuiu para a conservação da produção da carne abatida (carne armazenada em refrigerador), ao comparar o quantitativo de sujeitos (os demais idosos não notaram diferença da chegada da energia elétrica com a produção) que afirmaram ter continuado na mesma com a resposta daquele que afirmou ter ocorrido uma diferença bastante significativa.

Quadro 21 - Tipo de atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, segundo os entrevistados – Comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Pecuária (criação de gado)	Nós temos um gado. Quando a gente tem a necessidade, a gente vende uma, duas cabeças. Se não, a gente mata, traz pra casa, pra comer. Depois da energia melhorou muito pra criar gado, porque dá pra cortar carne e guardar na freezer. As vacinas a gente agasalha no nosso freezer. Quando a gente compra, fica no freezer até o dia que a gente vai fazer a vacina. Antes quando não tinha energia, a gente trazia no gelo e pegava o veterinário pra vim fazer o trabalho. (Idoso 11 e 12)
	A gente tem gado. A gente tira um lucrozinho, agora dá trabalho também. Trabalho é toda hora, é toda hora o cidadão tem que tá em cima, tratando dele como trata quase de um filho, porque se ele deixar vai embora, o filho também cai com fome, assim que é. Mas a gente tem que ter, porque se não tem, a gente fica com fome. Quando a gente vende é a cabeça viva. Chega lá no açougue e diz: "eu tô vendendo um boi de 100 quilos, 220 quilos" e, entrega pra ele [...].(Idoso 14)
Produção de farinha e derivados	Lá no quintal é a farinha, é a goma. Tirei um dinheiro, mandei tirar madeira, mandei fazer a cozinha, comprei o forno e coloquei aí no quintal. Só vai pegar lá, a mandioca pra poder fazer a farinha. Essa farinha é só pro consumo. Só o que a gente vende é a goma, a massa das coisas que a gente faz e, o molho (tucupi). A gente vende em Boa Vista dos Ramos. (Idoso 17)
Pescaria	Eu trabalho com pescaria. Nós 'vendia' (sic) naqueles barcos paraenses. Se não vende, a gente come tudo e reparte com os outros que ajudam a pescar. (Idoso 17)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 21: Produção de hortaliças na Comunidade São Benedito



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade Santa Tereza**, os informantes apresentaram a seguinte dimensão da produção em sua comunidade, conforme quadro a seguir: a agricultura familiar. O cultivo das plantações continua sendo marcado pelo trabalho familiar, não sendo mais utilizado com grande intensidade a ajuda mútua e a produção de farinha com o cultivo de frutas. O escoamento da pequena produção é na própria comunidade, a qual também não sofreu alterações significativas após a eletrificação rural.

O Programa Luz para Todos tem entre seus objetivos a proposta de incentivar a agricultura com apoio técnico, além da dificuldade de escoamento e da distância da comunidade do centro consumidor (sede do município de Barreirinha), no entanto, não foi observado em pesquisa de campo apoio ou assistência técnica por parte do Estado.

Quadro 22 - Tipo de atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, segundo os entrevistados – Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Agricultura familiar	É só bananinha que eu planto no quintal. (Idoso 19)
	Eu planto no nosso terreno: batata, jerimum, maxixe. Essa produção é só pra comer mesmo, pra despesas de casa. Tem uns que a gente vende porque vem as pessoas comprar. (Idoso 20)
Produção de farinha e cultivo de frutas	Eu já não posso trabalhar tanto. Eu fico em casa, como doente. Meus filhos fazem farinha e eu ajudo a descascar a mandioca. A farinha, vamos vendendo aqui mesmo. Tem umas frutas que a gente guardava as polpas na nossa freezer que já ‘escangalhou’. (Idoso 21 e 22)
	Farinha, roça é a única coisa que a gente tem aqui. A gente vende aqui na comunidade mesmo. (Idoso 23)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A agricultura de subsistência é mencionada nas falas dos idosos das três comunidades, em que a geração dos produtos destina-se primeiramente para o consumo da própria família. O excedente agrícola é comercializado ou negociado através da troca de outros produtos. Dos 30 idosos entrevistados nas comunidades, apenas 02 indicam exercer atividade diferente da atividade de agricultura, porém, apenas 05 idosos dizem comercializar a sua produção.

A mão de obra utilizada é familiar tanto no preparo das áreas a serem cultivadas quanto no plantio e colheita, existindo sistemas de mutirões no preparo de áreas de grande extensão.

A cultura de subsistência com fruticultura regional é um modelo largamente difundido em áreas ecológicas que compreendem várzea baixa e alta e, às vezes, faixas de terra firme. A produção é repartida entre os produtos de subsistência e produtos para o mercado. Basicamente a produção de frutas é destinada ao mercado. Na produção de subsistência domina a mandioca e a macaxeira com fabricação da farinha que lhes corresponde, podendo, eventualmente, gerar um pequeno excedente comercializável. Na produção para o mercado domina a banana, seguida de outras frutas regionais (manga, jenipapo, cupuaçu).

Essas atividades eram complementadas pela pesca artesanal e artesanato doméstico. Eram utilizadas técnicas simples, sobretudo na fabricação de farinha e seus derivados (tapioca, beiju, pé-de-moleque, tucupi, goma), com organização rudimentar em relação à distribuição das tarefas e divisão do tempo entre as várias atividades produtivas (SALAZAR, 2006, p. 196).

Figura 22: Idosa na produção de farinha na comunidade Santa Tereza.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Cabe pontuar que em todas as comunidades foram encontrados o perfil do idoso aposentado que ainda trabalha. Essa tendência expressa uma tendência mais geral que se confirma em razão da grande maioria de aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) receber valores baixos, que vão diminuindo a cada ano, porque a atualização desses valores não corresponde a inflação real. Vão, portanto, perdendo seu poder aquisitivo. Só quem ganha o salário mínimo tem seu valor atualizado. As demais faixas de aposentadoria estão desvinculadas do salário mínimo e vão ficando defasadas. Não resta ao aposentado outra saída, a não ser tentar se engajar novamente no trabalho ou se manter na mesma ocupação, como é o caso de alguns dos entrevistados. “Além do problema de defasagem do valor do benefício, que atinge os trabalhadores que recebem pelo INSS, outras grandes questões preocupam a sociedade brasileira, entre elas se situa a manutenção do próprio sistema previdenciário, que está sendo ameaçado” (BULLA; KAEFER, 2003, p. 6).

4.2.3 Acesso a Informação após a Eletrificação Rural

As comunidades pesquisadas, interligadas ao contexto nacional, regional e internacional, vivenciam algumas mudanças na vida cotidiana, a partir da implantação do Programa Luz para Todos. Diga-se algumas inevitáveis, dentre as quais a aquisição de diversos eletrodomésticos. Cabe notar, também, que no sistema anterior alguns comunitários

já faziam uso de equipamentos elétricos, sendo o mais comum a televisão. Mas, a aquisição antes era rara em decorrência do medo que os comunitários tinham em danificar esses equipamentos, pois o sistema local não suportava a sobrecarga.

A partir da implantação do PLpT, a compra de bens duráveis se intensificou. Dentre os entrevistados, 100% afirmaram ter adquirido algum tipo de equipamento para a sua informação (televisão ou rádio), sendo a televisão a mais citada. Há clara preferência das informações advindas dos canais de televisão, embora o rádio ainda permaneça sendo utilizado como meio de informação, principalmente na comunidade do Maranhão (Quadro 23). Isso é fortemente observado nos quadros a seguir:

Quadro 23 - Meios de informação mais utilizados e programação de maior preferência dos entrevistados – Comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Preferência por informação via rádios locais	Me informo pela rádio, pela televisão, mais pela televisão. Assisto jornal, futebol, filme. (Idoso 1 e 2)
	Eu gosto mais do rádio pra me informar. A televisão, às vezes eu assisto de noite, o jornal, vejo uma novelazinha. (Idoso 4 e 5)
	Eu gosto muito de rádio. A gente ouve as emissoras de Parintins. Na televisão a gente assiste o jornal. Às vezes eu gosto de uma novela. (Idoso 7 e 8)
	Eu gosto de escutar a rádio. Televisão eu só gosto de assistir: jornal, jogo, outras coisas eu não assisto. No rádio escuto tudo, aviso, notícia, essas coisa. (Idoso 6)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quadro 24- Meios de informação mais utilizados e programação de maior preferência dos entrevistados – Comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Preferência por informação via televisão	Televisão, mas deu uma queda de energia e queimou. Eu assisto jornal, assisto a novela. (Idoso 11 e 12)
	Televisão e o rádio também. Escutando o movimento que tá dando na cidade e por aí por fora. Televisão também. Gosto de jornais, novela. (Idoso 13)
	Televisão passa muita coisa boa. Assisto mais televisão e só no jornal. (Idoso 14)
	A televisão ela mostra toda a imagem e o rádio é só pra escutar. Eu gosto do jornal. (Idoso 17)
	Eu tenho mais é televisão. Esses programas que dão exemplo pra gente. (Idoso 17)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quadro 25 - Meios de informação mais utilizados e programação de maior preferência dos entrevistados – Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Preferência por informação via televisão (jornais)	Televisão. Rádio não escuto muito porque a gente não tem. (Idoso 18)
	Tem rádio aqui, tem televisão, a gente assiste o jornal a noite. (Idoso 19)
	Televisão eu gosto de ver a Ana Maria Braga e o jornal. (Idoso 20)
	Só tenho um rádio pequeno. Ouço música, missa. Televisão, eu ainda não comprei. (Idoso 21 e 22)
	Televisão. Novela, jogo, jornal. Da novela eu não sou muito amante da novela, mas eu gosto do jornal, a gente assiste alguma coisa de fora, a gente do que tá acontecendo pra fora. (Idoso 23)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A TV aberta tem como característica dupla ser fonte de lazer e também de informação para a maioria da população. Constitui-se pela possibilidade de acesso a informações imediatas sobre acontecimentos de diferentes pontos do planeta. Ao mesmo tempo, porém, é um meio de comunicação que prevalece o sentimento de invasão do espaço privado e suas intimidades no cenário público numa ampliada interação com os espectadores, introduzindo uma nova discussão com relação aos modos de existência do público e do privado em nossa sociedade. Bauman (2002), ao tratar sobre “Moral privada, mundo imoral”, assinala que nos programas televisivos há fortalecimento do privado em sua privacidade em sua dimensão da super exposição da vida íntima e pessoal. Segundo o autor:

Lo “privado” ha invadido el escenario que había de ser público, pero no para interactuar con lo “público”. No siqueira cuando se discute ante el público adquiere lo “privado” uma nueva cualidad; si acaso, lo “privado” ve fortalecida su privacidade. Las tertulias televisadas de “gente corriente”, “exclusivos” de la prensa sobre la vida privada das estrellas del mundo de espectáculo, políticos y otras celebridades, son lecciones públicas acerca de la vacuidad de la vida pública y da vanidad delas esperanzas puestas em todo lo que sea menos privado que los problemas privadas y los remedios privados. Los solitarios individuos entran hoy en el ágora y no se encuentran más que con otros que están tan solos como ellos. Vuelvem a casa tranquilizados y con su soledad reforzada.” (BAUMAN, 2002, p. 231).

A televisão, vista antes apenas como veículo, tornou-se forte disseminadora de cultura e ideologia ao longo de sua trajetória. Na medida em que a televisão se desenvolveu, o público “cresceu” junto com ela, agregando valores ‘televisivos’ ao meio social. A TV moldou hábitos, criou linguagens, instigou o consumo, ditou moda e desenvolveu uma cultura

que é recebida e disseminada por seus telespectadores dia a dia. A TV é facilmente entendível, por isso tem grande influência nos indivíduos - telespectadores que, até mesmo sem perceber, incorporam características em seu meio; características estas que lhe são passadas através da televisão (JESUS; RESENDE, 2013).

A sociedade urbana e capitalista é apresentada a esses agentes como o resultado de um progresso. A ligação com a cidade, a interligação com o mercado, a imposição da mídia para absorção da cultura globalizada tem inserido essas populações na economia de mercado, sem dar possibilidades para que elas reflitam sobre esse jogo de interesses, conflitos e desigualdades. A modernização é útil para as comunidades, mas é necessário que haja adequações para cada realidade, de forma que elas não percam seu patrimônio cultural.

Cabe sublinhar que as mudanças ocasionadas na comunidade devido ao contato como urbano, processaram-se de forma gradual, no entanto, a energia significou o marco para a concretização desse processo de alterações, porém não trouxe respostas para superação das contradições que vêm acompanhadas com o desenvolvimento.

Ao contraponto dessa percepção está o entendimento que o acesso à informação e a construção do pensamento crítico são elementos básicos para o pleno desenvolvimento da participação política da população. A eletrificação rural, neste contexto, contribui, de forma determinante, para o pleno desenvolvimento, pois o isolamento dos meios de comunicação e o desconhecimento das questões nacionais diminuem a possibilidade de uma participação política mais efetiva dessas populações nos processos decisórios. Destarte, a chegada da energia elétrica oportuniza um maior poder de escolha para os indivíduos, pois torna disponível um número maior de alternativas de geração de renda, de produção, de lazer e de consumo.

4.2.4 Convivência familiar e

a) Atividades comunitárias

Quanto à participação social de idosos, Teixeira (2008) destaca que essa dimensão não se define pela capacidade de transmitir conhecimentos, mas, de aprender a viver essa fase, de tomar atitudes de mudanças de hábitos, de relacionamento, de socialização, dentre outras que “dependem do indivíduo e da sua motivação para participar” (Ibid., p. 186).

Na **comunidade do Maranhão**, os idosos apontam que sua participação comunitária está ligada às atividades religiosas (missa). Esta atividade é ressaltada por um dos idosos como uma atividade que sofreu alterações em razão da energia elétrica disponível,

oportunizando a leitura (litúrgica) durante os encontros. A participação nas atividades comunitárias (reuniões) também é apontada, quando há convocação para as mesmas. É interessante notar em uma das falas de um idoso, o dever da participação e do comprometimento com as questões administrativas da comunidade, coaduna com a afirmação de Teixeira (2008) sobre a motivação individual para participar de atividades sociais.

Quadro 26 - Atividades sociais e comunitárias mais frequentadas pelos entrevistados – Comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Atividades religiosas e comunitárias	Participamos, na igreja (missa), em reunião comunitária. Com a energia melhorou até pra fazer a leitura na missa. (Idoso 1 e 2)
Participação frequente nas reuniões comunitárias	A gente vai, quando tem reunião. (Idoso 4 e 5)
	Nós participamos das reuniões de comunidade. Hoje não temos nenhuma função na comunidade, mas já fomos presidente da comunidade por três vezes. (Idoso 7)
	Todo movimento que tem a gente está no meio, está junto. (Idoso 6)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade São Benedito**, os destaques dos idosos sobre sua participação nas atividades comunitárias também se relacionam com atividades da Igreja Católica, o que demonstra uma forte interação da vida social dos idosos com as atividades religiosas. Dos idosos entrevistados nessa comunidade, os mesmos destacam que não participam ativamente das reuniões comunitárias como antes, principalmente em decorrência de problemas físicos e falta de tempo.

Quadro 27 - Atividades sociais e comunitárias mais frequentadas pelos entrevistados – Comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Participação nas atividades da igreja	Participo da igreja sim e, das reuniões da comunidade. (Idoso 11 e 12)
	Na igreja estou indo porque quase esqueço minha reza, mas estou voltando a me lembrar. (Idoso 14)
Pouca participação nas atividades comunitárias	Não, participo, porque não posso sair por causa da minha vista. (Idoso 13)
	Não, agora eu parei mais um pouco de ir para a igreja. Depois que eu adoeci, não tenho mais andado por aí. Às vezes eu vou para as reuniões com os comunitários. (Idoso 17)
	Agora eu não tô quase indo para a igreja. Eu já ajudei lá a fazer, cavar pra armar a igreja Assembleia de Deus. Eu participava das atividades da comunidade, mas agora não estou indo, não tenho nem tempo pra ir nessas reunião, demoram um

	'bocado' e a gente tem trabalho pra fazer. (Idoso 17)
--	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade Santa Tereza**, os idosos apontam que participam ativamente nas atividades da Igreja (católica) e das reuniões comunitárias.

O Estatuto do idoso não possui na sua redação artigos específicos (somente o Art. 3º⁴⁸ que agrupa uma série de obrigações) que abordem a questão da convivência familiar e comunitária. Todavia, percebe-se que os novos arranjos familiares e aumento da longevidade têm demandado maior ênfase na discussão acerca da relevância da população idosa ter garantido a convivência familiar e comunitária como uma maneira de ter uma velhice sadia e independente.

Quadro 28 - Atividades sociais e comunitárias mais frequentadas pelos entrevistados – Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Participação ativa nas atividades da igreja e comunidade	Participo na igreja porque não tenho companhia pra me levar. (Idoso 18)
	A gente vai na igreja, dia de domingo. E nas reuniões comunitárias a gente vai às vezes. (Idoso 19)
	Na igreja a gente faz uma parte, ajuda a construir. Tem uma igreja que esse ano a gente vai ver se a gente faz essa parte da frente. Quando tem reunião de moradores a gente vai também. (Idoso 21 e 22)
	Eu sempre frequento a igreja porque tem a animação da juventude. E na comunidade também (Idoso 23)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Roberto DaMatta (1997) explica que as festividades carnavalescas, cívicas e **religiosas** são formas de ritualização que expressam a “visão complexa e múltipla” que o Brasil tem de si mesmo como sociedade, indicando, então, três formas pelas quais o brasileiro constrói imagens sobre si. No mundo do carnaval e da **religião** construímos imagens de nós, como confiantes e criativos, cheios de esperança no futuro; no mundo político, a imagem predominante é a do pessimismo e da desconfiança. É destacado como fundamental o valor

⁴⁸ É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

positivo dado a esses prismas distintos, ou seja, no Brasil, não só é positiva a imagem da esperança carnavalesca, mas também a malandragem institucionalizada como uma forma de representação. Para o autor, essa ritualização é uma chave importante na compreensão de nosso universo simbólico, pois ela exprime a complementaridade de que é feita nossa vida social que permite compensações entre essas esferas diferentes (DAMATTA, 1997).

b) Convivência familiar e comunitária

No que se refere a solidariedade contrerrânea e parental essa é entendida por Sposati (1985) como condição primeira para a sobrevivência e a existência de famílias em situação de pobreza, já que a família nuclear é quase subsumida pela família ampla, formada por contrerrâneos. Dessa maneira entendemos que a convivência familiar entre os mais pobres é garantida a duras penas como estratégia indispensável à sobrevivência material e afetiva. Ou seja, na ausência da família parental, os laços de solidariedade entre vizinhos, amigos e pessoas próximas podem garantir a proteção dos indivíduos. Nesse entendimento, nota-se que os idosos entrevistados, das comunidades do Maranhão e São Benedito, vivenciam essa realidade, visto que a maioria tem seus filhos residindo nas sedes dos municípios.

Na **comunidade do Maranhão**, os idosos apontam que o convívio com os filhos é bom, apesar de ocasional em razão dos mesmos residirem nas cidades. O relacionamento com os comunitários também é apontado como amistoso.

Quadro 29 - Percepção dos entrevistados sobre o seu convívio familiar – Comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Filhos que moram em outra cidade e bom relacionamento na comunidade	Nosso convívio é com vizinhos. Nossos parentes são difíceis de virem nos visitar. Só em época de férias. (Idoso 1 e 2)
	Até agora está indo bem. Nossos filhos vêm aqui, nós vamos lá (Manaus). (Idoso 4 e 5)
	Graças a Deus, nos damos bem com nossos filhos. Eu prefiro que eu vá daqui, mas do que eles virem de lá (Manaus). (Idoso 6)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade São Benedito**, os idosos também apontam que apesar dos filhos não residirem na comunidade, mantêm um relacionamento bom com os mesmos, assim como com

seus vizinhos. Apenas um idoso destaca que o relacionamento com os filhos é distante, o que resulta um certo isolamento e solidão.

Quadro 30 - Percepção dos entrevistados sobre o seu convívio familiar – Comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Filhos que moram em outra cidade e bom relacionamento na comunidade	Meus filhos vêm de lá e a gente vai daqui. Muitos anos que nós moramos juntos aqui, não se vê confusão com vizinho e nem com vizinha. (Idoso 11 e 12)
	Bem, graças a Deus. Graças a Deus não persigo eles (vizinhos), eles também não me perseguem. (Idoso 13)
	Meus filhos estão bem. A comunidade também se entende. (Idoso 14)
	Até que os vizinhos são bons comigo [...]. (Idoso 15)
	Graças a Deus tudo bem. Eu não vivo de confusão com nenhum dos meus vizinhos da comunidade. Não tenho o porquê, nem eles comigo com certeza. (Idoso 17)
Relacionamento distante com os filhos	Não é muito bom com os filhos, mas vai levando. Eles vêm pouco aqui. Com os vizinhos vai bem. Até que eu não brigo muito com eles não. (Idoso 17)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade Santa Tereza**, os entrevistados ressaltam o bom convívio familiar bem como a possibilidade que a energia elétrica proporcionou para atividades noturnas na comunidade e também para uma permanência maior na comunidade. A relação que o idoso faz com as melhorias nas relações familiares e a energia elétrica aponta para os efeitos no êxodo rural, uma das propostas iniciais do PLpT.

Quadro 31 - Percepção dos entrevistados sobre o seu convívio familiar – Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Bom convívio familiar e possibilidade de atividades noturnas e maior permanência na comunidade	Graças a Deus, estamos vivendo bem. (Idoso 19)
	Melhorou mais um pouco mais. Não saia muito a noite não. À noite quando não tinha luz, as pessoas não saiam, agora que tem luz (...). Eu só saio pra aula, quando tem aula a noite. (Idoso 21 e 22)
	Graças a Deus, minha família é bem unida. Mudou muito com a energia até nisso, melhorou. O povo fica mais aqui, não tem necessidade ir muito para Barreirinha. (Idoso 23)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme salienta Lima e Vasconcelos (2013, p. 183), “os seres humanos, em seus grupos sociais, são dependentes dos espaços e recursos naturais de um território”, para os idosos da Comunidade Santa Tereza, o PLpT trouxe impactos sociais e culturais, já que a possibilidade de locomoção noturna melhorou a vivência e convívio familiar não privando suas condições de convivência, em larga medida, para os idosos fortaleceu seus laços familiares e comunitários.

A redução dos problemas de solidão, a intensificação dos contatos sociais e o desenvolvimento de novas capacidades em idade mais avançada são metas possíveis de serem aplicadas através de programas socioassistenciais⁴⁹ de Convivência de Fortalecimento de Vínculos⁵⁰, no entanto, não foi observada em nenhuma comunidade serviços de proteção social básica, apontando a inexistência da implementação da Política Pública de Assistência Social em áreas rurais amazônicas.

4.2.5 Nível de consumo

Na procura pelo crescimento sempre está presente o sentimento de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente. É por isso que as nações perseguem o desenvolvimento (este como sinônimo de crescimento econômico) com o objetivo de acumular cada vez mais bens, sem, no entanto, se preocupar com os efeitos dessa acumulação desenfreada (CASTORIADIS, 1987).

Na visão de Harvey (1996), o capitalismo, para manter seus mercados, se viu forçado a produzir desejos e estimular sensibilidades individuais para criar uma nova estética que superasse e se opusesse às formas tradicionais de alta cultura. Ele percebe a propaganda como a arte oficial do capitalismo, pois além de mediar a relação entre a cultura e a economia, atua de maneira crucial na construção dos valores e hábitos de vida, como o individualismo e o consumismo.

⁴⁹De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS38 n.º 109/2009) os mesmo se configuram como um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

⁵⁰Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são considerados Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o serviço para crianças até 6 anos, o serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) e o serviço para idosos (Resolução CNAS n.º 109/2009).

Mesmo com tanta controvérsia, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, para alguns é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida.

Procuramos entender, através do questionamento aos entrevistados sobre o nível de consumo após a eletrificação, se o mesmo aumentou e a percepção dos idosos sobre necessidades materiais. A rede de distribuição de energia elétrica oficial incentiva a aquisição de eletrodomésticos e influencia na aquisição de equipamentos com maior eficiência energética. Quando os entrevistados são questionados sobre existência do maior consumo de eletricidade após a instalação do padrão, as respostas são afirmativas e podem ser identificadas com o maior consumo de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Na **comunidade do Maranhão**, os idosos apontam que, após a eletrificação rural, passaram a consumir sobremaneira equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos (produtos ligados ao entretenimento e conforto).

Quadro 32 - Principais produtos adquiridos pós-eletrificação rural e “necessidades” de consumo elencados pelos entrevistados – Comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Produtos ligados ao entretenimento e conforto	Compramos televisão, liquidificador, ventilador, freezer, rádio, um ‘sonzinho’ e uma caixa de som. Tenho desejo de comprar uma caixa de som bem grande, uma máquina de lavar, um ferro de passar, que não tem. (Idoso 1 e 2)
	Adquirimos geladeira, televisão, aparelhinho de som, um ferro só, mas ainda não foi usado nenhuma vez [...], liquidificador, ventilador, mas é difícil a gente usar. (Idoso 4 e 5)
	Televisão, depois foi a geladeira. Ainda quero comprar um ventilador, porque no tempo do verão é muito quente e uma antena parabólica pra ver bem nítido, tipo espelho, a imagem. (Idoso 7 e 8)
	Primeiro foi uma televisão, nós já tínhamos essa televisão antes de chegar o Luz para Todos. Depois minha mulher se agradou de uma grande. Depois eu comprei uma geladeira, comprei não, as minhas filhas que perguntaram: "Papai, já tem energia aí?" Eu disse: Já! E elas: "Dá pra aguentar noite e o dia?". Eu disse: Dá! Tá bom. "Então deixa, não se preocupe". Quando foi no outro, mês mandaram uma geladeira. A gente vai comprando: Ferro, ventilador, rádio também. Agora estou com vontade de comprar um freezer, embora que não seja grande, porque a luz estando boa, dá pra aguentar até quatro dias. (Idoso 6)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade São Benedito**, os idosos apontam que o consumo dos seguintes produtos: ligados ao entretenimento e conforto (geladeira, televisão, máquina de lavar roupa);

alguns apontam a necessidade de compra de equipamentos para atividade laborativa (máquina de costura) e os demais destacam que os produtos já adquiridos já suprem suas necessidades.

Quadro 33 - Principais produtos adquiridos pós-eletrificação rural e “necessidades” de consumo elencados pelos entrevistados – Comunidade São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Produtos ligados ao entretenimento e conforto	Eu só tinha mesmo o rádio de pilha, agora já tenho geladeira, a televisão, quer dizer que, depois que a luz chegou já tenho essas coisas. Tenho ferro elétrico, batedeira, máquina de lavar roupa. Então quer dizer que isso melhorou muito. (Idoso 14)
Produtos de entretenimento/ conforto e necessidade de compra de equipamentos para atividade laborativa	No tempo que veio a luz, agora, depois de eu me aposentar, já comprei um aparelho de som pra me divertir, televisão, geladeira, fogão, cama, cômoda, ventilador e máquina de costura. Era a minha vontade, não era hoje não. Eu disse: "só se nunca um dia eu passar sem dinheiro não comprar uma máquina de costura elétrica". Eu tinha muita vontade de ter máquina. (Idoso 17)
Produtos adquiridos já suprem e satisfazem suas necessidades	Compramos geladeira, freezer, ventilador, liquidificador. Máquina não tem porque escangalhou (danificou), a gente tá[sic] lavando na mão. Máquina de costura tem duas. Uma é elétrica e outra manual. O que já tem, a gente tá se dando bem.
	Geladeira, uma freezer, televisão, rádio, liquidificador, máquina de lavar. Não. Satisfeita com que já comprei. (Idoso 13)
	Comprei uma geladeira, um freezer, televisão, ventilador e liquidificador. Eu acho que a necessidade não dá mais pra tá comprando assim. (Idoso 6)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade Santa Tereza**, os idosos relataram que o seu consumo está ligado a compra de equipamentos de linha branca e de informação/entretenimento. Alguns idosos também demonstraram que o consumo de máquinas de costura (para a produção de vestuário) e geladeira (produção de picolés) possibilitaram a geração de renda extra para a família. A presença de equipamentos da linha branca nas residências incorporadas ao sistema de distribuição de energia elétrica aponta a presença do rural nesta indústria e reconstrói a dinâmica da geografia do consumo destes equipamentos no país.

Quadro 34 - Principais produtos adquiridos pós-eletrificação rural e “necessidades” de consumo elencados pelos entrevistados – Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Produtos ligados ao entretenimento e conforto	Compramos uma geladeira. Eu queria comprar era um fogão novo. (Idoso 18)
	Geladeira, rádio, televisão, um aparelhinho, liquidificador, ferro elétrico. Até que a vontade de comprar tenho, mas o negócio é que não tenho dinheiro. (Idoso 19)
Produtos ligados ao entretenimento e conforto e produtos ligados a produção de roupas e alimento	Compramos uma máquina de costura. Quando eu quero costurar uma camisa, uma blusa, uma calcinha, short, pra vender, eu uso na minha máquina. (Idoso 20)
	Eu comprei geladeira, um freezer, liquidificador, ventilador. Se Deus quiser, vou comprar uma máquina de lavar, eu queria comprar uma máquina de costura também, mas ainda não deu, agora eu quero comprar se Deus quiser. (Idoso 21 e 22)
	O que nós compramos primeiro foi uma geladeira, depois uma televisão. Geladeira que ‘nós faz’ um bocado de <i>flal (picolé em sacola)</i> todo dia sai muito (vende). Se Deus quiser, vou comprar um freezer. (Idoso 23)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O acesso à energia trouxe, como percebido, o fomento do mercado relacionado com a compra de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, nesse caso, 100% dos entrevistados das comunidades pesquisadas afirmaram ter adquirido esses equipamentos na sede dos municípios das comunidades pesquisadas.

Cumpram-se destacar que os apelos diários da mídia comercial divulgando propagandas chamativas incitaram o aumento da compra de bens duráveis, trazendo um estilo de vida que requer o uso de determinados equipamentos facilitadores do cotidiano, ampliando o tempo disponível para o lazer, ócio, capacitação/qualificação etc. Entretanto, o aumento do consumo da energia elétrica para as mais diferentes atividades exige o entendimento do comportamento e das formas de consumo da sociedade, para posterior orientação do consumidor final quanto à importância de saber utilizar eficientemente a energia.

Acredita-se que a política de universalização da energia elétrica pelo modo como vem sendo implantada, em especial na Região Amazônica, segue esse viés, não favorecendo a melhoria das condições de vida dos indivíduos, mas a inclusão desses na esfera do mercado de consumo. Isso porque não são dinamizadas estratégias favorecedoras da permanência dos cidadãos no mercado internacionalizado de modo independente, restringindo os indivíduos de sua autonomia, massificando-os e abstraindo-os de suas necessidades. As ações empreendidas acabam perdendo a conotação político-transformadora, produzindo uma proteção social frágil e incapaz de emancipar os indivíduos e retirá-los da situação de vulnerabilidade social a que estão expostos.

Figura 23: Residência (cozinha na parte interna) de um idoso na comunidade Santa Tereza



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No contexto da sociedade contemporânea, a noção de estilo de vida está muito arraigada com o abastecimento energético, pois a sociedade de consumo é alimentada por sistemas técnicos altamente requisitantes de energia para o seu funcionamento. O número crescente de aparelhos eletroeletrônicos e as facilidades de compra desses equipamentos no mercado têm contribuído para o aumento explosivo da demanda da sociedade por energia elétrica nos seus diversos setores (residencial, industrial e de serviço).

Essa realidade apoia-se na maneira como a lógica cultural, expressa pelo pós-modernismo, contribuiu para a consolidação do regime de acumulação flexível e fortaleceu o capitalismo financeiro. A contribuição se deu por duas formas: A primeira se desenvolveu na esfera da produção e do consumo, a partir da inauguração da produção de bens cujo tempo de vida útil é curto, ou seja, caracterizam-se por serem descartáveis e de consumo instantâneo. E a outra forma se deu pela necessidade dar vazão a produção acelerada, a partir dos estímulos para esse consumo, com a criação de uma vultuosa indústria da propaganda, que cria necessidades em torno de determinados produtos.

De acordo com Harvey, uma estética cultural que “celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 1996, p. 148) é utilizada para potencializar o consumo. Essa circularidade do tempo do modo de produção e consumo acelerado, gera aumento da lucratividade.

É perceptível nesse estudo, o reduzido número de beneficiados interessados na geração de renda. São poucos os idosos que utilizam o acesso à energia elétrica para aumentar a renda familiar. Em geral, a energia elétrica é para o rádio, a iluminação, a refrigeração, o entretenimento.

Outro aspecto da demanda econômica é a dinamização de determinados setores econômicos após iniciar universalização do acesso à energia elétrica.

Se, por um lado, o PLpT pode ser instrumento para dinamizar a renda da família rural, por outro lado, a política de universalização tem contribuído com a dinamização de alguns setores industriais. A indústria de postes, transformadores e cabos de energia são fornecedores da infraestrutura prima para implementação do PLpT; e a indústria de equipamentos linha branca atende aos anseios familiares referentes ao consumo de eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

E para os idosos residentes em áreas rurais? O que de fato a energia elétrica modificou em seu cotidiano? Quais aspectos do envelhecimento estão presentes nas alterações promovidas pela inserção e implementação do PLpT nas comunidades pesquisadas. É o que se pretende discutir no tópico a seguir.

4.3 Eletrificação Rural e Envelhecimento no campo

4.3.1 A percepção dos idosos sobre o Programa “Luz para Todos”

O Programa Luz para Todos deve estar em consonância com as demais políticas da esfera federal e dos estados referentes à questão do desenvolvimento rural no âmbito econômico e social. Conforme o planejado, o segmento social rural teria a oportunidade de utilizar a energia elétrica como vetor de desenvolvimento local no âmbito econômico, social e cultural. Com essa iniciativa, o governo esperava assegurar não só o suprimento de energia elétrica no campo, como também garantir a geração de renda através do aumento da produção agrícola, de modo a propiciar a inclusão social dos beneficiados e, assim, alavancar o desenvolvimento local (MME, 2004).

Entretanto, a pesquisa aponta que nas comunidades pesquisadas, a inserção da energia elétrica não garantiu o aumento da geração de renda e não contribuiu para aumentar o nível da produção agrícola.

A proposta de universalizar o acesso à energia elétrica a curto prazo, visando à promoção do desenvolvimento local e a correção das desigualdades reveladoras de um quadro

social perverso, é no mínimo ousada e complexa. A concepção estrutural do programa é bastante positiva ao prever o atendimento do conjunto da população excluída do acesso à energia elétrica. A preocupação com a eficiência energética, a atenção dada ao aumento da produção e da produtividade e a melhorias no acesso a outros bens e serviços sociais públicos são outros aspectos positivos do Programa.

Entretanto, na prática o Programa não está conseguindo corresponder àquilo que o discurso político propõe (descrito no Manual de Operacionalização do Programa de Universalização do Acesso e Uso da energia Elétrica), em especial na Amazônia, como será discutido nos itens, a seguir, que tratam sobre as expectativas dos idosos em torno da distribuição e o abastecimento da energia elétrica expectativas essas analisadas do ponto de vista se foram correspondidas ou não após a eletrificação rural.

- **Expectativas em torno da distribuição e abastecimento com a chegada da energia elétrica de forma permanente**

Batista (2007) ao tratar sobre o problema do desenvolvimento econômico na Amazônia ressalta que “o desejo de melhorar e possuir, que se expressa através da esperança e expectativas crescentes, quando encontra correspondência na expansão das forças criadoras abre o horizonte a cada nova geração que chega” (BATISTA, 2007, p. 548). Nesse sentido, questionamos aos idosos quais eram suas expectativas com a chegada da energia elétrica, visto que o Programa na fase de implantação levantou a possibilidade da energia elétrica ser um vetor de desenvolvimento econômico e social.

Na **comunidade do Maranhão**, os idosos destacam que, ao tomarem ciência da chegada da energia elétrica do PLpT na sua comunidade, criaram a expectativa de compra e utilização de eletrodomésticos que facilitariam seu cotidiano, principalmente com a aquisição de geladeiras (quadro 35). A expectativa em torno das melhorias para a sua comunidade e para si mesmo é evidenciado nas falas, tanto dos idosos dessa comunidade quanto da **comunidade Santa Tereza** (quadro 37).

Para Camargo (2008), a energia possibilita a extensão do dia para atividades de estudo, lazer, integração social. A saúde é beneficiada, na medida em que fontes outras de iluminação (a querosene, vela, diesel etc.) podem ser eliminadas. A possibilidade de conservação de alimentos em geladeiras ao invés de antigas técnicas (como a de salgar as carnes, por exemplo) garante uma melhor qualidade da alimentação e uma vida mais sadia.

Quadro 35 - Expectativas dos entrevistados em torno da chegada da energia através do Programa Luz para Todos – comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
<p>Uso de eletrodomésticos</p>	<p>“Nós ficamos alegres, satisfeitos porque ia ter a luz, poder tomar uma água gelada, conservar o alimento”. (Idoso 1 e 2)</p> <p>“A gente ficou alegre por nós sabermos que ia melhorar. Antigamente a gente dizia assim: "olha, o fulano tem uma geladeira ali". A gente achava impossível de termos a da gente.” (Idoso 7 e 8)</p>
<p>Possibilidade de melhorias futuras</p>	<p>“Pelo que a gente passava, era muito difícil, então melhorou muito”. (Idoso 6)</p> <p>“Mais a gente ficou muito satisfeito, alegre. Eu fui um que fiquei, que eu digo: "graças a Deus vai melhorar a situação pra nós". De qualquer maneira, melhorou, mesmo que ela falhe”. (Idoso 4 e 5)</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade de São Benedito**, alguns idosos retrataram, como descrito no quadro a seguir, a expectativa no consumo de eletrodomésticos, o que coaduna com as expectativas trazidas pelos idosos da comunidade do Maranhão. No entanto, chama a atenção o fato de um idoso ter demonstrado a sensação dúbia de satisfação pela novidade da chegada da energia elétrica, mas também sua preocupação quanto ao esquecimento das “coisas” peculiares ao interior, seu modo de vida e pensar.

Quadro 36 - Expectativas dos entrevistados em torno da chegada da energia através do Programa Luz para Todos – comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
<p>Consumo de eletrodomésticos</p>	<p>“A gente ficou alegre porque pelo menos ninguém ia mais usar lamparina. Podemos comprar uma geladeira, guardar um peixe, já podemos comprar freezer, televisão [...] Porque nesse tempo ninguém tinha, por quê? Porque não tinha a energia pra ligar”.(Idoso 11 e 12)</p>
<p>Sentimento de satisfação pelo novo e melancolia pelo antigo deixado para trás</p>	<p>“A gente ficou uma parte satisfeita pelas coisas e outra parte sentido, porque já sentindo por não ter aquelas ideias de antes. Tem muita coisa que a gente não tem mais lembrança da nossa comunidade, da nossa família. Do jeito como a gente vivia no interior”. (Idoso 14)</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A novidade no uso e consumo de eletrodomésticos para os idosos 11 e 12 demonstra que a facilidade da energia elétrica propiciou aos idosos o abandono do uso das lamparinas

para a iluminação das casas, sendo que isto é percebido como avanço positivo. No entanto, a fala do idoso 14 remete um sentimento de perda daquilo que ele considerava importante no passado e até mesmo uma melancolia pela perda das suas memórias e costumes sejam eles relacionados a sua comunidade, como relacionados com a sua família. Hobsbawm (1984), como já mencionado anteriormente, destaca que na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” se caracterizam por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial.

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história (HOBSBAWM, 1984, p. 10).

Ao assumir o novo modo de vida, o idoso considera que a modernidade imposta pela distribuição da energia elétrica também faz com que a tradição das coisas do passado sejam, paulatinamente, abandonadas gerando assim um desconforto quanto a perda do jeito de pensar interiorano.

Quadro 37 - Expectativas dos entrevistados em torno da chegada da energia através do Programa Luz para Todos – comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Perspectivas de melhorias futuras	“Que vai melhorar ainda mais minha comunidade” (Idoso 18)
	“Feliz porque sabia que ia pra frente, fiquei alegre. A gente andava nessas casas era só luz, luz em todas as ruas. Só tá ruim quando vai embora a energia”. (Idoso 20)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

É fato inconteste para os idosos entrevistados que o acesso à energia gera elevação da qualidade de vida e se configura como conquista para suas comunidades. Pelo uso da energia elétrica os idosos e comunitários se apropriam de seu direito à dignidade e se apercebem de um sentimento de integração à sociedade de consumo.

• **Relação do “Programa Luz para Todos” com o desenvolvimento para a comunidade, na visão dos idosos**

Os informantes da pesquisa também foram questionados sobre o significado de desenvolvimento, os mesmos identificaram-no com crescimento econômico e populacional; acesso ao comércio, à luz elétrica, à água encanada, à educação, ao asfalto (ver figura 5, da condição das ruas), à medicações, aumento de oportunidades de emprego dentre outros aspectos. A partir dessa assimilação as próprias reivindicações locais já explicitam características do urbano.

Quadro 38 - Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade Maranhão.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Desenvolvimento X Crescimento populacional	A comunidade está crescendo porque quando não tinha luz, ninguém queria vir pra cá porque não tinha luz e agora não, o pessoal já vem, já querem morar aqui porque já tem luz. (Idoso 4 e 5)
Desenvolvimento ligado a melhorias na educação	Por uma parte trouxe, para a aula. De noite, primeiro não funcionava tecnológico, era só de dia. Já foi um benefício muito bom. (Idoso 7 e 8) Por uma parte trouxe, porque negócio de aula. Esses dois meninos aqui. De noite, primeiro não funcionava tecnológico, era só de dia. Já foi u benefício muito bom pra que estava (sic). (Idoso 9)
Ausência do cumprimento de promessas	Desenvolvimento foi pouco. Os homens prometem as coisas, mas não cumprem. Prometeram que iam trabalhar pra melhorar negócio da luz, pra fazer urbanização tudo legalizado, mas não fizeram nada disso. (Idoso 10)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Para Silva (2013), as estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo interessante em toda a sociedade: a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair. Segundo o autor, o que explica esse cenário é o incremento do emprego não agrícola no campo, até porque parte significativa dessa população passou a residir em áreas rurais próximas às grandes cidades do interior e da capital do Estado (SILVA, 2013, p.246).

Cumprir destacar, que o acesso às comunidades do Maranhão e de Santa Tereza são exclusivamente por transporte fluvial, porém há regularidade (diariamente) de embarcações que realizam o transporte para as sedes dos municípios. O custo das passagens variam em torno de R\$10,00 (dez reais) a R\$20 (vinte reais), um trecho. No entanto, ainda existem outras

formas de pagamento, como a troca da passagem por mercadorias (geralmente farinha e seus derivados).

Na **comunidade São Benedito**, um dos idosos entrevistados, ressalta que percebe o desenvolvimento em sua comunidade a partir das melhorias na educação (o acesso às aulas). No entanto, a maioria dos idosos destaca que o desenvolvimento percebido está associado à melhoria da infraestrutura na comunidade, principalmente no que se refere à água encanada. Vale ressaltar que um idoso aponta que a comunidade só se desenvolverá com solidez a partir do trabalho coletivo, que segundo ele, é inexistente. Destaca-se que não fora identificado organização sociopolítica⁵¹ estruturada na comunidade que mantém apenas a representação via presidente de comunidade que é responsável por encaminhar as demandas à sede administrativa do município.

Quadro 39 - Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Desenvolvimento X Educação	Sim, trouxe. Principalmente a aula das crianças que antigamente era difícil.
Desenvolvimento X Infraestrutura (energia, água e estradas)	<p>Mudou pra melhor porque a comunidade ficou toda ‘alumiada’ (iluminada). A água também falta quando tem algum problema no fio que às vezes quebra (problemas com a linha de transmissão). (Idoso 13)</p> <p>O desenvolvimento aconteceu por causa da melhoria da água, da luz e também do ventilador [...] Agora, a comunidade só se desenvolve mesmo com um trabalho em grupo. Se tiver um grupo bem formado, ela desenvolve a união. Se não for unido, não desenvolve não, ela vive todo tempo <i>debandada</i>. (Idoso 14)</p> <p>Além da água, transporte por terra, transporte por água (Idoso 15)</p> <p>Graças a Deus, eu acho que desenvolveu. A gente vivia no escuro, água pra nós puxar lá da beira do Ramos (rio), tudo vinha com vasilhinha (baldes e panelas) na cabeça. (Idoso 17)</p> <p>Tá desenvolvida agora, porque naquele tempo era só uma estradinha que tinha aqui. Quando nós chegamos aqui era só uma estradinha, tinha uma capelinha ali de São Benedito. (Idoso 17)</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

⁵¹ A ausência de organização sócio-política mais ativa e mobilizadora pode ser resposta para o aparente imobilismo político e a ausência de ambiente questionador nas comunidades pesquisadas. Cumpre destacar que a passividade das comunidades pode guardar o germen do conflito e esse pode se afirmar enquanto conflito latente frente as inúmeras contradições vividas no campo. Essa é uma questão que poderá ser aprofundada em outros estudos.

Quadro 40 - Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
<p style="text-align: center;">Desenvolvimento</p> <p style="text-align: center;">X</p> <p>Infraestrutura (energia, água e estradas)</p>	<p>Desenvolveu muito porque a gente tem freezer, tem geladeira, máquina de lavar roupa, aparelho, essas coisas isso a gente não tinha e agora, graças a Deus a gente já toma água gelada, come um peixe bom, assiste uma televisão, ouve um som. Veio água encanada também com a força da luz. (Idoso 19)</p> <p>Desenvolveu mais porque ‘nós não tinha’ água fria, gelada, desenvolveu por isso. Agora todos tem sua geladeira, coloca um peixe no gelo. Antes aqui era só na ‘salga’, pegava uma comida tinha que salgar que se não salgasse, ia perder. Aqui era pra comer no dia. (Idoso 21 e 22)</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O desenvolvimento apontado nas falas situa a concepção das mudanças operadas, a partir da adoção de novos estilos de vida urbanos, ligado tanto a existência de infraestrutura mínima em sua comunidade quanto ao consumo de produtos que exigem eletricidade.

Mudanças socioculturais, econômicas, ambientais e territoriais são perceptíveis, engendrando alterações na paisagem local, pois os sujeitos ao se modificarem alteram também o seu espaço moldando-o segundo a sua realidade social e cultural. As comunidades pesquisadas apresentam certa dinamicidade que ao longo de sua história vem sendo alterada sem que se perca totalmente a sua essência. Os moradores identificam esse conjunto de mudanças, apontando algumas como positivas outras como negativas.

Um território sustentável não ocorrerá de modo automático, conforme salienta Witkoski (2014, p. 33), é preciso que o Estado exerça o seu papel no sentido de ser “indutor desse processo, colocando à disposição dos atores e instituições locais recursos e instrumentos para a formação dos territórios rurais”, estimulando a participação democrática.

Figura 24: Rua da Comunidade Santa Tereza.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

- **Conjunto de necessidades da sua comunidade, supridas ou não, após a eletrificação rural**

As necessidades humanas são socialmente construídas e condicionadas. Essa relação coletiva e compartilhada é gerada a partir do estreitamento entre homens e mulheres. De acordo com Pereira (2006):

Isso acontece porque, por um lado, os seres humanos não são perfeitos, auto-suficientes, onipotentes, infalíveis, imortais e, portanto, não são imunes a carecimentos e fragilidades. Mas, por outro lado, isso acontece porque os mesmos seres humanos são criativos e dotados de capacidade de realização que, impulsionada por necessidades *percebidas* e socialmente compartilhadas, tem-lhes permitido superar estados de carência por meio do trabalho, movimentos e lutas, ou de contratos sociais. (PEREIRA, 2006, p. 68)

Muitas vezes as necessidades e aspirações das populações locais se encontram ausentes dos projetos “de desenvolvimento”, implicando sua exclusão do planejamento “desenvolvimento nacional”. A região, vista de fora, é objeto passivo de apropriação, como se fosse desprovida de sujeitos capazes de formular um projeto próprio de desenvolvimento.

Ao questionarmos sobre as necessidades da **comunidade do Maranhão**, os mesmos destacam a questão da infraestrutura. Segundo os idosos, a comunidade ainda carece de

urbanização (organização habitacional e regularização fundiária); constância no abastecimento de energia e no monitoramento quanto aos gastos individuais no consumo de energia elétrica; e o estímulo para o desenvolvimento da produção.

Entre os objetivos do PLpT estava o investimento na melhoria da produção agrícola para favorecer a vocação produtiva local por meio de assessoria técnica aos produtores por meio de articulação com Programas Federais como o PRONAF⁵².

No caso da Amazônia brasileira é comum a presença de unidades de base familiar com diferentes cadeias produtivas, cuja dinâmica de produção resguarda uma lógica própria, baseada no atendimento de suas necessidades de subsistência. As culturas praticadas estão de acordo com as características de cada território (terra firme ou de várzea), que articuladas a saberes específicos, ditos tradicionais⁵³, constituem-se em práticas sustentáveis ambientalmente.

Com relação à agricultura familiar (ver perfil dos entrevistados), a pesquisa trouxe à tona que este tipo de prática ainda é frequente entre os idosos que continuam trabalhando e que praticam apenas para a subsistência. No entanto, essa realidade não reflete no cotidiano das comunidades pesquisadas, pois, hoje, foi comum não encontrar pequenas hortas de plantios usados para o preparo de alimento, como o cheiro verde, a pimenta de cheiro, tomate, alface nos quintais das casas. Geralmente, os comunitários compram de pequenos comerciantes ou de alguns poucos moradores que cultivam essas hortaliças.

A fala de um dos idosos demonstra que apesar da chegada da energia elétrica, a produção não foi alterada em razão da falta de organização comunitária, sendo esta entendida como um enfrentamento de suas carências e problemas coletivos, se assumem como sujeitos de sua própria história, através de um processo de reflexão crítica de desvendamento de sua realidade e de construção de formas coletivas de intervenção e resistência aos processos de exclusão social.

⁵² O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado para dar assistência aos pequenos agricultores no que diz respeito à agricultura de subsistência. Através do PRONAF é possível o agricultor intensificar à sua produção agrícola visando uma melhoria de vida da sua família (GUANZIROLE, 2003). Também com o apoio do PRONAF é possível que os agricultores tenham uma ligação direta com o mercado consumidor, vendendo seus produtos agrícolas de acordo com o valor adequado, desenvolvendo uma produção agrícola satisfatória.

⁵³ Segundo o Art. 3º do Decreto n. 6.040/07, povos e comunidades tradicionais são aqueles grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem enquanto tais, com formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. O conhecimento tradicional é elaborado segundo a tradição e costumes, sendo transmitido de geração a geração de forma oral (BRASIL, 2007b).

Quadro 41 - Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade – comunidade Maranhão.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Urbanização	Se fosse bem organizado a urbanização estaria melhor, porque isso aqui quando for mexer vai ser que nem as periferias da cidade grande, vai 'esculhambar' (estragar) tudo. (Idoso 1 e 2) É a urbanização, porque está muito mal organizado, muito mesmo. Depois da luz, está entrando muita gente que ninguém sabe de onde vem. Vão chegando, vão roçando, vão queimando, vão ficando. (Idoso 6)
Constância no abastecimento monitoramento dos gastos com energia elétrica	Pra mim, o que falta melhorar mais, é a falha de luz mesmo. Antes os homens da central vinham por aqui, ver nosso gasto. A gente pagava aquele preço que a gente gastava. Hoje em dia, eles não vem mais aqui, tem que ir lá pagar lá. Eu não sei como eles fazem, eles calculam por lá e subiu um pouco. Mas, de qualquer maneira melhorou pra nós, mesmo que a gente pague caro, melhorou pra gente. (Idoso 4 e 5)
Organização coletiva para a produção	A necessidade é de desenvolvimento da colônia, na produção. Temos pouca produção aqui e poderia estar melhor porque agora temos luz direto. Não é problema de crédito não, porque crédito tem. Falta o povo mesmo, os comunitários acreditarem em si próprio e fazer o seu negócio, fazer a sua proposta, porque crédito tem. Tem no IDAM, fazem no sindicato rural [...] E através desses créditos, muitos já se beneficiaram aqui, já compraram motor (rabetá) [...]. (Idoso 7 e 8)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O enfoque do desenvolvimento no espaço rural local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Mas, essa organização nem sempre existe em nível local e, quando existe, está restrita àqueles “velhos” atores sociais responsáveis, em última instância, pelo próprio subdesenvolvimento local (SILVA, 2013, p. 256).

Melhorias na estrada e a falta de parceria entre os comunitários para a organização e o desenvolvimento da produção ainda é ressaltada na fala dos entrevistados na **comunidade São Benedito**, os quais suscitam que, mesmo não sendo regidos pela lógica da acumulação, os produtores locais não se sentem motivados a produzir.

Quadro 42 - Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade - Comunidade São Benedito.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Melhorias na estrada	Principalmente essa estrada, muito feia e muito perigoso. (Idoso 11 e 12) Melhorar essa estrada. (Idoso 15)
Parceria entre os comunitários para o desenvolvimento para produção	Essa necessidade de buscar se unir essa parceria para trabalho na comunidade. Trabalho produtivo, social [...] tudo que se for fazer uma reparação aqui depende de quê? Nós não temos aqui uma colônia de trabalhadores, não temos aqui um grupo de trabalho, administrativo de roça, de plantio de arroz, comunitário. (Idoso 14)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Para os idosos da **comunidade Santa Tereza**, as maiores necessidades estão relacionadas a ausência de equipamentos sociais na área da saúde e segurança, descritas no quadro a seguir. A Unidade Básica de Saúde, cuja construção fora iniciada, atualmente teve sua obra interrompida sem explicação mais detalhada para a comunidade. Também fora mencionado que, em razão do aumento da violência e dos conflitos, não há uma unidade provisória (cadeia) para a detenção dos envolvidos com brigas e que se manter na dependência da intervenção da polícia.

Quadro 43 - Visão dos entrevistados sobre a relação do Programa Luz para Todos com o desenvolvimento para a comunidade - Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Ausência de Unidade Básica de Saúde	Falta o posto médico que não tem que a gente adoecer de repente tem que correr pra Barreirinha, [...] agora que estão construindo, tá subindo devagar, mas isso não é pra este ano ainda não. (Idoso 21 e 22) O posto de saúde que não está ainda pronto. (Idoso 23)
Unidade prisional em razão do aumento da violência	A necessidade da comunidade é porque falta negócio da cadeia, porque muita vez brigam, tem que ligar pra Barreira, a polícia não vem. (Idoso 20)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na Carta da Terra (2000), é destacado que os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e a diferença entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causas de

grande sofrimento. Quanto a menção do idoso sobre o aumento da violência na comunidade, é sabido que o fenômeno social de múltiplas significações. “Ela é uma realidade uniforme: apresenta-se ao longo da humanidade sob perspectivas históricas e com diferentes elementos culturais” (BARROSO, 2015, p. 77). Sabe-se que a origem dos conflitos sociais pode ter causas diversas, no entanto, a fala do idoso 20, remete a um problema novo na comunidade: as brigas. Essas estão mais presentes entre os jovens, pois sob o efeito de drogas ficam agressivos, suscitando entre os moradores o sentimento de insegurança.

- **Problemas decorrentes após o PLpT: a visão dos idosos**

Em áreas rurais, como as comunidades pesquisadas, a presença do Estado é precária, ou seja, os equipamentos sociais e as políticas públicas não são expressivos. Na fala das pessoas, sente-se a insatisfação quanto às condições de educação, saúde, segurança, infraestrutura e há esperança de que esses aspectos que compõem a vida social também passem por mudanças, assim como no caso da energia elétrica.

Os moradores idosos e as lideranças locais expressam como ideal de progresso para suas comunidades a mesma infraestrutura urbana das cidades-sede, expondo a supremacia do primeiro sob o segundo. É como se a dimensão urbana fosse um patamar a ser conquistado, o qual traria somente êxitos para os moradores. O desenvolvimento esperado pelos sujeitos expressa que o ambiente rural por não possuir atrativos “econômicos” (pois a produção agrária já não é preponderante fonte de renda) e não ter uma estrutura física e produtiva atraente para a manutenção dos mais jovens no seu território, acaba tornando invisíveis os indivíduos no espaço rural, dificultando a elaboração de políticas públicas específicas que considerem as potencialidades de ambiente tão sociodiverso e complexo.

A seguir, alguns problemas relatados pelos idosos relacionados à ausência de energia elétrica.

Na comunidade do Maranhão, alguns idosos apontaram que, antes da chegada da energia via Programa Luz para Todos, os problemas tinham menor gravidade do que depois do Programa. É interessante ressaltar o apontamento para questões antes tidas como inerentes ao espaço urbano e que são percebidas no ambiente rural, como a presença de usuários de substâncias entorpecentes, alcoolismo, jogos de azar, o quê, muitas vezes, resulta em conflitos e violência entre os moradores, principalmente entre os mais jovens.

Quadro 44 - Problemas vivenciados na comunidade na visão dos entrevistados, comunidade Maranhão.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Problemas mais graves após a chegada da energia via Programa	<p>Olha, graças a Deus nós não tínhamos muito problema na comunidade. A não ser agora, que já apareceu tanto do problema nas comunidades (bebida, jogo, drogas [...]). Não é só aqui, mas em todas as comunidades rurais, a gente gostaria que não fosse assim.</p> <p>Agora é assim: apaga, acende, apaga, passa uns dois dias que não tem. Disseram que era pra facilitar, mas muita gente teve muito prejuízo. A gente gasta pra comprar uma geladeira, pra comprar uma televisão, pra comprar um negócio, aí pra se acabar em um segundo e não retornar. Queima a geladeira, queima a televisão, queima freezer e por isso fica. Agora ele vai se virar para tornar arranjar. Quantas vezes hoje já saiu do ar? Duas, duas vezes saiu, então ninguém pode assim confiar. (Idoso 9)</p>
Conforto e Bem-estar	<p>Era difícil, horrível demais! Ainda mais quando tinha criança! Nós nem tanto, que é adulto, mas aonde tem criança [...] Agora minha nossa senhora, melhorou um pouco, desenvolveu devido a luz. A gente pode ter um ‘freezerzinho’, já tem um aparelho da ali, já tem um televisor (...)</p>
Ausência de abastecimento por água encanada	<p>Era água! A água pra carregar nessa ribanceira que não é fácil e hoje me sinto mais feliz. A luz sempre dá uma ‘falhazinha’, mais já compensa muito pra gente[...] porque vem a água, não todo dia, mas quando ela vem aí a gente enche a caixa. Antes a roupa era lavada na beira. Hoje bato (lavo) na máquina e aí as meninas vão espremer na beira (enxaguar a roupa). Manoel Siqueira</p> <p>Da luz, quando falhava dava problema da água, não tinha como puxar pois é ligado no motor.</p>
Ausência de posto de saúde	<p>Olha, primeiro que nós não tínhamos luz, não tínhamos um posto de saúde. Quando a gente se ‘rascava’ [torcicolo ou lesão muscular] a gente ia procurar aquelas pessoas experientes que chamavam na comunidade de curador.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na comunidade São Benedito, o fator preponderante nas falas dos idosos foi o problema da ausência de água encanada. Esse problema é evidenciado nas outras duas comunidades também.

Após o acesso à energia elétrica, a comunidade teve acesso à água encanada, cujo sistema de distribuição às residências é realizado por poço artesiano, construído e administrado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAI. Os benefícios da água encanada são indiscutíveis. Fica evidenciado nas falas que o desgaste em retirar água na beira do rio era o maior problema enfrentado, principalmente por se tratar das limitações decorrentes da idade avançada.

O abastecimento de água configura-se como um serviço social público prioritário, cuja universalização é garantida como direito dos cidadãos, porém, esse é um serviço que ainda encontra dificuldade para universalizar-se. A Amazônia, detentora do maior reservatório de água doce do planeta, apresenta baixíssimo índice de água tratada e encanada.

Figura 25: Escada de acesso ao rio na comunidade de São Benedito (época da vazante, fevereiro, 2015).



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No Amazonas, a oferta desse serviço não consegue atingir o conjunto da população, em especial os moradores da zona rural, expressando um dos menores índices de atendimento.

No quadro 45, também constatou-se que os idosos apontam que problemas graves, antes inexistentes na comunidade, passaram a existir após a chegada da energia elétrica via Programa. Os mesmos associam os conflitos ao novo estilo de vida (mais urbanizado) e a perdas materiais decorrentes das interrupções de energia.

Os idosos moradores notaram, desde o primeiro momento, as mudanças em curso quando da implantação da energia elétrica. Segundo informações, as brigas estão mais presentes entre os jovens, pois sob o efeito de drogas ficam agressivos, suscitando entre os moradores o sentimento de insegurança.

Segundo os relatos, já houve momentos da comunidade passar longas horas sem energia com considerável prejuízo relacionado à queima de eletrodomésticos e eletrônicos e a perda de produtos que precisam da manutenção de temperaturas baixas para a sua

conservação, além da insegurança quanto à constância no abastecimento. Nesse caso, o idoso destaca que a concessionária não envia um técnico para fazer a manutenção e a comunidade fica sem saber a quem recorrer.

Quadro 45 - Problemas vivenciados na comunidade na visão dos entrevistados, comunidade de São Benedito.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Ausência do abastecimento de água encanada	<p>A água a gente ia na beira. Cansei de encher de madrugada pra deixar pra minhas crianças enquanto saia pra trabalhar. Era na lata, era no balde, era na cuia. Isso era a maior dificuldade. (Idoso 11 e 12)</p> <p>A água quando acabava, que não tinha motor pra funcionar, era na beira do Paraná. (Idoso 13)</p> <p>Antes a água era só na beira mesmo. Até agora a água é boa. (Idoso 17)</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na comunidade Santa Tereza, os idosos entrevistados destacam que, após a chegada da energia elétrica através Programa Luz para Todos, algumas dificuldades passaram a vigorar, tais como: ausência de tranquilidade, problemas de convivência entre os moradores e até mesmo a escassez de pescado (conforme a primeira fala) relacionados ao aumento populacional na comunidade.

O abastecimento da água e a necessidade de ir até o rio buscá-la são mencionados por alguns idosos da comunidade Santa Tereza. Essa mudança em torno dessa questão recorrente, revela uma mudança na relação homem e natureza significativa: as alterações no comportamento que durante longo tempo manifestou a singularidade e a identidade enquanto comunidade ribeirinha; a relação de proximidade mantida com o rio, lugar em que todos os dias realizava a satisfação de necessidades de lazer, trabalho, cuidados com o corpo, locomoção etc., hoje quase não existe; a troca antes existente do homem com o rio está se perdendo (CAVALCANTE, 2015).

Figura 26: Entre o rural (A) e o urbano (B) na Comunidade Santa Tereza.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

A energia elétrica proporcionou às comunidades uma nova rotina, provocando certo distanciamento com o rio, ao não mais utilizá-lo com tanta frequência. As alterações evidenciam a influência dos aspectos da modernidade nesses espaços, contribuindo para a criação de novos territórios que se mesclam e explicitam características do urbano no rural, moldando mudanças na vida de seus moradores.

O quadro 46 demonstra **na comunidade Santa Tereza** que ainda há inconstância no abastecimento de energia ocasionando perdas materiais dos equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos e também a falta de tranquilidade para os idosos, decorrente da “urbanização através da eletrificação” que trouxe consigo, segundo eles, a possibilidade de entretenimento por festas noturnas e a existência de bares, os quais, muitas vezes, segundo eles, favorecem o conflito e retira a calma tão peculiar ao ambiente rural. Ao tratar sobre a relação campo-cidade na fase crítica/transição para a sociedade urbana, Lefebvre afirma que:

Entre as malhas de tecido urbano persistem ilhotas de ruralidade “pura”, torrões nativos frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. A relação “urbanidade - ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. (...) Aqui ou ali, as tensões tornam - se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano” (LEFEBVRE, 1991, p. 19).

Nesta citação de Lefebvre fica claro que o conflito entre o mundo rural e o mundo urbano é ampliado na fase crítica. Os camponeses “envelhecidos” que insistem em manter sua

economia e seu modo de vida são entraves para o “novo homem da sociedade urbana”. No entanto, a oposição cidade-campo diminui sua intensidade, mesmo ainda estando longe de desaparecer, já que é fruto da divisão social do trabalho.

Quadro 46 - Problemas vivenciados na comunidade na visão dos entrevistados, comunidade de Santa Tereza.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Ausência de tranquilidade após a chegada da energia através do Programa	<p>Agora complicou mais um pouco do que era. Naquele tempo era muito melhor, o viver da gente era diferente. Você morava aqui e não tinha problema pela rua. Hoje as pessoas estão brigando pra ali, tão falando pra cá. Naquele tempo não existia essas coisas. Até para pegar um peixe você ia por ali pegava, agora tá difícil porque tem muita gente. (Idoso 19)</p> <p>Naquele tempo não era como agora, agora não, agora já tem essa luz, a gente anda pra cá pra ali. Tem esses vendedores de bebida, tem quebra-quebra. Tem muitos barulhentos que passam a noite, não dormem e a gente fica perturbado. É por isso que eu digo, não é mais como aquele tempo, era mais tranquilo, não tinha muita gente. (Idoso 20)</p>
Ausência do abastecimento de água encanada	Era mais a água que faltava [...] Tinha que pegar água na beira e depois passar a água pra botar no pote. (Idoso 21 e 22)
Problemas advindos da necessidade criada a partir do uso e abastecimento de energia elétrica	Não tinha dificuldade, porque sabe, a gente vivia no escuro, essa coisa de lamparina [...]. Agora nós não temos dificuldade, só quando cai a energia [...]. Um dia desses teve uma queda de energia e nós passamos mais de 48 horas sem luz, quase nós tinha um prejuízo porque a gente tem freezer, tem geladeira [...]

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No que se refere **a ausência de tranquilidade após a chegada da energia elétrica**, cumpre destacar que as comunidades ribeirinhas estabelecem modos diferenciados de uso e apropriação do espaço. De acordo com Cureau (2013), muitas vezes as pesquisas de averiguação realizadas nos Estudos de Impacto Ambiental não conseguem medir e avaliar o modo peculiar de vida, de organização política, sociocultural, econômica e de apropriação territorial. Não conseguem explicitar o potencial natural e social que se perde

A limitação na abordagem realizada por esses estudos é expressa pela impossibilidade de contemplar de modo pleno as particularidades da riqueza natural das áreas atingidas, a apropriação da riqueza sociodiversa, do significado das regulações coletivas próprias para produção e o uso da terra, dos saberes, das relações comunitárias e etc.

Como resultante dessa limitação estão as perdas materiais e imateriais para as comunidades atingidas que abrangem mudanças não só no território físico, mas também nas suas redes sociais, os sistemas de trocas, os diálogos, as suas memórias e histórias.

Assim, considera-se importante que as políticas públicas implementadas na realidade amazônica ribeirinha, sejam ações coordenadas para que de fato sejam implementadas mudanças que permitam “reconhecer, portanto, a existência de necessidades humanas como necessidades sociais, com valores, finalidades e sujeitos definidos” (PEREIRA, 2006, p.68), ou seja, que se relacionem com as necessidades locais.

- **A eletrificação rural e os impactos no processo de envelhecimento**

Na sua multidimensionalidade, a velhice é dada de formas distintas para o homem e a mulher (gênero), o rico e o pobre (econômico), o cidadão de uma grande capital e o sertanejo (social), o cidadão de país periférico e o cidadão de um país central (econômico/social), o cidadão do nordeste brasileiro e o cidadão sulista (regional), o índio, o branco e o negro (étnico) (GUSMÃO; ALCÂNTARA, 2008).

Para Debert (2004), especialistas em envelhecimento discutem os múltiplos ângulos em que a velhice e o envelhecimento do mundo moderno se colocam como desafios públicos e privados, no seio do Estado, da sociedade, dos grupos, das famílias e dos indivíduos entre muitos outros espaços específicos. Nesse debate, de modo frequente, a questão de indicadores sociais de diferentes ordens, desde as condições sociais de vida, moradia, educação, saúde até as dimensões de direitos e deveres, encontram-se em jogo.

Não por acaso, tal debate se institui. Trata-se de pensar o mundo moderno como um contexto que, por sua modernização e seu alcance tecnológico, alterou a realidade do envelhecer, agora, prolongado em termos da expectativa de vida de diferentes sujeitos sociais, dando origem a uma nova ordenação do envelhecimento, fato que passa a demandar exigências econômicas, sociais e políticas as mais diversas.

A velhice e o envelhecimento nas sociedades modernas⁵⁴, são assumidas como questão pública que exige a tomada de posição por parte do Estado, de organizações privadas como ONGs e outras, com a finalidade de implementar ações consoantes ao problema social que tais fatos representam. Trata-se da “outra idade da vida”, como diz Debert (2004), que se coloca como desafio do olhar em busca de compreender “as diferentes formas de velhice, as formas de gestão da mesma, as vulnerabilidades que lhe estão associadas, a saber, a pobreza e a exclusão social” (COVA; RAMOS; JOAQUIM, 2004, p. 16).

Todos esses aspectos são inerentes à velhice e ao envelhecimento como atestam estudos e ações de caráter interventivo de ordem institucional ou não. A conquista da

⁵⁴Sociedades modernas são entendidas aqui como sociedades organizadas pelo capital, cujas relações privilegiam processos gerais destinados ao desenvolvimento das forças produtivas e da produção do lucro.

longevidade a que corresponde tais aspectos acontece também no mundo rural e acarreta consequências semelhantes. Contudo, quase sempre, tais fatos são despercebidos das estatísticas, dos planejamentos, dos estudos e das pesquisas que contemplam o fenômeno. Em geral, a preocupação de todos os envolvidos no debate faz-se em torno da chamada “terceira idade”, conceito este ligado ao sinônimo de envelhecimento ativo e independente. “A terceira idade passa a ser uma expressão classificatória de uma categoria social bastante heterogênea. Essa noção, de fato, pode mascarar uma realidade social em que a heterogeneidade econômica e etária é muito expressiva” (SOUSA, 2011, p.48).

A velhice é uma das etapas da vida carregada, quase sempre, de inquietude, de fragilidade e, às vezes, de angústia. Hoje, apesar do tema “*velhice*” estar mais difundido na sociedade, ainda prevalecem ideias, mitos e preconceitos que datam de tempos bem remotos, no dizer de Rodrigues, estes mitos e preconceitos “são ecos de cultura e de priscas eras” (RODRIGUES, 2001, p. 83). Nesse item, ressalta-se que a terminologia “velhice” é carregada de significados, por vezes diferentes entre si, por outras imersas em pré-noções atribuídas pela própria sociedade.

Entendemos ser importante levantar essa questão, pois os sujeitos com o poder de fala maior nos estudos são idosos e idosas, cujos impactos da política pública de energia elétrica são traduzidos pelo seu olhar, olhar de quem vivenciou as profundas transformações na sua comunidade. Conhecer como esses sujeitos compreendem seu próprio envelhecimento e como a energia elétrica advinda do PLpT repercute no seu dia a dia é crucial para observar e entender como as transformações da ordem produtiva e suas implicações são percebidas e experienciadas pelo universo dos sujeitos, da família e das tradições de uma realidade em mudança.

Ao questionarmos os idosos sobre o significado dessa fase da vida percebemos a presença da inquietude apontada por Rodrigues (2001). Essa constatação é percebida nas seguintes falas: “É uma pessoa cansada, não tem como roçar na mata, cortar de machado, carregar saca de mandioca.” (Idoso 2, pesquisa de campo, 2015); “não tenho destreza mais no corpo” (Idoso 7, pesquisa de campo, 2015); “o que se fazia já não pode mais fazer” (Idoso 8, pesquisa de campo 2015).

O papel da sociedade na definição do lugar e da posição destinada aos velhos é um dos aspectos levantados por Rodrigues (2001). A autora questiona em que medida a sociedade é responsável pelo significado atribuído aos velhos, bem como até que ponto a velhice é um fato cultural e não apenas biológico.

Os idosos das comunidades rurais pesquisadas, em sua maioria têm uma rotina de trabalho ainda baseada na agricultura e pesca, mesmo com o passar dos anos, ainda se envolvem no trabalho do cultivo do alimento, seja para sua subsistência como é o caso de mandioca, milho e poucas hortaliças e também para a comercialização de derivados: farinha, tapioca, tucupi. Entretanto, quando não possuem mais energia (disposição física) para a lida na roça, a sua rotina de vida diária se altera sobremodo, permitindo aos seus descendentes a manutenção da criação dos pequenos animais e da roça.

Muitos idosos que vivem na zona rural, os quais entrevistamos, são aposentados como trabalhadores rurais e, portanto, também arcam com despesas na família, sendo, muitas vezes, a única renda da mesma. A vida na velhice passa a ser percebida por um dos idosos no interior pelo seguinte prisma: “Já me acho que **já não posso mais trabalhar muito** não, já fica cansada do sol, trabalho, mas bem pouco, pra mais administrar o serviço” (Idoso 18, pesquisa de campo, 2015).

Segundo Beauvoir (1990) a condição do velho depende do contexto social. O velho, segundo a autora, tem um destino biológico que traz consequências econômicas, pois se torna improdutivo. Essa reflexão também é feita por um dos idosos entrevistados que diferencia o papel do trabalho, enquanto uma dimensão de maior produtividade na juventude em detrimento de sua atual condição, mesmo considerando que não é improdutivo: “Eu estou me achando um idoso pelo tempo que eu estou chegando. Uma parte é bom ser idoso, mas pra mim **se eu fosse mais novo um pouco seria melhor, trabalharia mais e melhor**” (Idoso 10, pesquisa de campo, 2015).

Segundo Lopes (2007), os significados culturais que se somam às terminologias induzem a uma representação social e a uma imagem que reduzem os mais idosos a uma situação de fragilidade, como se nota na seguinte fala de um entrevistado: “**Não é bom, mas é o jeito.** Vantagem não tem não, porque o idoso não tem mais vantagem não, fica só aguentando mesmo até chegar o tempo em que a morte chega” (Idoso 13, pesquisa de campo, 2015). Lopes (2007) chama a atenção que é essencial romper com essa visão cultural de um destino a ser cumprido na vivência da velhice (LOPES, 2007, p. 144).

Contra a visão estereotipada do termo velho ou velhice, alguns entrevistados apontaram gostar de serem tratados pelo termo idoso, por conceberem o idoso como um sujeito ativo e saudável mesmo em idade avançada, em contrapartida a imagem do velho, que é considerado como incapacitado para realização de atividades de vida diária, adoecido e sedentário. “O idoso tem seus altos e baixos” (Idoso 1, pesquisa de campo, 2015); “Pra mim ser idoso é uma beleza. Eu digo assim porque a gente ajuda muito na comunidade com nossos

conhecimento” (Idoso 4, pesquisa de campo, 2015); “Velho é uma coisa que já está passada. O que nós somos é idoso. Velho é uma coisa jogada” (Idoso 12, pesquisa de campo, 2015).

O termo “velho”, como enfatiza Peixoto (1998, p. 78), “tem uma conotação negativa ao designar, sobretudo, as pessoas, as pessoas de mais idade pertencentes às camadas populares que apresentam mais nitidamente os traços do envelhecimento e do declínio”. Assim, velho e idoso podem se confundir, mas idoso marca um tratamento mais respeitoso.

Observamos que as falas dos entrevistados (Quadro 47), na tentativa de conceituar ou explicar o sentimento de “ser idoso”, trazem algumas dimensões: 1) associam a fase do envelhecimento à incapacidade para o trabalho; 2) definem a idade como início do declínio físico e aumento de doenças; 3) destino inevitável; 4) fase com oportunidade de ócio e lazer.

Essas dimensões caracterizam a visão dos entrevistados sobre o seu processo de envelhecimento e se revelam atreladas às fragilidades e desafios da vida no campo, principalmente no que tange ao trabalho produtivo (agricultura).

Embora, os entrevistados possuam a renda da aposentadoria rural, ainda percebem como necessário o complemento da renda gerada pelos roçados e pequenas criações, fazendo com que advoguem uma certa lástima pela falta de capacidade funcional para o trabalho.

As perdas físicas, naturais na fase do envelhecimento, traz a necessidade de que o acesso aos serviços garantam a prevenção e os cuidados à saúde dos idosos no espaço rural.

Mesmo que a morte e sua aproximação sejam reais na fase do envelhecimento (fato universal e natural), ela não pode ser motivo para o endurecimento das esperanças e da falta de perspectivas, necessitando também preparo para sua chegada.

Quadro 47 - Diferentes visões sobre o processo de envelhecimento.

No.	Visão	Trechos de algumas respostas
01	Pessimista	O idoso tem seus altos e baixos . A gente vai ficando mais perto de Deus.
02		Idoso é uma pessoa que já dos 60 anos. É uma pessoa cansada, não tem como roçar na mata, cortar de machado, carregar saca de mandioca . Eu acho que, a gente já deve parar de trabalhar, descansar, porque a gente já trabalhou muito na nossa vida.
03		Idoso, a gente passar e ficar mais velho, o corpo fica muito cansado , não tem mais vontade de locomover. Por mais que a gente queira [...] Eu acho ruim. O bom é porque a gente já deu o que tinha de dar e agora só tá(sic) vivendo a vida .
04		Eu já estou numa idade que eu não posso mais fazer o que fazia, trabalhar por ali com meus filhos. Fui ficando fraco, não tenho destreza mais no corpo .
05		É bom por uma parte, na outra a gente é meio triste, porque o que se fazia já não pode mais fazer . Eu roçava, eu derribava, trabalhava de inchada, de machado...
06		Eu estou me achando um idoso pelo tempo que eu tô chegando. Uma parte é bom ser idoso, mas pra mim se eu fosse mais novo um pouco seria melhor, trabalharia mais e melhor .
07		Não é bom, mas é o jeito . Vantagem não tem não, porque o idoso não tem mais vantagem não, fica só aguentando mesmo até chegar o tempo em que a morte chega (...)

08		A minha velhice eu me acho meio baqueado já. Já peço a Deus que me ajude ainda viva mais uns anos pra criar meus filhos, ajudar meus filhos, pra deixar eles meio, mais ou menos. É isso que eu peço a Deus.
09		O que tá me fazendo mais velho é o negócio dos olhos , a vista que não tá (...) me pegando.
10		Já me acho que já não posso mais trabalhar muito não, já fica cansada do sol, trabalho, mas bem pouco, pra mais administrar o serviço.
11	Otimista	Idoso é respeito , porque um idoso não é pra gente tá se saindo com ele, pra viver bem.
12		É bom porque eu não posso mais fazer nada . Eu já fiz muito trabalho, agora graças a Deus não faço mais nada, eu vivo comendo.
13		Pra mim é normal a idade da gente.
14		Velho é uma coisa que já está passada. O que nós somos é idoso. Velho é uma coisa jogada
15		É bom ter essa idade . Eu peço nas minhas orações pra Deus aquele que é dono das nossas vidas que não me deixe ficar muito muito velhinha idosa pra tá dando trabalho pros meus filhos.
16		Nem que gente não queira a gente tem que ser idoso mesmo, tem que aceitar , o que Deus manda a gente tem que aceitar.
17		Pra mim ser idoso é uma beleza. Eu digo assim porque a gente ajuda muito na comunidade com nossos conhecimentos .
18		Esperar o quê? A única coisa que a gente deve fazer é comer, é beber, é se divertir , podendo e estando vivo, porque quando ela chega (a morte chega), ela não vai perguntar se você fez alguma coisa, aproveitou alguma coisa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

- **A eletrificação rural e sua influência na vida dos idosos**

Existem previsões que os idosos serão responsáveis por quase 15% da população total em 2020 e, além disto, a proporção da população de 80 anos e mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo. Atualmente, existem cerca de 17 milhões de idosos no Brasil e destes, 12,8% possuem mais de 80 anos de idade. Os idosos com 80 anos ou mais somam 1,1% da população brasileira (IBGE, 1998).

Os agravos de saúde de longa duração que acometem os indivíduos idosos têm na própria idade seu principal fator de risco, agrega-se ainda a ideia da baixa renda, advindas das aposentadorias ou da inexistência delas, uma vez que a situação socioeconômica influencia na saúde dos idosos, como mostra a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) de 1998. Os idosos com renda mais baixa apresentam piores condições de saúde, pior função física e menor uso dos serviços de saúde e mostram que mesmo pequenas diferenças na renda mensal *per capita* são suficientes para estes resultados.

Segundo Moraes e Rodrigues (2008), o fato dos idosos residirem em áreas rurais, faz com que suas vulnerabilidades sejam naturalmente acentuadas. Especificamente no envelhecimento rural são as seguintes:

a média de rendimento dos velhos da área rural é consistentemente menor que os urbanos; os da área rural tem maiores problemas de saúde e tendem a ser mais severos que os urbanos; os da área rural consomem maior quantidade de álcool; ao mesmo tempo que os problemas de saúde mental não são facilmente tratados e de fato, os serviços de atenção a saúde são escassos, inacessíveis e mais custosos que em área urbana; o transporte público é mais necessário, mas muito menos disponíveis do que na área urbana, tanto intra como interregional (MORAIS e RODRIGUES, 2008, p. 15).

Em que pese essas observações, considerou-se importante questionar os entrevistados sobre a influência da energia elétrica no seu processo de envelhecimento, (visto que, *a priori*, possuem vulnerabilidades mais acentuadas, confirmadas nesse estudo) apesar de que no escopo dos objetivos do PLpT não haja especificamente metas para a melhoria das condições de vida desse público. Os idosos fazem parte do conjunto de comunitários que pertencem ao grupo de beneficiários do Programa e que, por conseguinte, experimentaríamos os dividendos e dos serviços públicos e as ações Integradas/Intersetorialidade para a viabilização do acesso às políticas públicas.

Na **comunidade do Maranhão** (quadro 48), os idosos apontaram que a energia elétrica melhorou na sua locomoção nas vias da comunidade. Para o idoso independente, é importante a questão da acessibilidade⁵⁵ nos lugares públicos. A escuridão, principalmente à noite era um fator impeditivo para a frequência nas atividades da igreja e para o convívio comunitário. Claramente, a energia elétrica é um dos fatores que facilita a acessibilidade para os idosos da comunidade, no entanto, a acessibilidade integral não é garantida e as dificuldades (barreiras) inerentes aos espaços urbanos também é sentida nos espaços rurais.

A água encanada é novamente exposta como um fator de melhorias após a eletrificação rural. Cumpre ressaltar que a dificuldade para os idosos terem acesso à água deve-se ao fato de que a ação de “pegar na beira” era uma atividade extenuante, tanto para quem já possui limitações físicas, seja idade ou quanto para aqueles que têm alguma necessidade ou incapacidade física. Em época de vazante do rio, o mesmo fica muito distante das residências e a comunidade fica numa área mais alta com acesso por escadaria (figura 27).

⁵⁵Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098, Artigo 2º., inciso I, 19 de dezembro de 2000).

Figura 27: Comunidade do Maranhão/ Cheia (A) (fevereiro, 2015) / Vazante (B) (setembro, 2015).



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quadro 48 - Contribuições da energia elétrica para o dia a dia dos idosos na comunidade na visão dos entrevistados – Comunidade do Maranhão.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Melhoria na locomoção na vias da comunidade	Melhorou porque no claro (iluminação) a gente pode enxergar na rua. Na escuridão é difícil. A energia trouxe um bem-estar. (Idoso 1 e 2)
	Hoje em dia o que a energia elétrica faz de bem para os idosos é essa claridade que ela dá. É uma coisa boa porque todo mundo anda a noite assim, vai pra igreja, não leva mais nem lanterna. (Idoso 7 e 8)
Água encanada e diminuição dos riscos de acidentes domésticos no horário noturno	Foi muito bom. Não precisa ir na beira pegar água. Quando deu água encanada, comprei logo uma caixa reservatório de 1000 litros (Idoso 6)
	Melhorou, porque não carregamos mais água na ribanceira, dava seis viagens antes de ir pro centro. E evita acidentes em casa também [...] Antes eu batia a perna na ponta dos móveis[...]. (Idoso 4 e 5)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade São Benedito**, os idosos apontam que a energia elétrica trouxe bem-estar e conforto. Para eles, a iluminação produz a sensação de conforto e comodidade. Outra melhoria trazida pela energia elétrica foi a possibilidade de conservação de alimentos. Esta foi relacionada com a melhoria na saúde dos idosos, visto que antes o uso do sal para a conservação dos alimentos contribuía para a incidência de agravos de saúde, como a hipertensão arterial. No entanto, como fora observado anteriormente, a comunidade não conta com Unidade de Saúde, o que denota uma falta de cobertura aos usuários do Sistema Único de Saúde nesta localidade.

Assim como na comunidade do Maranhão, os idosos apontam que a água encanada e a locomoção nas vias da comunidade também foram os ganhos da eletrificação rural.

Quadro 49 - Contribuições da energia elétrica para o dia a dia dos idosos na comunidade na visão dos entrevistados – Comunidade São Benedito.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Bem-estar e conforto	Foi um bem pra nós que antes vivíamos à luz da lamparina (Idoso 11 e 12)
	Quando falta um ‘ <i>bocadinho</i> ’, meia hora fica muito diferente, fica muito ruim. (Idoso 13)
Conservação de alimentos	Melhorou porque tem muitos idosos que ficam doentes de pressão alta e não podem ficar sem o refrigerador, não podem ficar sem a luz elétrica a noite. (Idoso 17)
	Contribuiu muito devido a comida. Se a gente compra um peixe, coloca na geladeira, antes tinha que passar sal. Tinha gente que adoecia de pressão alta, não podia comer salgado, não podia guardar um peixe. Pode comprar rancho e colocar no freezer da geladeira e fica um bom tempo. (Idoso 15)
Água encanada e locomoção na comunidade	Pra mim como idoso, ela contribuiu muita coisa. Se você quisesse se esfriar, ia tomar banho lá na beira d'água. Agora, se eu quiser deitar aí dentro (quarto), ligo um ventilador, fico deitado assistindo a televisão [...] trouxe um bem estar pros idosos que querem estar no interior (Idoso 14)
	Todo mundo ficou alegre. Impediu de carregar água da beira principalmente e também ‘alumiou’ (iluminou) tudo da comunidade. Consegue andar na luz, no claro. (Idoso 17)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na **comunidade Santa Tereza**, os idosos apontam que a energia elétrica, principalmente durante a noite, favoreceu a diminuição de quedas durante à noite. Dados da SBGG (2008) revelam que a queda é o mais sério e frequente acidente doméstico que ocorre com os idosos e a principal etiologia de morte acidental em pessoas acima de 65 anos. Portanto, a prevenção da queda é de importância ímpar pelo seu potencial de diminuir a morbidade e a mortalidade, os custos hospitalares e o asilamento consequentes. É relevante a fala do idoso que destaca a iluminação doméstica no período noturno, como um fator de preponderância para a diminuição das quedas, o que pode resultar em estudos mais aprofundados sobre essa questão.

No que tange à aquisição de eletrodomésticos, os idosos ressaltam que após a eletrificação rural, a energia trouxe a possibilidade de ter equipamentos domésticos, seja para a conservação de alimentos quanto para o entretenimento, coadunando com os aspectos qualitativos já mencionados no decorrer dessa pesquisa.

Quadro 50 - Contribuições da energia elétrica para o dia a dia dos idosos na comunidade na visão dos entrevistados – Comunidade Santa Tereza.

Categorias elaboradas e a partir da análise de conteúdo	Transcrição de trechos das narrativas dos entrevistados
Diminuição do risco de quedas durante a noite	Para o idoso era difícil ir no banheiro no escuro, com energia não, você pode ligar uma lâmpada pra ir para o banheiro, sem risco de se bater, de cair. (Idoso 19)
Aquisição de eletrodomésticos	Está melhor porque todo mundo tem geladeira, tem a freezer, faz as compras, coloca na freezer [...] (Idoso 20)
	Melhorou porque já tenho um peixinho na freezer, fresco. Já tempero do jeito que eu como. Quando salgava a carne era ruim. Hoje, posso guardar polpa de fruta que estragava muito. (Idoso 21 e 22)
	Acho que com a energia a gente vive melhor, pelo menos com a energia a gente tem a luz, tem o divertimento de rádio, de televisão. (Idoso 23)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Destacamos a fala do último trecho do quadro 50, que diz “Acho que com a energia a gente vive melhor, pelo menos com a energia a gente tem a luz, tem o divertimento de rádio, de televisão” (Idoso 23). A limitação do uso da energia elétrica para o idoso é resultante da comodidade trazida pelo entretenimento e lazer. É recorrente na fala dos entrevistados das comunidades pesquisadas que a energia elétrica trouxe consigo a possibilidade de inclusão no mercado consumidor de eletrodomésticos e eletroeletrônicos e como essa realidade alterou de maneira significativa sua relação com seu espaço.

Segundo Silva e Fraxe (2014), os hábitos são construídos social e historicamente em cada comunidade, bem como a relação do homem com o seu espaço, nenhum território é uma ilha isolada, mas mantém com o meio externo trocas que irão influenciar a vida das pessoas. Neste sentido, observam-se continuidades e descontinuidades em relação ao modo de vida da comunidade. Para as autoras, essas pessoas reagem e assimilam as exigências do mundo globalizado resignificando essas imposições, moldando comportamentos “pelas influências sociais que se encontram bem distantes delas” (SILVA; FRAXE, 2014, p. 104-105).

Não se posiciona, aqui, contra a energia elétrica na Região Amazônica nas comunidades pesquisadas, tal postura seria a negação de um direito elementar das populações que vivem nesse espaço, mas urge a questão e a discussão de como universalizar o acesso a um direito e universalizar a proteção social dos indivíduos, não somente colocando-os no patamar de cidadãos “consumidores”, mas, cidadãos participantes dos processos decisórios e com suas necessidades no campo dos direitos fundamentais, também integralizados.

Há que se admitir a necessidade de, antes de tudo, ampliar o esforço e intensificar os serviços e os compromissos sociais básicos direcionados às comunidades amazônicas.

Compromissos que, nas últimas décadas, fizeram parte das sucessivas mensagens e discursos dos políticos, mas permaneceram contingenciados na contabilidade dos investimentos públicos. Temos de reconhecer que ainda não fomos capazes de construir um projeto político apto para melhorar a qualidade de vida e os índices de desenvolvimento, pelo menos para aproximá-los aos das demais regiões do país (BARROS, 2010, p. 147).

Diante do exposto, mudanças sociais e econômicas são perceptíveis, engendrando alterações não só na paisagem local, mas no modo de envelhecer nas comunidades rurais pesquisadas. Os sujeitos ao se modificarem alteram também suas relações consigo mesmo e com sua realidade social e cultural. As comunidades pesquisadas apresentam certa dinamicidade que ao longo de suas histórias vem sendo alterada sem que se perca a sua essência. Os entrevistados identificam esse conjunto de mudanças advindas da eletrificação rural, apontando algumas como positivas outras como negativas, como observadas no Quadro Síntese a seguir.

Quadro 51 - Síntese dos impactos da eletrificação rural nas comunidades pesquisadas, visão dos idosos.

Tipo de Impacto	BOM	RUIM
	ABRANGÊNCIA DE DIREITOS (SAÚDE E EDUCAÇÃO)	
Impactos objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos que residem na comunidade Unidade Básica de Saúde bem equipada e com possibilidade de conservação de vacinas (Comunidade do Maranhão) 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de Unidade Básica de Saúde (Comunidades Santa Tereza e São Benedito) Ausência de atendimento médico e de enfermagem Ausência de medicamentos para os idosos
	<ul style="list-style-type: none"> Educação noturna (ensino tecnológico) 	<ul style="list-style-type: none"> Educação ineficiente Ausência de alojamento para professores (Comunidade do Maranhão)
	PRODUÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> Armazenamento da carne dos animais abatidos das pequenas criações de gado 	<ul style="list-style-type: none"> Não houve melhorias para a agricultura familiar e de subsistência Manutenção do mesmo tipo de produção familiar e do escoamento dos produtos na própria comunidade ou em pequenas feiras das sedes do município Ausência de apoio técnico por parte do Estado Trabalho na roça mesmo após a aposentadoria
Impactos subjetivos	NÍVEL DE CONSUMO	
	<ul style="list-style-type: none"> Aumento no consumo de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos (produtos ligados ao entretenimento e conforto) 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de bens duráveis, mas sem a preocupação das consequências dessa acumulação ou sustentabilidade de poder de compra
	ACESSO A INFORMAÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de ter acesso a outras formas de informação (jornais televisivos), além do rádio Acesso à programas de entretenimento para o tempo livre 	<ul style="list-style-type: none"> Incorporação do consumo de massas
Impactos substantivos	CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	
	<ul style="list-style-type: none"> Facilidade em participar de atividades comunitárias no período noturno (missas, reuniões) Maior frequência de visitas dos familiares que moram longe Favorecimento da permanência de jovens residindo na comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de programas de convivência familiar e comunitária que agreguem o conjunto de idosos das comunidades pesquisadas
	MELHORIAS E PROBLEMAS ADVINDOS COM A ELETRIFICAÇÃO RURAL	
Impactos substantivos	MELHORIA SIGNIFICATIVA	PROBLEMAS MAIS EMBLEMÁTICOS
	<ul style="list-style-type: none"> Água encanada Conforto e bem-estar advindo da aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos 	<ul style="list-style-type: none"> Inconstância no abastecimento de energia elétrica Perda da tranquilidade típica do interior

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A avaliação de impacto proposta pelo estudo em tela, buscou verificar as mudanças nas condições sociais, evidenciando não somente que ocorreu a mudança, mas que o programa foi empiricamente relevante para produzir a mudança observada no campo

econômico, ideológico e cultural. Nesse sentido, a partir da avaliação dos idosos sobre os impactos do programa, sintetizou-se os *impactos objetivos*, explícitos por mudanças quantitativas na condição de vida da população-alvo, os *impactos subjetivos* (mudanças no estado de espírito, comportamento, valores) e *impactos substantivos* correspondendo a mudanças qualitativas, ou seja, se a mesma atendeu os princípios de justiça e equidade social.

Antes de percorrer essa análise, cabe situar que estes impactos estão sujeitos ao contexto anteriormente descrito, nos capítulos 2 e 3, os quais tiveram como base o entendimento da economia brasileira e da sociedade e suas nuances relacionadas ao contexto histórico, político e ideocultural, de modo a se configurarem como traços determinantes e condicionantes dos impactos sentidos e vividos pelas comunidades eletrificadas no Baixo-Amazonas.

Assim, entende-se que a redefinição da estrutura econômica operada no bojo das mudanças políticas desde 1930 foram cruciais para a interferência nessas mudanças oriundas das atividades do setor elétrico, cuja expansão manteve-se com prevalência para as iniciativas estatais, as quais serviram para a criação de base material na consolidação do setor industrial no país, numa simbiose orgânica com os interesses do grande capital.

No processo de eletrificação rural foi observado que, não somente o Estado, cujo papel se fundamenta na vigilância do cumprimento das regras do jogo, mas o mercado teve papel relevante no processo de alocação de recursos, determinação de preços e definição de áreas a serem contempladas pelo serviço, sendo este o fator mais rígido na determinação da condição do possível. As diferenciações tidas como mais expressivas para a eletrificação rural estão ligadas as interferências dos governos de base mais popular já na virada do século XXI, que conferem a ideia de políticas mais universalizadas e sociais as quais sinalizam o conteúdo do projeto político vigente (expressão concreta da ideologia do grupo social).

Concernente aos impactos apontados pela pesquisa de campo, os mesmos se entrelaçam com essas múltiplas relações de forma que a política pública de eletrificação rural ganha contornos de fragmentação, ou seja, possui a natureza descontínua e desconectada com a realidade local.

Quanto aos *impactos objetivos*, em que se considera a mudança nas condições de vida, apontou-se que na variável sobre a abrangência de direitos (saúde e educação), os idosos destacaram que de positivo para a saúde, a eletrificação rural representou ter a possibilidade de garantir uma ambiente agradável para que os profissionais da saúde (técnicos em enfermagem) pudessem residir de forma permanente na comunidade, visto que antes os mesmos não tinham esse interesse em razão da falta de estrutura e conforto térmico para sua

permanência. Outro ganho foi destacado na Comunidade do Maranhão, que já possuía uma Unidade Básica de Saúde, e pós-eletrificação encontra-se bem equipada e tem possibilidade de conservação e armazenamento de vacinas. No entanto, as outras duas comunidades não possuem equipamento de saúde (UBS) e tem carência de profissionais médicos e enfermeiros. Essa ainda é uma característica preponderante das zonas rurais amazônicas em que prevalece a escassez de profissionais de saúde e de infraestrutura básica para o atendimento da população.

No aspecto da educação, os idosos em todas as comunidades, apontaram o ganho relacionado a implantação da educação tecnológica no período noturno. A implantação representou mais oportunidades e vagas para os jovens e adultos que puderam ampliar sua permanência na comunidade, diminuindo assim, o êxodo rural. No entanto, como ponto negativo, a menção de que a qualidade da educação no campo e para o campo é ineficiente, traz à reflexão da inoperância para o aperfeiçoamento da política pública resultante da ampla focalização dos recursos para o setor, aspecto que interfere diretamente na precária infraestrutura das escolas e no limitado quantitativo de profissionais para as zonas rurais.

No aspecto concernente a produção, os idosos sinalizam como melhoria significativa, o armazenamento da carne de animais abatidos das pequenas criações de gado, pelo fato dos produtores terem adquirido equipamentos de refrigeração. Entretanto, para os entrevistados, não houve melhorias para a agricultura familiar e de subsistência, visto que o escoamento dos produtos ainda é feito na própria comunidade ou em pequenas feiras das sedes do município. De maneira mais específica, o trabalho na roça é realizado com frequência por muitos idosos, mesmo após a aposentadoria.

Quanto aos *impactos subjetivos*, destacou-se as variáveis ligadas a mudanças de comportamento: nível de consumo, acesso à informação e convivência familiar e comunitária.

Sobre o nível de consumo após a eletrificação rural, o mesmo é destacado a partir do aumento no consumo de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos (produtos ligados ao entretenimento e conforto). Essa tendência cumpre um dos objetivos das políticas neodesenvolvimentistas, as quais se centram no aumento do gasto público, em políticas de transferência de renda e no incentivo ao consumo de massas. Conseqüentemente esse processo aponta para a produção de um padrão da sociedade capitalista mais atual o qual consolida uma primazia por medidas de exacerbação do crédito, cuja marca incrementalista movimentou o mercado. Mesmo que os idosos não tenham apontado de maneira direta a necessidade do consumo consciente, sinaliza-se que um impacto negativo é a nova tendência

de afirmação de cidadania pela via do consumo que traz como consequência uma desatenção às necessidades radicais e coletivas.

A mudança na variável relacionada ao acesso a informação apontou que a eletrificação rural possibilitou o acesso a outras formas de informação (jornais televisivos) e o acesso à programas de entretenimento para o tempo livre. Esse “ganho” contraditoriamente expõe os mesmos entrevistados aos mecanismos de difusão do consumo de massas, reproduzindo consumidores passivos que são submetidos aos controles ideológicos da indústria cultural.

No aspecto ligado à convivência familiar e comunitária, a eletrificação rural representou para os idosos, o aumento na participação de atividades comunitárias e a recepção de familiares na comunidade, segundo os mesmos, essa frequência da visita dos familiares fora favorecida pelo conforto em suas residências. É incontestável que a perda dos vínculos familiares afeta de maneira direta na qualidade de vida dos idosos, nesse sentido, a convivência familiar e comunitária é uma garantia constitucional para esse segmento. Constatou-se que mesmo com os ganhos visibilizados pelos idosos sobre essa variável, ainda permanece inexistente programas de convivência familiar e comunitária que agreguem o conjunto de idosos das comunidades pesquisadas, a existência de espaços públicos são essenciais para o desenvolvimento dessa convivência e dessas relações.

Quanto aos *impactos substantivos* que se referem às mudanças qualitativas, a água encanada, o conforto térmico e bem-estar advindo da aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos são as melhorias mais emblemáticas. No entanto, a água encanada não é tratada e as comunidades, assim como grande parte das cidades, não contam com saneamento básico. Como problemas mais dilemáticos, os idosos apontaram a inconstância no abastecimento de energia elétrica, afetando diretamente na perda dos produtos adquiridos e na paulatina perda de tranquilidade, típica do interior amazônico. Esses aspectos sugerem que as mudanças elencadas trouxeram alterações permanentes nas comunidades pesquisadas, no entanto são mudanças pontuais que não garantem de maneira integral o desenvolvimento econômico e social das comunidades a partir do acesso à eletrificação rural.

CONCLUSÃO

Escrever sobre a realidade amazônica não foi tarefa fácil, pois se revela como um universo de singularidades, muitas vezes, camufladas pelo verde inebriante sobre o qual o pesquisador precisa desvendar suas nuances e desvelar as condições que cercam sua população. Mesmo que esse pesquisador tenha nascido e vivido sobre seu solo, a preocupação em analisar a realidade regional para além do místico, do folclórico, da floresta em si, foi recorrente durante todo o percurso da pesquisa.

Entretanto, ao realizar a opção de escutar ativamente o sujeito (idoso) – diretamente forjado por esse ambiente amazônico e que tem a longevidade necessária para compreender seu espaço no passado, no presente, projetando cenários de futuro – tornou possível a realização de apontamentos sobre os rebatimentos da recente eletrificação rural nas condições de vida desses sujeitos.

O esforço para sistematizar e refletir sobre a realidade das populações que vivem em território amazônico pode ter incorrido em algumas lacunas durante o momento da redação do texto, isso se justifica dada a condição continental dos espaços que não permite generalidades, pois cada contexto é único e sujeito a diversas determinações.

No entanto, a “luz teórica” que incidiu sobre as elucidações, afirmações e inquietações acerca das políticas de eletrificação rural e as condições sociais das populações rurais neste trabalho, permitem concluir que as mudanças ocorridas no cenário de 03 comunidades de municípios do Baixo-Amazonas, após a implementação da política em questão, foram afetadas pelo curso das alterações ocorridas no cenário nacional, principalmente no que tange as experiências de integração regional que privilegiam o desenvolvimento urbano-industrial e o desenvolvimento das formas de exploração econômica.

A partir dos dados e resultados apresentados ao longo do trabalho, o qual teve como objetivo principal uma análise sobre os condicionantes e determinantes dos impactos sociais do Programa Luz para Todos em três comunidades do Baixo-Amazonas, sob o prisma da população idosa rural, identificamos quais mudanças são advindas do abastecimento energético pelo programa em tela.

Nesse sentido, fez-se mister compreender sob que parâmetros ideológicos, políticos e econômicos, as políticas de eletrificação rural foram constituídas no país e como se deu a sua implementação no Estado do Amazonas e região do Baixo-Amazonas.

Para compreendermos essa complexa relação entre a concepção da Política de Universalização de Energia Elétrica e os impactos da mesma na visão dos idosos

(representantes da população impactada) no Baixo-Amazonas, foi necessária a construção teórica acerca das características do desenvolvimento capitalista presentes nas tomadas de decisão do Estado brasileiro, nesse percurso, situadas a partir de 1930 até o primeiro decênio do século XXI. Esse recorte temporal se mostrou importante, pois considerou neste processo de construção e implementação da política pública, os condicionantes histórico-estruturais que interagem direta e/ou indiretamente na dinâmica tanto da criação e implementação do PLpT, quanto da realidade local das comunidades pesquisadas.

Pelos resultados apresentados no decorrer dos capítulos, a partir dos objetivos específicos inicialmente traçados, consideramos que:

No Brasil, a história da energia elétrica se alia ao desenvolvimento da industrialização e urbanização. Nesse sentido, a matriz energética construída no país assenta-se na concepção da ideologia desenvolvimentista, a qual atribui centralidade à expansão industrial e ao incentivo do consumo a fim de que se atinja o “progresso” e a modernização. Esse modelo de desenvolvimento, sob a égide do capital, condiciona a estruturação e a expansão do setor elétrico em diferentes momentos históricos, seja como instrumento do modelo de desenvolvimento, como instrumento para minimizar problemas de ordem econômica ou como objeto de adequação aos parâmetros da economia de mercado neoliberal.

Nesse sentido, é possível afirmar que a regulamentação do setor energético e a construção de políticas para a provisão de energia tanto em áreas urbanas como nas áreas rurais são organizadas, sobretudo, a partir do alinhamento com as políticas de cunho desenvolvimentista e mais recentemente neodesenvolvimentistas, de modo a ampliar as responsabilidades do Estado na regulação do setor e criar ambiente propício para a comercialização da geração, transmissão e distribuição da energia.

Fora identificado no estudo que, na Amazônia, a questão do abastecimento energético esteve relacionada, a princípio, com o apogeu da economia da borracha, principalmente com a criação dos serviços de iluminação pública nas capitais, tendo como principais investidores nesse setor, os agentes sociais privados. Ou seja, na Amazônia, a expansão do setor energético identifica-se com o processo de modernização das cidades, principalmente no que tange a iluminação pública e, posteriormente, para o uso produtivo e industrial de maneira muito centrada nas capitais, visto que a eletricidade assumiu um papel importante na constituição da infraestrutura para o desenvolvimento regional.

Para o interior do Amazonas, especificamente, o abastecimento de pequenos sistemas elétricos deu-se de maneira localizada e pontual, bem como foram tomadas como base para a organização espacial dos sistemas elétricos, até hoje concebidos como sistemas isolados.

Destacou-se também que, atualmente, a Amazônia tem sido eleita pelos governos e iniciativa privada como local privilegiado para mega investimentos no setor hidroelétrico (padrão energético dominante para o país), essa escolha tem sido permeada pela noção de que o ambiente amazônico é propício para a exportação de energia, de modo à reconfigurar o seu papel no sistema produtivo de energia para o país.

Essa nova configuração do papel da Amazônia teve como consequência o reordenamento, apropriação e gestão do seu território e recursos, os quais se tornaram subordinados aos objetivos e interesses nacionais e globais, trazendo uma completa alteração da natureza e transformações radicais para as populações locais.

Toda essa compreensão do processo da energia enquanto partícipe do processo de expansão capitalista nacional e regional permite afirmar que o processo de desenvolvimento do setor energético no país interage (influenciando e sendo influenciado) com os diversos processos e projetos políticos, históricos e econômicos, sendo possível, portanto, sua alteração a depender do movimento da sociedade em torno da questão.

No que diz respeito à compreensão da gênese e desenvolvimento da Política de Universalização do Acesso à Energia Elétrica, situamos as características das primeiras iniciativas de expansão de energia elétrica nas áreas rurais iniciadas através de cooperativas de pequenos povoados no estado de São Paulo, na década de 1940 e o envolvimento do setor público (Eletrobras) somente a partir de 1957.

Destacou-se que o papel da Eletrobras nos primeiros Programas de Eletrificação Rural (década de 1970) se configurou pela priorização de sistemas de energia no sul do país e que, no decorrer da década de 1980, dada a crise política e econômica, a situação se tornou crítica para a eletrificação rural (índices ínfimos de atendimento e desconexão com as políticas de desenvolvimento regional).

A partir da década de 1990, a eletrificação rural é incluída na política de desenvolvimento agrícola e a Eletrobras reinicia o processo de abastecimento energético no campo, já em momento marcado pela preponderância da privatização no setor elétrico. É nesse cenário que a universalização da energia elétrica para o campo é tida como meta e obrigação das distribuidoras para com os consumidores.

Identificou-se que o Governo Federal passou então a desenhar e financiar programas configurados para o atendimento as populações rurais que não dispunham do acesso à energia elétrica. Na era FHC, no bojo da retração da ação socio reguladora do Estado, os programas de eletrificação rural (Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios e Programa Luz no Campo) objetivavam ações de eletrificação rural em estabelecimentos

comunitários e instalações rurais em que o usuário custeava parte dos custos das obras, ou seja, marginalizava a maioria da população que vivia no campo e impedia a plenitude da universalização do serviço de energia elétrica e o alcance do desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais, principalmente aquelas distantes do sul do país.

Já na era Lula, as ações de eletrificação rural foram pautadas pela reconfiguração dos programas desenvolvidos anteriormente à sua gestão e pela conciliação das demandas urbanas e rurais concernentes as políticas energéticas. Vale destacar, que nesse governo, o papel de regulação do Estado também estava condicionado a privatização, publicização e desestatização e que, portanto, a Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica, apesar de inaugurar um novo marco regulatório e normativo no setor elétrico não rompia com a sujeição à política econômica nacional, expressando, assim, a personificação da ordem jurídica, por meio de toda uma legislação, destinada a normatizar as relações sociais constituídas no interior do processo de produção de mercadorias.

No que se refere à Política de Universalização e Acesso à Energia Elétrica, esta incorporou o tema da universalização na Agenda de Governo e articulou tanto a demanda social (famílias rurais não atendidas) quanto a demanda econômica (todos os serviços relacionados a distribuição da energia elétrica). Nesse sentido, o papel do Estado nessa política pública, se concentra na mediação entre as contradições produzidas pelo próprio sistema, como polarização da histórica exclusão elétrica de populações rurais, a convivência com a modernização urbana e a resolução do conflito entre o acesso e o não acesso à energia elétrica através do processo de reestruturação e modificações no quadro institucional, financeiro, regulatório etc. em que existe um processo de privatização das concessionárias estaduais e federais de energia elétrica.

Como principal instrumento da Política de Universalização e Acesso a energia Elétrica, o Programa Luz para Todos surge como alternativa e estratégia para combater a pobreza e a desigualdade social nas localidades onde não havia abastecimento de energia elétrica. Seu principal objetivo considera que a energia seja um vetor de desenvolvimento socioeconômico.

É fato inconteste que o programa alcançou, no período de 2003 a 2015, metas elevadas de atendimento no país e se inscreve no contexto de um governo de objetivos populares cujo foco era a diminuição da pobreza e desigualdade social. Identificou-se que, no panorama nacional, a eletrificação rural para o campo representou ganhos expressivos para as populações nos aspectos da qualidade de vida, condições de moradia e auxílio nas atividades escolares em período noturno.

Apontou-se que no Amazonas, o Programa Luz para Todos, implantado em 2004, beneficiou mais de 500 mil consumidores nos municípios do Estado. Os atendimentos concentraram-se, principalmente, na região Metropolitana de Manaus, com exceção dos municípios de Parintins e Castanho, e que os municípios mais longínquos foram os que tiveram a menor quantidade de atendimentos efetuados pelo Programa. Decorrente das dificuldades geográficas da região, houve certa ineficiência e lentidão nos primeiros anos de implementação e o ritmo das obras acelerou somente em 2010.

Vale destacar que, concomitante a esses aspectos positivos que a eletrificação rural trouxe às populações, a energia como um bem básico, passa por questões que envolvem a destinação do seu uso. As questões inquiram acerca da lógica consumista e segregadora do capitalismo.

Nesse sentido, este estudo também traçou os impactos do Programa Luz para Todos, elegendo para isso três comunidades do Baixo-Amazonas como campo empírico: Comunidade Santa Tereza (Barreirinha), Comunidade São Benedito (Boa Vista do Ramos) e Comunidade do Maranhão (Parintins). Os idosos dessas comunidades foram os sujeitos protagonistas na tentativa de elucidar os paradoxos do desenvolvimento que permeiam a implementação da política de eletrificação rural.

O perfil dos idosos entrevistados demonstrou tratar-se de pessoas nascidas nas comunidades em que vivem, as quais mesmo na condição de idosos aposentados, ainda permanecem trabalhando, principalmente na lida nos roçados e produção de farinha e assim contribuem ativamente para a manutenção financeira de suas famílias, mesmo tendo uma renda mínima.

As comunidades, apesar de apresentarem traços relativamente semelhantes – tranquilas e simples, cujos moradores mantêm fortes laços de solidariedade e relação de vivência com a terra e o rio – têm suas peculiaridades que repercutem, na sua visão, sobre os aspectos da implementação do Programa Luz para Todos.

A comunidade do Maranhão (Parintins) tem a origem do seu nome ligada à chegada do seu fundador, um maranhense atraído pelas oportunidades geradas pelo ciclo da borracha, mas, que aportou e se encantou pelo meio do caminho, se fixando em um dos lugares da zona rural parintinense.

O povo da comunidade guarda a sua fé com muita devoção, realizando grandes festas religiosas, as quais são ligadas as atividades da Congregação Mariana, lugar em que idosos entrevistados são participantes ativos. A comunidade apresenta, após a energia elétrica, problemas em torno da questão fundiária, pois, com a recente eletrificação rural, novos

agentes sociais reivindicam territórios ocasionando conflitos com os antigos moradores, problema apresentado pelos entrevistados.

Em Santa Tereza do Matupiri (Barreirinha), a peculiaridade está na sua afirmação recente enquanto comunidade quilombola e na diversidade de atividades produtivas que a comunidade desenvolve. Os idosos dessa comunidade, bastante religiosos, são participativos e frequentes nas atividades eclesiais, os mesmos são preocupados e muito atentos às dificuldades locais quanto ao aumento da questão da violência após a eletrificação rural e o descaso do poder público com o atendimento de saúde.

Destaca-se que políticas públicas de desenvolvimento necessitam considerar a diferenciação étnica entre grupos e suas necessidades, porém, em contraponto, as soluções no bojo do neoliberalismo uniformizam os grupos e desconsideram essa diferenciação.

Em São Benedito, percebe-se em sua paisagem a ligação estreita e a interdependência com a sede do município de Boa Vista do Ramos, dada as suas condições de acesso (estrada ou rio). A potencialidade produtiva da comunidade, no que se refere à produção de hortaliças, produção de farinha e a pesca nos lagos, é vislumbrada pelos idosos como uma alternativa viável para o desenvolvimento, no entanto, é manifestada uma insatisfação com a falta de organização sociopolítica da comunidade em torno dessa e de outras questões relacionadas a vida em comunidade, como, por exemplo, o uso de substâncias entorpecentes pelos jovens e o aumento da violência intrafamiliar e doméstica.

O cenário das comunidades antes da implementação do Programa Luz para Todos, visto a partir da percepção dos idosos, era de dificuldade pela ausência de iluminação, dificuldade com a obtenção de água encanada, impossibilidade de conservação de alimentos e ausência de educação regular em período noturno. Paradoxalmente, os idosos apontam uma série de problemas que sugerem maiores perdas após a chegada da energia, tais como: segurança, perda de equipamentos eletroeletrônicos decorrente das constantes interrupções de energia e, até mesmo, a mudança na rotina do entretenimento advinda da instalação de bares que destoam da antiga calma vivenciada nas comunidades.

Assim, as consequências positivas e negativas para os idosos se entrecruzam, resultando ganhos materiais e perdas imateriais derivadas do abastecimento de energia elétrica.

Evidenciou-se que as expectativas dos idosos em torno da chegada do Programa se encontravam em torno da possibilidade de uma melhoria de vida, considerando a viabilidade da aquisição de produtos que pudessem trazer conforto térmico e facilidades para as

atividades cotidianas. Esse sentimento conviveu também com a presença da inquietação concernente a possíveis perdas que o modo urbano de vida imporia ao modo de vida rural.

Para os idosos, o desenvolvimento de suas comunidades está relacionado com o crescimento econômico e populacional; melhorias na infraestrutura da comunidade, acesso ao comércio, à luz elétrica, à água encanada, à educação, asfaltamento das vias, o acesso a medicamentos, aumento de oportunidades de emprego, dentre outros aspectos. A partir dessa assimilação, as próprias reivindicações locais já explicitam características do urbano e o desenvolvimento passa então a ser interpretado pela comunidade a partir das mudanças operadas, que aliam-se ao modelo de desenvolvimento urbano.

Quanto as mudanças pós eletrificação rural na abrangência de direitos (saúde e educação), apontou-se o destaque para a permanência de equipe de saúde na própria comunidade - a qual pôde contar com instalações residenciais mais confortáveis - e possibilidade de armazenamento de vacinas nos postos. Mudanças essas ligadas a existência de energia elétrica permanente. Entretanto, destaca-se que ainda persistem problemas como ausência de medicamentos para doentes crônicos e, até mesmo, o desinteresse do poder público para a conclusão de obras relativas a unidades básicas de saúde, nesse caso específico, na comunidade Santa Tereza.

A melhoria na educação foi um ponto de unanimidade nas falas dos idosos, os quais apontam que a energia elétrica oportunizou a oferta de cursos tecnológicos em período noturno e a contratação de professores nativos. No entanto, apesar dessa melhoria objetiva, paradoxalmente, ainda destacam que o ensino carece de qualidade, as escolas necessitam de reformas em sua infraestrutura e os jovens não vislumbram expectativas na zona rural.

No que se refere aos impactos na produção, os idosos apontam que não houve mudanças drásticas para o incremento desta. Prevalece nas comunidades pesquisadas o modo de produzir baseado na agricultura familiar e a produção de alimentos é, majoritariamente, para a subsistência, sendo que o excedente é comercializado em feiras e mercados nas sedes dos municípios ou comercializados na própria comunidade.

A referência de melhorias, a partir da eletrificação rural, foi referida em dois momentos específicos: Na comunidade São Benedito, em que há presença de criação de gado, a energia elétrica contribuiu para que a carne obtida pelo abate de gado fosse armazenada e na comunidade Santa Tereza, em que a coleta de frutas resulta na produção de polpas que são congeladas. Considerando que a energia poderia incentivar a produção através de incrementos, em nenhuma comunidade foi observada qualquer iniciativa para o apoio e assistência técnica com fins de promover a melhoria na produção local, sendo que esse era um

dos objetivos do Programa Luz para Todos, por meio da articulação e integração entre políticas.

O ponto de destaque na pesquisa é que o acesso à energia elétrica possibilitou a população rural à aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos. A partir da implantação do Programa Luz para Todos a compra de bens duráveis se intensificou. Dentre os entrevistados, 100% afirmaram ter adquirido algum tipo de equipamento para a sua informação (televisão ou rádio), sendo a televisão a mais citada.

A eletrificação rural, neste contexto, contribuiu, de forma determinante, para que os indivíduos fossem inseridos no grupo de consumidores que possuem acesso a informações imediatas e a fonte de disseminação de cultura e ideologia.

Quanto à convivência familiar e comunitária, a eletrificação rural, para os idosos, contribuiu para que a frequência nas atividades noturnas fosse aumentada tais como: missas e saídas para visitar vizinhos. Nesse sentido, os laços de solidariedade entre vizinhos foram fortalecidos. Quanto à convivência familiar, a maioria dos idosos possui filhos e filhas residindo na sede dos municípios e que apesar de ocasional é amistosa.

Destaca-se que em nenhuma comunidade há presença de serviços socioassistenciais de fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, os quais poderiam auxiliar na proteção dos idosos quanto a problemas de isolamento e solidão.

Referente às mudanças no nível de consumo, após a eletrificação rural, os idosos apontaram que o acesso à energia elétrica incentivou a aquisição de eletrodomésticos e influencia na aquisição de equipamentos com maior eficiência energética. Esse dado coaduna com um dos objetivos do programa que é o aumento da demanda por consumo de equipamentos que exijam o uso da eletricidade. Como a política de eletrificação rural não fora acompanhada de ações que promovessem o uso produtivo e sustentável dessa energia, conclui-se que a inclusão da população rural apenas no circuito da esfera do consumo, favorece a permanência dos cidadãos na posição de consumidores, abstraindo-os de suas reais necessidades, sem possibilidades de emancipação dessa condição.

No que concerne aos impactos da eletrificação rural para o envelhecimento, apreendemos dessa análise que os idosos que residem em áreas rurais na Amazônia foram contemplados nas seguintes necessidades: a energia elétrica facilitou a acessibilidade nos espaços; o acesso à água encanada rompeu a dificuldade dos idosos de irem até o rio buscar o precioso líquido, dada as suas limitações físicas; trouxe bem-estar e conforto; com a conservação de alimentos em geladeiras, extinguiu-se a prática de salgar alimentos que contribuía para a incidência de agravos na saúde, como a hipertensão arterial; a iluminação

residencial favoreceu a diminuição de quedas durante a noite e a aquisição de eletrodomésticos facilitou as atividades cotidianas.

Nesse sentido, a eletrificação rural apesar de todos os paradoxos elencados na pesquisa, principalmente no que se refere ao programa que lhe dá base, trouxe inúmeros benefícios para os idosos que residem em áreas rurais amazônicas e suas condições de vida foram alteradas de maneira significativa, pois todas essas mudanças propiciaram, em certo grau, melhorias na qualidade de vida dos mesmos.

Entretanto, mesmo considerando tais mudanças, a prestação dos serviços pelo poder público no local ainda carece de mudanças efetivas e a integralidade do atendimento. Não se evidencia na implementação do Programa Luz para Todos nas áreas estudadas a efetividade de ações integradas, participativas e intersetoriais. Essas distorções podem ter sido geradas pela privatização dos planos decisórios, pautado em ações verticalizadas do poder público, o que colocou as comunidades numa posição de submissão e não de protagonistas.

Considera-se a efetividade da política quando ela promove mudanças significativas, mediante a prestação de serviços públicos com qualidade e respeito à qualificação do atendido enquanto cidadão. A mudança efetiva na vida dos idosos ocorreria mediante mudança substancial de autonomia em relação ao exercício de sua cidadania e não dependentes de políticas compensatórias.

Nota-se que incluir socialmente o indivíduo não é só o apresentar um novo mundo de consumo, incluir socialmente é dinamizar condições de acesso à educação, saúde, emprego, renda etc., de maneira a capacitar a população não só para a sua inserção na esfera de consumo, mas para desenvolver suas capacidades e potencialidades.

De maneira indireta, não menos importante, o estudo em tela privilegiou as condições dos idosos pós-eletrificação rural e identifica alguns elementos presentes nas falas e que podem ser tidas como reflexões sobre os impactos sociais em suas comunidades:

1. O desenvolvimento, entendido como melhorias na infraestrutura das comunidades e na possibilidade da inserção no consumo, sinaliza a limitação da visão de desenvolvimento ligado ao crescimento econômico e demandas do mercado, mas centrado no atendimento das necessidades básicas das pessoas;
2. A universalização do acesso à energia elétrica não garantiu que as condições de saúde e educação tivessem melhorias substanciais, sendo pontuais as questões relativas à conservação de vacinas e a possibilidade de ter profissionais residindo na comunidade por ela ser abastecida por energia elétrica de forma ininterrupta;

3. A atividade produtiva das comunidades garante a permanência da população rural no lugar onde elas vivem, necessitando para tanto uma valorização da produção familiar, voltada, principalmente, ao abastecimento do mercado interno e a geração de renda a partir da vocação produtiva local;
4. A promoção de políticas sociais no campo da assistência social (ausente em todas as comunidades pesquisadas) necessita ser expandida para o ambiente rural e estas precisam visualizar os idosos como cidadãos e não apenas como consumidores de produtos do mercado, a fim de que o seu processo de envelhecimento possua condições dignas.

No escopo das atribuições e objetivos do Programa Luz para Todos estava a meta de assegurar que o esforço de eletrificação do campo resultasse em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada. No entanto, constatou-se que nas comunidades rurais pesquisadas houve somente o crescimento da demanda por energia elétrica e o abastecimento energético por si, só não resultou em desenvolvimento local, pois disso depende uma articulação objetiva com outras políticas.

Pode se afirmar, por fim, um dos aspectos da questão rural: a ausência do abastecimento energético fora contemplado, paulatinamente, no decorrer da expansão da política de eletrificação rural. Esta ganhou contornos notáveis nos últimos governos de base popular, no entanto, não podemos deixar de observar e salientar que a questão rural poderá sofrer nova invisibilidade dada às condições político-econômicas atuais, que sugerem um cenário de retrocesso de direitos e serviços públicos. Ou seja, o quadro de desigualdade social e regional no país, mesmo com todas as contradições inerentes ao Estado Capitalista, foi alvo de ações necessárias via programas e projetos que redimensionaram políticas de cunho redistributivo e poderá ter seus ganhos limitados ou até inexistentes no futuro.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução 223, de 29 de abril de 2003.
- ALBUQUERQUE, A.R. **Fluxo de caixa em risco: uma nova abordagem para o setor de distribuição de energia elétrica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- graduação em Engenharia Elétrica do Departamento de Engenharia Elétrica da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. de. et al. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas do rio Andirá: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Itaquara/Barreirinha, Amazonas**. Manaus: UEA, 2014.
- ALMEIDA, L. F. R. Entre o nacional e o neonacional- desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012.
- ANDRADE, C. S. **Energia elétrica e as populações tradicionais do Estado do Amazonas: aprendizados a partir da experiência na comunidade do roque na reserva extrativista do Médio Juruá**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Planejamento Energético, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- ANEEL. **Perguntas e respostas**, 2007. Disponível em <<http://www.aneel.gov.br/perguntas-frequentes>>. Acesso em 04 abr.2017.
- BARROS, C. V. M. de. **Reestruturação do setor elétrico e concorrência**. Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Direito. São Paulo, 1999.
- BARROS, M. A complexidade amazônica e o desenvolvimento sustentável. In: FREITAS, M.; SILVA, M. C.; BARROS, M. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus. Editora Valer, 2010.
- BARROSO, M. F. **Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento a violência doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena**. Manaus, EDUA, 2015.
- BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.

BAUMAN, Z. **La sociedad individualizada**. Barcelona: Catedra, 2002.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco: antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENEVIDES, M. V. de M. **O governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BENICÁ, D. **Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo, Cortez, 2011.

BNDES. **Publicação da área de Desestatização e Reestruturação**. Jul. 2002. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 07 jun. 2015.

BOITO, A. Jr. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo.

BORGES, F. **Energia Elétrica**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). NAEA/UFPA, 2007.

BORON, A. A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. 1994.

BOSI, E. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.285 de 18 de maio de 1939. Decreto Presidencial que cria o Conselho Nacional das Águas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1285-18-maio-1939-349181-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 dez.2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Lei nº 8361 de 1993. Lei que cria um novo regime tarifário para as empresas do setor elétrico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9427compilada.htm> . Acesso em: 21 mai.2015.

BRASIL. Decreto Presidencial de 02 de Dezembro de 1999. Institui o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/449791.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10438.htm>. Acesso em: 10 mai.2015.

BRASIL. Aneel. Resolução da ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003. Condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/res2003223.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso**.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 e alterado pelo decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008. Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm>. Acesso em: 22 set.2013.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Balanco Energético Nacional**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.agg.ufba.br/ben2003/Introducao.pdf>> . Acesso em: 20 set.2013.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética Balanco Energético Nacional 2007: Ano base 2006: Resultados Preliminares / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2007.

BRASIL. Resolução normativa nº 175, de 28 de novembro de 2005. Estabelece as condições para a revisão das metas rurais dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando à prorrogação dos prazos de execução do Programa LUZ PARA TODOS, biênio 2009-2010. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=102463>>. Acesso em: 30 set. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008. Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para prorrogar o prazo ali referido. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6442.htm>. Acesso em: 10 out.2014.

BRASIL. Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12111.HTM. Acesso em: 14 mai. 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.324, de 5 de outubro de 2010. Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7324-5-outubro-2010-609048-publicacaooriginal-130070-pe.html> . Acesso em: 18 nov.2014.

BRASIL. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm . Acesso em: 18 nov.2014

BRASIL. Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014. Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8387.htm . Acesso em: 20 fev.2015.

BRASIL. **Balanco PAC 2015**. Grupo Executivo do PAC. Ministério do Planejamento, 2015. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/ccedac8ebd8bfe1fefc25c0e4e4e8c0c.pdf> . Acesso em: 20 abr.2016.

BRASIL. Decreto Lei Presidencial de 27 de dezembro de 1994. Cria o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - PRODEEM, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1994/dnn2793.htm . Acesso em: 20.03.2017

BRESSER, P. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC), Aula magna proferida em Brasília em 4 de dezembro de 1990. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>>. Acesso em: 4 jun.2014.

_____. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Ano 49, n. 1., jan-mar. 1997.

BULLA, L. C.; SOARES, E.S, KIST, R.B. Cidadania, pertencimento e participação social de idosos. **Ser Social 21**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília. UNB, 2008.

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 2, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. **Raízes da concentração Industrial em São Paulo**. Editora: Tao. São Paulo, 1981.

CAMARANO, A. C. (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** IPEA. Rio de Janeiro, 2004.

CAMARGO, F. J. **Estado e agentes privados na Indústria Brasileira de Energia Elétrica**. Dissertação, Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas/SP, 2001.

CAMARGO, E. O Programa Luz para Todos: Metas e Resultados. **Espaço Energia**, n. 09, out. 2008.

CARDOSO, F. H. **Notas sobre a reforma do Estado**. Novos Estudos/CEBRAP, 50, 1998.

CARMO, J. R. do. **Planejamento e Operação de Políticas Públicas de Eletrificação Rural no Estado de São Paulo**. Dissertação. (Mestrado em Energia), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal do Estado de São Paulo. São Paulo: UFESP, 2005. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2005/Teses/Tese_Carmo.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2015.

CARTA DA TERRA, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

CARTAXO, E. F.; COELHO, I. M. H. D. V.; PAIXÃO, V. Sustentabilidade do programa “Luz Para Todos” no estado do Amazonas. **Revista Brasileira de Energia**, v. 12, pp. 1-8, 2006.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do Homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, E. R. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, M. C. N. et. al.(Orgs.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, 2001. (Série Estado e Gestão Pública)

CASTRO, N. J.; BRANDÃO, R.; DANTAS, G. O Processo de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro e os Impactos da MP 579. **Texto de Discussão do Setor Elétrico**, n.º 51. IPEA, 2013.

CAVALCANTE, A. **A contribuição do programa luz para todos no desenvolvimento sustentável do Amazonas: um estudo de caso na comunidade Terra Preta do Limão Barreirinha/Amazonas**. Dissertação de Mestrado, Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Centro de Ciências do Ambiente – CCA, Universidade Federal do Amazonas, Manaus: UFAM, 2008.

_____. **Atendimento e inclusão: impactos socioambientais da política pública de energia elétrica na construção da sustentabilidade em contexto amazônico**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus: UFAM, 2015.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COPPE, Equipe Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. **Economia e Energia**. Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2008.

COSTA, R. O. da. **Análise do setor elétrico nacional: evolução histórica e a investigação do cenário no próximo decênio**. Monografia. Ciências Econômicas, UFSC, 2013.

COVA, A.; RAMOS, N.; JOAQUIM, T. **Desafios da comparação**. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

CRUZ, C. N. P. et.al. Eletrificação rural: benefícios em diferentes esferas. **Anais do 5º. Encontro de Energia no Meio Rural**. UNIFEI. São Paulo, 2004.

CUREAU, S. Os impactos socioculturais decorrentes da construção de usinas hidrelétricas no Brasil. In: MAIA, Leonardo Castro; CAPELLI, Silvia; PONTES JÚNIOR, Felício (Org.). **Hidrelétricas e Atuação do Ministério Público na América Latina**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEBERT, G.G. Formas de gestão da velhice no Brasil e em Portugal. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. **Desafios da comparação**. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

_____. DEBERT, G.G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, 2004

DEMO, P. **Pesquisa e Informação Qualitativa: aportes metodológicos**. 2. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2001.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DINELLY, Vanusa Miranda. **Currículo e construção de identidades nas escolas rurais do município de Boa Vista do Ramos** (dissertação). Manaus: UFAM, 2012.

ELETROBRÁS, Amazonas Energia. **Relatório de metas e atividades de 2010 a 2014**. Manaus, 2015.

ESMAP – **Estratégias para Eletrificação Rural no Brasil** – Workshop para a discussão de ações. Ministério de Minas e Energia e The World Bank. 18 jun. 2002.

FARIAS, F. B. **O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. 2. ed. (Coleção Questões da Nossa Época -73). São Paulo: Cortez, 1999.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Gastos com a dívida pública em 2014 superam 45% do orçamento federal executado**, 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

FEDRIZZI, M.C. **Sistemas fotovoltaicos de abastecimento de água para uso comunitário: lições aprendidas e procedimentos para potencializar sua difusão**. Tese de Doutorado. São Paulo. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. USP. 2003.

FERNANDES, F. As mudanças Sociais no Brasil. In: **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1974.

FERREIRA, C. K. L. (2003). **Privatização do setor elétrico no Brasil**. Fev. 2000. Disponível em: <<http://www.dinheirovivo.com.br/projetobrasil/energia/material/PRIVATIZAÇÃO.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2003.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FIORI, J. L. **Para uma economia política do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos – seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FROELICH, G. M. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). **Pesquisa & Debate**, SP, vol. 18, n. 1 (31), pp. 1-26, 2007.

FRAXE, T. de J. P. et. al. As unidades de conservação no Amazonas: A reserva de desenvolvimento sustentável Piagaçu-Purus. In: SHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente**. Manaus: EDUA, 2009.

FREITAS, M. de. **Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. EDUA, Manaus, 2001.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 1961.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 21. ed., 1986.

_____. **O pensamento econômico latino-americano (entrevista)**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 41, mar., 1995.

GELINSKI, C.R.O; SEIBEL, E.J. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

GOLDENBERG, J.; PRADO, L. T. S. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo social**, vol.15, n. 2, São Paulo, nov. 2003.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, USP – FFLCH, nº 01, p. 21-47, 1982.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GUANZIROLE, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.45, n.2. Brasília, abr./jun. 2007. ISSN 0103-2003. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 07 out. 2016.

GUSMÃO, M. V. O programa de eletrificação rural "Luz no Campo": resultados iniciais. **Anais do 4º. Encontro de Energia no Meio Rural**, 1999.

GUSMÃO, N. M. M. de; ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários. **Revista Ruris**, vol. 2, n. 1, 2008.

HALL, A. **Amazônia Desenvolvimento para quem?** Desmatamentos e conflitos sociais no Programa Grande Carajás. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HAYEK, F. A. **Law, legislation and liberty: a new statement of the liberal principles of justice and political economy**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Condição Pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HIRSCHMAN, A. O. **La economía política del desarrollo latinoamericano: siete ejercicios en retrospectiva**. El Trimestre Económico, México, v. LIV, n. 216, 1987.

HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (org.) **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

HÉMERY, D; DEBIER, J e BELÉAGE, J. **Uma História da Energia**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

HISTÓRICO DA COMUNIDADE DO MARANHÃO, documento elaborado pela comunidade do Maranhão, rio Uaicurapá. [s.n.] . 10 fls.

HISTÓRICO DA COMUNIDADE SANTA TEREZA, documento elaborado pela comunidade Santa Tereza. [s.n.] [19-?]. 07 fls.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos de Educação**, CEDES, vol. 21, n. 55, Campinas, nov. 2001.

IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico – 2000**: Pesquisa Nacional por Amostra de: micro-dados: Rio de Janeiro, 1998. 1 CD.

_____. **Censo Demográfico – 2007**: Pesquisa Nacional por Amostra de: micro-dados: Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Demográfico – 2007**: Pesquisa Nacional por Amostra de: micro-dados: Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Censo Demográfico – 2010**: Pesquisa Nacional por Amostra de: micro-dados: Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo Demográfico – 2011**: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: micro-dados: Rio de Janeiro, 2011. 1 CD.

_____. **Censo Demográfico – 2014**: Pesquisa Nacional por Amostra de: micro-dados: Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Censo Demográfico – 2016**: Pesquisa Nacional por Amostra de: micro-dados: Rio de Janeiro, 2016.

IICA. **Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Meio Rural Brasileiro: Lições do Programa Luz para Todos**. Brasília: 2011. 94 p. ISBN ISBN13: 978-92-9248-329-6.

JERONYMO, A. C. J. **Expansão do estado capitalista no contexto da política de universalização do acesso e uso da energia elétrica**. Tese de doutorado. Curso de Pós Graduação em Energia. Universidade do ABC. Santo André, 2012.

JESUS, J. T.; RESENDE, V. L. A Televisão e sua influência como meio: uma breve historiografia. 9º. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DE MÍDIA. UFOP. Ouro Preto. Minas Gerais, 2013.

JÚNIOR, E.M.R. **Avaliação do Programa “Luz para Todos” no Estado do Amazonas sob o aspecto da qualidade da continuidade do serviço de energia elétrica**. Dissertação de Mestrado. PPG- ENGRAM/UFAM, 2015.

KAYANO, J.; CALDAS, E. de L. In: Indicadores para o Diálogo. **Novos Contornos da Gestão Local**. São Paulo: POLIS, 2002.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEITE, A. D. **A energia do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b. [1968]

LEMOS, C. F. de. **O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007.

LIMA, P. C. V. de; VASCONCELOS, V. V. Impactos sociais de hidrelétricas: avaliação dos Planos de Assistência Social – PAS – no Estado de Minas Gerais, Brasil. In: MAIA, L. C.; CAPELLI, S.; PONTES JÚNIOR, F. (Org.). **Hidrelétricas e Atuação do Ministério Público na América Latina**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013. pp. 175-204.

LIMA, V. F. S. de A. Qualificação e emprego: uma avaliação de impactos do Planfor no Maranhão. IN: SILVA, M. O. da S. (Org.). **Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2. ed., 2013.

LIMA, M. (Org.). **Petróleo, energia e siderurgia: a luta pela emancipação – um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LLOYD, R. (Ed.). **Impressões do Brasil no Século Vinte**. Sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

LOPES, R. G. da C. Imagem e auto-imagem: da homogeneidade da velhice para a heterogeneidade das vivências. In: NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC-SP, 2007.

MAHAR, D. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Relatório de Pesquisa, 39)

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os economistas.)

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARANHÃO, C. H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado. In: MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, T. A. de. **Manaus: Amor e Memória**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1983.

MERCADANTE, A. **As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MESQUITA, B. A. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo das *commodities*. In: COUTINHO, Joana; LOPES, Josefa Batista (Org.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

_____. Expropriação dos recursos naturais e exclusão social na Amazônia brasileira “na era neoliberal”. **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária. A questão (da reforma) agrária na América Latina: Balanço e Perspectivas**. Niterói-RJ, 2009.

MÉSZAROS, I. **O século XXI: Socialismo ou barbárie**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico o socialismo no século XXI.** Coleção Mundo do Trabalho. Editora Boitempo, SP, 2007

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTEIRO, M. A. Desenvolvimento e ambiente: uma conjunção analítica necessária. IN: ALTVATER ELMAR, Héctor R. et. al. **Terra Incógnita.** Belém: UFPA/NAEA, 1999.

MORAIS, E. P. de M.; RODRIGUES, R. A. P.; GERHARDT, T. E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. **Texto Contexto Enferm,** Florianópolis, 2008.

MOTA, A. E. Crise Contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

MUÑIZ, A. P. **Evaluación del impacto social: el valor humano ante la crisis y el ajuste.** Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NIEZ, A. **Comparative Study on Rural Electrification Policies in Emerging Economies: Keys to Successful Policies,** 2010.

NOGUEIRA, L. A. H. Os desafios do desenvolvimento energético sustentado. In: OLIVEIRA, A. de (Coord.). **Energia e Desenvolvimento: Relatório Final.** Ministério de Minas e Energia, UFRJ, 1998. p. 70-130.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005

OLIVEIRA, A. de (Coord.). **Energia e Desenvolvimento: Relatório Final.** Ministério de Minas e Energia, UFRJ, 1998.

OLIVEIRA, L.C. **Perspectivas para a eletrificação rural no novo cenário econômico-institucional do setor elétrico brasileiro.** Tese de Doutorado. COOPE/UFRJ, 2001.

ONS. DPP-REL-E-285. **Planejamento Anual da Operação Energética ano 2000**. Sistema Interligado Nacional. Rio de Janeiro, 2001.

PASE, H. L.; ROCHA, H. J. O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, pp. 32-59, jul.- dez. 2010.

PÊGO, B.; CAMPOS NETO, C. A. S. **O PAC e o setor elétrico: desafios para o abastecimento do mercado brasileiro (2007-2010)**. Brasília, IPEA, fev. 2008.

PEIXOTO, C. E. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso e terceira idade. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PEREIRA, P. **Políticas Públicas e Necessidades Humanas com Enfoque no Gênero**. IN: Sociedade em Debate, Pelotas, 12(1): 67-86, jun./2006

PES, J. H. F.; ROSA, T. H. da. **Análise Jurisprudencial do Direito de Acesso à Energia Elétrica**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=bd3ef5c19067fe17>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RIBEIRO, T.B.S. **A eletrificação rural com sistemas individuais de geração de fontes intermitentes em comunidades tradicionais: caracterização de entraves para o desenvolvimento local**, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, F. S. et.al. Programa "Luz da Terra" - modelo de eletrificação rural participativo. **Anais do 3º. Encontro de Energia no Meio Rural**, Campinas, 2003.

ROCHE, C. **Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. Tradução de Tisel Tradução e Interpretação Simultânea Escrita. 2. ed. São Paulo: ABONG, 2002.

RODRIGUES, N. Lutas e conquistas da sociedade civil. **Revista Kairós**, vol.04, n.01, São Paulo, Educ, PUC-SP, 2001.

SALAZAR, A. P. **Amazônia: globalização e sustentabilidade**. 2. ed. Editora Valer. Manaus, 2006.

SANTOS, B. S. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Coimbra. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1998.

SANTOS, R.H. **Modelo 2004**: fundamentos, formulação e incertezas do setor elétrico. Tese (Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAUER, I. **Um novo modelo para o setor elétrico brasileiro**. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia - PIPGE-IEE/USP, versão preliminar, dez., São Paulo, 2002.

SEVÁ FILHO, A. O. **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para o debate**. Rio de Janeiro, Cedi, 1990.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (SBGG). **Quedas em idosos**: prevenção. Projeto Diretrizes. Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SILVA, J. G. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SILVA, M. da C. Q. da. **Programa de Assistência à Saúde do Idoso em Manaus em nível ambulatorial**: uma análise crítica. Dissertação (Mestrado em /saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Manaus: FIOCRUZ, 2004., Disponível em: <<http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/silvamcq.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SILVA, M. O. da S. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. **Pesquisa Avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2. ed. 2013.

SILVA, C. M. M. da; FRAXE, T. de J. P. Sustentabilidade e territorialidades rurais: o território rural do baixo Amazonas, Parintins (Am). In: WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE,

Therezinha de J. P.; CAVALCANTE, Kátia Viana (Org.). **Território e Territorialidades na Amazônia**: formas de sociabilidades e participação política. Manaus: Valer, 2014.

SILVA, M. S. **Energia Elétrica**: estatização e desenvolvimento, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA, M. C. da. Os Amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir (Orgs.). **Amazônia**: território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SINGER, P. **Desenvolvimento e Crise**. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

SIMIONATO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: CFESS-ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social- Brasília: CEAD, 1999.

SOUSA, V.F.F. **Cidadania e Envelhecimento em Parintins: um enfoque para o Programa de Atenção Integral ao Idoso**. Dissertação de Mestrado. PGSS/UFAM, 2011.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no.16, 2006.

SOUZA, M. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

SPOSATI, A. Serviço Social e Sociedade. III ENCONTRO LATINO-AMERICANOS DE TRABALHO SOCIAL, São Paulo, ano 6, n. 17, pp. 138–144, abr. 1985.

_____. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio**. Anais do VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002

STIEL, W. C. **História do Transporte Urbano no Brasil**: história dos bondes e trolebus e das cidades onde eles trafegaram. Brasília: EBTU, 1984.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2001.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2008.

TOLMASQUIM, M. T. **Novo Modelo do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro: Synergia, 2011.

VAINER, C. B. **Fragmentação e projeto nacional:** desafios para o planejamento territorial. Segunda versão do texto apresentado no Painel “Desigualdades Regionais, Urbanização e Ordenamento Territorial no Brasil: desafios e perspectivas” no Seminário Internacional “Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e Brasil”. Ministério da Integração Nacional, Brasília, 23-24 mar. 2006.

VIANA, F. G. **Luz no campo e luz para todos: duas Experiências em busca da Plena Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil.** 6º Simpósio Brasileiro sobre pequenas e médias Centrais Hidrelétricas. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <www.cerpch.unifei.edu.br>. Acesso em: 20 mai. 2015.

VIEIRA, J. P. **O novo papel do Estado no setor elétrico:** a implementação dos órgãos reguladores. Dissertação de mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1998.

_____. **Antivalor:** um estudo da energia elétrica construída como antimercadoria e reformada pelo Estado nos anos 1990. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

VILLELA, L. E. **As mudanças institucionais do setor energético brasileiro segundo os diferentes referenciais sócio-econômicos.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Energia, 1996.

WAGLEY, C. **Uma Comunidade Amazônica:** um estudo do homem nos trópicos. Traduzido por Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. vol. I. Brasília: UnB, 1991.

WILLIAMSON, J.; KUCZYNSKI, P.-P. **Depois do Consenso de Washington.** [Versão em português]. São Paulo: Saraiva, 2004.

WITKOSKI, A. C. et al.. A política do governo federal brasileiro dos territórios rurais: dois estudos de casos no estado do Amazonas. In: WITKOSKI, A. C.; FRAXE, Therezinha de J. P.; CAVALCANTE, K. V. (Org.). **Território e Territorialidades na Amazônia:** formas de sociabilidades e participação política. Manaus: Valer, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 4.873, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 13, inciso V, e 14, § 12, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002,

DECRETA:

~~Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público.~~

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público. (Redação dada pelo Decreto nº 6442, de 2008)

~~Parágrafo único. O Ministério de Minas e Energia definirá as metas e os prazos de encerramento do Programa, em cada Estado ou por área de concessão, respeitado a data estabelecida no caput. (Incluído pelo Decreto nº 6442, de 2008)~~

§ 1º Fica prorrogado o prazo de execução do Programa "LUZ PARA TODOS" até 31 de dezembro de 2011, com o objetivo de garantir a finalização das ligações destinadas ao atendimento em energia elétrica, que tenham sido contratadas ou estejam em processo de contratação, até 30 de outubro de 2010. (Incluído pelo Decreto nº 7.324, de 2010)

§ 2º Os prazos de vigência das contratações mencionadas no § 1º, com base nos cronogramas apresentados pelos Agentes Executores, serão objeto de avaliação pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e posterior homologação pelo Ministério de Minas e Energia. (Incluído pelo Decreto nº 7.324, de 2010)

§ 3º O Ministério de Minas e Energia definirá as metas e os prazos do Programa, em cada Estado ou área de concessão, respeitada a data limite de 31 de dezembro de 2011. (Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.324, de 2010)

Art. 2º Os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa.

Art. 3º O Programa "LUZ PARA TODOS" será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Art. 4º A estrutura do Programa "LUZ PARA TODOS" será composta pela Comissão Nacional de Universalização, por um Comitê Gestor Nacional de Universalização, e por Comitês Gestores Estaduais que, em conjunto, garantirão a gestão compartilhada do Programa.

§ 1º A Comissão Nacional de Universalização, com a finalidade de estabelecer ações de desenvolvimento integrado no meio rural, em consonância com os diversos programas governamentais existentes, tem a seguinte composição:

- I - Ministro de Estado de Minas e Energia, que o coordenará;
- II - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- III - Ministro de Estado da Fazenda;
- IV - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;
- VI - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;
- VIII - Ministro de Estado da Integração Nacional;
- IX - Ministro de Estado da Educação;
- X - Ministro de Estado da Saúde;
- XI - Ministro de Estado do Meio Ambiente;
- XII - Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- XIII - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- XIV - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

XV - Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Energia dos Estados; e

XVI - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 2º O Comitê Gestor Nacional de Universalização será instituído pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, que indicará sua composição, atribuições e competências.

§ 3º Os Comitês Gestores Estaduais serão instituídos mediante ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, que indicará suas atribuições, competências e o seu coordenador.

§ 4º A composição dos Comitês Gestores de que trata o § 3º será estabelecida em conjunto com os respectivos Governos estaduais.

Art. 5º O Programa "LUZ PARA TODOS" observará as seguintes prioridades:

I - projetos em Municípios com índice de atendimento inferior a oitenta e cinco por cento, segundo dados do Censo 2000;

II - projetos de eletrificação rural que beneficiem populações atingidas por barragens, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento;

III - projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;

IV - projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água;

V - projetos de eletrificação rural que visem atender assentamentos rurais; e

VI - projetos de eletrificação para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Art. 6º Serão contempladas como alternativa de atendimento da execução do Programa "LUZ PARA TODOS", a extensão de redes convencionais e ainda os sistemas de geração descentralizados, com redes isoladas ou sistemas individuais, nos termos do manual de operacionalização de que trata o art. 7º.

Art. 7º O Ministério de Minas e Energia deverá, no prazo de trinta dias, editar o manual de operacionalização do Programa e demais normas pertinentes à sua execução.

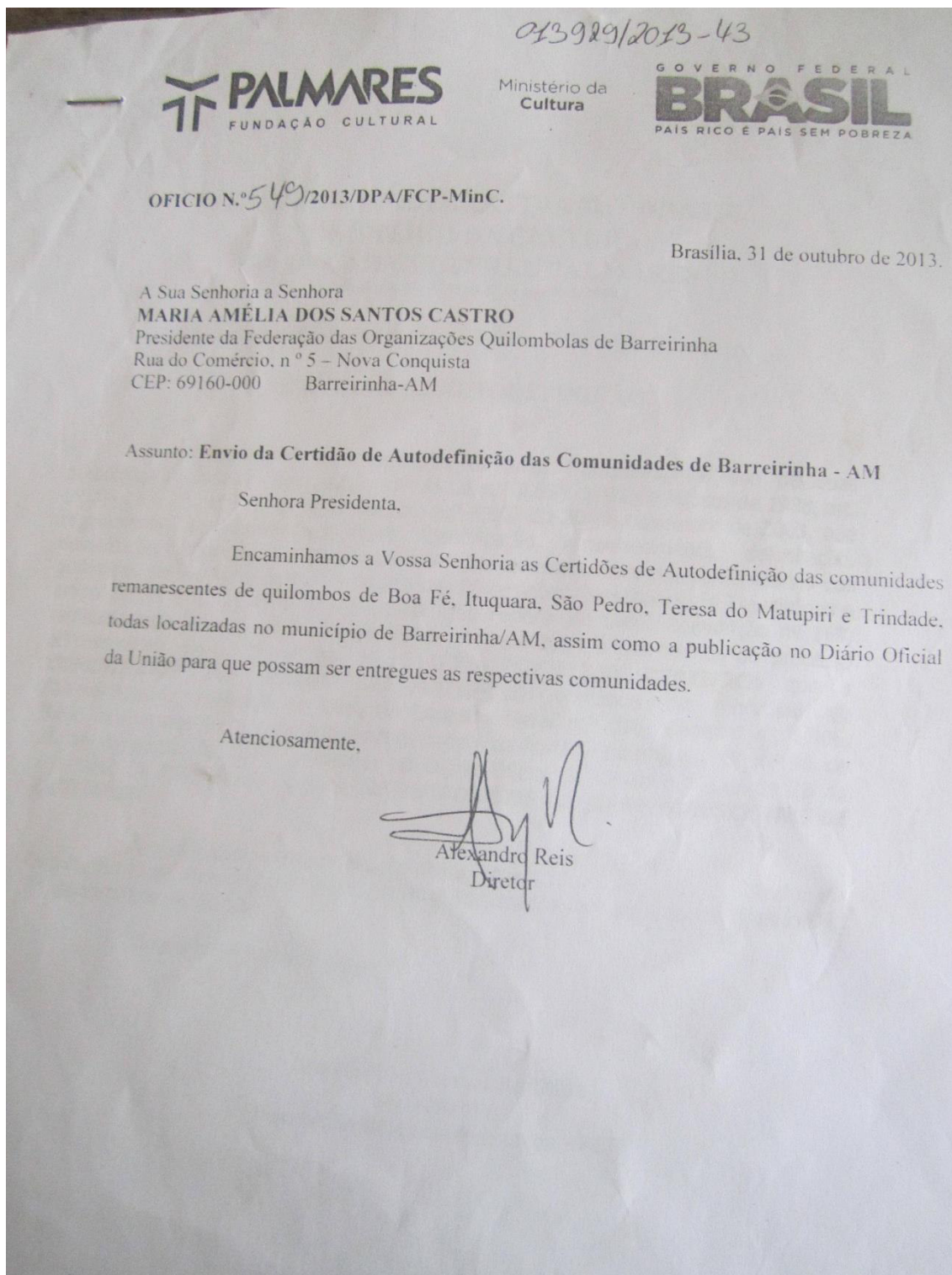
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.


LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Vana Rousef

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 12.11.2003

APÊNDICE 2

DOCUMENTO: Ofício de encaminhamento da Certidão de Autodefinição das Comunidades de Barreirinha-AM

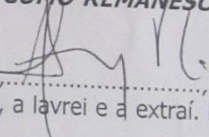
DOCUMENTO: Certidão de autodefinição de terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos (Comunidade Santa Tereza do Matupiri)


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

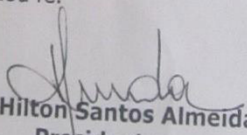
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.003752/2012-96 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE TEREZA DO MATUPIRI**, localizada no município de Barreirinha/AM, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro nº 1.986, fl.005, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Alexandro Anuniação Reis**, (Ass. )....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **21 de outubro de 2013.**

O referido é verdade e dou fé.


José Hilton Santos Almeida
Presidente
Fundação Cultural Palmares - FCP

SGAN Qd. 601 Norte - Lote L - Ed. ATP - Brasília/DF
CEP: 70830-010 Fone: (61) 3424 0101 site: www.palmares.gov.br

APÊNDICE 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS– PPPG

Pesquisa: ELETRIFICAÇÃO RURAL E ENVELHECIMENTO NO BAIXO-AMAZONAS:
os impactos sociais da política de energia elétrica nas condições de vida dos idosos

Pesquisadora: Valmiene Florindo Farias Sousa

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM IDOSOS

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome
Idade
Endereço
Telefone para contato
Naturalidade
Grau de instrução
Religião
Estado Civil
Tem filhos? Quantos
Profissão/Ocupação
Se trabalha, onde?
Renda familiar
Quanto tempo vive na comunidade

2. SOBRE A COMUNIDADE E A DEMANDA POR ENERGIA ELÉTRICA

Como era a vida na comunidade antes da energia elétrica, individualmente e coletivamente?
Quais os problemas decorrentes da ausência da energia elétrica para a comunidade e pessoalmente?
Sabe se houve solicitação de energia elétrica para a comunidade por parte de sua liderança ou de outra liderança?

3. SOBRE O PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

Quando a energia elétrica via “Luz para Todos” chegou na comunidade?
Como a comunidade se envolveu para a instalação da estrutura para o abastecimento elétrico?
Que tipo de estrutura foi exigida?
Quais eram as expectativas em torno da distribuição e abastecimento com a chegada da energia elétrica de forma permanente?
Houve reuniões com a comunidade para explicar sobre o Programa “Luz para Todos”?
Quais os benefícios que os representantes da empresa destacaram nas reuniões?
Você acredita que o Programa Luz para Todos trouxe desenvolvimento para sua comunidade?
Se sim, porque?

Quais são as principais necessidades de sua comunidade? Elas foram supridas pelo Programa? Crédito, financiamento, estrutura física e equipamentos?

4.MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PÓS-ELETRIFICAÇÃO RURAL

4.1 Abrangência de direitos e benefícios

Como você avalia a saúde na sua comunidade (qualidade e acesso a serviços)

Como você avalia a educação na sua comunidade?

Existe algum programa de alfabetização para adultos?Qual o horário da atividade?

Você participa ou participou?

Quais são as principais atividades de trabalho na comunidade?

É beneficiário de algum programa de social?Bolsa família?Aposentadoria Rural?

Quais são as suas principais despesas familiares?

() alimentação () educação () vestimenta () remédios () transporte () luz (

É beneficiário do Tarifa Social? Quanto paga de energia elétrica mensalmente?

Habitação/Condições de habitabilidade (observação direta)

4.2 Produção

Quais são as atividades produtivas desenvolvidas na comunidade? Quais você realiza?

Quais são os principais produtos? (agrícola e não-agrícola)

Como é organizada a produção? (observação direta)

Quais são as condições de trabalho?

Quais os equipamentos/Ferramentas utilizadas (próprios e ou terceiros)

Qual é o tempo de produção?

Para onde é (são) escoado (s) o(s) produto(s)- comercializados (apropriação da renda)

A energia elétrica melhorou na organização da produção?

4.3 Informação

Quais são os principais meios de informação

Quais são os tipos de informação

4.4 Aspectos econômicos e sociais

Você participa nas atividades comunitárias (Associação de Moradores, Igrejas e outros)

Você participa de atividades coletivas de empreendimentos comunitários

4.5 Aspectos sociais do bem-estar (Antes e Depois)

Como é seu convívio familiar e comunitário

Você acha que sua vida tem qualidade? Porquê?

Prefere morar no campo ou tem planos de mudança para a cidade?

Você tem muitos custos ou dívidas?

4.6 Nível de consumo

Quais foram os principais produtos adquiridos pós-eletrificação rural?Bens materiais de consumo e bens de produção

Quais são suas principais necessidades de consumo?

Você pretende comprar mais produtos? De que tipo?

Sua renda aumentou?

4.7. Envelhecimento, ruralidades e a energia elétrica

Como você compreende seu envelhecimento?

Envelhecer no campo trouxe benefícios para sua saúde?

Após a eletrificação rural, houve mudanças para sua condição de saúde e bem-estar?

As relações comunitárias se estreitaram ou distanciaram após a energia elétrica?

Se trabalha, houve aumento de produção e renda após a eletrificação rural?

Em que a energia elétrica contribui para os idosos de sua comunidade? E para os outros comunitários?

APÊNDICE 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS- PPPG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido o (a) Sr.(a) para participar do Projeto de Pesquisa intitulado ELETTRIFICAÇÃO RURAL E ENVELHECIMENTO NO BAIXO-AMAZONAS: os impactos sociais da política de energia elétrica nas condições de vida dos idosos, a qual tem como identificar os condicionantes e determinantes dos impactos sociais a partir da implementação do Programa Luz para Todos nas condições de vida dos idosos nas comunidades de cidades da Região do Baixo-Amazonas no período de 2010 a 2015..

A realização desse estudo traz como relevância científica a oportunidade da difusão de novos conhecimentos no âmbito da Amazônia social e possui relevância social, pois ao articular a produção desse conhecimento científico poderá através de seus resultados subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas na Região do Baixo-Amazonas.

Eu, Valmiene Florindo Farias Sousa, pesquisadora responsável, peço sua autorização para coletar (receber) informações sobre sua percepção sobre os impactos do Programa Luz para Todos em sua comunidade. Para tanto, informamos que a pesquisa será feita através de questões indicadas em roteiro de entrevista. E você, participará da seguinte etapa: entrevista com a pesquisadora. Informamos também, que quando necessário a pesquisadora utilizará aparelhos eletrônicos, como gravadores.

Se depois de autorizar a entrevista, o Sr.(a) não quiser responder as perguntas, tem o direito de retirar seu consentimentos em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de informações, independente do motivo, sem nenhum prejuízo. O Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não ganhará nada. Mas a sua participação é importante para contribuir com o aprofundamento da temática relacionada à análise de políticas públicas.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a Universidade Federal do Maranhão UFMA, por meio do endereço Av. dos Portugueses, s/n. Campus do Bacanga - São Luís/MA - CEP 65085-580 pelo telefone do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas PPPG, (098) 3301-8702/8703.

Consentimento Pós-Informação

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Data: _____, de _____ de 2015.

Assinatura do Participante da Pesquisa



*Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar*

Pesquisador Responsável

Data: _____, de _____ de 2015.